**Universidade do Porto**

Faculdade de Letras

Departamento de Ciências e Técnicas do Património

# Memórias do antigo Mosteiro do Couto de Cucujães na Época Moderna: Artistas e Obras (Século XVII a XIX)



Eva Sofia Trindade Dias

Porto

2010

Na capa:
fachada principal da igreja do antigo Mosteiro do Couto de Cucujães, actual igreja paroquial de S. Martinho de Cucujães.

**Universidade do Porto**
Faculdade de Letras
Departamento de Ciências e Técnicas do Património

# Memórias do antigo Mosteiro do Couto de Cucujães na Época Moderna: Artistas e Obras (Século XVII a XIX)

Eva Sofia Trindade Dias

Dissertação de Mestrado em História da Arte Portuguesa
orientada pelo Professor Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha

Porto
2010

Aos meus pais, a quem tudo devo.

À saudosa memória do avô Germano.

# Agradecimentos

O nosso reconhecido e profundo agradecimento ao Professor Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha, que gentilmente aceitou o convite para orientar o presente estudo e, com a sua amizade, apoio, sábia e experiente orientação, nos ajudou a concretizar um projecto de suma importância para um conhecimento mais alargado do antigo núcleo monástico beneditino de Cucujães.

Ao Sr. Padre Artur de Matos Bastos, pároco da Vila de Cucujães e grande amigo, por todo o apoio prestado, fundamental para a concretização deste estudo, assim como pela amizade e oração. Ao Sr. António, sacristão, pela sua disponibilidade e paciente acompanhamento na recolha das imagens.

À Direcção Regional de Cultura do Norte e à Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, do Porto, na pessoa do seu Provedor, por todo o apoio prestado e por nos facultarem a recolha de imagens.

Ao Eduardo Pires de Oliveira, pela amizade solícita, conselhos e pelo auxílio prestado, verdadeiramente incansável.

A todos os funcionários dos organismos onde desenvolvemos investigação. Seja-nos permitido destacar os funcionários do Arquivo Distrital de Braga, pela simpatia, disponibilidade e grande profissionalismo.

A todos os párocos, zeladoras e sacristães dos espaços sacros por onde realizámos o nosso trabalho de campo, por todo o auxílio e solicitude.

A todos os amigos que nos apoiaram ao longo da realização do trabalho pela fidelidade e constância. Agradecemos de forma especial à Sofia Vechina, ao Nuno Ferreira, companheiros de caminhada académica, ao João Silva, amigo de todas as horas, cujo auxílio foi deveras precioso. À Alexandra Silva, Tiago Ferreira, Diana Pereira, Irmã Conceição Laranjeiro e ao Pe. Amaro Ferreira, pessoas que pela sua oração, presença e palavra amiga nos transmitiram luz, força, estímulo para continuarmos.

À Daisy, que sempre nos tentou animar nas horas menos boas.

A todos aqueles que, não tendo sido mencionados, contribuíram de alguma forma para este estudo.

Porque os últimos são os primeiros, aos meus pais e irmão, baluartes da minha existência, pelo amor, dedicação, paciência, apoio incondicional e por acreditarem em mim.

Ao Amigo, porque acreditei e nunca estive só!

**Sumário**

**Introdução**

**Capítulo I – O Monaquismo**

1.Génese e desenvolvimento do Monaquismo Pré-Beneditino

1.1. O Monaquismo Eremítico

1.2. O Monaquismo Cenobítico

2.O Monaquismo Beneditino

3.A Ordem de São Bento em Portugal: das origens à actualidade

3.1.Os Beneditinos na Idade Média

3.2.Da degradação dos costumes à instituição da Congregação de S. Bento

3.3. A Congregação de S. Bento e o lento processo de declínio

3.4.O ressurgimento da Ordem

**Capítulo II – Arquitectura Monástica**

1. O espaço monástico beneditino

1.1. Núcleo litúrgico e de oração

1.1.1. A igreja

1.1.1.1. Capela-mor

1.1.1.2. Coro

1.1.1.3. Corpo da igreja

1.1.2. A sacristia

1.2. Mosteiro

1.2.1. Claustro

1.2.1.1. Origem

1.2.1.2. Simbologia

1.2.1.3. Vivência quotidiana

1.2.1.4. Ala do Homem Espiritual

1.2.1.5. Ala do Homem Anímico ou Psíquico

1.2.1.5.1. Biblioteca

1.2.1.5.2. Sala do Capítulo

1.2.1.5.3. Locutório

1.2.1.5.4. *Scriptorium*

1.2.1.5.5. Dormitório

1.2.1.6. Ala do Homem Corporal

1.2.1.6.1. Refeitório

1.2.1.6.2. Cozinha

1.2.1.7. Ala do Homem Social

1.2.1.7.1. Portaria

1.2.1.7.2. Recibo

1.2.1.7.3. Auditoria ou Tribunal do Couto

1.3. Cerca

1.3.1. Hospedaria

1.3.2. Enfermaria

1.3.3. Botica

1.3.4. Noviciado

1.3.5. Oficinas

**Capítulo III - O antigo Mosteiro do Couto de Cucujães**

1. O Mosteiro e o couto: notas históricas

2. O Mosteiro na Época Moderna: um espaço em processo de transformação

2.1. Núcleo litúrgico e de oração

2.1.1. A igreja

2.1.1.1. Exterior

2.1.1.2. Interior

a) Artistas

b) Obras

Retábulo-mor

Credência

Sanefas

Grades do arco cruzeiro

c) Encomendante

aa)Artista

bb)Obras

Retábulos colaterais

Retábulo-mor

Sanefa do arco cruzeiro

Sanefas da capela-mor

Credencia e grades do arco cruzeiro

Influências da obra produzida

cc)Encomendante

2.1.2. Sacristia

2.2. Núcleo monástico

2.2.1. Claustro

**Conclusão**

## Abreviaturas e Siglas

AA.VV. – Autores Vários

A.D.B. – Arquivo Distrital de Braga

A.N.T.T. – Arquivo Nacional Torre do Tombo

B.P.M.P. – Biblioteca Pública Municipal do Porto

C.S.B. – Congregação de S. Bento

E.S.B.A.P. – Escola Superior de Belas Artes do Porto

D. - Dom

Fig. – figura

Figs. - figuras

fol. – fólio

fls. - fólios

Est. – estampa

p. – página

pp. - páginas

S. - São

vol. – volume

vols. - volumes

# Introdução

O presente trabalho tem como objecto de estudo o antigo Mosteiro do Couto de Cucujães e as renovações espaciais operadas no seu conjunto ao longo dos séculos XVII e XIX. Sendo a maioria das intervenções nos espaços monásticos da Época Moderna executadas nos domínios da Arquitectura e Talha, às quais demos especial realce.

Constitui-se como objectivo geral desta abordagem o conhecimento do espaço monástico definido do ponto de vista da História da Arte, uma vez que não existe qualquer estudo nessa área. A escassa bibliografia existente sobre o mosteiro revela uma clara necessidade de actualização, exceptuando-se o breve estudo realizado por Joaquim Candeias da Silva, que trouxe à luz alguns dados novos, embora deveras parcos do ponto de vista da abordagem artística.

Estabelecido o objectivo geral, definimos como objectivos específicos do nosso trabalho a abordagem às transformações operadas em todo o conjunto monástico no período indicado, com a identificação das obras realizadas, período das mesmas, e a tentativa de identificação dos artistas intervenientes. Estabelecemos como possibilidade de abordagem a identificação de encomendantes, seguros de que este último ponto iria constituir o elemento de maior dificuldade na investigação, à semelhança da identificação dos artistas, uma vez que nas fontes consultadas não é abundante este tipo de informação. Outro dos objectivos era perceber de que forma a casa adquiriu receitas necessárias para a contratação de artistas de alta craveira na época para realizarem obras no seu espaço, uma vez que os seus rendimentos eram reduzidos.

O trabalho foi orientado, numa primeira fase, no sentido da pesquisa e consulta de bibliografia sobre a Ordem beneditina na Europa e em Portugal, para um melhor conhecimento do seu percurso diacrónico, potenciando a informação recolhida um melhor enquadramento do Mosteiro do Couto de Cucujães na realidade da Ordem de que era parte integrante. Procedemos igualmente à recolha de bibliografia relativa à arquitectura dos espaços monásticos, uma vez que para nós era importante o conhecimento de todos os espaços existentes num conjunto monástico, tendo em conta que no caso do Mosteiro de Cucujães, muitos deles já se encontram desvirtuados.

Simultaneamente, efectuamos a pesquisa de fontes primárias relativas às obras realizadas no cenóbio de cucujanense. Chegados à identificação dos artistas intervenientes no mosteiro e, passamos à recolha de informação relativa aos mesmos.

Paralelamente, partimos para o contacto com as obras que os artistas executaram, no sentido de uma melhor percepção do seu *modus operandi* e dos diferentes resultados obtidos, conforme a variação do tempo de actividade. Ao mesmo tempo fomos descortinado quais os meios de que se socorreu a comunidade para fazer face os gastos com algumas obras, nomeadamente as realizadas em talha.

O contacto com a informação relativa às obras realizadas em Cucujães, presentes nos *Estados* do mosteiro permitiu ainda a identificação de um encomendante, um abade do mosteiro, cuja identidade tentamos construir através do cruzamento das informações com outras fontes primárias como as Actas dos Capítulo Gerais e Juntas.

Uma vez que os tratados e as estampas decorativas avulsas circulavam na época pelo território nacional e era do nosso conhecimento que fizeram parte da biblioteca pessoal de um dos artistas, consultamos os mesmos e fizemos um cruzamento da informação visual com a obra produzida em Cucujães, no sentido de verificarmos qual o peso da informação artística veiculada por estes meios. A todo este volume de informação, juntamos a consulta das fontes normativas da Época Moderna, como o Tratado de S. Carlos Borromeo, Constituições Sinodais do Porto e Cerimonial Beneditino para verificarmos se estas tiveram um papel relevante na execução das obras. A escolha destas fontes não foi ocasional: o tratado de S. Carlos Borromeo surge por constituir a primeira obra que emanou princípios directores específicos para aplicação à Arquitectura, baseada no Decreto da XXV Sessão do Concílio de Trento sobre a produção artística; por seu turno, as Constituições Sinodais foram consultadas para verificarmos se as determinações aplicadas à Diocese, de que o mosteiro de Cucujães era parte integrante, eram efectivamente postas em prática, ou se eram descuradas; mais clara é a consulta do Cerimonial beneditino, uma vez que se trata da fonte normativa que regia todos os mosteiros da Congregação de S. Bento.

Toda a informação recolhida e sistematizada deu corpo ao presente estudo, composto por três capítulos. No primeiro capítulo abordamos sumariamente os aspectos históricos da Ordem de S. Bento na Europa e em Portugal. O segundo capítulo está voltado para a abordagem ao espaço monástico, um percurso que, como referimos, foi para nós foi importante para uma melhor compreensão dos diferentes espaços de um conjunto monástico e para nos conformarmos mais mentalmente ao tipo de vivência que estava associado a cada um deles. O terceiro e último capítulo apresenta a abordagem ao antigo mosteiro do Couto de Cucujães, estando subdividido em duas partes: a primeira, onde dispomos algumas notas históricas relativas ao mosteiro e ao seu couto, enquanto a

segunda parte deste capítulo está voltada para o estudo da renovação espacial e artística do mosteiro de Cucujães.

Apesar de termos traçado como objectivo inicial o estudo da renovação de todos os espaços do conjunto monástico de Cucujães, o tempo revelou-se escasso para cumprirmos esse objectivo. Ficamo-nos pela abordagem da igreja, sacristia e claustro, espaços que foram alvo das intervenções mais significativas durante a Época Moderna.

# Capítulo I

## O Monaquismo

## 1. Génese e desenvolvimento do Monaquismo Pré-Beneditino

O monaquismo constituiu-se como um fenómeno cujas raízes brotaram do mais íntimo recanto do Homem, ser finito que buscou constantemente a perfeição através do afastamento das más inclinações e do desenvolvimento de uma série de práticas que o impeliram à purificação. Revelou-se um fenómeno transversal a diversas religiões[1] e anterior ao aparecimento do Cristianismo.

O monaquismo cristão surgiu em finais do século III d.C. no Norte da Síria, Mesopotâmia e, sobretudo no Egipto, expandindo-se depois para a Palestina, restante território Sírio, Ásia Menor e Constantinopla. Com a aceitação da religião cristã, em 313, pelo Imperador Constantino, assistiram-se a verdadeiras conversões massivas, provocando um aumento quantitativo dos fiéis cristãos, comprometendo seriamente o ideal de vida das primeiras comunidades cristãs[2]. Muitos eram os que abandonavam a comunidade e se retiravam para a solidão do deserto, onde viviam uma vida de profunda ascese[3]. Assim, aos primeiros mártires cristãos, perseguidos durante os primeiros séculos da Igreja nascente, seguiram-se os monges, exemplo de intensa devoção e renúncia pessoal, exercitadas através da vida solitária[4]. Desta forma, estabeleceu-se uma estreita ligação entre o fenómeno do martírio, cada vez mais raro, e o fenómeno do monaquismo[5], que progredia largamente, acabando por se institucionalizar sob duas formas: o eremitismo e o cenobitismo.

### 1.1. O Monaquismo Eremítico

---

[1] Entre as manifestações do monaquismo não cristão contam-se as experiências dos pitagóricos, muçulmanos, hindus, budistas. AA.VV. – "Monachisme ", in *Dictionnaire de Spiritualité, Ascétique et Mystique. Doctrine et Histoire.* Fascicules LXVIII-LXIX. Paris: Beauchesne, 1979, pp.1525-1531; COLOMBÁS, Garcia M. ; SANSEGUNDO, Leon M ; CUNIL, Odilon M. – *San Benito. Su vida y su regla.* Madrid: La Editorial católica, 1954, pp.5-6.

[2] PACAUT, M. – *Les ordres monastiques et religieux au moyen âge.* Paris : Fernand Nathan, 1970, pp. 6-7; COLOMBÁS; SANSEGUNDO; CUNIL – *ob. cit.*, 1954, pp.11-12; LINS, Eugénio de Ávila – *Arquitectura dos Mosteiros Beneditinos no Brasil. Século XVI a XIX*. Vol.1. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Edição de autor, 2002, p.84; LITTLE, Lester K. – "Moines et Religieux", in *Dictionnaire Raisonné de l'Occident Médiéval.* Paris : Fayard, 1999,p.742. GEREMEK – *art. cit.*, 1987, p.742.

[3] PACAUT – *ob. cit.*, 1970, p.7-8; COLOMBÁS; SANSEGUNDO; CUNIL – *ob. cit.*, 1954, pp.11-12; LINS - *ob.cit.*, vol.1, 2002, p.83. O acto ascético ultrapassava o quadro individual, fundando-se na condenação do mundo, procurando no seu abandono a expiação dos pecados individuais ou colectivos, sendo esta via julgada mais segura para atingir o estado de graça. GEREMEK, Bronislaw – "Igreja", in *Enciclopédia Einaudi.* Volume 12. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987, p.181.

[4] LINS - *ob.cit.*, vol.1, 2002, p.83; LITTLE – *art.cit.*, 1999,p.742. GEREMEK – *art. cit.*, 1987, p.182;

[5] COLOMBÁS; SANSEGUNDO; CUNIL – *ob. cit.*, 1954, pp.8-9; GEREMEK – *art. cit.*, 1987, p.182; LINS - *ob.cit.*, vol.1, 2002, p.83.

Dentro do modelo monástico eremítico destacou-se Santo António Eremita (251-356), de origem egípcia, que decidiu abandonar a sociedade e refugiar-se numa gruta cavada na rocha, passando depois para o deserto da Tebaida, onde desenvolveu a vida eremítica. Posteriormente juntaram-se vários discípulos, que se foram agrupando, constituindo as lauras. Viviam em celas separadas, embora partilhassem algumas actividades em espaços comuns, como a igreja e os fornos, ou padarias. Não havia código de conduta, mas estavam sob a direcção espiritual de um mestre, ancião mais experimentado em termos espirituais, designado *abba*, abade, pai[6]. A par deste modelo de vida eremítica subsistia outro, mais raro, caracterizado pelo total isolamento do contacto humano, sendo a vida dos anacoretas dedicada em pleno ao ascetismo e contemplação[7].

### 1.2. Monaquismo Cenobítico

A passagem das lauras ao cenóbio processou-se de forma célere. As práticas ascéticas, vistas como exageradas e até excêntricas, criaram a necessidade de se organizar a vida monástica. Esta necessidade conduziu a um novo modelo de vida monástica, onde pontificou S. Pacómio (c.292-346), também ele egípcio. Este organizou uma comunidade pautada pela humildade e obediência, virtudes essenciais num monge, que devia dividir a sua vida entre a oração e o trabalho, tal como prescrevia na sua regra. O primeiro mosteiro pacomiano foi fundado em Tabenese, onde S. Pacómio instituiu uma organização centralizada que, no entanto, não foi devidamente desenvolvida, acabando este modelo por se revelar pouco eficaz[8].

Paralelamente, desenvolveu-se outro modelo de vida comum, criado por S. Basílio (c.330-376)[9], na Capadócia. Tendo percorrido vários eremitérios, onde

---

[6] PACAUT – *ob. cit.*, 1970, p.8; LINS - *ob.cit.*, vol.1, 2002, pp.84-85 ; COLOMBÁS; SANSEGUNDO; CUNIL – *ob. cit.*, 1954, pp. 15-17; LITTLE – *art.cit.*, 1999, p.742.

[7] COLOMBÁS; SANSEGUNDO; CUNIL – *ob. cit.*, 1954, p. 15.

[8] Apesar de ser um modelo revolucionário, onde os monges obedeciam a uma regra e a um superior, cada mosteiro pacomiano era um pequeno mundo, constituído por diversos edifícios, onde a comunidade, que poderia chegar às centenas de monges, se repartia, segundo a divisão do trabalho. Mesmo vivendo todos juntos, os monges não compartilhavam o espírito de comunidade, de partilha. COLOMBÁS; SANSEGUNDO; CUNIL – *ob. cit.*, 1954, pp.17-20. LINS - *ob.cit.*, vol.1, 2002, p.86; GEREMEK – *art. cit.*, 1987, pp.182-183; ANTUNES, Manuel Augusto Lima Engrácia – *Assentos, encomendantes e utilizadores na igreja monástica Beneditina no Norte de Portugal. Séculos XVII a XIX*. Vol.1. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Edição de autor, 2007, pp.90-91.
PACAUT – *ob. cit.*, 1970, pp.8-9.

[9] Nascido no seio de uma família ilustre, S. Basílio foi discípulo de Eustato. Nomeado bispo de Cesareia, em370, não abandonou o seu estado de vida. Foi autor de diversos tratados de vida monástica, o "teólogo

contactou com diversos solitários, S. Basílio regressou à terra natal e recolheu-se com alguns amigos junto do rio Íris, onde viviam como uma comunidade monástica, juntando-se a eles outros discípulos. Redigiu as regras para a vida comunitária, onde colocou em evidência o monaquismo como forma de realização plena do ideal evangélico, concedeu-lhe um carácter comunitário, onde os monges estariam unidos em caridade fraterna. Ao contrário dos mosteiros pacomianos, as comunidades eram mais reduzidas, onde os monges se sentiam parte integrante de uma família sobrenatural. Desta forma, S. Basílio gerou um modelo em torno do qual se desenvolveu um vasto movimento monástico na Ásia Menor e Constantinopla[10].

O ideal e vivências monásticas do monaquismo oriental propagaram-se até ao Ocidente, contribuindo para tal a chegada de orientais ao Ocidente e as peregrinações de ocidentais ao Oriente. Entre as figuras que consolidaram o monaquismo no Ocidente contam-se S. Jerónimo, que trouxe para Roma o modelo do monaquismo oriental, e S. Patrício, instituidor do monaquismo celta, que se expandiu por toda a Irlanda[11]. O monaquismo ocidental foi ainda abundantemente influenciado por João Cassiano, um dos grande nomes da espiritualidade monástica[12].

Caracterizado por uma anarquia inicial, o monaquismo ocidental cresceu rapidamente, espalhando-se pela Gália, Itália, Espanha e Norte de África[13]. A situação reverteu-se com S. Bento, que teve o mérito de organizar o monaquismo ocidental, tornando-se o primeiro "Patriarca dos monges do Ocidente"[14].

## 2. O Monaquismo Beneditino

S. Bento nasceu na província de Núrsia, na Itália Central, por volta do ano 480. Foi enviado para Roma para prosseguir os estudos, mas acabou por abandonar a capital e encetar a fuga em direcção a uma vida espiritual. A sua primeira experiência decorreu

---

do monaquismo antigo". PACAUT – *ob. cit.*, 1970, pp.9-10; COLUMBÁS; SANSEGUNDO; CUNIL – *ob. cit.*, 1954, pp.20-21; LINS - *ob.cit.*, vol.1, 2002, p.86; GEREMEK – *art. cit.*, 1987, p.183.

[10] PACAUT – *ob. cit.*, 1970, pp.9-10; COLUMBÁS; SANSEGUNDO; CUNIL – *ob. cit.*, 1954, pp.21-23; LINS - *ob.cit.*, vol.1, 2002, p.86; GEREMEK – *art. cit.*, 1987, p.183.

[11] LITTLE – *art.cit.*, 1999, p.744 ; PACAUT – *ob. cit.*, 1970, pp.28-40.

[12] PACAUT – *ob. cit.*, 1970, p.13 ; LINS - *ob.cit.*, vol.1, 2002, pp.86-87 ; ANTUNES – *ob.cit.*, vol.1, pp.92-93 ; LITTLE – *art.cit.*, 1999, p.743.

[13] Ver experiências monásticas no Ocidente, por exemplo, COLUMBÁS; SANSEGUNDO; CUNIL – *ob. cit.*, 1954, pp.24-27; PACAUT – *ob.cit.*,1970, pp.10-13; LITTLE – *art.cit.*, 1999, p.743.

[14] COLUMBÁS; SANSEGUNDO; CUNIL – *ob. cit.*, 1954, p.58.

em Afile, onde S. Bento viveu como eremita, passando depois para Subiaco, onde erigiu os primeiros mosteiros e lançou as bases da vida cenobítica. Por dissensões com um abade local, o patriarca dos beneditinos partiu para Montecassino, onde fundou um novo mosteiro, local de redacção da sua Regra e onde acabou por terminar os seus dias, por volta de 547[15].

A Regra de S. Bento[16], cujo manuscrito original desapareceu num incêndio, em 896, surgiu como uma sistematização da própria experiência do seu autor, daí não obedecer a um plano ordenado. Através do seu texto, breve e claro, composto por setenta e três capítulos, S. Bento procurou ordenar a vida do mosteiro, verdadeira escola de Cristo, que se constitui como um organismo autónomo, uma família, onde os monges militam constantemente para atingirem a perfeição[17]. O Patriarca realça alguns aspectos fundamentais, como as virtudes do silêncio, da humildade e obediência, a importância do voto de estabilidade e a estruturação do Ofício Divino[18]. A rotina diária dos monges estava rigorosamente dividida entre o trabalho e a oração, a que se juntava a *lectio divina*, os meios mais eficazes de atingirem a união com Deus[19]. Com a difusão da

[15] As únicas fontes documentais pelas quais se conhece S. Bento são a Regra por ele redigida e o segundo livro dos *Diálogos*, obra escrita por Gregório Magno. MAGNO, São Gregório – *São Bento. II Livro dos Diálogos de S. Gregório.* Santo Tirso: Edições Ora & Labora,1993. Sobre a vida de S. Bento veja-se, entre outros, ASCENSÃO, Frei Marceliano da – *Vida do Glorioso S. Bento, pay de todos os monges, mestre, e legislador da cenobitica vida monastica, e principe de todos os Patriarchas.* Lisboa Ocidental: Na officina de Joseph Antonio da Sylva, 1737; PRAZERES, Frei João dos – *O Príncipe dos Patriarcas S. Bento.* Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello, 1683-1690; COLOMBÁS, Garcia M. ; SANSEGUNDO, Leon M ; CUNIL, Odilon M. – *San Benito. Su vida y su regla.* Madrid: La Editorial católica, 1954; SCHMITZ, Dom Philibert – "Saint Benoît", in *Dictionnaire de Spiritualité, Ascétique et Mystique. Doctrine et Histoire.* Tome I – AA.-Byzance. Paris: Gabriel Beauchesne et ses fils, 1937, pp.1371-1388 ; LECCISOTTI, Tommaso – "Benedetto", in *Enciclopédia Cattolica*. Vol. II – Arn-Bra. Firenze: Casa Editrice G.C. Sansoni, 1949, pp.1251-1262; NESMY, Claude-Jean – *S. Bento e a vida monástica.* Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1962; SOUSA, Gabriel de – *S. Bento. Patriarca dos Monges e Pai da Europa.* Singeverga: Edições Ora & Labora, 1980; KERLORIAN, G. de – *Saint Benoît*. Paris: Henri Éditeur, 1927; NIGG, Walter – *Bento de Núrsia. Pai do Monaquismo Ocidental.* Braga/São Paulo: Editorial A.O., 1983.

[16] À Regra de S. Bento está associada outra regra, conhecida por Regra do Mestre, que os autores discutem a autoria, entre outras questões, das quais retiramos apenas o facto desta ter servido de fonte de inspiração de S. Bento, assim como os escritos de João Cassiano, S. Basílio, a Bíblia, entre outras fontes inspiradoras. ANTUNES – *ob.cit.*, 2007, pp. 94-95; SCHMITZ – *art.cit*, 1937, pp.1384-1385.

[17] SCHMITZ – *art.cit*,,1937, pp.1377-1378 ; GERHARDS, Agnès – "Benoît (règle de)" in *Dictionnaire Historique des Ordres Religieux.* Paris : Fayard, 1998, pp.94-95; LINS - *ob.cit.*, vol.1, 2002, pp.88-90.

[18] PACAUT – *ob. cit.*, 1970, pp. 21-26; SCHMITZ – *art.cit*,,1937, pp.1378-1382 ; COLUMBÁS; SANSEGUNDO; CUNIL – *ob. cit.*, 1954, pp.80-132; DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – "A Regra de S. Bento, norma de vida monástica: sua problemática moderna e edições em português. »Rectíssima norma vitae», RB. 73, 13", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, III Série, vol. 3. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.26-30; GERHARDS, Agnès – "Benoît (règle de)"…, 1998, pp.94-95; LINS - *ob.cit.*, vol.1, 2002, pp.88-90.

[19] LINS - *ob.cit.*, vol.1, 2002, p.89.

Regra de S. Bento no Ocidente, o Ofício Divino acabou por ser adoptado como ofício por excelência da Igreja ocidental[20].

Do século VI ao início do século IX, o monaquismo beneditino disseminou-se lentamente por toda a Europa[21]. No período carolíngio verificou-se uma tentativa de centralização da vida monástica. No Concílio de Aix-la-Chapelle (816/817), Carlos Magno defendeu a aplicação da Regra de S. Bento a todos os mosteiros do Império, intento concluído por Luís, o *Pio*, seu filho, com o auxílio de S. Bento de Aniana, que teve um papel fundamental neste processo[22]. Esta medida favoreceu a união de mosteiros segundo uma organização centralizada, de que Cluny, na Borgonha, abadia fundada em 910, constitui o primeiro exemplo. Cluny marcou o verdadeiro triunfo dos monges que seguiam a Regra de S. Bento[23]. Todavia, a renovação monástica continuou para além da influência directa desta ordem. Outros movimentos de reforma se desenvolveram, todos eles baseados na aplicação da Regra de S. Bento. Entre esses movimentos contaram-se, desde o século XI, grupos de contestação ao monaquismo na sua vertente cluniacense, influenciados pelo eremitismo[24]. Algumas ordens manifestaram o desejo de voltarem à autenticidade original da Regra de S. Bento, destacando-se Cister, fundada em 1098 por Robert de Molesme e continuada por S. Bernardo, abade de Claraval em 1115[25]. A partir da sua acção, a Ordem de Cister propagou-se rapidamente e inspirou outras ordens[26].

---

[20] IDEM - *Ibidem*, vol.1, 2002, p.91.

[21] PACAUT – *ob. cit.*, 1970, pp.41-45.

[22] MAHLER, M. – "Bénedictins", in *Dictionnaire de Spiritualité, Ascétique et Mystique. Doctrine et Histoire.* Tome I – AA.-Byzance. Paris: Gabriel Beauchesne et ses fils, 1937, pp.1414-1416 ; PACAUT – *ob. cit.*, 1970, pp.48-51 ; LITTLE – *art.cit.*, 1999, p.747.

[23] Em Cluny, todo o estilo de vida convergia para o *Opus* Dei, fazendo com que a liturgia o ponto de convergência de toda a vida monástica. Com o Ofício Divino a ocupar cada vez mais tempo, o trabalho manual foi relegado para segundo plano, comprometendo este principio determinado pelo Patriarca beneditino. MAHLER – *art.cit.*, 1937, pp.1416-1422 ; PACAUT – *ob. cit.*, 1970, pp.52-68 ; LINS - *ob.cit.*, vol.1, 2002, p.94- 96, LITTLE – *art.cit.*, 1999, p.747.

[24] Entre os grupos de eremitas destacam-se os Camáldulos, dirigidos por S. Ramualdo, a Ordem de Vallombreuse, fundada por Jean Gualbert, os Cartuchos, fundados por S. Bruno, entre outros. MAHLER – *art.cit.*, 1937, pp.1419-1420 ; PACAUT – *ob. cit.*, 1970, pp.89-95 ; GERHARDS, Agnès – "Bénédictins" in *Dictionnaire Historique des Ordres Religieux.* Paris: Fayard, 1998, pp.90-91 ; LINS - *ob.cit.*, vol.1, 2002, p.95; LITTLE – *art.cit.*, 1999, p.752.

[25] A Ordem exerceu uma função eminente na Igreja e na sociedade dos séculos XII e XIII. Ao contrário de Cluny, Cister defendia a simplicidade e austeridade dos ofícios litúrgicos, indo totalmente ao encontro da Regra de S. Bento. Por se dedicaram grandemente ao trabalho manual mais que o intelectual, as suas propriedades transformaram-se em grandes domínios fundiários. MAHLER – *art.cit.*, 1937, pp.1419-1420 ; PACAUT – *ob. cit.*, 1970, pp.101-115 ; GERHARDS – "Bénédictins"...,1998, p. 90 ; LINS - *ob.cit.*, vol.1, 2002, p.97.

[26] Entre essas ordens encontram-se os gilbertinos, os guilhermitas, a comunidade de Chalais, entre outras. GERHARDS – "Bénédictins"...,1998, p.91

A partir do século XIII, o monaquismo beneditino entrou em declínio temporal e espiritual. Os mosteiros passam por dificuldades financeiras, associadas às administrações danosas dos abades comendatários, a que se juntou o relaxamento da disciplina monástica, o desrespeito pela pobreza e abstinência e a apropriação dos ofícios monásticos[27]. Em comparação com as restantes ordens, o monaquismo beneditino estagnava, enquanto as ordens mendicantes ganhavam terreno, apostando na pregação e presença nas cidades, demonstrando a sua adaptação às alterações que se operavam nas sociedades medievais, cada vez mais voltadas para o espaço urbano[28]. No entanto, o período de declínio experimentado pelo monaquismo beneditino estendia-se igualmente a outras ordens. De Inocêncio III a Bento XII, foram intentadas diversas reformas, procurando regulamentar a vida interna dos mosteiros, mas sem sucesso[29].

Nos séculos XIV e XV surgiram diversos sinais de renovação dos mosteiros beneditinos, visando o restabelecimento de uma vivência religiosa autêntica, livre dos do relaxamento de costumes e abusos cometidos. Entre esses sinais contam-se a reforma, em Itália, da abadia de S. Justino de Pádua, potenciada por Luís Barbo e aprovada em 1435, constituindo-se mais tarde em congregação. Esta reforma inspirou outras reformas, como a que se operou na abadia de Melk, na Áustria, e a constituição de outras congregações, como Valladolid, em Espanha, Bursfeld, na Alemanha, entre outras[30]. Todavia, estes exemplos pontuais não alteraram a situação de crise generalizada que se vivia no seio da Ordem beneditina.

O Concílio de Trento (1545-1563), que reagiu contra a Reforma Protestante e lançou a Reforma Católica, revelou-se fundamental para a Igreja, em geral, e para as ordens religiosas, em particular. Era necessário reverter a situação de decadência que afectava o clero desde finais do século XIV, de que as ordens monásticas davam prova. A XXV Sessão conciliar emanou um conjunto de princípios que procuravam reverter a situação de relaxamento generalizado e os abusos cometidos. Entre outros aspectos, fixou-se a duração do noviciado e a idade mínima de profissão na ordem, regulamentou-se a escolha dos superiores, para que os mosteiros não fosse distribuídos em comendas,

[27] MAHLER – *art.cit.*, 1937, pp.1423-1425; PACAUT – *ob. cit.*, 1970, pp.150-151; GERHARDS, Agnès – "Bénédictins"..., 1998, p. 91 ; LITTLE – *art.cit.*, 1999, p.747.
[28] PACAUT – *ob. cit.*, 1970, pp.116-146; MAHLER – *art.cit.*, 1937, p.1425; LINS - *ob.cit.*, vol.1, 2002, p.98 ; GEREMEK – *art. cit.*,1987, p.185; GERHARDS – "Bénédictins"...,1998, p. 91 ; LITTLE – *art.cit.*, 1999, p.752-756.
[29] PACAUT – *ob. cit.*, 1970, pp.149-150; MAHLER – *art.cit.*, 1937, pp.1423-1424; GERHARDS – "Bénédictins"...,1998, p.91.
[30] PACAUT – *ob. cit.*, 1970, pp.152-157; MAHLER, M. – *art.cit.*, 1937, pp.1426-1430; GERHARDS – "Bénédictins"...,1998, p.92; LINS - *ob.cit.*, vol.1, 2002, p.98-99.

assim como a administração dos bens temporais, exigiu-se o cumprimento do voto de pobreza e da vivência comunitária[31].

No seguimento do disposto no concílio tridentino, os Papas mostraram-se favoráveis à emissão de bulas e breves para que se procedesse às reformas das ordens monásticas e mesmo à criação de congregações religiosas. Porém, as reformas monásticas tiveram que enfrentar a obstinação de bispos[32] e monges, pouco cobiçosos de verem aplicadas as determinações conciliares. Ainda assim, a força reformadora invadiu dioceses e mosteiros e foi definitivamente implementada.

Na segunda metade do século XVI e durante o século XVII assistiu-se à criação de congregações beneditinas, umas de breve duração, outras com uma presença sólida, estruturada, cujo domínio foi-se afirmando ao longo do tempo[33]. Apesar de dispersas por diversos países, as congregações apresentavam aspectos comuns, como as constituições e a existência de um organismo central que dirigia a congregação, tendo o os poderes exercidos por esse organismo resultado na criação de dois tipos de congregação[34]. Este período foi igualmente marcado por grandes construções, possibilitadas pela administração racional dos rendimentos das congregações, permitindo o desenvolvimento de grandes campanhas de renovação artística das casas monásticas.

A situação começou a alterar-se a partir da segunda metade do século XVIII, sobretudo após a Revolução Francesa (1789), quando as correntes de pensamento iluministas começaram a levantar questões relativas à ligação entre a Igreja e o Estado, despoletando uma verdadeira corrente anticlerical que se estendeu pela Europa, ao longo do século XIX, e conduziu à supressão de inúmeras casas monásticas. No entanto,

---

[31] REYCEND, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento em Latim e Portuguez.* Tomo II. Lisboa: Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1781, pp.356-409. Sobre o conteúdo dos decretos da XXV sessão do Concílio de Trento dirigidos às ordens religiosas masculinas, ver Quadro 1.

[32] LINS - *ob.cit.*, vol.1, 2002, p.100. Sobre a renitência dos bispos em aplicar os decretos tridentinos, por exemplo, em Portugal, veja-se SILVA, Amélia Maria Polónia – "Recepção do Concílio de Trento em Portugal: as normas enviadas pelo Cardeal D. Henrique aos bispos do Reino, em 1553", in *Revista da Faculdade de Letras. História.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1990, pp.133-143.

[33] Entre as congregações criadas contam-se a de Saint-Vanne e de Saint–Maur. Pela mesma altura ocorrem desentendimentos no seio da Ordem de Cluny, alvo de uma tentativa de reforma em 1621, acabando a ordem por ser divida em duas. No contexto insular, os monges ingleses refugiaram-se em congregações do continente. Voltaram a reagrupar-se e constituíram a congregação beneditina inglesa, aprovada em 1612. GERHARDS – "Bénédictins"...,1998, p.92.

[34] Por um lado, as congregações de tipo federalista ou abacial, onde cada uma das abadias a elas adstritas continuava a formar uma família fechada, à qual os monges estavam ligados por votos de estabilidade, dirigida por um abade perpétuo. Por outro, as congregações de tipo centralizador e congregacional, dirigidas por um abade geral, às quais os monges deviam fazer voto de estabilidade, constituindo a congregação uma verdadeira família para o monge. LINS - *ob.cit.*, vol.1, 2002, p.100.

ainda em finais do século XIX e princípios do século XX assistiu-se ao ressurgimento da Ordem Beneditina, em países como a Alemanha, Bélgica, Portugal, entre outros, marcando uma presença viva e operante até à actualidade[35].

## 3.A Ordem de São Bento em Portugal: das origens à actualidade

### 3.1.Os Beneditinos na Idade Média

Numa época em que o monaquismo ocidental há muito observava a Regra de São Bento, a Península Ibérica terá sido o último espaço europeu a adoptar o sistema da regra única. As comunidades monásticas seguiam o regime da *regula mixta*[36], dominado por tradições locais ou regionais, onde podiam emergir usos como o pacto entre o abade e a comunidade, os mosteiros dúplices[37], a admissão de *traditi*[38] e mesmo os mosteiros familiares[39]. A adopção da Regra de São Bento como fonte jurídica teve início no século VIII, embora com uma difusão muito restrita e de âmbito local[40]. O monaquismo beneditino passou a adquirir maior importância no quadro da península hispânica devido aos contactos com o império carolíngio, encetados desde o reinado de Afonso III das Astúrias[41]. A partir do reinado de Fernando, *o Magno* a influência dos mosteiros beneditinos nos reinos de Leão e Castela torna-se mais evidente, devido aos contactos com a França e à expansão de Cluny[42].

---

[35] MAHLER – *art.cit.*, 1937, p.1434; LINS - *ob.cit.*, vol.1, 2002, p.101.

[36] Este sistema caracterizava-se pela adopção, por parte dos mosteiros, de um conjunto de costumes baseado em várias regras, mas igualmente em tradições locais, cujo valor é mais de ordem espiritual que normativo. Esses costumes muitas vezes contradiziam as prescrições dessas mesmas regras, que estavam materialmente reunidas num *codex regularum* (MATTOSO, José – "A introdução da Regra de S. Bento na Península Ibérica" in *Bracara Augusta*. Vol.XXX, Tomo I, Janeiro - Junho, nº 69 (81). Braga: Câmara Municipal de Braga, 1976, p.97, 100; IDEM – "Monaquismo", in *Dicionário de História Religiosa de Portugal. J- P*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p.256.).

[37] Sobre os mosteiros dúplices ver, por exemplo, MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny*. Obras Completas, vol.12. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002, pp.177-180.

[38] Sobre os *traditi*, ou "devotos" ver, por exemplo, MATTOSO – *ob. cit.*, 2002, pp.185-190.

[39] Apesar do monaquismo ibérico, anterior ao século XI, apresentar um carácter menos estrito, não exclui a existência de experiências mais estruturadas. De considerar os exemplos de São Martinho de Dume, Leandro de Sevilha (†599), Santo Isidoro de Sevilha (†636), São Frutuoso († ca. 665-667) e São Rosendo (Cfr. COCHERIL, Maur –*Études sur le Monachisme en Espagne et au Portugal.* Lisboa : Livraria Bertrand, 1966, pp. 37-49 ; MATTOSO, José – "Nota Histórica", in *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento. Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006, p.30; IDEM - *Portugal Medieval: Novas Interpretações.* Obras Completas, vol.8. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001, pp.61-66; IDEM – "Monaquismo", 2000, pp.255-256).

[40] Sobre o percurso de adopção da Regra de S. Bento na Península Ibérica, em detrimento do sistema da *regula mixta*, ver MATTOSO, José – "A introdução da Regra…", 1976, pp.100-103.

[41] MATTOSO – "A introdução da Regra…", 1976, p.102; IDEM - "Beneditinos. I. Idade Média", in *Dicionário de História Religiosa de Portugal. A – C.* Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p.202.

[42] MATTOSO - "Beneditinos. I. Idade Média"…, 2000, p.202.

A influência beneditina entrará com maior força no Ocidente da Península Ibérica através do Concílio de Coianza (1055), cujo Cânone 2º constituiu um marco ao conceber a regra como norma jurídica[43]. O sistema da *regula mixta* perde predominância e, lentamente, a Regra de São Bento alcançou exclusividade no panorama monástico hispânico, facto que se deve sobretudo à influência geral das instituições religiosas francesas e à adopção oficial da liturgia romana, impulsionada pela acção dos monges cluniacenses, com o apoio de Afonso VI, soberano de Leão e Castela, que promoveu a reforma do mosteiro de Sahagún[44].

A presença da Regra de São Bento em território portucalense remonta ao século X, quando esta surge citada entre outras regras monásticas reunidas em dois códices pertencentes ao mosteiro de Guimarães, datados de 959[45]. Este facto permite depreender que, apesar do prestígio da regra beneditina, predominavam as tradições monásticas hispânicas. Relativamente às influências da liturgia romana e das instituições francesas, estas tornam-se evidentes a partir de 1081, estendendo-se até 1115-1120, com a adopção da Regra de S. Bento[46] e dos usos cluniacenses[47]. No entanto, surgiram algumas dificuldades de inserção de algumas medidas, acompanhadas por alguns conflitos, nos quais os monges podem ter participado de forma indirecta[48].

---

[43] As determinações deste concílio sobre os mosteiros são parcas, mas reflectem a necessidade de se travarem os abusos generalizados e de se regularizarem as observâncias. O Cânone segundo pautou-se pelo convite à adopção da Regra de Santo Isidoro ou de S. Bento, no sentido de se regularizarem as observâncias, de se seguir uma norma, uma "ordem". MATTOSO – *O Monaquismo Ibérico…*, 2002, p.98, 100; IDEM - "A introdução da Regra…", 1976, p.102, 109.

[44] D. Afonso VI doou a Cluny o mosteiro de Santo Isidro de las Dueñas, em 1073, e a impôs a reforma cluniacense ao mosteiro de Sahagún, em 1078, sem o submeter à abadia-mãe nem abandonar a sua qualidade de patrono. Dois factos que despoletaram a rápida propagação da influência cluniacense pela Península Ibérica. MATTOSO - "A introdução da Regra…", 1976, p.103; IDEM – *Portugal Medieval: Novas Interpretações.* Obras Completas, vol.8. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001, p.138.

[45] MATTOSO - "Beneditinos. I. Idade Média"…, 2000, p.202. IDEM - "Beneditinos", in *Dicionário de História de Portugal.* Vol. I / A-D. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, p.326.

[46] O rápido acolhimento do contributo estrangeiro permitiu que a Regra de S. Bento se tornasse um código com força jurídica, capaz de suplantar outras regras. Segundo José Mattoso, parecem ser os mosteiros dos principais nobres portucalenses os que primeiro adoptam usos cluniacenses juntamente com a Regra de S. Bento. Todavia, a primeira referência em território português a um mosteiro sujeito à regra beneditina data de 1086 e corresponde ao mosteiro feminino de Vilela. MATTOSO – *O Monaquismo Ibérico…*, 2002, pp.103-105; IDEM – *Portugal Medieval…*, 2001, p.154.

[47] Apesar de seguirem os usos cluniacenses, estes mosteiros não estavam filiados na congregação de Cluny, ao contrário dos cenóbios de Rates (1100), Vimieiro (1127) e Santa Justina de Coimbra (1102). MATTOSO, José – "Beneditinos. I. Idade Média", 2000, p.202; IDEM – "Beneditinos"…, 1971, p.326; IDEM - "Ordem de São Bento", in *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento. Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006, p.42.

[48] MATTOSO – *Portugal Medieval…*, 2001, pp.154-156, 196.

O sucesso obtido por parte dos usos de Cluny, no caso das dioceses do Porto e Braga, foi igualmente potenciado pelo apoio dado pela maioria das famílias patronais[49], que se assumiam, na altura, como a camada mais influente da nobreza portucalense (famílias da Maia, Ribadouro, Sousa, entre outras)[50]. Concentravam-se sobretudo na região do Entre Douro e Minho, espaço geográfico onde se dispunha a mancha de cenóbios beneditinos. Contudo, surgiram algumas excepções[51]. Apesar da predominância do monaquismo beneditino, saliente-se o facto de alguns mosteiros terem resistido à adopção deste modelo de vida. Geralmente estavam dependentes de famílias patronais de segunda categoria, que continuaram na senda dos costumes tradicionais, ou adoptaram uma forma de vida de observância menos rigorosa[52].

A reforma monástica beneditina sob os auspícios de Cluny trouxe aos mosteiros que a adoptaram um elevado número de doações (bens fundiários, igrejas e mesmo pequenos mosteiros) que permitiram a constituição de grandes domínios. Contudo, as doações diminuem a partir de 1130 e cessam em meados do século XII, facto revelador de um abrandamento do movimento beneditino e o voltar da atenção e favor dos fiéis para outras ordens religiosas, como os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho[53] e a Ordem de Cister[54]. De salientar ainda a adopção da Regra de São Bento por parte de comunidades eremíticas, sobretudo do vale do Douro, que acabaram por se filiar na Ordem de Cister ou, abandonadas por monges, deram lugar a comunidades femininas[55].

---

[49] Existia uma íntima relação entre a nobreza local e os mosteiros por ela protegidos. Os patronos dispunham de direitos como a eleição do abade, a administração dos bens temporais da comunidade, o direito de *prandium* (jantar ou comedoria), de *pousadia* (aposentadoria) e de sepultura no mosteiro, mas tinham igualmente deveres como a garantir a protecção dos monges e a dotarem o mosteiro com bens e terras. MATTOSO – *O Monaquismo Ibérico…*, 2002, pp.59-67; IDEM - *Portugal Medieval…*, 2001, p.81.

[50] Sobre o papel das famílias patronais na Diocese do Porto e da sua relação com os mosteiros beneditinos ver MATTOSO – *O Monaquismo Ibérico…*, 2002, pp.67-75.

[51] Entre as excepções contam-se os mosteiros em Castro Avelãs, perto de Bragança, em Lorvão, Vacariça e Semide, perto de Coimbra, em Arouca, no Alto Vouga. MATTOSO – "Beneditinos. I. Idade Média"…, 2000, p.202.

[52] MATTOSO - "Beneditinos. I. Idade Média"…, 2000, p.203.

[53] Sobre os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho ver, por exemplo, MATTOSO - *O Monaquismo Ibérico…*, 2002, pp.109; IDEM – *Portugal Medieval…*, 2002, pp.85-89; pp.158-163;

[54] Sobre a Ordem de Cister em Portugal ver, por exemplo, MATTOSO - *O Monaquismo Ibérico…*, 2002, pp.109; IDEM – *Portugal Medieval…*, 2001, pp.89-93; pp.163-164; COCHERIL, Maur –*Études sur le Monachisme en Espagne et au Portugal.* Lisboa : Livraria Bertrand, 1966, pp.124-156.

[55] MATTOSO, José – *Portugal Medieval…*, 2001, pp.197, 292; IDEM - *O Monaquismo Ibérico…*, 2002, p.110; IDEM - *Fragmentos de uma Composição Medieval…*, 2000, pp.144-145; IDEM - "Beneditinos. I. Idade Média"…, 2000, p.203.

Em finais do século XII, começaram a surgir uma série de conflitos que opuseram os monges às famílias patronais[56]. A situação agravou-se na primeira metade do século XIII, durante a época de expansão senhorial, com os assaltos e depredações frequentes dos cavaleiros aos mosteiros e igrejas do Norte[57]. Como agravante da situação, os abades foram deixando de parte o papel de prelados monásticos, afastando-se das suas comunidades, e assumindo o papel de administradores senhoriais[58]. Como estavam maior parte do tempo ausentes, confiavam a orientação da comunidade a priores por eles nomeados. Também os monges alteraram a sua conduta: a observância rigorosa da vida comunitária foi relegada para segundo plano, predominando a preocupação com os benefícios advindos da administração das ovenças, embora existam algumas excepções. A situação de relaxamento de costumes entre os monges torna-se mais séria a partir do início do século XIV, agravando-se com a crise social antes e depois da Peste Negra[59]. A segunda metade do século XIV vai revelar uma situação ainda mais explosiva, com os patronos a exigirem dos mosteiros o direito de comerem e dormirem nos seus espaços pelo menos uma vez por ano. Todavia, estes mesmos direitos eram transmitidos aos descendentes, por linha masculina e feminina, o que constituía um encargo enorme para as comunidades monásticas, que começavam a fazer frente a estas exigências. Ao mesmo tempo, surge o problema dos abades comendatários, que minavam ainda mais os mosteiros[60]. Estes eram superiores nomeados pelo rei ou pela Santa Sé, não pertenciam à comunidade e, muitas vezes, nem sequer eram clérigos. Não residindo nos mosteiros, limitavam-se a cobrar as rendas que lhes eram atribuídas e delegavam a direcção da comunidade a priores claustrais, dando origem a administrações frequentemente ruinosas[61]. Estendem-se um pouco por todos

[56] Os patronos passam a solicitar aos mosteiros ajudas financeiras, tornando-se um verdadeiro peso a suportar e uma ameaça a afastar por parte das comunidades monásticas. Por vezes chegam mesmo a violentos abusos. MATTOSO – *O Monaquismo Ibérico…*, 2002, pp.82-83; IDEM - *Portugal Medieval…*, 2001, p.197; IDEM - "Beneditinos. I. Idade Média"…, 2000, p.203.

[57] MATTOSO - *Portugal Medieval…*, 2001, p.198.

[58] MATTOSO – *O Monaquismo Ibérico…*, 2002, p.171; IDEM - *Portugal Medieval…*, 2001, pp.197-198, 294; IDEM - "Beneditinos. I. Idade Média"…, 2000, p.203.

[59] MATTOSO - *Portugal Medieval…*, 2001, pp.199-200, 294; IDEM - "Beneditinos. I. Idade Média"…, 2000, p.203; IDEM – "Monaquismo", 2000, p.258.

[60] Veja-se, por exemplo, a situação relatada na Visitação de 1437, realizada ao Mosteiro de Santo Tirso, onde é clara a tensão existente entre os monges e o abade comendatário, D. Soeiro Eanes. MARQUES, José – "Aspectos da vida interna do Mosteiro de Santo Tirso, segundo a Visitação de 1437", in *Actas do Colóquio de História Local e Regional.* Santo Tirso: s/e, 1979, pp.209-232.

[61] Frei Leão de S. Tomás confirma a situação relativa aos comendatários, que "*ordinariamẽte tratavão mais de si que do espiritual, & temporal dos Mosteyros"*. S. TOMÁS, Frei Leão de – *Benedictina Lusitana*, vol. II. Coimbra: Officina de Manoel de Carvalho, 1651, p.411.

os mosteiros, mas a sua atenção prende-se mais a cenóbios mais ricos e com vastos domínios, onde poderiam auferir rendas abundantes[62].

### 3.2.Da degradação dos costumes à instituição da Congregação de S. Bento

Na primeira metade do século XV a situação de crise assume tais proporções e de forma tão evidente que as autoridades diocesanas[63] e mesmo os próprios monarcas tentam intervir, no sentido de promoverem a reforma das ordens religiosas. A primeira tentativa conhecida de reforma dos mosteiros beneditinos resultou na vinda a Portugal de D. Gomes Anes[64], abade de Florença e de Frei Álvaro, prior de Florença, em 1424, provavelmente a pedido de D. João I e do Infante D. Duarte. Contudo, as divergências com os abades comendatários ditaram o fracasso desta primeira tentativa[65] e o regresso de D. Gomes a Florença, ocupando-se com a reforma de outros mosteiros italianos[66]. A reforma beneditina parecia definitivamente comprometida.

---

[62] MATTOSO, José – "Beneditinos. I. Idade Média"…, 2000, p.204; LINS, Eugénio de Ávila – *Arquitectura dos Mosteiros Beneditinos no Brasil. Século XVI a XIX*. Vol.1. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Edição de autor, 2002, p.135. Sobre a comenda e os abades comendatários ver a completa explanação de DIAS, Geraldo José Amadeu. Coelho – "O Mosteiro de Tibães e a Reforma dos beneditinos portugueses no século XVI", in *Separata da Revista História*, vol. XII. Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1993, pp.101-102.

[63] Alguns prelados demonstraram interesse na reforma beneditina. Entre eles contam-se D. Fernando da Guerra, arcebispo de Braga, e D. Luís Pires, bispo do Porto. O primeiro, interveio na vida desregrada dos mosteiros por meio de visitas pastorais, chegando mesmo a suprimir algumas casas monásticas, reduzindo-as a igrejas paroquiais (Cfr. MARQUES, José – *A Arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, pp.851-889). Por sua vez, D. Luís Pires nomeou, em 1461,Frei João Álvares, abade comendatário de Paço de Sousa, para visitador e reformador dos mosteiros beneditinos da diocese do Porto (MATTOSO – "Beneditinos. I. Idade Média"…, 2000, p.205; DIAS – "O Mosteiro de Tibães…", 1993, p.108). Estes primeiros ensaios de reforma foram acompanhados por outros, levados a cabo em mosteiros como Rendufe, Tibães e Santo Tirso (DIAS – *art.cit.*, 1993, pp.108-109).

[64] Discípulo de Luís Barbo, o fundador da congregação de Santa Justina de Pádua, onde professou em 1413 e que, desde 1418, era abade do mosteiro beneditino de Florença. Cfr. COSTA, António Domingos de Sousa – "D. Gomes reformador da abadia de Florença e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV", in *Studia Monástica*, vol.5, Fasc.1. Barcelona: Abadia de Monserrat, 1963, pp.59-164.

[65] No ano seguinte ao da chegada dos reformadores, o rei e o infante pediram a D. Gomes Anes que enviasse dezoito monges para a reforma que, ao que parece, se iniciaria no mosteiro de Alpendorada, uma vez que o monarca solicitou ao Santo Padre que revogasse a sua comenda, detida por Lourenço, bispo de Mégara. Simultaneamente, foi decidida a construção de um mosteiro dedicado a São Bento, em Xabregas, que seria confiado a dois outros portugueses vindos de Florença: Frei Estêvão de Aguiar e Frei Fernando Falcão. Possivelmente, por desentendimentos entre Frei Estêvão e D. Gomes, e pelo impedimento da destituição por parte do comendatário de Alpendorada junto da Santa Sé, o processo de reforma logrou. MATTOSO - "Beneditinos. I. Idade Média"…, 2000, pp.204-205.

[66] D. Gomes Anes não abandonou totalmente o projecto de reforma dos beneditinos portugueses. Foi enviado pelo Papa a Portugal, em 1436, encarregue da reforma eclesiástica, com o auxílio do mestre João Vicente, fundador da Ordem dos Lóios. Todavia, mais uma vez D. Gomes não foi bem sucedido, já que o projecto a que se propôs teve que enfrentar os protestos do clero português, que ameaçou apelar para o concílio. No ano seguinte (1437), o abade acabou por regressar a Itália. MATTOSO - "Beneditinos. I. Idade Média"…, 2000, p.205.

Em 1452, D. Afonso V solicitou ao Papa que os cargos de abade ou prior dos mosteiros não pudessem ser distribuídos em comenda a pessoas estranhas às casas monásticas. Porém, a proibição da Santa Sé não teve qualquer repercussão[67]. No reinado de D. João III são encetados novos esforços no sentido do avanço da reforma geral das ordens religiosas. A partir deste momento, a reforma monástica beneditina tornou-se irreversível, estando nela empenhados D. Catarina e os infantes cardeais, D. Afonso e D. Henrique[68].

Imbuído do espírito reformador, o Cardeal D. Henrique nomeou D. António Silva para comendatário do mosteiro de Santo Tirso, assumindo este último o compromisso de reformar o mosteiro. Parte para Espanha com o intuito de solicitar o auxílio da Congregação de S. Bento de Valladolid, reconhecida desde 1496[69]. Através da intercessão de D. Catarina, regente durante a menoridade de D. Sebastião, D. António Silva conseguiu de D. Frei Diogo de Lerma, abade geral da congregação espanhola, o envio, em 1558, de dois monges reformadores: Frei Pedro de Chaves[70] e Frei Plácido de Vilalobos[71]. Desta forma iniciou-se a reforma do mosteiro de Santo Tirso, que os monges pretendeiam estender aos restantes mosteiros beneditinos. Nesse sentido, iniciaram diligências junto da Corte, com vista à criação da congregação

[67] DIAS – "O Mosteiro de Tibães…", 1993, p.106.
[68] IDEM – *Ibidem*, p.107.
[69] MAHLER, M. – "Les premières congrégations bénecdictines", in *Dictionnaire de Spiritualité, Ascétique et Mystique. Doctrine et Histoire.* Tome I – AA.-Byzance. Paris: Gabriel Beauchesne et ses fils, 1937, p.1427.
[70] Frei Pedro de Chaves nasceu em Zafra (Badajoz) em 1514. Tomou o hábito beneditino em 1534 na abadia de Monserrat, onde foi mestre de noviços até 1558, altura em que o abade geral, Frei Diogo de Lerma o enviou, na companhia de Frei Plácido de Vilalobos, a reformar o mosteiro de Santo Tirso. Regressou novamente a Espanha, em 1561, estabelecendo-se em Oña (Burgos). Três anos mais tarde foi eleito abade de Lorenzana (Lugo), cargo que desempenhou até 1565, momento em que regressou a Monserrat. Em 1568 foi eleito definidor e visitador geral (1568-1571). Regressou novamente a Portugal, em 1569, a pedido do Cardeal D. Henrique, onde foi nomeado primeiro abade geral da Congregação de S. Bento de Portugal (1569-1581). Acabaria por falecer a 10 de Outubro de 1584. AQUINO, Frei Thomaz de – *Elogios dos Reverendissimos Padres DD. Abbades Geraes da Congregação de Portugal e Principado do Brazil.* Porto: na Officina de Francisco Mendes Lima, 1767, pp.1-69; ASCENSÃO – *Chronica do antigo, Real e Palatino Mosteiro de S. Martinho de Tibães desde a sua 1a fundação até ao presente com hum catalogo dos...Abbades perpetuos, Commendatários e Abbades Geraes.* Mosteiro de São Martinho de Tibães, 1745. Manuscrito nº.11416 [disponível na Biblioteca Nacional, Lisboa, Portugal], pp. 208-210; ALADRO, Jordi – "Notas y aclaraciones a la vida y obra de Fray Pedro de Chaves", in *Studia Monástica.* Vol.4, Fasc.1. Barcelona: Abadia de Montserrat, 2007, pp.75-76; ZARAGOZA PASCUAL, Ernesto – "Reforma de los benedictinos portugueses (1564-1565)", in *Bracara Augusta.* Vol. XXXV – nº.79-80 (92-93). Braga: Câmara Municipal de Braga, 1981, p.275.
[71] Frei Plácido de Vilalobos nasceu em Lisboa (1527) e tomou o hábito na abadia de Monserrat, em 1545. Em 1558 foi enviado pelo abade geral, Frei Diogo de Lerma, a acompanhar Frei Plácido de Vilalobos a Portugal na reforma dos beneditinos portugueses. Foi abade de Rendufe, Lisboa e segundo geral da Congregação de S. Bento de Portugal entre 1581 e 1587. Faleceu em Lisboa a 16 de Agosto de 1589. AQUINO – *ob. cit.*, 1767, pp.70-85; ASCENSÃO – *ob. cit.*, p. 225; ZARAGOZA PASCUAL – *art. cit.*1981, p.275-276.

beneditina portuguesa[72]. Como opositores a este intento foram muitos e fortes na sua luta, Frei Pedro de Chaves acabou por regressar a Espanha, ficando Frei Plácido de Vilalobos como prior do mosteiro de Santo Tirso[73].

Antes da conclusão do Concílio de Trento (1545-1563), o rei D. Sebastião recebeu com o direito de padroado dos mosteiros beneditinos através da bula emitida pelo Papa Pio V, em 1562, direito extensível aos seus sucessores[74]. Seguiu-se o Breve *Ex proximis litteris*, dando poder ao monarca para corrigir os mosteiros[75]. Com o intuito de fazer aplicar a bula, D. Sebastião e a sua avó, D. Catarina, solicitaram a Frei Juan de Villaumbrales, geral de Valladolid, o envio de monges para a reforma dos mosteiros beneditinos portugueses. Chegaram a território nacional Frei Alonso Zorilla e Frei Juan de Guzmán, em 1562, permanecendo até 1565, ano em que Frei Juan de Guzmán se deslocou a Espanha para apresentar, no Capítulo Geral de Valladolid, o resultado final das visitas feitas aos mosteiros portugueses entre 1564 e 1565, corporizado no documento *Informaçao que deu o P. Fr. Alonso Çorrilla dos nossos mosteiros a S. A. Avendos visitado*[76] O documento é claro ao descrever de forma detalhada o estado de degradação temporal e espiritual das casas monásticas. Perante tal cenário, Frei Alonso Zorilla convenceu o Cardeal D. Henrique e o rei a pedirem bulas de reforma à Santa Sé. Neste contexto, o Papa Pio V promulgou a Bula *In eminenti* instituindo a Congregação dos Monges Negros de S. Bento dos Reinos de Portugal[77], da qual o mosteiro de Tibães seria a cabeça. Foi ainda determinada a extinção dos mosteiros não reformáveis e

[72] AQUINO –*ob. cit.*, 1767, p.19.
[73] AQUINO – *ob. cit.*, p.19; DIAS – "O Mosteiro de Tibães…", 1993, p.110; IDEM - "Beneditinos. II. Época Moderna", in *Dicionário de História Religiosa de Portugal. A – C.* Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p.205; LINS, Eugénio de Ávila – *Arquitectura dos Mosteiros…*, 2002, p.136; SOUSA, Gabriel – "Beneditinos", in *Dicionário de História da Igreja em Portugal.* Vol. II. Lisboa: Editorial Resistência, 1983, p.345; ZARAGOZA PASCUAL – "Reforma de los benedictinos portugueses…", 1981, pp.275-276.
[74] Bula *Eximiae devotionis*, de 1 de Fevereiro de 1562. *Corpo Diplomático Portuguez contendo os actos e relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o século XVI até os nossos dias.* Tomo 9. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1886, pp.425-430; DIAS – "O Mosteiro de Tibães…", 1993, p.111; IDEM - "Beneditinos. II. Época Moderna", 2000, p.205; LINS - *Arquitectura dos Mosteiros…*,2002, p.136; ANTUNES, Manuel Augusto Lima Engrácia – *Assentos, encomendantes e utilizadores na igreja monástica Beneditina no Norte de Portugal. Séculos XVII a XIX*. 3 Volumes. Porto: Edição de autor, 2007, p.162.
[75] Breve datado de 12 de Abril de 1562. *Corpo Diplomático Portuguez…*Tomo 9, pp.463-464; DIAS – "O Mosteiro de Tibães…", 1993, p.111; IDEM - "Beneditinos. II. Época Moderna", 2000, p.205; LINS - *Arquitectura dos Mosteiros…*,vol.1, 2002, p.136.
[76] Ver transcrição integral da fonte documental em ZARAGOZA PASCUAL – "Reforma de los benedictinos…", 1981, pp.279-290.
[77] Bula promulgada a 30 de Abril de 1566. *Corpo Diplomático Portuguez.*…Tomo 10, pp.208-212; DIAS – "O Mosteiro de Tibães…", 1993, p.111; IDEM - "Beneditinos. II. Época Moderna", 2000, p.205; SOUSA – "Beneditinos", vol. II, 1983, pp.345-346; LINS - *Arquitectura dos Mosteiros…*,2002, pp.136-137; ANTUNES – *Assentos, encomendantes e utilizadores…*, 2007, p.162.

decretado que o governo abacial ficaria reduzido para três anos através das bulas *Regimini Universalis Ecclesiae*[78] e *Ex injuncto nobis*[79], emitidas pelo Papa Pio V, em 1567[80].

Com algumas dúvidas sobre o sucesso do processo de Reforma, o Cardeal D. Henrique promoveu um inquérito nos mosteiros de Braga e Porto, que decorreu entre 27 de Agosto e 18 de Setembro de 1568. A atitude potencia a vinda, de Salamanca, de Frei Gomes de Medanha para solicitar ao Cardeal o regresso de Frei Pedro das Chaves, que por esta altura estaria em S. Salvador de Oña (Burgos)[81]. Em Maio de 1569, Frei Pedro de Chaves e Frei Cosme de Medanha, que entretanto voltara a Espanha, regressam a Portugal, encontrando-se, num primeiro momento, com D. Sebastião e o Cardeal D. Henrique em Sintra, seguindo depois para o mosteiro de Alcobaça, onde Frei Pedro, a 22 de Julho de 1569, foi investido nos cargos de abade do mosteiro de Tibães e de primeiro abade geral da Congregação beneditina portuguesa, por um período de dez anos[82]. A tomada de posse decorreu a 8 de Setembro de 1569[83], depois de Frei Pedro ter obtido a provisão do arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires[84]. O primeiro Capítulo Geral realizou-se a 10 de Setembro de 1570[85] e tomou lugar no mosteiro de Tibães. O objectivo primordial da Congregação recém-criada prendia-se com a criação de um enquadramento constitucional baseado nas Constituições da Congregação de Valladolid.

Após a instituição da Congregação, seguiu-se o lento processo de incorporação dos mosteiros que ainda estavam sob a alçada dos comendatários[86]. Em 1574, um Breve de Gregório XIII revogou a segunda Bula de Pio V, ao suspender a posse dos mosteiros

---

[78] Bula emitida a 7 de Agosto de 1567. DIAS – "O Mosteiro de Tibães…", 1993, p.111; ANTUNES – *Assentos, encomendantes e utilizadores.…*, 2007, p.162.
[79] Bula emitida a 26 de Outubro de 1567. *Corpo Diplomático Portuguez.*.Tomo 10, pp.277-283.
[80] DIAS – "O Mosteiro de Tibães…", 1993, p.111; IDEM - "Beneditinos. II. Época Moderna", 2000, pp.205-206; SOUSA – "Beneditinos", vol. II, 1983, p.346.
[81] DIAS – "O Mosteiro de Tibães…", 1993, p.112; IDEM - "Beneditinos. II. Época Moderna", 2000, p.206.
[82] AQUINO – *Elogios dos Reverendissimos Padres.…*, 1767, pp.19-22.
[83] ASCENSÃO - *Chronica do antigo.…*,1745, pp. 179, 187-191; ANTUNES – *Assentos, encomendantes e utilizadores.…*, 2007, p.162.
[84] Provisão passada a 3 de Setembro de 1569. ASCENSÃO – *Chronica do antigo.…*, p.186-187; DIAS – "O Mosteiro de Tibães…", 1993, p.114.
[85] DIAS – "O Mosteiro de Tibães…", 1993, p.113; IDEM - "Beneditinos. II. Época Moderna", 2000, p.206; LINS - *Arquitectura dos Mosteiros.…*,vol.1, 2002, p.137; ANTUNES – *Assentos, encomendantes e utilizadores.…*, 2007, p.165; SOUSA – "Beneditinos", vol. II, 1983, pp.346.
[86] A incorporação foi feita à medida que os comendatários faleciam ou abdicavam. Primeiramente tomaram posse dos mosteiros da Arquidiocese de Braga, seguindo-se alguns mosteiros do Porto, após a provisão do bispo D. Rodrigo Pinheiro, a 13 de Outubro de 1569 (DIAS – "O Mosteiro de Tibães…", 1993, p.115). Seguiram-se os restantes mosteiros, datando a última incorporação de Maio de 1596. DIAS – "O Mosteiro de Tibães…", 1993, pp.122-123; IDEM - "Beneditinos. II. Época Moderna", 2000, p.206.

que ainda não tinham sido incorporados, embora renovasse o padroado desses mesmos mosteiros a favor de D. Sebastião[87]. A 22 de Janeiro de 1578, o monarca doou todos os mosteiros beneditinos de padroado régio à Congregação[88]. A situação ficou normalizada em 1587, já no reinado de Filipe II, com a emissão da Bula *Injuncto nobis desuper* pelo Papa Sisto V, que renovou as bulas de Pio V e confirmou a Congregação de S. Bento dos Reinos de Portugal[89].

O espírito missionário da congregação emergiu por esta altura, lançando-a na procura por estender a sua influência além-mar[90]. No seguimento desta vontade, em 1581 aportaram os primeiros monges beneditinos em terras de Vera Cruz. Mais tarde, em 1596, foi criada a Província beneditina do Brasil, que viria a autonomizar-se em 1827[91].

Quando tudo parecia estabilizado no seio da Congregação, surgiram inúmeros conflitos que potenciaram uma nova visita reformadora, entre Novembro de 1588 e Abril de 1589, por ordem de Filipe II, de Frei Álvaro Salazar e Frei Sebastián Villoslada, que estiveram presentes no Capítulo Privado do Príncipe Alberto, Cardeal Arquiduque de Áustria, que decorreu em Lisboa a 25 de Novembro de 1589. O relato oficial, lido no Capítulo Geral de 3 de Maio de 1590, em Tibães, apresentava um discurso bastante favorável para a Congregação, pelo que se pode depreender que a

[87] Breve *Dum intra mentis*, datado de 16 de Janeiro de 1574. *Corpo Diplomático Portuguez…*Tomo 10, pp.480-489; DIAS – "O Mosteiro de Tibães…", 1993, p.113; IDEM - "Beneditinos. II. Época Moderna", 2000, p.206; ANTUNES – *Assentos, encomendantes e utilizadores…*, 2007, p.165; SOUSA – "Beneditinos", vol. II, 1983, p.346.
A 13 de Outubro de 1576, o D. Sebastião obtém novamente o padroado dos mosteiros beneditinos portugueses e envia uma missiva ao Corregedor de Viana do Castelo para que este tomasse para o padroado da Coroa os mosteiros não incorporados da Arquidiocese de Braga e Diocese do Porto (DIAS – "O Mosteiro de Tibães…", 1993, p.113; IDEM - "Beneditinos. II. Época Moderna", 2000, p.206).

[88] DIAS – "O Mosteiro de Tibães…", 1993, p.116; ANTUNES – *Assentos, encomendantes e utilizadores…*, 2007, p.165.

[89] DIAS – "O Mosteiro de Tibães…", 1993, p.123; IDEM - "Beneditinos. II. Época Moderna", 2000, p.207; ANTUNES – *Assentos, encomendantes e utilizadores…*, 2007, p.166; SOUSA – "Beneditinos", vol. II, 1983, p.346.

[90] Sobre os beneditinos e a missão ver DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – "Os Beneditinos portugueses e a missão", in *Bracara Augusta*, vol. XXXVIII, nº85-86 (98-99). Braga: Câmara Municipal de Braga, pp.211-231.

[91] No seguimento da independência do Brasil, em 1822, o abade provincial, em nome dos monges brasileiros, solicitou ao Imperador a sua ingerência junto da Santa Sé para a constituição de uma congregação autónoma. Atendendo ao pedido dirigido a 16 de Fevereiro de 1827, o Papa Leão XII emitiu a Bula *Inter gravissima curas*, de 1 de Julho de 1827, onde decretava a instituição da Congregação Beneditina Brasileira, separada da sua congénere portuguesa, outorgando igualmente todos os privilégios, honras e prerrogativas de que dispunha a Congregação Beneditina Portuguesa. LINS - *Arquitectura dos Mosteiros…*,2002, pp. 138, 173-174, 209-210.

reforma instituída estava bem alicerçada[92]. A acompanhar o relato oficial encontrava-se uma carta confidencial[93], enviada por Frei Álvaro ao Cardeal Arquiduque, datada de 24 de Abril de 1589, facto que evidencia a intromissão do poder político nas questões da Congregação. A carta dava conta da separação existente entre os monges, que se digladiavam pelo poder, e aconselhava algumas medidas[94], abordando igualmente outras questões. As rivalidades parecem ter sido superadas a partir do Capítulo Geral de 1590 e a eleição de Frei Gonçalo de Morais[95]. Estabeleceram-se as linhas gerais que iriam reger a vida comunitária nos diversos mosteiros reformados, ao mesmo tempo que se editavam as primeiras constituições da Congregação[96]. A partir deste momento foi desencadeado um processo de renovação artística que se estendeu pelos mosteiros beneditinos situados de um e outro lado da fronteira, possível graças ao novo sistema de administração que possibilitou a canalização de capital para a estabilidade da economia da Congregação[97] e o início e progressão de grandes obras nos mosteiros medievais, além da edificação de novos mosteiros[98].

### 3.3. A Congregação de S. Bento e o lento processo de declínio

[92] ZARAGOZA PASCUAL, Ernesto – "Reforma de los benedictinos portugueses (1588-1589)", in *Theologica*. II Série, Vol. XVII, Fasc.I-IV. Braga: Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Teologia, 1982, p.147.

[93] Ver transcrição integral da carta em ZARAGOZA PASCUAL – *art. cit.*, 1982, pp.147-218.

[94] Os monges encontravam-se divididos em dois grupos. Os *Martinetes*, sediados em Tibães, seguiam a orientação de Frei Plácido de Vilalobos. Além deste, contavam-se outros nomes como Frei Baltazar de Braga e Frei António Silva. Os *Nicolaítas*, relacionados com o movimento iniciado por Frei Diogo de Murça em Refojos de Basto e Coimbra, deviam o seu nome ao facto de inicialmente serem estudantes pobres e fazerem o peditório público pelo S. Nicolau, a 6 de Dezembro. Entre os ilustres deste grupo contavam-se Frei Cosme de Medanha, Frei João Pinho e Frei Gonçalo de Morais. ZARAGOZA PASCUAL – Reforma de los benedictinos portugueses…", 1982, pp.144, 147-148; DIAS – "O Mosteiro de Tibães…", 1993, p.118; IDEM - "Beneditinos. II. Época Moderna", 2000, p.207; LINS - *Arquitectura dos Mosteiros.*…,vol.1, 2002, p.138.

[95] DIAS – "O Mosteiro de Tibães…", 1993, p.119; IDEM - "Beneditinos. II. Época Moderna", 2000, p.207.

[96] As primeiras Constituições da Congregação Portuguesa foram impressas em Lisboa e datam de 1590 (*Constituiçoens da Ordem de Sam Bento destes Reynos de Portugal*. Lisboa: António Alvarez, 1590.). Estas foram recompiladas e tiradas de muitas definições aprovadas nos Capítulos Gerais anteriores à criação da Congregação. A esta edição seguiu-se a edição latina, em 1629 (*Constitutiones Monachorum Nigrorum Ordinis. S. P. Benedict Regnorum Portugalliae.* Conimbricae: Apud Didacum Gomes de Loureyro, 1629.). ANTUNES – *Assentos, encomendantes e utilizadores.*…, 2007, pp.158-160.

[97] Ana Goy considera mesmo que as linhas gerais de actuação dos mosteiros beneditinos foram traçadas pela Congregação de Valladolid e respeitadas por portugueses e espanhóis até à Guerra da Independência, em 1640, altura em que as comunidades beneditinas dos dois países seguiram rumos diferentes (GOY, Ana – "La influencia de la reforma benedictina en la renovación de las fábricas de los monastérios gallegos", in *Struggle for Synthesis: A Obra de Arte Total nos séculos XVII e XVIII. Actas do Simpósio Internacional.* Vol.1 – Conceitos, Métodos, Problemas. Espaços Sagrados. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 1999, p.153).

[98] Entre as novas construções contam-se os mosteiros de S. Bento da Saúde (Lisboa), S. Bento dos Apóstolos (Santarém), S. Bento da Vitória (Porto) e o Colégio de S. Bento (Coimbra).

A Congregação beneditina portuguesa viveu o seu período áureo do início do século XVII até meados do século XVIII, altura em que se inicia o processo de declínio, compartilhado pela maioria das ordens religiosas portuguesas. O primeiro golpe foi desferido a 3 de Setembro de 1759, quando Sebastião José Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, decretou a expulsão dos Jesuítas do território nacional. No seguimento desta lei veio a tentativa de supressão de diversos mosteiros, entre eles os mosteiros beneditinos[99]. Também o reinado de D. Maria I revelou-se pouco favorável à Congregação. A lei de Julho de 1790 retirou poderes aos donatários ao extinguir as Ouvidorias e as isenções de correição, extraindo a autonomia jurídica e administrativa que muitos mosteiros beneditinos gozavam através das cartas de couto que lhes foram doadas pelos monarcas e confirmadas ao logo dos séculos. A somar a esta medida veio a lei de 10 de Fevereiro de 1790, que proibia a admissão de noviços, disposição legal que ditaria a morte lenta das ordens religiosas. O abade geral da Congregação recebeu a determinação da soberana impondo a apreciação da *Junta do Exame para o Estado actual e Melhoramento temporal das Ordens Regulares* que determinaria a admissão de noviços. Outra das pretensões do reinado de D. Maria foi a extinção de alguns mosteiros, como o de Arnóia[100].

A 15 de Julho de 1799, D. João VI assumiu definitivamente a regência do país, por impedimento da saúde mental de sua mãe. No seu reinado perdurou o impedimento de entrada de noviços na Congregação, uma vez que eram necessários recrutas para o exército, assim como uma série de medidas que conduziram ao empobrecimento dos mosteiros beneditinos.

A par das medidas régias expostas, começaram a surgir novos problemas no seio da Congregação beneditina. A difusão dos ideais iluministas implantou-se entre os beneditinos por volta de 1755, ano em que alguns mestres do Colégio de Coimbra solicitaram uma autorização ao Capítulo Geral para implementarem o estudo da doutrina de Santo Anselmo nos colégios da Ordem[101]. Os beneditinos deixam-se embeber pelo iluminismo racionalista, dedicam-se mais ao trabalho intelectual, apetrecham as livrarias com várias obras, entre elas a *Enciclopédia*, promovem as ciências exactas, cultivam a História, entre outros aspectos que evidenciam a vontade de

[99] OLIVEIRA, Paulo João da Cunha – *A Congregação Beneditina Portuguesa no Percurso para a Extinção (1800-1834).* Viseu: Palimage Editores, 2005, p.29.
[100] IDEM – *Ibidem*, p.30.
[101] OLIVEIRA - *A Congregação Beneditina…*, 2005, p.31; DIAS - "Beneditinos. II. Época Moderna", 2000, p.208.

criarem uma melhor administração, com indivíduos mais desenvoltos, esclarecidos[102]. Todavia, a penetração das novas ideias veio consolidar igualmente algumas rupturas já existentes na Ordem, resultantes da preponderância dos monges do Norte, que se opunham aos do Sul, ou mesmo as interferências da Coroa na escolha dos mais altos cargos da administração beneditina, atitudes que se manifestavam desde inícios da Congregação[103].

No século XIX a situação de debilidade da Congregação beneditina agravou-se consideravelmente, até à extinção das ordens religiosas, decretada em 1834. O país entrava num processo de transição da Época Moderna para a Contemporânea, percurso iniciado de forma abrupta, violenta, com as Invasões Francesas (1807-1810). As invasões de Junot (1807-1808), Soult (Março a Maio de 1809) e Massena (1810), além das múltiplas depredações dos bens das comunidades monásticas[104], destruição de mosteiros e casas anexas[105], potenciaram decretos que aumentaram consideravelmente a carga fiscal da Congregação[106]. As comunidades monásticas ficaram totalmente desreguladas com a fuga de abades e monges, ou a integração dos mesmos nos "Corpos Eclesiásticos", para combaterem o inimigo[107]. A indisciplina grassa, traduzida no desregramento moral e da observância monástica, nas dissensões causadas por conflitos entre os monges, agravada pelas irregularidades nas eleições realizadas nos Capítulos Gerais[108].

---

[102] OLIVEIRA – *ob. cit.*, 2005, pp.31-34. Sobre a penetração da Ilustração nos claustros beneditinos ver RAMOS, Luís de Oliveira – "Os Beneditinos e a Cultura: ressonâncias da Ilustração", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Série II, Vol.I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1984, pp.159-186.

[103] OLIVEIRA – *o.cit.*, 2005, pp.34-36; DIAS - "Beneditinos. II. Época Moderna", 2000, p.208.

[104] As casas religiosas viram os seus saqueados e pilhados não só pelos soldados franceses, mas igualmente pelo povo que, aproveitando a anarquia generalizada, perpetrou inúmeros actos bárbaros (OLIVEIRA – *ob. cit.*, 2005, pp.46-48).

[105] Sobre as consequências das Invasões Francesas nos mosteiros e casas anexas ver SARAIVA, Frei Luís dos Serafins – *Memorias sobre o Estado actual dos Mosteiros que vou vizitando, sendo 2ª vés Secretario da Congregação, depois que sahirão os Francezes, e segundo as noticias que achei e que me forão communicando os Prelados e diversas pessoas com que falei neste assumpto: Escrevi isto em 1809 nos diversos Mosteiros por onde passei.* Manuscrito nº.11237 [disponível na Biblioteca Nacional, Lisboa, Portugal]; A.D.B. Tibães. *Livro das Fábricas das Igrejas do Mosteiro e da Congregação*, 1807-1809, nº402 [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal]; A.D.B. Tibães. *Idem*, 1810-1812, nº403 [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal]; OLIVEIRA – *ob. cit.*, 2005, pp.66-118, 103-118.

[106] Ao pagamento da Décima, que se fazia desde 1641, associou-se o pagamento do Quinto dos rendimentos, desde 1796. As referidas contribuições viram-se agravadas no período das Invasões, com a criação da "Contribuição Extraordinária de Guerra", no valor de quarenta milhões de cruzados. Uma contribuição deveras pesada para as ordens monásticas, entre elas a Congregação beneditina, que além do empenho dos objectos de ouro e prata, juntou o valor de três quartos do seu rendimento anual OLIVEIRA – *ob. cit.*, 2005, pp.52-55.

[107] IDEM – *Ibidem*, pp.55-60.

[108] OLIVEIRA – *A Congregação Beneditina…*, 2005, pp.148-154.

A situação agudiza-se com a Revolução Liberal[109] e a oposição entre liberais e absolutistas dentro da própria Congregação. A estes problemas associou-se o agravamento dos impostos[110], conduzindo a Congregação de S. Bento a um efectivo empobrecimento, que se manifestava desde o início do século XIX e que se traduziu no notório decréscimo da produção cultural e artística dos cenóbios beneditinos após as Invasões Francesas, estagnando da Revolução Liberal em diante[111].

É neste contexto que surge a necessidade de reforma monástica. No seguimento das medidas tomadas por D. Maria I e D. João VI, a Coroa volta a tentar a reforma das ordens religiosas, desta vez por mão de D. Miguel, inspirado no modelo definido em 1819, que procurava reduzir o número de conventos e admissões de religiosos[112]. A medida acabaria por ser suplantada pela legislação liberal da Reforma dos Religiosos, de 1822[113]. Todavia, sucedeu-se a reacção absolutista, que impossibilitou mais uma vez a reforma[114]. Anos mais tarde, em 1829, D. Miguel volta a encetar nova tentativa[115], desta vez travada pela situação política e pelo clima de guerra civil.

---

[109] Alguns beneditinos destacaram-se na primeira linha da regeneração, como Frei Francisco de S. Luís, membro da Regência do reino até à chegada à metrópole de D. João VI, e Frei Vicente da Soledade, arcebispo da Baía e primeiro Presidente das Cortes Constituintes, figuras que procuraram ter atitudes de moderação, com vista a "uma orientação em que a religião e a liberdade pudessem ser entendidas em relação e não em oposição" (FERREIRA, António Matos – "Desarticulação do Antigo Regime e Guerra Civil. Igreja e Religião no debate de instauração do Regime Liberal", in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal*, Vol.3 Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p.27). Ambos procuravam a evolução da Igreja através da reforma, que pretendiam estender à própria Congregação, uma reforma que conjugasse religião e liberdade individual (FERREIRA – *ob. cit.*, 2000, p.27; OLIVEIRA - *A Congregação Beneditina…*, 2005, p.181).

[110] Com a Portaria de 10 de Abril de 1811, a Congregação de S. Bento passou do pagamento de um Quinto para o pagamento de um Terço dos seus rendimentos, sendo os mosteiros impelidos a concorrerem com donativos e contribuições de defesa. A pesada carga fiscal agravou a situação financeira da Congregação, a que se juntou a crise agrícola e a quebra nos rendimentos pela recusa de pagamento das rendas por parte dos rendeiros (OLIVEIRA – *ob. cit.*, 2005, pp.155-163). A situação agrava-se novamente, em 1821, quando das Cortes decidem cobrar uma Décima extraordinária às corporações religiosas (IDEM – *Ibidem*, p.184).

[111] OLIVEIRA – *ob. cit.*, 2005, pp.185-186.

[112] NETO, Vítor – "O Estado e a Igreja. Do Antigo Regime ao Liberalismo", in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*, Vol.5. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 1993, p.266.

[113] Na sequência da aprovação da Constituição de 23 de Setembro de 1822 surge o Decreto da Reforma dos Regulares de 18 de Outubro de 1822, que determina a extinção dos prelados maiores e Capítulos Gerais das ordens monásticas, admitindo-se apenas os prelados regulares locais, eleitos anualmente pelas comunidades, mas sujeitos aos ordinários. Incentiva também a secularização dos religiosos que manifestem vontade de abandonar o claustro e prevê um número mínimo de religiosos para os mosteiros poderem subsistir. Os monges dos cenóbios a suprimir seriam transferidos para outras casas monásticas, com preferência para os cenóbios situados fora das cidades. O decreto proíbe a admissão de noviços, profissões de monges e entrada de donatos. Trata-se de um conjunto de medidas que conduziram a uma lenta asfixia das ordens religiosas. OLIVEIRA – *ob. cit.*, 2005, pp.183-184.

[114] Com o regresso do Absolutismo (1823-1826), a Lei de Reforma dos Religiosos, de 1822, foi suspensa. A posse dos bens foi devolvida aos religiosos. Porém, D. João VI tratou de aplicar pesadas contribuições para compensar a restituição dos bens. A 17 de Dezembro de 1825 decidiu aplicar às ordens religiosas mais uma Décima extraordinária, além da que já era paga. OLIVEIRA – *ob. cit.*, 2005, pp.187-188.

Todo o processo de reforma das ordens religiosas, desejado desde o reinado de D. José, não culminou no cumprimento dessa vontade, mas com a extinção das mesmas. Um primeiro decreto surgiu em território insular, a 17 de Maio de 1832, por mão de Mouzinho da Silveira, que suprimiu os mosteiros e conventos dos Açores e mandou incorporar os bens das casas religiosas abolidas nos bens nacionais. O processo de extinção no continente surgiu com a Comissão de Reforma Geral Eclesiástica, criada por José da Silva Carvalho, com os decretos de 30 de Abril e 15 de Maio de 1833, que suprimiam todos os conventos abandonados. O Decreto de 3 de Agosto do mesmo ano ordenou a extinção de toda a casa religiosa que recebesse eclesiásticos, seculares ou regulares, que se tivessem insurgido contra a rainha. A 5 de Agosto seguinte foram emitidos dois decretos: um, determinava a perseguição dos religiosos que abandonaram casas monásticas ou paróquias e tomaram partido por D. Miguel, estabelecendo igualmente a supressão dos mosteiros e conventos que acolhessem tais religiosos e a incorporação dos seus bens nos bens nacionais; outro, proibia a admissão a ordens sacras e ao noviciado. Dias depois, pelo Decreto de 9 de Agosto de 1833, é imposta a extinção das casas que tivessem menos de doze monges, devendo os religiosos dos mosteiros e conventos com menos do número estabelecido como mínimo legal integrarem outras casas religiosas, enquanto os bens dos cenóbios abolidos eram integrados no Erário público. Além das determinações expostas, as ordens regulares ficavam sujeitas aos prelados diocesanos. O golpe de misericórdia neste processo de lenta agonia das ordens religiosas surge com o Decreto de 28-30 de Maio de 1834, que determinou a supressão das ordens religiosas masculinas, ficando as ordens femininas sujeitas aos bispos das respectivas dioceses, até à morte da última freira, momento do encerramento definitivo dos conventos[116]. Associado ao Decreto esteve o ministro Joaquim António de Aguiar, que convenceu D. Pedro a assinar o diploma, apesar da

[115] A 26 de Setembro de 1829, D. Miguel lançou nova lei que procurou reduzir o número de conventos e de admissões de religiosas, naquela que foi uma das últimas acções da *Junta para o Melhoramento das Ordens Regulares*, extinta pelo monarca nesse mesmo ano. Não tardaram as cobranças de Décimas extraordinárias, que se sucederam até 1832, fazendo do reinado de D. Miguel mais um dos que contribuiu para as inúmeras dificuldades financeiras da Congregação de S. Bento. OLIVEIRA – *ob. cit.*, 2005, pp.197-200.

[116] NETO, Vítor – "O Estado e a Igreja. A desestruturação da Igreja de Antigo Regime", in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*, Vol.5. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 1993, pp.267-268; FERREIRA, António Matos – "Desarticulação do Antigo Regime e Guerra Civil. Ruptura e afrontamento de legitimidades religiosas", in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal*, Vol.3 Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p.31; MATTA, José Caeiro da – *Condição legal das ordens e congregações religiosas em Portugal desde 1834.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1905, pp. 70-75; SEABRA, Eurico de – *Os bens das congregações no direito portuguez e no direito internacional. Commentario ás leis nacionaes.* Lisboa: Typographia "A Editora Limitada", 1915, pp.27-29.

renitência dos conselheiros do monarca, que procuravam a via reformista mais que a extinção[117]. Desta forma triunfava a concepção secular do funcionamento da Igreja e procedia-se à funcionalização do clero, desligando-o dos meios mais significativos pelos quais a Igreja estava presente em certos domínios da vida sociocultural[118].

### 3.4.O ressurgimento da Ordem

A restauração da Ordem de S. Bento em Portugal consolidou-se com o regresso do Brasil de Frei João de Santa Gertrudes Amorim, em 1865. Este angariou vocações e adquiriu o mosteiro do Couto de Cucujães em 1875. O cenóbio foi elevado à categoria de priorado dependente de S. Paulo de Roma, em 1776, e de abadia, em Junho de 1888, associando-se à Congregação de Beuron, em Sigmangen, principado de Hohenzollern, na Alemanha, com a qual conseguiram a fundação do mosteiro de Singeverga, em 1892[119]. Novo período conturbado surge em 1910, com a implantação da República e a separação entre a Igreja e o Estado. Apesar das pressões e acontecimentos, a Congregação aguentou firmemente, com o mosteiro de Singeverga a possibilitar uma segunda restauração, apesar do mosteiro de Cucujães ter sido confiscado e reduzido a priorado simples[120]. A Santa Sé transferiu o título abacial do mosteiro de Cucujães, que entretanto foi adquirido para Seminário das Missões Ultramarinas, para o Mosteiro de Singeverga, em 1938. Contra todas as adversidades, a Congregação beneditina provou que se tinha restabelecido de forma sólida e definitiva em Portugal, presença que ainda hoje podemos testemunhar.

[117]OLIVEIRA – *ob. cit.*, 2005, pp.211-213.
[118] FERREIRA – *ob.cit.*, 2000, p.31.
[119] DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – "Beneditinos. III. Época Contemporânea", in *Dicionário de História Religiosa de Portugal. A – C.* Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p.208; LINS - *Arquitectura dos Mosteiros…*,vol.1, 2002, p.140; SILVA, Joaquim Candeias da – *S. Martinho de Cucujães. De Mosteiro Beneditino a Seminário das Missões (Século XII a XX) – Subsídios históricos.* Cucujães: Escola Tipográfica das Missões, 2005, p.33; SOUSA – "Beneditinos", vol. II, 1983, p.349.
[120] DIAS – *art.cit*, 2000, p.208; SOUSA – *art. cit.*, p.349.

# Capítulo II

## Arquitectura Monástica

## 1.O espaço monástico beneditino

O desejo de atingir a perfeição divina através do afastamento da sociedade constituiu um fenómeno transversal a diversas religiões e anterior ao Cristianismo. Os primórdios do monaquismo cristão apresentam-se algo incertos, a que correspondeu, em termos arquitectónicos, uma fase de progressiva adaptação, marcada por estruturas bastante primitivas. Será necessário aguardar pelo monaquismo beneditino para se assistir ao florescimento da racionalização e da humanização dos espaços, que se reflectiu no complexo monástico[121].

A Regra de São Bento[122] constituiu o ponto de partida dos conjuntos monásticos beneditinos, ao insistir e difundir, de modo particular, a noção de *clausura*[123]. No primeiro capítulo da Regra, São Bento apresenta-se contra dois tipos de monges: os sarabaítas, que não faziam o voto de obediência e não se encontravam sob a alçada de um abade; e os giróvagos, espécie de monges vagabundos[124]. Coloca a tónica no voto de estabilidade, que todos os noviços deviam prometer e respeitar, a partir do dia da sua profissão[125]. O cumprimento deste voto conduziu à criação de um conjunto de edifícios que permitissem a convivência dos membros num local permanente, que possibilitasse mesa e descanso comuns, a participação no Conselho e nos bens, a unidade disciplinar sob os preceitos da Regra, constituindo-se uma comunidade de vida verdadeiramente organizada[126]. São Bento procurou, desta forma, assegurar a separação do mundo, através da criação de um conjunto arquitectónico autónomo e auto-suficiente, contendo no seu limite tudo quanto fosse necessário[127]. Neste sentido, o mosteiro apresenta-se

---

[121] BORGES, Nelson Correia – "Arquitectura Monástica Portuguesa na Época Moderna (Notas de uma Investigação)", in *MVSEV*, IV Série, nº7. Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo, 1998, p.33.

[122] *Regra do Glorioso Patriarcha Sam Bento, tirada de Latim em lingoajem Portuguesa*. Lisboa: Oficina de António Ribeiro, 1586.

[123] *"E a officina onde com diligẽcia ponhamos por obra todas estas cousas, he a clausura & encerramento do mosteiro, & a perseverança em a Congregação"* (*Ibidem*, Cap.IV, fol.9).

[124] *Ibidem*, Cap.I, fol.4-4v.

[125] *Ibidem*, Capítulo LVIII, fol.39v.

[126] MARTINS, Fausto Sanches – "Afinidades e divergências na concepção espacial entre o Mosteiro Beneditino e o Colégio Jesuíta", in *Poligrafia*, nº9/10. Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 2000-2001, p.7.

[127] *"…O mosteiro (se for possivel) edifiquese de maneira & em parte que tenha das portas a dentro tudo o que for necessario, convem a saber, agoa, moinho, horta, forno, & todos os officios se exercitem dentro do mosteiro, porque não tenham os monges necessidade de andarem vagueando por fora, porque totalmente não convem pera suas almas."* (*Regra do Glorioso Patriarcha…*, Cap. LXVI, fol.46v).
ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – "O Mosteiro-cidade na Génese e Desenvolvimento Urbano: uma interpretação do espaço", in *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Volume V-VI. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006-2007, p.528; LINS, Eugénio de Ávila – *Arquitectura dos Mosteiros Beneditinos no Brasil. Século XVI a XIX*. Vol.1. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Edição de autor,

como uma edificação plural, definida por um conjunto de espaços que visavam suprir as necessidades dos membros da comunidade, espaços esses que exigiam uma rigorosa organização e sistematização[128].

Para Nelson Correia Borges, pela diversidade de espaços criados para responderem a uma pluralidade de funções, o mosteiro pode ser entendido como uma cidade[129]. Nesta senda, Manuel Joaquim Moreira da Rocha refere que o gérmen da organização dos espaços monásticos radica-se na assimilação da organização racional das cidades romanas, construídas a partir dos eixos viários fundamentais (*decumanus maximus* e *cardo maximus*), que convergiam para um ponto central, o *fórum*. A partir deste último procedia-se à hierarquização dos espaços públicos, de acordo com as funções para as quais haviam sido criados. Tal como na cidade romana, a cada construção do macro-espaço monástico correspondia uma função predeterminada[130]. Voltando-nos para o contexto religioso, no Livro do Apocalipse aparecem indicações precisas sobre a cidade santa, ideal, a Jerusalém Celeste (Ap 21, 10-23), que São Bernardo faz corresponder ao mosteiro e ao seu claustro, locais privilegiados de purificação do homem e comunhão com Deus. O mosteiro deve, pois, ser entendido como a *Jerusalem sancta*, a "cidade da paz", onde o monge gosta de viver sob o olhar de Deus, na obediência ao representante de Cristo, o abade, na oração e no trabalho. Pelo voto de estabilidade, o monge une-se não só à família monástica, como ao próprio mosteiro: o monge deve, por isso, "estender o seu amor às próprias paredes do convento"[131]. Outra linha de pensamento sobre a cidade foi expressa séculos antes por Santo Agostinho, ao apresentar a cidade terrena, conotada com o mal, com o amor-próprio, contraposta à cidade celeste, associada ao bem, ao amor de Deus[132]. Seguindo esta perspectiva, Nelson Correia Borges aponta o complexo monástico como a

---

2002, p.107; ESCHAPASSE, Maurice – *L'architecture Bénédictine en Europe.* Paris : Editions des Deux-Mondes, 1963, p.13.

[128] DIAS, Geraldo Amadeu Coelho – "Construção do Mosteiro beneditino ideal – os espaços", in *O Mosteiro de São Bento da Vitória: 400 anos*. Porto: Edições Afrontamento, 1997, p.23; ROCHA – "O Mosteiro-cidade…", 2006-2007, p.528; ANTUNES, Manuel Augusto Lima Engrácia – *Assentos, encomendantes e utilizadores na igreja monástica Beneditina no Norte de Portugal. Séculos XVII a XIX*. Vol.1. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Edição de autor, 2007, p.428; ESCHAPASSE – *ob. cit.*, 1963, p.13.

[129] BORGES, Nelson Correia – *Arquitectura Monástica em Lorvão. Sombras e Realidade*: *das origens a 1737*. Vol 1. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: Edição de autor, 1992, p.333; ROCHA – *art. cit.*,2006-2007, p.529.

[130] ROCHA – *art. cit.*,2006-2007, p.529.

[131] MARMION, Dom Columba – *Jesus Cristo Ideal do Monge.* Negrelos: Edições Ora & Labora, 1962, p.116.

[132] SANTO AGOSTINHO – *A Cidade de Deus.* Vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, p.988 e 1319; ROCHA – *art. cit.*,2006-2007, p.531.

materialização de um ideal e uma quase comunidade "urbana", uma "cidade de Deus"[133].

Ainda que se dispusesse de uma normativa de vida que continha implicitamente os aspectos fundamentais a ter em conta na edificação de um mosteiro, a necessidade de fixação de um plano geral de construção assomou, num momento em que se procurava a reforma do monaquismo beneditino e a regulamentação precisa da organização espacial e temporal dos mosteiros[134]. Decorrente de uma reflexão inserida no Concílio de Indien/Aix-la-Chapelle (816-817), surgiu o mais antigo plano de um conjunto monástico beneditino que se conhece até à actualidade. Encontra-se guardado na biblioteca de Saint-Gall, na Suíça[135] e, apesar de constituir um modelo teórico, ideal, que não chegou a ser erigido, este plano funcionou como modelo das construções monacais posteriores, com adições e/ou subtracções[136]. A planta apresenta um conjunto verdadeiramente organizado, segundo uma regularização planimétrica, onde a pluralidade dos espaços se desenvolve e hierarquiza a partir da igreja, que ocupa uma área mais expressiva e, principalmente, do claustro, elemento cuja força centrípeta atrai a si as restantes construções[137].

Ao partirmos para a análise da tipologia arquitectónica e do programa de um conjunto monástico, verificamos a fixação de um esquema geral, herdeiro do modelo de Saint-Gall, que se agrupa em três núcleos fundamentais[138]: núcleo litúrgico e de oração; o mosteiro, definido pelo claustro e, em torno deste, outras dependências fundamentais que lhe estão agregadas; e a cerca, constituída pelos restantes espaços que, não

---

[133] BORGES – "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, p.32.

[134] DAVRIL, Dom Anselme; PALAZZO, Eric – *La vie des moines au temps des grandes abbayes Xe-XIIIe siècles.* s/l : Hachette Littératures, 2000, pp.197-198, 201-202.

[135] A carta que acompanhava o plano de Saint-Gall indica que foi enderessada por Heito, bispo de Bale e abade de Reichenau, a Gozbert, abade de Sait-Gall entre 816 e 836. Sobre o conteúdo da carta ver DAVRIL, Dom Anselme; PALAZZO, Eric – *ob.cit.*, 2000, p.198.

[136] Para Maurice Eschapasse, as particularidades na disposição ou na composição deste conjunto monástico seriam mais facilmente transmitidas que as inovações arquitectónicas, uma vez que, uma nova disposição, se é útil para a comunidade, passa de um mosteiro para outro através de um simples esboço e da descrição oral, podendo ser transmitidos por um monge ou um abade (ESCHAPASSE – *L'architecture Bénédictine…*, 1963, p.14).

[137] Sobre os espaços constituintes do plano de Saint-Gall ver, por exemplo, SCHMITZ, Dom Philibert – *Histoire de l'ordre de Saint-Benoît.* s/l: Les Editions de Maredsous, 1948; LINS – *Arquitectura dos Mosteiros…*, Vol.1, 2002, p.105; DAVRIL, Dom Anselme; PALAZZO, Eric – *ob. cit.*, 2000, pp. 198-201.

[138] Ao contrário da distribuição feita por Eugénio de Ávila Lins (LINS, Eugénio de Ávila – *ob. cit.*, Vol.1, 2002, p.108) Nelson Correia Borges agrupa os espaços monásticos em quatro categorias, definidas pelo claustro; pontos de contacto com o exterior e de lazer; lugares da sobrevivência corporal e do trabalho; espaço litúrgico e de oração. BORGES, Nelson Correia – "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, p.33.

pertencendo ao núcleo do mosteiro, encontram-se distribuídos pela área limitada do complexo monástico.

### 1.1. Núcleo litúrgico e de oração

Este núcleo compreende a igreja, com os seus diversos espaços, e a sacristia, local de preparação para a celebração dos actos litúrgicos. Constitui-se como um núcleo alvo de atenção especial a nível do cerimonial monástico, devido à importância assumida pelos actos conventuais, facto que se repercutirá nas soluções arquitectónicas e decorativas.

#### 1.1.1. A Igreja

*"O Oratorio seja cõforme ao nome que tem, nem se faça nelle outra cousa"*. Assim inicia São Bento o capítulo LII da sua Regra, dedicado ao oratório, primeiro espaço erigido pelo Patriarca beneditino quando iniciou a construção do mosteiro de Montecassino[139]. Terá sido o oratório o espaço que esteve na origem da igreja monástica da época medieval[140]. Esta constitui-se como espaço consagrado ao *Opus Dei*, ao culto sagrado enquanto louvor de Deus, verdadeiro centro da vida monástica[141]. Por este motivo, não estava voltada directamente para o serviço pastoral, como uma igreja catedral ou paroquial[142]. Todavia, na igreja monástica beneditina podem incluir-se várias igrejas. Nos mosteiros paroquiais estavam presentes a igreja dos monges e a igreja dos fregueses, enquanto nos mosteiros não paroquiais a última é substituída pela igreja dos fiéis[143].

Segundo Nelson Correia Borges, não existe um estilo de igreja monástica, uma vez que nenhuma ordem emanou princípios específicos relativos à construção dos seus templos, embora constate a existência de soluções comuns a esses espaços sacros. Entre essas soluções estão a preferência, na época moderna, pelo modelo derivado das igrejas do Gótico final, de nave única e capelas nos flancos, colocadas entre arcobotantes ou

---

[139] *"…no templo de Apolo, construiu um oratório em honra de São Martinho, enquanto que, no lugar onde estivera a ara do mesmo Apolo, construiu o oratório de São João."* MAGNO, São Gregório – *São Bento. II Livro dos Diálogos de S. Gregório*. Porto: Ora & Labora, 1993, p.81.

[140] MARTINS – "Afinidades e divergências…", 2000-2001, p.16 e 17.

[141] A igreja constitui-se como o centro do amor do monge. Ela é, para ele, "o edifício sagrado, o lugar por excelência dedicado a Deus, a morada querida em que ressoa a harmonia dos ses louvores e do seu júbilo, a proclamar a todos o fervor da sua fé no único Senhor três vezes santo". MARMION, Dom Columba – *Jesus Cristo…*, 1962, p.117.

[142] DIAS – "Construção do Mosteiro…", 1997, pp.24-25; LINS – *Arquitectura dos Mosteiros…*, Vol.1, 2002, p.108.

[143] ANTUNES – *Assentos, encomendantes e utilizadores…*, Vol.1, 2007, p.67.

contrafortes. Outro modelo recorrente é o das igrejas-salão, de transepto inscrito, com as capelas laterais à face dos alçados, ou mesmo no corpo da igreja. Em ambos os modelos, as cabeceiras podem incluir capelas colaterais, com disposições diversas e, entre estes modelos, foram criadas inúmeras variantes. Em termos de fachadas, o mesmo autor aponta que estas apresentam grande monumentalidade, integrando torres ou, por vezes, uma galilé, com arcos abertos para o exterior[144].

Na igreja monástica, recitando as horas canónicas e celebrando a Eucaristia, os monges constituíam-se como áulicos da corte divina na terra, verdadeiros agentes de um trabalho divino. Daqui decorre, entre as igrejas monásticas, o desenvolvimento de características próprias para responderem a aspectos funcionais, que permitiram um melhor desempenho do Ofício Divino[145].

#### 1.1.1.1. Capela-mor

Dentro da igreja, a capela-mor constitui o espaço que se reveste de maior significado espiritual e simbólico, cujo tratamento arquitectónico e decorativo atrai a atenção dos monges para a dimensão sobrenatural e transcendente da sua vivência. No seu espaço dispunha-se o presbitério, local que devia ser suficientemente amplo, onde se encontrava o único altar para a celebração das cerimónias pontificais e actos conventuais solenes[146]. Como local de manifestação do sagrado, a capela-mor surge como um dos espaços alvo de maior cuidado em termos de cerimonial.

#### 1.1.1.2. Coro

O coro presenta-se como um elemento diferenciador da igreja monástica em relação a outros espaços sacros. Dispunha-se na capela-mor, atrás do altar ou entre a capela e o corpo da igreja, hierarquizando o espaço, à semelhança da sociedade medieval, onde os monges, como *oratores*, tinham um lugar privilegiado[147]. A marcação física da separação entre os monges e a assembleia de fiéis era feita através de grades. A estrutura do coro podia assumir duas variantes: colocação dos cadeirais e das estalas em forma de "U", com os monges distribuídos em duas alas, de várias filas, em

[144] BORGES – "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, pp.53-54; LINS – *ob. cit.*, Vol.1, 2002, p.109.
[145] DIAS – *art. cit.*, 1997, p.25; LINS – *ob. cit.*, Vol.1, 2002, p.109.
[146] DIAS – "Construção do Mosteiro…", 1997, p.25.
[147] DIAS – "Construção do Mosteiro…", 1997, pp.25-26; LINS – *Arquitectura dos Mosteiros…*, Vol.1, 2002, p.109.

torno da cadeira abacial, ou era definido por duas filas paralelas às paredes laterais, com os monges sentados frontalmente, ficando livre um espaço intermédio[148].

A partir do segundo quartel do século XVI, começam a preponderar os coros altos, situados sobre a porta de entrada, permitindo maior visibilidade e participação dos fiéis nas celebrações litúrgicas[149]. Manteve-se a disposição dos cadeirais, que se encontravam precedidos por um crucifixo e, por vezes, ladeados por um ou dois órgãos.

No entanto, as soluções das casas monásticas masculinas diferem das casas monásticas femininas. Estas geralmente apresentam, quer o coro alto, como o coro baixo, na parte ocidental da igreja, separados desta por meio de grades. Esta solução forçou a deslocação do portal de entrada do eixo axial para a parede lateral do corpo da igreja[150].

#### 1.1.1.3. Corpo da igreja

Com a abertura das igrejas monásticas às comunidades onde estas se inseriam, o corpo das mesmas vai estar vocacionado para o acolhimento e acomodação dos fiéis que assistiam às eucaristias. Este espaço é entendido como a igreja dos fregueses, no caso dos mosteiros paroquiais, ou igreja dos fiéis, nos mosteiros não paroquiais, onde se disporiam alguns altares das confrarias e, no caso dos mosteiros paroquiais, o altar da freguesia e a pia baptismal[151].

Por constituir um espaço destinado a pessoas estranhas à comunidade monástica, estava separado dos espaços destinados aos membros da comunidade através de grades[152], peça de mobiliário que traduz a separação do mundo, prescrita por São Bento.

### 1.1.2. Sacristia

Ligada à igreja e ao claustro por meio de portas, a sacristia encontra-se na ala oriental do conjunto monástico. O seu aparecimento na organização do edifício

[148] Sobre os espaços destinados a cada um dos grupos de monges e a entrada nos mesmos ver MARTINS – "Afinidades e divergências…", 2000-2001, p.18.
[149]BORGES – "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, p.54; LINS – *ob. cit.*, Vol.1, 2002, p.109.
[150] DIAS – "Construção do Mosteiro…", 1997, p.26; BORGES – "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, p.55; LINS – *ob. cit.*, Vol.1, 2002, p.110.
[151] Espaço que se contrapõe à igreja dos monges, que inclui a capela-mor, o cruzeiro, o coro-alto e, muitas vezes, uma área das coxias do corpo da igreja. ANTUNES – *ob. cit.*, Vol.1, 2007, p.67.
[152] Geralmente, as grades vão apresentar três variantes: as grades à altura de apoio, que em muitos casos servem de mesa de comunhão e, por isso, fecham a entrada da capela-mor e, eventualmente, a capela do Santíssimo Sacramento; as grades de altura de um adulto de estatura média, que geralmente encerram o transepto e as capelas ou altares do corpo da igreja e o coro alto; por último, as grades altas, que fecham todo o transepto. IDEM – *Ibidem*, Vol.1, 2007, p.80.

testemunha a importância crescente da liturgia no Ofício Divino. Assume-se como um espaço de dupla função: como local de preparação dos sacerdotes para as funções litúrgicas e local de reserva dos objectos de culto (alfaias litúrgicas, livros e paramentos). No entanto, também se constituiu como um espaço sagrado, para celebração de determinadas cerimónias, reservadas aos clérigos, que precediam o ofício. Daí, na maior parte das vezes, apresentar um altar e, por vezes, armários relicários. Apresentava, igualmente, no seu interior, ou na ante-sacristia, um lavabo, onde os sacerdotes purificavam as mãos antes das funções litúrgicas[153].

### 1.2. Mosteiro

Constitui-se como o núcleo do conjunto monástico, dominado pelo claustro, espaço que se assume como coração do mosteiro, centro ordenador das restantes dependências necessárias à normal fluência da vida monástica. Assume-se como uma verdadeira escola de Cristo, a *Jerusalem sancta*, o *paradisus claustri*[154].

#### 1.2.1. Claustro

O claustro encontra-se geralmente adossado à parede Sul da igreja, exceptuando-se esta disposição quando questões de ordem topográfica ou funcional o remetem para o lado Norte.

Nas *Etimologias* de Santo Isidoro de Sevilha, a palavra *claustra* surge associada ao conceito de fechamento[155]. É com este sentido que o termo surge na literatura cristã primitiva. São Bento, nos setenta e três capítulos da sua Regra, usa somente duas vezes a palavra *claustra*, sendo estas referências aplicáveis a todo o conjunto monástico, ao recinto fechado física e moralmente[156], de onde o monge estava proibido de sair sem

[153] GEREMEK, Bronislaw – "Igreja", in *Enciclopédia Einaudi.* Volume 12. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987, p.189; DIAS, Geraldo Amadeu Coelho – "Construção do Mosteiro…", 1997, pp.26-27.
[154] LINS – *Arquitectura dos Mosteiros…*, Vol.1, 2002, p.101.
[155] (XV, 7,5) "*Claustra* tem o seu nome daquilo que se fecha (*claudere*)". SEVILHA, Santo Isidoro – *Etimologías.* Vol.II. Madrid: La Editorial Catolica, 1983, pp.244-245; DAVRIL, Dom Anselme; PALAZZO, Eric – *La vie des moines...*, 2000, p.240 ; BORGES – *Arquitectura Monástica.…*, 1992, pp.378-379; IDEM – "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, p.34.
[156] Na conclusão do capítulo IV, após elencar os instrumentos das boas obras, São Bento refere: "*E a officina onde com diligencia ponhamos por obra todas estas cousas, he a clausura & encerramento do mosteiro, & a perseverança em a Congregação"* (*Regra do Glorioso Patriarcha.…*, 1586, fol.9).

autorização[157]. O seu sentido alterou-se por completo na Idade Média, quando o termo passou a designar o corpo singular porticado, de forma quadrangular, em volta do qual se foram dispondo os diversos espaços do mosteiro.

#### 1.2.1.1. Origem

Os autores não são unânimes quanto à questão da génese do claustro. Manuel Joaquim Moreira da Rocha e Isabel Tavares de Pinho apontam o *forum* romano, lugar central, polarizador da vida da "civitas", a partir do qual são dispostos hierarquicamente os espaços públicos de acordo com as suas funções, como génese do claustro e da organização dos espaços monásticos[158]. Por sua vez, Nelson Correia Borges refere como influências mais recuadas os pátios abertos com pórticos, rodeados por habitações, das antigas *villae* romanas[159]. Já Dom Philibert Schmitz, Eugénio de Ávila Lins e Santiago Sebastián apontaram o claustro como elemento arquitectónico funcional com origem no monaquismo oriental, mais precisamente na Síria, um país onde a instituição monástica era, nos séculos V e VI, a mais próspera, passando depois para a arquitectura bizantina. Os mosteiros de Daphni e Demetrias, por exemplo, apresentavam celas em torno de um pátio interior, aberto através de pórticos[160], tipologia que, para Dom Philibert Schmitz, assemelha-se à das casas particulares do sul da Síria, que os monges adaptaram segundo as suas necessidades[161]. Anselme Davril e Eric Palazzo apresentam, por seu turno, a distribuição dos espaços monásticos dos mosteiros celtas do século VII como génese do claustro, cuja influência se fez sentir no espaço continental europeu a partir da segunda metade do século VII[162].

Apesar da variedade de influências apresentadas pelos autores relativamente à origem do claustro, certo é que foram os beneditinos que adoptaram este lugar fechado como o núcleo ordenador dos mosteiros, embora só na época carolíngia este se defina

---

[157] São Bento proíbe aos monges o *"sair fora do mosteiro, ou ir a qualquer parte, ou fazer qualquer cousa por pequena que seja sem licença do Abbade"* (*Idem*, cap. LXVIII, fol.47).
[158] ROCHA – "O Mosteiro-cidade…", 2006-2007, p.529; PINHO, Isabel Maria Ribeiro Tavares de – *O Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto, 1518/1899. Uma Arquitectura no século XVIII.* Vol.1. Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Edição de autor, 2000, p.81.
[159] BORGES – "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, p.34.
[160] SEBASTIÁN, Santiago – *Mensaje Simbólico del Arte Medieval. Arquitectura, Iconografia, Liturgia.* Madrid: Ediciones Encuentro, 1996, p.294; IDEM – "Iconografia del Claustro Barroco en Portugal, Espanha e Iberoamérica", in *I Congresso Internacional do Barroco: Actas.* II Volume. Porto: Reitoria da Universidade do Porto / Governo Civil do Porto, 1991, p.403; SCHMITZ – *Histoire de l'ordre…*, 1948; LINS – *Arquitectura dos Mosteiros…*, Vol.1, 2002, p.103.
[161] SCHMITZ – *ob. cit.*, 1948; LINS – *ob.cit.*, Vol.1, 2002, p.103.
[162] DAVRIL, Dom Anselme; PALAZZO, Eric – *La vie des moines...*, 2000, p.240.

completamente, facto decorrente do progressivo crescimento em importância que os mosteiros vinham a experimentar e da introdução da Regra de São Bento em todo o império carolíngio[163].

#### 1.2.1.2. Simbologia

No seu interior, o claustro possuía um jardim, onde se cultivavam plantas medicinais, flores, árvores de fruto, que se constituía como um verdadeiro *hortus conclusus*, à semelhança do descrito no Cântico dos Cânticos (Cant. 4, 12-15). Para Santiago Sebastián, este espaço foi concebido como um microcosmos, um espaço sacralizado, de planta quadrada, uma forma primordial[164]. Segundo o livro do Génesis, Deus criou o Homem num quadrado perfeito, o Paraíso, um jardim dividido por quatro rios (Gn 2, 8-14.). Juan de la Torre refere que Deus criou a sua criatura perfeita, o *humus quadratus*[165], e colocou-o num espaço perfeito, quadrado, para que vivesse em total harmonia com o universo (o macrocosmos) e com Deus (transcosmos)[166]. Como metáfora do Paraíso, o jardim do claustro assume um sentido escatológico ao ser entendido como o reino celestial de Cristo, onde os monges se aproximam da ordem estabelecida antes do pecado de Adão e Eva[167]. O claustro surge, assim, configurado como uma cidade sagrada, a Jerusalém celeste, descrita no livro do Apocalipse (Ap 21, 10-23), em cujo centro se cruzam coordenadas espaciais e temporais. Este centro é assinalado por um poço, fonte, árvore ou um obelisco, marcando o centro do mundo e

[163] SEBASTIÁN – "Iconografia del Claustro Barroco…", 1991, p.403; BORGES – *art.cit.*, 1998, p.34; LINS – *ob.cit.*, Vol.1, 2002, p. 110.
[164] SEBASTIÁN – *art. cit.*, 1991, p.404; IDEM – *ob. cit.*, 1996, p.294. Isabel Tavares de Pinho refere que esta é uma forma ideal, que encerra uma harmonia formal, matematicamente perfeita, uma vez que os quatro lados iguais, perpendiculares, formam entre si ângulos rectos (PINHO – *O Mosteiro de São Bento…*, Vol.1.2000, p.81). Assume-se como uma figura anti-dinâmica, ancorada nos quatro lados, que simboliza a paragem, o instante antecipado. O quadrado implica uma ideia de estagnação, de solidificação, até mesmo a estabilização na perfeição: é o caso da Jerusalém celeste (CHEVALIER, Jean; CHEERBRANT, Alain – *Dicionário dos Símbolos.* Lisboa: Editorial Teorema, 1994, p.548).
[165] O autor aponta o nome Adão, de quatro letras, como um nome divino que se associa à simbologia do número quatro, expressão da perfeição e da harmonia divina. Adão é, assim, o termo genérico de Homem, do *humus quadratus* que se constitui como perfeição da criação de Deus (DE LA TORRE, Juan Maria – *Presencia Cisterciense*. Zamora: Monte Cassino, 2000 citado por LINS – *Arquitectura dos Mosteiros.…*, Vol.1, 2002, p.102). O número quatro é, de uma forma mais genérica, o nome do desenvolvimento completo da manifestação, o símbolo do mundo estabilizado (CHEVALIER, Jean; CHEERBRANT, Alain – *ob. cit.*, 1994, p.548).
[166] LINS – *ob.cit.*, Vol.1, 2002, p.102.
[167] SEBASTIÁN – "Iconografia del Claustro Barroco…", 1991, p.406; IDEM – *Mensaje Simbólico.…*, 1996, pp.297-298; BORGES – "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, p.41; DIAS – "Construção do Mosteiro…", 1997, p.28.

funcionando como um eixo de união dos níveis cósmicos[168]. A união destes níveis cósmicos afirmava-se igualmente através dos três níveis do universo: o mundo subterrâneo, simbolizado pelas sepulturas; a superfície terrestre pelo solo que se pisa; o mundo celestial, apontado pelo elemento central. A juntar a estes elementos está a forma quadrada do claustro, coberta pela cúpula celeste, traduzindo a união da terra com o céu e, consequentemente, a proximidade com os mistérios divinos[169]. Pela sua estrutura, o claustro assume-se como o espaço ideal para o aperfeiçoamento e preparação para a eternidade.

O claustro foi igualmente comparado com o Templo de Salomão, reflexão tomada por alguns autores medievais, associando a ideia com a Jerusalém celeste[170]. Outros autores apontam o claustro como imagem da arca de Noé ou mesmo do túmulo de Cristo[171].

#### 1.2.1.3. Vivência quotidiana

Em termos funcionais, o claustro apresenta-se como uma estrutura eficaz na ligação entre as diversas partes do conjunto monástico, assim como no resguardo dos rigores do Inverno e dos ardores do Verão. Todavia, estas não constituíam as funções mais significativas do claustro. Este era um espaço fundamentalmente destinado à leitura, oração, meditação e, por vezes, ao enterramento[172]. Participando da sacralidade que envolvia todo o mosteiro, este espaço requeria formas especiais de comportamento,

---

[168] SEBASTIÁN – *art. cit.*, 1991, p.404; IDEM – *ob. cit.*, 1996, p.295; BORGES – *Arquitectura Monástica.…*, 1992, p.385; IDEM - "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, p.41.

[169] BORGES– *ob. cit.*, 1992, pp.385-386; IDEM – *art. cit.*, 1998, p.41; SEBASTIÁN – *Contrarreforma y Barroco.* Madrid: Alianza, 1981, pp.22-25. A combinação da forma do quadrado com o círculo evoca uma ideia de movimento, de mudança da ordem ou do nível. Esta combinação é espontaneamente interpretada pelo psiquismo humano como a imagem dinâmica da dialéctica entre o celeste, transcendente, ao qual o homem aspira, e o terrestre, onde ele se situa, onde se percebe como indivíduo de uma passagem a realizar. O esquema do quadrado, conjugado com o corte transversal da cúpula, simboliza a aspiração a um mundo superior. CHEVALIER, Jean; CHEERBRANT, Alain – *ob. cit.*, 1994, p.202.

[170] Às doze portas da Jerusalém celeste, correspondentes ao número das tribos de Israel, correspondiam igualmente o número dos discípulos de Cristo que, segundo os Actos dos Apóstolos (Act 4, 32-37), se reuniam na sala porticada do Templo de Salomão que para organizar uma *vita comunis*. SEBASTIÁN – "Iconografia del Claustro Barroco…", 1991, p.404; IDEM – *Mensaje Simbólico.…*, 1996, p.295; BORGES – *Arquitectura Monástica.…*, 1992, p.386.

[171] DIAS – "Construção do Mosteiro…", 1997, p.28; DAVRIL, Dom Anselme; PALAZZO, Eric – *La vie des moines...*, 2000, p.242.

[172] As inúmeras lápides funerárias existentes nos claustros atestam a preferência por estes locais para sepultura dos monges. A união da oração dos monges vivos, militantes, à oração dos irmãos que já haviam partido, era uma forma de manter intacta a unidade da comunidade. BORGES – *ob. cit.*, 1992, p.383; IDEM - "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, p.40.

sendo a principal o silêncio[173]. O silêncio era fundamental a diversas acções que se desenvolviam no claustro, como a leitura, a oração e a meditação[174]. No capítulo XLVIII da Regra, São Bento apresenta a leitura como um momento essencial da vida monástica, sobretudo durante a Quaresma. Chega mesmo a apresenta, como instrumento das boas obras, o "*ouvir de boa vontade as lições sanctas*"[175]. Outro instrumento das boas obras era a oração, que podia assumir duas formas: colectiva e individual. Muitas vezes o claustro acolheu no seu interior procissões, manifestações da oração colectiva, e, igualmente, a oração privada e a meditação dos monges, que seria feita ao longo das alas do espaço, ou no recolhimento de algumas capelas nele existentes[176].

A este espaço estavam associadas manifestações artísticas cuja iconografia podia constituir ponto de partida para a oração pessoal ou meditação. Se na Idade Média as imagens surgem representadas nos capitéis esculpidos, na Época Moderna assumem um carácter pictórico e desenvolvem-se ao longo das paredes do claustro. Este foi um dos cenários mais adequados para o desenvolvimento das formas de misticismo e contemplação tão caras à piedade barroca[177].

Na perspectiva do *humus quadratus*, apresentada por Juan Maria de la Torre, as quatro alas do claustro possuíam significado próprio: a ala do Homem Espiritual, ala do Homem Anímico ou Psíquico, ala do Homem Corporal e ala do Homem Social. Durante a sua existência, o monge ia percorrendo ala a ala, era convidado a quadrangular-se, a unificar todos os aspectos do seu ser numa busca constante de perfeição[178].

### 1.2.1.4. Ala do Homem Espiritual

[173] Na sua Regra, São Bento não proíbe os monges de falar, mas incita-os a fazê-lo no momento adequado, no locutório, onde deveriam tratar apenas do estritamente necessário. *Regra do Glorioso Patriarcha…*, 1586, Cap.VI, fol.10-10v.

[174]Segundo Juan Maria de la Torre, para os cistercienses o claustro constitui-se como lugar de silêncio por ser o espaço por excelência da leitura, que cria um laço estreito com a oração. Esta passagem da oração à leitura, e vice-versa, faz com que o claustro seja igualmente o espaço onde os monges meditam o eco da Palavra de Deus. DE LA TORRE, Juan Maria – *Presencia Cisterciense*, 2000 citado por LINS – *Arquitectura dos Mosteiros…*, Vol.1, 2002, p.111.

[175] *Regra do Glorioso Patriarcha…*, 1586, Cap.IV, fol.8v.

[176] BORGES – *ob. cit.*, 1992, pp.380-383; IDEM – *art.cit.*, 1998, p.40; DAVRIL, Dom Anselme; PALAZZO, Eric – *La vie des moines...*, 2000, p.241; DIAS – "Construção do Mosteiro…", 1997, p.28; MARTINS – "Afinidades e divergências…", 2000-2001, p.22.

[177] Sobre os modelos do claustro como espaço de encontro da alma com Cristo e como lugar de meditação hagiográfica veja-se SEBASTIÁN – "Iconografia del Claustro Barroco…", 1991, p.409-411 e 415-417.

[178] DE LA TORRE, Juan Maria – *Presencia Cisterciense*, 2000 citado por LINS – *Arquitectura dos Mosteiros…*, Vol.1, 2002, p.111.

Esta ala corresponde à galeria do claustro anexa à parede Sul da igreja, também designada por claustro da leitura, ou da colação, por constituir o espaço onde os monges se dedicavam à leitura e à oração. Daí a existência de alvéolos ou armários que, por vezes, se encontravam abertos na parede.

#### 1.2.1.5. Ala do Homem Anímico ou Psíquico

Constitui a ala associada ao cultivo do intelecto, ao exercício da formação, do conhecimento. Aqui localizam-se a Biblioteca, a Sala do Capítulo, o *Scriptorium*, o Locutório e o Dormitório.

##### 1.2.1.5.1. Biblioteca

Em diversos momentos, a Regra de São Bento faz referência à leitura[179], de modo particular o capítulo XLVIII, onde apresenta a distribuição dos livros no começo da Quaresma de uma forma ritualizada[180].

Inicialmente designada por *armarium*, a biblioteca encontrava-se junto à sacristia[181], estando confiada ao sacristão, o *armarius*, quer porque os livros eram considerados objectos sagrados, quer porque eram essencialmente obras de uso litúrgico (bíblias, antifonários, missais, entre outros). Com o posterior desdobramento da biblioteca (*armarium*), na Idade Média, definiram-se dois tipos de acervo: o da biblioteca de mão, constituído pelos livros de tipo literário, doutrinal e histórico; o do Cartório, ou arquivo, onde estavam guardadas, em gavetas, cartas e diplomas de carácter administrativo e económico[182].

##### 1.2.1.5.2. Sala do Capítulo

[179] *Regra do Glorioso Patriarcha…*, 1586, Cap.XXXVIII, fol.28-28v; Cap. XLII, fol.30v; Cap.XLIX, fol.34v.
[180] *Ibidem*, fol.33v.
[181] Fausto Sanches Martins refere que, nos primórdios do monaquismo, os livros, por serem escassos e pouco relevantes em termos literários, seriam guardados em armários cavados nas paredes da sacristia, ou na dependência anexa, o *armarium* (MARTINS – "Afinidades e divergências…", 2000-2001, p.31). Por sua vez, Maurice Eschapasse esclarece que o *armarium* era um armário especial inserido na espessura do muro próximo da porta do claustro que permitia o acesso ao coro, de modo a que os monges, terminado o Ofício Divino, guardassem os livros no seu interior (ESCHAPASSE – *L'architecture Bénédictine…*, 1963, p.19).
[182] DIAS – "Construção do Mosteiro…", 1997, p.32; LINS – *Arquitectura dos Mosteiros…*, Vol.1, 2002, p.112.

*"Quando algũas cousas graves se ouverem de tratar em o mosteiro, chame o Abbade a todo o Cõvento, & proponha o que se offerece"*[183]. A Sala do Capítulo[184] constitui-se como uma resposta a esta determinação de São Bento para que se reunisse convento sempre que surgissem questões importantes da vida conventual, como a eleição do abade, admissões aos noviciado, tomadas de hábito, profissão, resolução de problemas administrativos e disciplinares, realização de sessões de escrutínio dos candidatos[185]. Periodicamente, era ali realizado o Capítulo das Culpas, momento em que os monges se acusavam, perante os irmãos, das faltas contra a observância da Regra ou as orientações superiores.

De planta que alternava entre a forma quadrada e a rectangular, a Sala do Capítulo apresentava, na parede Este, um retábulo e a cadeira abacial, assim como os lugares dos restantes membros da comunidade, encarregues do governo da casa. Os restantes monges sentavam-se num banco corrido, que se dispunha ao longo das outras paredes, cujo espaldar seria revestido com azulejos ou obra de marcenaria[186].

#### 1.2.1.5.3. Locutório

O locutório enquadrava-se no contexto da observância rigorosa do silêncio, determinada pelo Patriarca beneditino na sua Regra[187]. Este espaço, ao lado da Sala Capitular, instituiu-se para que os monges pudessem comunicar o estritamente necessário, não devendo, por isso, ser confundido com a dependência que se situava na

---

[183] *Regra do Glorioso Patriarcha…*, 1586, Cap. III, fol.7.

[184] "Capítulo, de *caput* + diminutivo, é como que a pequena cabeça dos que possuem e comandam o mosteiro, os monges professos que ali se reúnem e tomam assento para decidir dos assuntos importantes do mosteiro" (DIAS – "Construção do Mosteiro…", 1997, p.29; LINS – *Arquitectura dos Mosteiros…*, Vol.1, 2002, p.113). A palavra capítulo pode derivar do facto de, todas as manhãs, ali ser lido um capítulo (*capitulum*) da Regra beneditina, passando depois o termo a designar o próprio espaço da sua leitura (DIAS – *art. cit.*, 1997, p.29; LINS – *ob. cit.*, Vol.1. 2002, p.113; BORGES - "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, p.52; MARTINS – "Afinidades e divergências…", 2000-2001, p.26).

[185] DIAS – *art. cit.*, 1997, p.29; LINS – *ob. cit.*, Vol.1. 2002, p.113; BORGES - "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, p.52; MARTINS – "Afinidades e divergências…", 2000-2001, p.26. Para Dom Anselme Davril e Eric Palazzo, a Sala do Capítulo desempenhava uma tripla função: a função litúrgica, por ter aí lugar o ofício de Prima; a função administrativa, por aí ser dividido o trabalho manual que permitia a organização interna do mosteiro e a sua sobrevivência; a função política, por ser este o espaço onde o abade recebia as personalidades políticas. DAVRIL, Dom Anselme; PALAZZO, Eric – *La vie des moines...*, 2000, pp.244-245.

[186] BORGES - "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, p.52; DIAS – *art. cit.*, 1997, p.29; MARTINS – "Afinidades e divergências…", 2000-2001, p.26; ESCHAPASSE – *L'architecture Bénédictine…*, 1963, pp.18-19.

[187] *"…poucas vezes se dee licẽça aos perfeitos discípulos pera falar pola gravidade do silencio…"* (*Regra do Glorioso Patriarcha…*, 1586, Cap. VI, fol.10v). E ainda *"Em todo o tẽpo devẽ os mõjes guardar silencio, & principalmente de noite, & portanto em todo o tẽpo…"* (*Regra do Glorioso Patriarcha…*, 1586, Cap. XLII, fol. 30v).

zona da portaria. Apresentava-se como um espaço de reduzidas dimensões, que chegou mesmo a servir de local de passagem entre o claustro e a horta, ou o jardim[188].

#### 1.2.1.5.4. *Scriptorium*

Espaço destinado à cópia de manuscritos, o *scriptorium* era uma espécie de oficina intelectual, onde o trabalho especializado dos monges copistas possibilitou a preservação, transmissão e divulgação dos códices mais valiosos da cultura greco-latina e dos livros litúrgicos. Dos *scriptoria* saíram autênticas obras de arte amanuense, que constituíam o núcleo original das primitivas bibliotecas monásticas[189].

O *scriptorium* ficava próximo da cozinha, para permitir o fabrico das tintas ou a secagem dos pergaminhos, assim como da fonte, para se abastecer de água[190].

#### 1.2.1.5.5. Dormitório

Como espaço de descanso e, em certos casos, de leitura e estudo, o Dormitório constituiu uma dependência que sofreu alterações ao longo dos séculos. São Bento aceitou a observância do Dormitório comum que se vinha impondo a partir do século VI na Gália, Itália e Bizâncio, dedicando-lhe o capítulo XXII da Regra[191]. Este encontrava-se por cima da sacristia e da Sala do Capítulo, ao qual se acedia através de uma escadaria, contíguo à igreja, para facilitar o acesso ao templo no momento do Ofício Divino. No seu interior, os leitos estavam dispostos de modo a encostarem as cabeceiras às paredes laterais[192].

No século X optou-se pela solução das celas individuais, que foram novamente substituídas pelo Dormitório comum em 1098, aquando da fundação da abadia de Citeaux. O uso da cela individual acabou por se impor de forma definitiva no século XVII, após o Concílio de Trento[193], de forma a suprimir o inconveniente do Dormitório

---

[188] MARTINS – "Afinidades e divergências…", 2000-2001, p.27.

[189] DIAS – *art. cit.*, 1997, p.32; LINS – *Arquitectura dos Mosteiros…*, Vol.1, 2002, p.113; MARTINS – "Afinidades e divergências…", 2000-2001, p.31.

[190] ESCHAPASSE – *L'architecture Bénédictine…*, 1963, p.17. Segundo Geraldo Coelho Dias, o *scriptorium* ficaria próximo do *calefactorium*, a sala de aquecimento. DIAS – *art. cit.*, 1997, p.33.

[191] *"Durma cada hum em sua cama…Se se poder fazer durmão todos em hum lugar: porẽ se forem tantos que se não sosfra, durmão de dez em dez, ou de vinte em vinte com seus anciãos que tenham cuidado de olhar por elles"* (*Regra do Glorioso Patriarcha…*, 1586, Cap. XXII, fol.21v).

[192] MARTINS – "Afinidades e divergências…", 2000-2001, p.12; BORGES - "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, p.47; DIAS – *art. cit.*, 1997, p.31; DAVRIL, Dom Anselme; PALAZZO, Eric – *La vie des moines...*, 2000, pp. 249-250; ESCHAPASSE – *L'architecture Bénédictine…*, 1963, p.18.

[193] Em 1666, o Papa Alexandre VII, pela bula *In Suprema*, autorizou a construção de celas nos dormitórios, que deveriam ser mobiladas com moderação. BORGES - "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, p.47.

comum para a necessidade de isolamento, com vista ao recato dos monges para o descanso e para o estudo. As celas, definidas como pequenos espaços fechados, com porta, começam a estenderem-se pelos andares superiores das alas do claustro, dispondo-se ao longo de um corredor central, permitindo o fácil acesso a todas as partes do mosteiro, nomeadamente o coro[194].

Em local distinto situava-se a cela do abade, mais cuidada e sumptuosa. Com o aparecimento das comendas, os abades passaram a repousar em dependências luxuosas, com vastos jardins, constituindo-se algumas em autênticos palácios[195].

### 1.2.1.6. Ala do Homem Corporal

A espiritualidade não exclui o compromisso com o corpo físico. A disciplina monástica contemplava o exercício corporal ou o trabalho como forma de subsistência colectiva, mas igualmente como um meio eficaz de comunhão e integração da diversidade da natureza humana[196]. Esta ala, oposta à ala anexa à igreja, que procura suprimir as necessidades do Homem enquanto ser espiritual, assume-se como uma ala voltada para a subsistência corporal, para a supressão das necessidades do Homem enquanto ser material.

#### 1.2.1.6.1. Refeitório

O Refeitório constituía o espaço onde eram tomadas as refeições em comum. Mais que um lugar de satisfação de uma necessidade fisiológica, este era um lugar de instrução da comunidade e a refeição um momento de acção de graças[197], encontrando-se os monges em absoluto silêncio[198]. A refeição adquiria uma dimensão ritual,

---

[194] BORGES - "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, p.48. O aparecimento das celas permitiu a distribuição racional do espaço monástico pelos diversos grupos ou decanias constituintes da comunidade: zona dos professos, zona dos professos simples ou coristas (Coristado), zona dos noviços (Noviciado). DIAS – "Construção do Mosteiro…", 1997, p.31; LINS – *Arquitectura dos Mosteiros…*, Vol.1, 2002, p.115.

[195] ESCHAPASSE – *L'architecture Bénédictine…*, 1963, p.20 ; DIAS – "Construção do Mosteiro…", 1997, p.21.

[196] LINS – *Arquitectura dos Mosteiros…*, Vol.1, 2002, p.113.

[197] LINS – *Arquitectura dos Mosteiros…*, Vol.1, 2002, p.113; MARTINS – "Afinidades e divergências…", 2000-2001, p.24; BORGES - "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, p.50; DIAS – "Construção do Mosteiro…",1997, p.29. Segundo Dom Anselme Davril e Eric Palazzo, o momento da refeição podia igualmente ser marcado pela evocação da Última Ceia e da memória dos abades já falecidos. DAVRIL, Dom Anselme; PALAZZO, Eric – *La vie des moines...*, 2000, p.248.

[198] *"Guardese na mesa summo silencio de modo que se não ouça ahi rumor nẽ voz senão só a do que lee. E as cousas que são necessarias pera os que comẽ & bebem de tal maneira se sirvam os irmãos hũs aos outros que não seja necessario pedir algũa cousa. E se algũa cousa faltar antes se peça por som de algũ sinal que por palavra…"* (*Regra do Glorioso Patriarcha…*, 1586, Cap.XXXVIII, fol.28v).

semelhante a um acto litúrgico, ao compreender a bênção inicial cantada, leitura, acção de graças e a procissão final até à igreja[199].

Geralmente, o Refeitório era uma sala abobadada, de planta rectangular, onde se dispunham as mesas dos monges, ao longo das paredes, em duas filas, sendo os lugares ocupados de acordo com a hierarquia dos cargos e a ancianidade dos monges. A mesa do abade presidia a sala, sendo o espaço do meio destinado à mesa dos hóspedes. Esta era uma dependência sóbria, do ponto de vista arquitectónico, destacando-se o púlpito, saliente ou escavado na espessura de uma das paredes laterais, de onde eram feitas as leituras. Na entrada deste encontrava-se um lavabo, onde eram feitas as abluções antes das refeições[200].

#### 1.2.1.6.2. Cozinha

São Bento dispensou bastante atenção à alimentação dos monges[201], sobretudo dos enfermos[202]. Além deste aspecto, aborda a questão dos hebdomadários da cozinha, determinando*"que os irmãos sirvão se hũs aos outros, de maneira que nenhum se escuse do officio da cozinha"*[203].

A Cozinha, de planta quadrada ou rectangular, era um espaço anexo ao refeitório e comunicava com este através de um postigo, para passagem dos pratos. As suas dimensões eram adequadas ao número de monges, dependendo igualmente do seu tamanho o número de chaminés que a coroavam. Encontrava-se equipada com fogões, forno, bancadas com pias para lavagem da louça, entre outros utensílios. Uma questão fundamental prende-se com o abastecimento de água. Nos mosteiros beneditinos, a água ficaria afastada para evitar os cheiros[204].

### 1.2.1.7. Ala do Homem Social

Esta ala apresenta um conjunto de espaços que permitem a comunicação entre o mosteiro e o mundo exterior. Por ela circulavam sobretudo familiares de monges, o

---

[199] MARTINS – "Afinidades e divergências…", 2000-2001, p.24.
[200] DIAS – "Construção do Mosteiro…", 1997, p.29; LINS – *Arquitectura dos Mosteiros.…*, Vol.1, 2002, p.113; BORGES - "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, pp.50-51; MARTINS – "Afinidades e divergências…", 2000-2001, p.24; ESCHAPASSE – *L'architecture Bénédictine.…*, 1963, p.19.
[201] *Regra do Glorioso Patriarcha.…*, 1586, Cap.XXXIX, fol.29; Cap. XL, fol. 29v; Cap.XLI, fol.30.
[202] *"Nenhũ coma carne de qualquer animal que seja, tirãdo os fracos & enfermos"* (*Ibidem*, Cap. XXXIX, fol.29).
[203] *Ibidem*, Cap.XXXV, fol.26v.
[204] BORGES - "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, p.51; DIAS – "Construção do Mosteiro…", 1997, p.30; LINS – *Arquitectura dos Mosteiros.…*, Vol.1, 2002, p.113; ESCHAPASSE – *L'architecture Bénédictine.…*, 1963, p.19.

celeireiro, o mordomo, o porteiro, o hospedeiro, enfermeiro e os conversos. Era nesta ala que habitavam os conversos e onde eram armazenados os produtos alimentares para subsistência da comunidade, assim como os meios materiais, elementos que provam a existência de trocas com pessoas estranhas à comunidade monástica[205].

#### 1.2.1.7.1. Portaria

Este era o espaço que fazia a ligação entre a clausura e o mundo exterior, daí o cuidado de São Bento para que fosse ocupado por *"hum velho sabio & prudente que saiba dar & tomar os recados, cujo siso & assento o não deixe andar vagueando"*[206]. Além da função de acolhimento, a portaria era igualmente lugar de caridade monástica, posta em prática através da *esmola da porta*, constituída por géneros alimentares[207]. Para melhor cumprimento destas funções, a Regra beneditina determina que a cela do porteiro estivesse junto da portaria, para que se desse pronta resposta a todo aquele que chegasse[208]. Além da cela do porteiro, junto à Portaria estariam os locutórios[209] ou os parlatórios, espaço onde os monges podiam receber a visita de familiares e amigos, que muitas vezes os consultavam para os ouvirem sobre questões espirituais e intelectuais[210].

Por constituir um espaço de projecção da imagem exterior da comunidade, mereceu atenção especial no seu tratamento arquitectónico, pictórico e escultórico[211].

#### 1.2.1.7.2. Recibo

Junto à Portaria, ou da porta dos carros, encontrava-se a Casa do Recibo, onde eram registados os géneros que entravam e eram armazenados na tulha. Esta estava dividida de forma adequada para receber todo o tipo de grão e outros produtos hortícolas[212].

#### 1.2.1.7.3. Auditoria ou Tribunal do Couto

---

[205] LINS – *Arquitectura dos Mosteiros…*, Vol.1, 2002, p.114.
[206] *Regra do Glorioso Patriarcha…*, 1586, Cap.LXVI, fol.46.
[207] BORGES - "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, p.43; LINS – *Arquitectura dos Mosteiros…*, Vol.1, 2002, p.114.
[208] *Regra do Glorioso Patriarcha…*, 1586, Cap.LXVI, fol.46-46v.
[209] Sobre os Locutórios, nas casas monásticas femininas, ver BORGES - "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, p.44.
[210] LINS – *Arquitectura dos Mosteiros…*, Vol.1, 2002, p.114; DIAS – "Construção do Mosteiro…", 1997, p.35.
[211] BORGES - "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, p.43.
[212] DIAS – "Construção do Mosteiro…", 1997, p.34.

Espaço existente nos mosteiros aos quais havia sido concedida carta de couto. As terras pertencentes ao couto, território privilegiado e isento da justiça real, passavam a estar sob o domínio do abade do mosteiro, que assumia o papel de juiz de apelação para as causas cíveis. Associados ao abade estavam os respectivos funcionários, que se reuniam na casa do couto, à porta do mosteiro ou fora deste[213].

### 1.3. Cerca

Este último núcleo contempla espaços acessórios, situados na periferia do núcleo do mosteiro, embora disseminados pela área do complexo monástico, sem contacto com o mundo exterior.

Assumindo o significado primitivo da palavra *claustrum*, a cerca era definida pelos altos muros que delimitavam o conjunto monástico e marcavam uma separação física do mundo exterior. No seu interior estendia-se uma área abundantemente arborizada, pontuada por pomares, hortas, jardins, mas também por estruturas arquitectónicas como fontes, tanques, escadarias de aparato e capelas devocionais. Uma combinação de elementos que procurava oferecer, a quem usufruisse dos seus espaços, momentos de bem-estar, repouso, meditação e oração[214].

#### 1.3.1. Hospedaria

*"Todos os hospedes que sobrevierem sejam recebidos com Christo"*. Assim abre o capítulo LIII, totalmente dedicado ao acolhimento dos hóspedes. Para São Bento, o acolhimento das pessoas, fossem eles peregrinos ou simples necessitados de pousada, era um verdadeiro acto de fé e caridade. Muitas vezes a Hospedaria funcionava como hospital ou albergaria para abrigo de doentes, e de dispensário para distribuição de esmolas, em géneros e numerário, a pobres[215].

Em termos de espaços interiores, a Hospedaria apresentava uma organização próxima ao esquema dos dormitórios, enquanto a traça exterior pouco se diferenciava da arquitectura civil[216].

---

[213] DIAS – "Construção do Mosteiro…", 1997, p.36.
[214] BORGES - "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, pp.45-47; LINS – *Arquitectura dos Mosteiros.*.., Vol.1, 2002, p.116.
[215] DIAS – "Construção do Mosteiro…", 1997, pp.34-35.
[216] BORGES - "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, p.42.

### 1.3.2. Enfermaria

Os irmãos mais fracos, na saúde e na idade, mereceram especial cuidado por parte de São Bento, sobre os quais se debruçou nos capítulos XXXVI e XXXVII da Regra. Para responder às suas necessidades foi criada a Enfermaria, que deveria ser regida por um *"enfermeiro temente a Deos, diligente & solicito"*[217], que servisse os enfermos *"como se se servisse a Christo"*[218].

Desde os primórdios do monaquismo que se começou a reservar um espaço para tratamento dos enfermos afastado das restantes dependências para se evitarem os contágios. Em alguns conjuntos monásticos a Enfermaria constituiu-se com um edifício autónomo, transformando-se, por vezes, num grande complexo. Quando o rendimento da comunidade não era suficiente, reservava-se simplesmente um espaço junto ao Dormitório comum[219].

A casa da convalescença, compartimento de recuperação, concebido como um pórtico, ficava contígua à Enfermaria, ou integrava a mesma construção[220].

### 1.3.3. Botica

Anexa à Enfermaria estava a Botica, espaço de reserva de remédios, plantas medicinais e produtos terapêuticos, assim como espaço de preparação dos remédios caseiros. Servia não só os monges, como as populações que necessitassem dos seus produtos, às quais eram fornecidos gratuitamente, desempenhando, assim, uma função social e assistencial. Por vezes, nos mosteiros masculinos, ficava-lhe adjacente a Barbearia[221].

### 1.3.4. Noviciado

São Bento prevê a existência do Noviciado na sua Regra[222], edifício que deveria estar provido de celas, salas de estudo e de aulas, sala do capítulo, refeitório e instalações para higiene pessoal, um conjunto de espaços que permitiam o isolamento dos noviços durante o período de formação, que se estenderia pelo período de um ano.

---

[217] *Regra do Glorioso Patriarcha.…*, 1586, Cap. XXXVI, fol.27v.
[218] *Ibidem*.
[219] DIAS – "Construção do Mosteiro…", 1997, p.33; BORGES - "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, p.49.
[220] BORGES - "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, p.49.
[221] DIAS – "Construção do Mosteiro…", 1997, p.33; BORGES - "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, pp.49-50.
[222] *"…consedaselhe a entrada, & estê hũs poucos de dias na hospedaria, depois estê no noviciado, onde medite, coma e durma"* (*Regra do Glorioso Patriarcha.…*, 1586, Cap.LVIII, fol.39).

Estes estariam sob a vigilância de um mestre, um *"ancião que saiba ganhar almas"*, preceituava São Bento, uma espécie de pedagogo monástico[223].

Em termos de orgânica espacial, o Noviciado era semelhante ao Dormitório, sendo as suas dimensões proporcionais à importância do mosteiro onde se encontrava[224].

### 1.3.5. Oficinas

As oficinas, divisões ou construções, por vezes de pequena dimensão, apresentavam-se como espaços imprescindíveis à comunidade monástica, uma vez que permitiam a sobrevivência dos monges. São Bento refere que *"se devẽ occupar os irmãos em o trabalho das mãos"*[225]e aconselha que *"se em o mosteiro ouver pessoas que saibam algũ officio usem delle com toda a humildade & reverencia, se o Abbade lho permitir"*, autorizando mesmo a venda dos produtos manufacturados[226].

Ao longo dos séculos, o conceito de auto-sustentação foi mudando e, muitas vezes, o trabalho nessas oficinas estava vocacionado para os irmãos donados ou para servos. Entre as diversas oficinas existentes nos mosteiros podiam encontrar-se o moinho, a padaria, a adega, a forja, a carpintaria, sapataria, entre outras[227].

[223] BORGES - "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, p.50; DIAS – "Construção do Mosteiro…", 1997, p.31.
[224] BORGES - "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, p.51.
[225] *Regra do Glorioso Patriarcha.…*, 1586, Cap. XLVIII, fol.33.
[226] *Ibidem*, Cap.LVII, fol.38v.
[227] DIAS – "Construção do Mosteiro…", 1997, p.34; BORGES - "Arquitectura Monástica Portuguesa…", 1998, p.51; LINS – *Arquitectura dos Mosteiros.…*, Vol.1, 2002, p.115.

# Capítulo III

## O antigo Mosteiro do Couto de Cucujães

## 1. O Mosteiro e o couto: notas históricas

O mosteiro beneditino do Couto de Cucujães (Mapa 3), erigido em Terras de Santa Maria[228], segundo alguns autores foi fundado no ano mil, por D. Egas Moniz, o Gascão[229]. Contudo, a hipótese mais sólida[230], é a que aponta para a fundação antes de 1139, por D. Egas Odóriz[231], uma vez que em 7 de Julho do mesmo ano, o ainda Infante D. Afonso Henriques concedeu Carta de Couto ao mosteiro, representado nas pessoas do patrono, o referido D. Egas Odóriz, e do seu abade, D. Martinho[232]. Desde a sua fundação, este cenóbio teve uma importância fulcral para a região, uma vez que educava monges para o cultivo das terras, e das outras artes e ofícios, peças-chave na cristianização de um povo e de um território em formação. Teve também uma

[228] A Terra de Santa Maria correspondia a uma região administrativa e eclesiástica (arcediagado), cuja designação subsistiu até ao século XVIII. Por volta do ano mil ainda não estava integrada na Diocese do Porto, embora os documentos do século X a considerem como pertencente ao território *Portucalensis*. O seu limite era definido por recursos naturais: a Norte o rio Douro, a Leste o rio Arda, a Sudeste e a Sul o rio Antuã. Tratava-se de um território de relevo pouco acidentado, que comunicava facilmente com o Porto e Coimbra através da velha estrada romana existente na região, via de acesso das incursões muçulmanas e do comércio judaico. No seu território encontrava-se o Castelo de Santa Maria, único por aquelas paragens, e o domínio era exercido pela família de Marnel, originária das terras a Sul do Antuã. MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny.* Obras Completas - vol.12. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002, p.56. Sobre a Terra de Santa Maria no período medieval ver MATTOSO, José – *A Terra de Santa Maria na Idade Média. Limites Geográficos e Identidade Peculiar.* Santa Maria da Feira: Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, 1993; MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia – *A Terra de Santa Maria no século XIII. Problemas e Documentos.* Santa Maria da Feira: Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, 1993.

[229] *Annaes do Município de Oliveira de Azeméis.* Porto: Lello & Irmão, pp.255-257; AREDE, João Domingues – *Cucujães*. Porto: Empresa Gráfica A Universal, 1914, p. 20; IDEM - *Cucujães e mosteiro com seu couto nos tempos medievais e modernos*. Famalicão: Tipografia Minerva, 1922, p.6; COSTA, Américo - *Diccionário Chorographico de Portugal Continental e Insular, vol. V*. Porto: Tipografia Domingos Oliveira, 1936, p.987; "Cucujães", in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol.VIII*. Lisboa/ Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960, p. 202; S. TOMÁS, Frei Leão de – *Benedictina Lusitana, Tomo II*. Coimbra: Na officina de Manoel de Carvalho, 1651, p.277.

[230] Trata-se da hipótese mais sólida porque sustentada na mais antiga fonte documental relativa ao mosteiro, a Carta de Couto de 7 de Julho de 1139, com transcrição integral em AREDE, João Domingues – *ob.cit*, 1922, pp.15-21; SILVA, Joaquim Candeias da – *S. Martinho de Cucujães. De Mosteiro Beneditino a Seminário das Missões (Século XII a XX) – Subsídios históricos.* Cucujães: Escola Tipográfica das Missões, 2005, pp.60-64.

[231] Segundo José Mattoso, a Carta de Couto de Cucujães foi paga por D. Egas Odores em 1139 por 1000 soldos e dois cavalos. MATTOSO - *O Monaquismo Ibérico…*, 2002, p.105.

[232] MATTOSO – *O Monaquismo Ibérico....*, 2002, p. 20, 128; OLIVEIRA, Miguel de – "O Mosteiro de Cucujães e o seu fundador", in *Arquivo do Distrito de Aveiro, vol. VIII, nº29.* Aveiro: Arquivo do Distrito de Aveiro, 1942, pp. 12-15; IDEM – *Ourique e Espanha. Nova solução de um velho problema.* Lisboa: Empresa Editora Pro Domo, 1945, pp. 121-129; SILVA – *ob. cit.*, 2005, pp.10-12. D. Gabriel de Sousa aponta a fundação do mosteiro em finais do século XI, opinião partilhada por Bernardo Vasconcelos e Sousa (SOUSA, Gabriel de – "Beneditinos", in *Dicionário de História da Igreja em Portugal.* Vol. II. Lisboa: Editorial Resistência, 1983, p.366; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento.* Lisboa: Livros Horizonte, 2005, p.73.

importante acção política, antes e durante a fundação de Portugal, através da prestação de alguns serviços ao Infante D. Afonso Henriques, que acabou por o recompensar com a concessão da Carta de Couto[233]. Com a instituição do couto, o mosteiro de Cucujães adquiriu o direito paroquial[234], judicial e administrativo[235], e o território a categoria de vila[236]. O couto ficava independente e imune às leis gerais, assim como as igrejas do seu padroado[237], revertendo para o mosteiro os impostos que eram pagos à Coroa, potenciando assim o desenvolvimento local e a vinda de servos ou colonos[238]. Desta forma, a história do cenóbio beneditino vai ter uma relação estreita com o território.

Muito pouco se sabe sobre o mosteiro de Cucujães durante o período medieval, mas supõe-se que seria um cenóbio de reduzidas dimensões e rendimentos. Viu os seus

[233] Prática assumida pelo Conde D. Henrique e D. Teresa, continuada por D. Afonso Henriques e alguns dos seus sucessores. As Cartas de Couto eram formas de recompensar a fidelidade dos monges e seus patronos, ao mesmo tempo que garantiam ao rei alguns proventos indispensáveis para a conquista territorial e luta contra a ocupação muçulmana, além de criar pólos de atracção do povoamento e cultivo de terras. No plano espiritual, eram uma forma de garantir a oração intercessora dos monges junto de Deus. Quer isto dizer que, apesar da elevada generosidade dos monarcas, as Cartas de Couto pressupunham, da parte dos mosteiros, obrigações de fidelidade, próprias do sistema feudal. Algumas dessas obrigações eram extensíveis aos próprios patronos, como os direitos de *prandium* e *pousadia*. Por outro lado, para os monges os Coutos eram uma garantia da magnanimidade régia e a afirmação do seu poder monástico. Cfr. DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – "Na variedade dos foros, a singularidade dos coutos beneditinos: generosidade régia e poder monástico", in *Revista de Guimarães*, vol.106. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1996, pp.277-297.

[234] Segundo João Domingues Arede, existia uma primitiva igreja em Cucujães, edificada a levante da cumeada central do monte Castro Recarei, que teria sido destruída e incendiada aquando da invasão muçulmana. Com a edificação do mosteiro a igreja paroquial passa para o seu espaço. AREDE - *Cucujães e mosteiro…*, 1922, p.7; IDEM – *Museu Arqueológico e Etnológico de Cucujães. Breve Notícia Histórica da Freguesia e Vila do Couto de Cucujães e Catálogo do seu Museu.* Cucujães: Escola Tipográfica do Seminário das Missões, 1935, pp.3-5; COSTA - *Diccionário Chorographico…*, 1936; "Cucujães", in *Grande Enciclopédia…*, 1960, p.202.

[235] O abade do mosteiro ficou com o direito de exercer o cargo de Juiz, até 1334, altura em que foi criado o cargo de Ouvidor, que vigorou até 1481, quando D. João I decretou o fim do direito de jurisdição criminal detido pelos donatários. A organização judicial de Cucujães passou a ser exercida por um Juiz, eleito pelo povo e confirmado pelo abade do mosteiro, um almotacé, um procurador e um caudel. Este poder foi confirmado até ao reinado de D. João II. O mosteiro terá intentado restabelecer a jurisdição de que dispunha, como se pode depreender da Carta régia de D. Pedro II (1690), situação que não foi reposta, sendo a jurisdição de crime transferida para a Comarca da Feira por volta de 1575, onde vigorou até 1836, altura em que foi transferida para a Comarca de Oliveira de Azeméis, onde permaneceu até à actualidade. AREDE - *Cucujães e mosteiro…*, 1922, pp.22-29; SANTOS, Valter – *Cucujães – Antigo e Moderno.* Cucujães: Escola Tipográfica das Missões, 1983, pp.28-31.

[236] AREDE - *Cucujães e mosteiro…*, 1922, p.30; SANTOS – *ob. cit.*, 1983, pp.27-28.

[237] O Mosteiro do Couto de Cucujães tinha o direito de padroado das igrejas de S. Tiago de Trouxemil, perto de Coimbra, e de S. Tiago de Espargo, na Comarca da Feira (AREDE - *Cucujães e mosteiro…*, 1922, p.22; COSTA – *ob. cit.*, 1936, p.990; "Cucujães", in *Grande Enciclopédia…*, 1960, p.203). Após a integração na Congregação de S. Bento de Portugal, ficou com o direito de padroado da igreja de S. Pedro de Ossela, pertencente ao Mosteiro de Paço de Sousa (Capítulo Geral de Maio de 1635, A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Actas Capitulares*, 1635-1767, nº.314 [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal], fol.9), da capela de Nossa Senhora do Castro (A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1710-1713, nº.114 [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal], fol.7v), ermida de Santo António (A.D.B. *Estados…*, 1650-1653, nº.114, fol.5v), em Oliveira de Azeméis e da capela de Santa Luzia, em Cucujães (A.D.B. *Estados…*, 1650-1653, nº.114, fol.5v).

[238] AREDE - *Cucujães e mosteiro…*, 1922, p.22; SILVA – *ob.cit.*, p.23.

privilégios serem sucessivamente confirmados pelos monarcas, como D. João I, D. Afonso V, D. João II e D. Manuel[239]. A partir do reinado de D. João II assiste-se ao acentuar dos abusos praticados por parte dos patronos, que se faziam valer das suas prerrogativas de forma excessiva, minando o mosteiro desde o reinado de D. João I[240]. Apesar da protecção real, manifestada através das Cartas Régias, os abusos constantes praticados ao longo do século XV, repercutiram-se na própria comunidade, onde grassava a indisciplina e o relaxamento monástico, fazendo o mosteiro e a comunidade entrarem em decadência[241]. A situação agravou-se com a presença dos abades comendatários, à semelhança do que se passava noutras casas monásticas do país. No caso do Mosteiro de Cucujães, os abades comendatários eram escolhidos entre o clero regular e secular[242].

A situação de crise religiosa, em geral, e monástica, em particular, vivia-se não só em Portugal, mas igualmente por toda a Europa, surgindo a consciência e a necessidade de se reverter a imagem de decadência que a Igreja fazia passar desde finais do século XIV. A XXV Sessão do Concílio de Trento (1545-1563) revelou-se fundamental para a reforma das ordens monásticas[243]. Para os beneditinos portugueses, os ventos de mudança chegaram com a instituição da Congregação de S. Bento de Portugal, em Abril de 1566. O Mosteiro do Couto de Cucujães foi um dos últimos a ser incorporado na Congregação, facto que ocorreu em Março de 1588, sendo seu comendatário o beneditino Frei António Gonçalves[244]. A primeira tentativa de destituição do abade comendatário deu-se no Capítulo Geral de Junho de 1554[245], com a

---

[239] SILVA – *ob.cit.*, pp.27-28.

[240] Para acabar com a pesada situação para o mosteiro, o abade apelou à protecção de D. João I que, em resposta, emitiu uma Carta régia, datada de 1432, onde confirmava os privilégios do mosteiro e proíbia a aposentadoria de qualquer pessoa no mosteiro, quintas ou lugares do seu couto, assim como o direito de comer e de usufruir de bens do mosteiro e seu couto, sem autorização do seu abade. S. TOMÁS – *Benedictina Lusitana*, Tomo II, 1651, pp.277-278. Ver transcrição integral da Carta em AREDE – *Cucujães e mosteiro…*, 1922, pp.34-35.
Em 1484, no reinado de D. João II, o abade do mosteiro cucujanense apela ao monarca para isentar dos serviços militares os criados, lavradores e caseiros do seu Couto, a que D. Diogo Pereira, 2º Conde da Feira os queria obrigar. Ver transcrição integral em AREDE - *Cucujães e mosteiro…*, 1922, pp.35-37; SILVA – *ob.cit.*, p.65.

[241] AREDE – *Cucujães e mosteiro…*, 1922, pp.37-39.

[242] AREDE, João Domingues – *ob.cit*, 1922, p.38.

[243] Ver Quadro 1.

[244] *"O ultimo abade dele* [Mosteiro de Cucujães], *por aquelle tempo, foy hum Frey Antonio Gonçalves, que o comia como clerigo secular, & como vinha nomeado entre os mais Mosteyros, que se havião de reformar, foy obrigado por Sua Santidade a tomar o habito, & levar pera sua companhia Religiosos, pera que o Mosteyro tornasse a seu primeyro, & antigo ser".* S. TOMÁS – *Benedictina Lusitana*, Tomo II, 1651, p.278.

[245] Ver transcrição parcial do Capítulo Geral em AREDE - *Cucujães e mosteiro…*, 1922, pp.39-40.

eleição de Frei António da Silva para abade do mosteiro de Cucujães. Em 1588 conseguiu o comendatário renunciar aos rendimentos que dispunha da mesa abacial em favor do Mosteiro de S. Bento de Avé Maria, no Porto. Contudo, a entrega do governo do mosteiro a um monge reformado só aconteceu a 20 de Dezembro de 1596[246]. Por esta altura a Congregação teve que chegar a um acordo com as monjas de S. Bento de Avé Maria, que passaram a usufruir de dois terços dos rendimentos do Mosteiro de Cucujães[247].

Integrado na Congregação de S. Bento e com a sua administração regulada, no início do século XVII o mosteiro de Cucujães mantinha uma demanda com as religiosas do Mosteiro de S. Bento de Avé-Maria a respeito da igreja do Mosteiro do Couto de Cucujães, facto revelador da tensa relação entre ambas as comunidades[248]. Em inícios do século XVIII surge a indicação de uma tentativa de intromissão do meirinho da Feira na jurisdição cível do Couto[249]. Ainda neste período, o *Estado* de 1716-1719 informa que os monges de Cucujães ainda enviavam dois terços do seu rendimento para o Mosteiro de S. Bento de Avé Maria[250], facto corroborado pelas *Memórias Paroquiais*, de 1758[251]. Desconhece-se quando se desobrigou o Mosteiro deste encargo. No entanto, na Visitação de 1769 não surge qualquer apontamento sobre o mesmo[252].

---

A decisão do Capítulo Geral não foi acatada pelo comendatário, que continuou a usufruir dos bens da mesa abacial e conventual. Para suprimir a anomalia existente, o Papa Sisto V emitiu uma bula, a 25 de Novembro de 1587, onde nomeava o Mosteiro de Cucujães como um dos mosteiros ainda sob alçada dos comendatários que deviam ser unidos à Congregação. Frei Baltazar de Braga tentou aplicar a referida, deslocando-se a Cucujães em Maio de 1588, mas o abade alegou que o seu título estava com o Bispo do Porto. SOUSA – "Beneditinos"…, vol. II, 1983, p.366; SILVA – *ob.cit.*, pp.28-29.

[246] Na Junta Geral realizada a 20 de Dezembro de 1596, foi eleito Frei Estêvão da Cruz para assumir o governo do Mosteiro de Cucujães como primeiro abade reformado (ver transcrição parcial da Junta Geral em AREDE - *Cucujães e mosteiro…*, 1922, pp.41-42). A sua eleição foi legitimada em Julho de 1598 e o abade acabou mesmo por ser reconduzido ao governo do mosteiro através da eleição de 10 de Maio de 1599. AREDE – *ob.cit.*, 1922, pp.42-43.

[247] SOUSA – "Beneditinos"…, vol. II, 1983, p.367.

[248] Por carta dirigida ao Secretário de Estado, datada de Março de 1606, a Abadessa de S. Bento de Avé - Maria, D. Guiomar de Ataíde, apela para que se ponha cobro à demanda com os religiosos de Cucujães. Ver Anexo Documental.

[249] No *Estado* de 1710-1713, surge a indicação que o mosteiro venceu uma demanda *"na Rellação do Porto contra o Meirinho da Feira por se querer meter no cível deste couto"*. A.D.B. *Estados…*, 1710-1713, nº.114, fols.7v-8.

[250] *"Dezempenhouse a caza de quinhentos mil reis que se devião as freiras de São Bento do Porto"*. A.D.B. *Estados…*, 1716-1719, nº.114, fol.9.

[251] *" (…) as rendas que tem este mosteiro sam limitadas porque se acham hoje devedidos em tres partes das quais tem duas partes as relligiozas de Sam Bento do mosteiro de Ave Maria da cidade do Porto, e este mosteiro fica so com hũa parte (…)"Memórias Paroquiais Cucujães*, Feira, 1758, vol.12, nº 475, pp.3313-3314, in http://ttonline.iantt.pt.

[252] OLIVEIRA, Samuel de Basto – *Oliveira de Azeméis e Freguesias entre os Rios Antuã e Ul na Visitação de 1769. Com Demografia das Freguesias do Séc. XVI ao Séc. XX*. Oliveira de Azeméis: s/e, 1992, pp.22-23.

O Mosteiro do Couto de Cucujães e o seu couto continuaram a gozar de alargados privilégios[253], alguns deles confirmados por D. Pedro II[254] e D. João V (1730)[255]. Todavia, a situação privilegiada do mosteiro alterou-se no reinado de D. Maria I, com o Decreto de 19 de Julho de 1790, que determinou a extinção das regalias dos donatários, passando o couto para a jurisdição da Coroa[256].

No início do século XIX, a comunidade monástica contaria com treze monges[257]. As Invasões Francesas, sobretudo com a incursão de Soult, fizeram a comunidade reduzir substancialmente, com a fuga de muitos monges. O mosteiro sofreu graves danos, não só devido ao saque dos invasores, mas igualmente devido ao comportamento criminoso da população[258]. Como era o único mosteiro situado a Sul do Douro, este constituiu ponto de passagem e acolhimento de muitas pessoas que fugiam em direcção a Sul, como relatou Frei Luís dos Serafins Saraiva[259]. Este deu ainda conta da desorganização do mosteiro e da fuga do seu abade[260]. Apesar de no seu relato Frei Luís descrever os franceses como militares de carácter sério e respeitoso, estes cometeram verdadeiras atrocidades em S. João da Madeira e Arrifana, a 17 de Abril de 1809, factos que se repercutiram em Cucujães[261].

Após a Revolução Liberal, durante o conflito que opôs Liberais e Absolutistas (1832-1834), o Mosteiro de Cucujães foi convertido em hospital de sangue, curando os feridos atingidos no conflito[262]. O cenóbio cucujanense acabaria por ser extinto em Maio de 1834, no seguimento do Decreto do Ministro José António de Aguiar, sendo os

---

[253] CARDOSO, Luiz – *Diccionario Geográfico…*, Tomo II. Lisboa: Na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1751, p.769.

[254] Transcrição integral da Carta Régia de 1690 em AREDE - *Cucujães e mosteiro…*, 1922, pp.25-27.

[255] SILVA – *ob.cit.*, p.30.

[256] A lei eliminava a ingerência do mosteiro na administração da justiça, a cobrança e recebimento dos tributos pagos ao cenóbio, base de sustentação económica da comunidade, ficando esta apenas com o direito de padroado e de nomeação de Juiz para o antigo couto. AREDE - *Cucujães e mosteiro…*, 1922, pp.126-127; IDEM - *Museu Arqueológico…*, 1935, p.22; COSTA - *Diccionário Chorographico…*, 1936, p.993; SANTOS – *Cucujães…*, 1983, pp.26-27.

[257] AMORIM, Inês – "Descrição da Comarca da Feira – 1801", in *Revista da Faculdade de Letras: História*, II Série, Vol. XI. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994, p.280.

[258] *" (…) circunstancias (…) muito especiaes as que tem damnificado tanto este mosteiro pela mesma invazão nelle, e grande destruição e saque que fizerão os inimigos e sobre isso os grandes roubos do povo (…)"*.A.D.B. *Estados…*, 1807-1810, nº.115, fol.15v.

[259] *" (…) aqui foi hua continua passagem de gente fugida do Porto, soldados de todas as regioens, os nossos monges, muita gente adida a elles, tudo aqui comeo (…)"*. SARAIVA - *Memorias sobre o Estado actual…*, Ms. nº.11237, fol.111; OLIVEIRA – *A Congregação Beneditina…*, 2005, p.75.

[260] *" O N. P. Mestre D. Abbade fugio desarvoradamente para Lisboa logo que teve a noticia da entrada dos Francezes no Porto…"*. SARAIVA - *Memorias sobre o Estado actual…*, Ms. nº.11237, fol.112; OLIVEIRA – *ob.cit.*, 2005, p.75.

[261] SANTOS – *Cucujães…*, 1983, pp.24-25; OLIVEIRA – *ob.cit.*, 2005, p.77, nota 126; SILVA – *ob.cit.*, p.32.

[262] AREDE - *Museu Arqueológico…*, 1935, p.22; SOUSA – "Beneditinos", vol. II, 1983, p.367; SILVA – *ob.cit.*, p.32.

seus bens integrados no Erário Público, passando a igreja a propriedade da paróquia. Pelos Decretos de 6 de Novembro e 31 de Dezembro de 1836, a reforma administrativa suprimia o concelho de Cucujães, ficando este a pertencer administrativamente a Aveiro e judicialmente a Oliveira de Azeméis[263] (Mapas 1, 2). Depois de graves delapidações, o mosteiro foi vendido em hasta pública, em 1837.

Desde a sua extinção à restauração da Ordem beneditina, em 1875, o Mosteiro do Couto de Cucujães contou diversos proprietários. Nesse ano, Frei João de Santa Gertrudes Amorim, adquiriu o mosteiro e restaurou a Ordem em Portugal. Foi elevado à categoria de priorado, em 1776, e de abadia, em Junho de 1888, sob a superintendência da Arquiabadia de Beuron, na Alemanha. Com a instauração da República, em 1910, o cenóbio foi reextinto e os seus bens arrolados entre os dias 26 e 28 de Outubro[264]. Em 1923, o mosteiro foi adquirido em hasta pública pelo Reverendo Padre José Vicente do Sacramento, que o doou a D. Teotónio Vieira de Castro, bispo de Meliapor, Superior do Colégio das Missões de Tomar e Procurador-Geral das Missões Religiosas dos Padres Seculares Portugueses, que o converteu em Seminário das Missões[265], valência que se manteve até à actualidade, conhecido como Seminário da Sociedade Missionária da Boa Nova.

## 2. O Mosteiro do Couto de Cucujães: um espaço em processo de transformação

Após a integração na Congregação de S. Bento e regulada a administração dos mosteiros beneditinos, estes iniciaram obras de reparação e, ainda em finais do século XVI, iniciaram a estratégia de transformação do seu espaço, com um programa de obras que se desenvolve de forma permanente até ao século XIX. O plano de obras abrangia, entre outros aspectos, a transformação da arquitectura das igrejas, com o alargamento da capela-mor, para facilitar as cerimónias, a alteração de pórticos, janelas, ou demolição de partes significativas dos edifícios; o revestimento de diversas superfícies com talha dourada, a execução de novos retábulos, *"ao gosto moderno"*, como apontavam os contratos, assim como a execução de banquetas, tocheiros, sanefas para os vãos de

[263] AREDE - *Cucujães e mosteiro…*, 1922, pp.127-129; IDEM - *Museu Arqueológico…*, 1935, pp.22-23; COSTA - *Diccionário Chorographico…*, 1936, pp.993-994; SANTOS – *Cucujães…*, 1983, p.60.
[264] AREDE - *Cucujães e mosteiro…*, 1922, pp.130-132; IDEM - *Museu Arqueológico…*, 1935, p.27; COSTA - *Diccionário Chorographico…*, 1936, p. 994; SILVA – *ob.cit.*, pp.33-34.
[265] Sobre o Seminário das Missões, ver AREDE - *Museu Arqueológico…*, 1935, pp.31-33; COSTA - *Diccionário Chorographico…*, 1936, p.995; SILVA – *ob.cit.*, pp.45-47.

iluminação e arcos cruzeiros, móveis diversos e pinturas[266]. Em termos da arquitectura monástica beneditina, esta vai responder, como em épocas anteriores, à necessidade de uma série de espaços para o desenrolar dos actos conventuais. A distribuição dos espaços vai obedecer sempre a razões funcionais, mas cada lugar vai ser revestido, em termos mentais, de significado espiritual e simbólico, para que os monges fossem atraídos imediatamente para a dimensão sobrenatural e transcendente da sua vivência[267]. Estes factos vão, forçosamente, reflectir-se nas soluções arquitectónicas e decorativas adoptadas.

É dentro deste contexto que se desenvolve o programa de transformação da igreja do antigo Mosteiro do Couto de Cucujães, com alterações significativas que resultaram no apagamento total dos vestígios da igreja primitiva e concederam ao espaço o aspecto que se mantém até à actualidade. Voltemos a nossa atenção, a partir deste momento, para o percurso pelas intervenções realizadas no conjunto monástico cucujanense balizadas entre 1626 e 1819[268], com a abordagem ao núcleo litúrgico e de oração e ao núcleo monástico.

## 2.1. Núcleo litúrgico e de oração

### 2.1.1. A igreja

### 2.1.1. Exterior

A primeira informação relativa à igreja do mosteiro (Fig.4) do Couto de Cucujães data da segunda metade do século XVII e consta do *Estado* de 1650-1653. Neste surge indicada a aplicação de reboco no corpo da igreja, na fachada principal e a colocação, sobre a porta de entrada, de *"hum remate com hum nicho em que se poz hũa imagem de Nosso Padre S. Bento"*[269]. Os *Estados* seguintes destacam pequenas intervenções na igreja, que visavam a sua conservação[270], até 1659-1662, período em que se inicia a primeira grande obra na igreja:

---

[266] DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – *Os Beneditinos, Tibães e o Barroco. Entre o esplendor da arte e a emoção religiosa*, in "Actas do II Congresso Internacional do Barroco". Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, p.295.
[267] IDEM – *Ibidem*, p.294.
[268] Datas dos *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães* presentes no Arquivo Distrital de Braga, Cartório da Congregação de S. Bento de Portugal, nº 114 e 115. Porém, alguns *Estados* encontram-se desaparecidos: 1632-1635, 1641-1644, 1671-1674 a 1707-1710, 1713-1716, 1734-1737, 1819-1822.
[269] A.D.B. *Estados…*, 1650-1653, nº114, fol.5v.
[270] A.D.B. *Estados…*, 1653-1656, nº.114, fol. 7v; A.D.B. *Estados…*, 1656-1659, nº.114, fol.6.

> *"Principiousse a capela mayor a fundamentis. De hũa parte esta a parede levantada athe a cornija, da outra athe as frestas e para se continuar a obra fica muita pedra lavrada e as grades de ferro para se porem nas frestas"*[271].

As obras na capela-mor tiveram continuidade até 1665-1668, momento em que o *Estado* regista a sua conclusão:

> *"Acabousse a capella mor, que de hũa parte estava principiada athe a cornije, e da outra athe a parte em que se fundarão as frestas obra de tanta consideração pella ruína, que ameaçava a igreja, que por diversas partes estava aberta servindo-lhe de encontro.*
>
> *Consta a capella de abobeda de pedraria lavrada com seus painéis, e toda pello pavimento lageada com seus presbitérios e almofadas tudo muito bem obrado com dous cruzeiros, e quatro pirâmides compondosse os altares colateraes"*[272].

A partir do excerto do *Estado* podemos depreender que a capela-mor[273] da igreja do mosteiro (Figs.3,11,12 e 14) estaria num estado avançado de degradação, possivelmente devido à situação económica do mosteiro, que não seria a melhor para se proceder ao aperfeiçoamento da estrutura arquitectónica. A intervenção operada permitiu a substituição definitiva de um espaço medieval por um espaço onde predomina a linguagem renascentista, materializada através da cobertura em abóbada de berço com caixotões (Fig.24), com um pavimento totalmente lajeado[274]. No contexto de tão grande

[271] A.D.B. *Estados…*, 1656-1659, nº.114, fol. 4v-5.
[272] A.D.B. *Estados…*, 1665-1668, nº.114, fol.4v-5.
[273] A partir do *Ceremonial Beneditino* de 1647 temos conhecimento que a capela-mor era usada na Liturgia das Horas para as Vésperas e Terça cantadas solenemente (*Ceremonial da Congregação dos Monges Negros da Ordem do Patriarcha S. Bento do Reyno de Portugal.* Coimbra: nas officinas de Diogo Gomez de Loureyro & de Lourenço Craesbeeck, 1647, Livro I, p.LXV.); nas Laudes solenes da Vigília do Natal, para onde todo o convento se dirige (*Idem*, p. XXXIX); na Páscoa, com a entrada processional na capela-mor de todo o convento (*Idem*, p. LIX); para cantar a Terça, para maior comodidade (*Idem*, p.LXIIII); nas procissões do Santíssimo Sacramento, em que o convento se poria de joelhos na capela-mor, depois de ter entrado processionalmente na igreja com os acólitos (*Idem*, p.LXV); nas procissões das Ladainhas, em que o convento, dita a Antífona, se dirigia para a capela-mor (*Idem*, p.LXVIII); nas exéquias dos monges, como local onde o convento entra processionalmente, depois de se juntar na entrada do cruzeiro, e antes de se dirigir para o local onde se encontrava o monge defunto, além de ser o local onde se colocava a tumba com o defunto, no regresso à igreja (*Idem*, p.LXXV). A capela-mor é indicada igualmente na bênção e procissão das Cinzas, e na bênção e procissão dos Ramos, como local para onde se dirige processionalmente o convento, depois de se rezar no coro a Terça e a Sexta do Ofício Divino e de Nossa Senhora, e de se ter juntado na sacristia (*Idem*, Livro II, p.138, 142). No *Pontifical Monástico* de 1730, a capela-mor surge-nos apontada como local para a missa e as Horas de Pontifical, e para se revestir o abade na Terça e Missa de Pontifical e de como se há-de preparar a capela-mor para as missas de Pontifical (SANTO ANTÓNIO, Frei Manuel de – *Pontifical Monástico da Congregação do Príncipe dos Patriarchas São Bento deste Reyno de Portugal.* Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia, 1730, p.26).
[274] No tratado de S. Carlos Borromeo encontra-se prescrito que a capela-mor deveria ser construída orientada para Este, ficando o sacerdote voltado para a assembleia, e coberta com abóbada Ver Quadro 2, X. De la capilla mayor. Indicações semelhantes surgem nas Constituições Sinodais do Porto,

transformação, surgem ainda intervenções que procuram melhorar todo o espaço da igreja, que é retelhada, caiada e onde é colocado soalho novo, na zona do cruzeiro. Ao mesmo tempo abrem-se *"de novo dous arcos para caberem os retabolos colateraes"*[275].

As anotações relativas a obras realizadas no século XVII terminam no período de 1668 a 1671, com referência ao conserto do telhado da capela-mor.

No século XVIII, o *Estado* de 1710-1713 informa-nos sobre o levantamento das paredes da igreja em seis palmos e o seu apainelamento com guarnições, a que se juntou a colocação de sete linhas de ferro com pinhas douradas, flores e oleado vermelho. Terá sido esta a última intervenção no corpo da igreja (Fig.10). Sem descurar a conservação do espaço sacro, neste período ainda a igreja é toda retelhada[276]. Em termos arquitectónicos, até perto do final do século XVIII, os *Estados* vão referir apenas as acções desenvolvidas visando a conservação do templo e a manutenção do seu espaço, concorrendo para a nobreza da igreja e cerimónias religiosas nela realizadas. A acompanhar estas intervenções estão outras, como o dealbar todo o mosteiro por fora[277] e por dentro, determinado pelas Visitas do Geral[278].

No período compreendido entre 1792 e 1795, no segundo governo de Frei Pantaleão de São Tomás, em contexto de várias obras realizadas, procedeu-se à renovação da fachada principal (Fig. 6), tal como indica o *Estado*:

> *"Fes-ce de novo todo o frontespicio com sinco frestas da milhor architectura, e nestas se pozerão grades de ferro, e nestas mesmas se pozerão vidraças"*[279].

Pela mesma altura, a pedra de armas da Congregação beneditina foi transferida do arco cruzeiro para o remate do frontispício[280] (Fig.9). As obras na fachada prosseguiram e culminaram no triénio seguinte, como informa o *Estado*:

---

acrescentando estas que, caso a capela-mor não fosse abobadada, ao menos fosse *"bẽ forrada, lageada, ou ladrilhada"*. Ver Quadro 3, Forma das edificações religiosas.

[275] A.D.B. *Estados…*, 1665-1668, nº.114, fol.5. Esta referência coaduna-se com o determinado no tratado de S. Carlos Borromeo, que prevê a construção, de um e outro lado da capela-mor, de uma capela ou retábulo, ou que pelo menos surgisse uma concavidade na parede onde se pudessem fixar os retábulos. Ver Quadro 2, XIV.De las capillas y los altares menores.

[276] A.D.B. *Estados…*, 1710-1713, nº.114, fol.7v.

[277] Sobre as paredes do exterior das igrejas, S. Carlos Borromeo determinou que não se representasse qualquer imagem na sua superfície. Ver Quadro, III. De las paredes exteriores y frontispício. Apesar da vigência desta determinação, em 1876 foi aberto um pequeno nicho na parede Este da capel-mor onde foi colocada uma escultura de Nossa Senhora da Purificação.

[278] Por exemplo, A.D.B. *Visitas do Geral*, 1780-1785, nº.170, fol.124v; A.D.B. *Visitas do Geral*, 1785-1790, nº.171, fol.53, 233v, 264; A.D.B. *Visitas do Geral*, 1790-1795, nº.172, fols.87v-88, 131; A.D.B. *Visitas do Geral*, 1793-1798, nº.173, fols.110v, 142v, 384.

[279] A.D.B. *Estados…*, 1792-1795, nº115, fol.14v.

> *"Completou-se ultimamente o novo frontespicio da igreja rematando-se com huma formoza cruz de pedra oitavada com sua pyramides das pontas em correspondencia"*[281].

Trata-se de uma fachada riscada por Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, como atesta o *Livro de Rezam*[282], diário pessoal do monge[283], a única executada pelo artista. Esta é uma obra de pendor classicizante, de aspecto severo (Fig.6). Encontra-se definida por duas pilastras toscanas de canto assentes em pedestais e dividida em três registos horizontais. A zona central possui um nítido ritmo vertical, acentuado pelo alinhamento dos elementos que a compõem. O primeiro registo (Fig.7) é composto por uma portada adintelada, rematada por um frontão curvo, com um elemento decorativo que arranca da base do mesmo e ocupa a parte central do tímpano. A ladear a porta encontram-se dois pequenos vãos de iluminação, protegidos por grades, de recorte rectangular, com um ligeiro abatimento da parte superior. Este registo apresenta-se separado do subsequente por uma cornija (Fig.8). No alinhamento dos vãos do primeiro registo encontram-se dois nichos com moldura em arco de volta perfeita, assente sobre duas pilastras toscanas, onde se inserem as esculturas de S. Martinho e de S. Bento, peças contemporâneas. Estes nichos apresentam-se encimados por dois vãos de iluminação, de curioso recorte, protegidos por vitrais. A portada de acesso encontra-se encimada por um grande vão de iluminação, que reproduz o recorte dos altares colaterais, do interior da igreja. O terceiro registo (Fig.9) da fachada é composto pelo frontão triangular, interrompido na base, assente sobre um entablamento liso. No tímpano do frontão surge a pedra de armas da Ordem de S. Bento, ao centro. Os cantos das empenas do frontão encontram-se rematados com duas pirâmides, enquanto o vértice do mesmo é rematado com uma cruz apontada. Apesar da simplicidade e carácter eminentemente classicizante do frontispício da igreja, que atestam o lançamento de Frei José Ferreira Vilaça numa nova linguagem estilística, subsistem elementos que demonstram quanto o artista beneditino se encontrava ligado ao vocabulário Rococó e à movimentação tardobarroca das fachadas, como sejam o

---

[280] *"Tirarão-se as armas do arco cruzeiro e se colocarão no fronte espicio da igreja"* (A.D.B. *Estados…*, 1792-1795, nº115, fol.14).
[281] A.D.B. *Estados…*, 1795-1798, nº.115, fol.8v.
[282] "*No mesmo Mosteiro do Couto risquei a obra do fronte espicio e aesisti a faqtura dele…"*. SMITH, Robert C. – *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. Escultor Beneditino do Século XVIII.* Vol.1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p.152.
[283] O perfil artístico de Frei José de Santo António Ferreira Vilaça será abordado de forma detalhada no contexto das obras executadas no interior da igreja do mosteiro.

elemento decorativo presente no frontão curvo que encima o vão de acesso, o rebaixamento na empena do mesmo frontão, o frontão triangular interrompido na base, assim como a diversidade de recorte dos vãos de iluminação[284].

Durante o século XIX, várias são as referências à igreja, na sua maioria referentes à execução de pequenas obras de reforma e manutenção. Destaque para a realização do presbitério e escadas da capela-mor em pedra, *"obra esta digna de todo o elogio pelo beneficio que se fez ao mosteiro, que se via obrigado todos os triennios a gastar muito para o fazer de madeira"*[285]. De facto, ao longo de todo o século XVIII e princípio do século XIX, são abundantes as referências à colocação de soalho e renovação das escadas de madeira da capela-mor[286]. Outras intervenções se seguiram, até 1819, sendo mais recorrentes o dealbar das paredes da igreja, por dentro e por fora, como determinado pelas actas dos Capítulos Gerais e Juntas, Visitas dos Gerais[287], assim como a renovação do telhado.

#### 2.1.1.1. O interior

Num período marcado pela acção Protestante contra a Igreja Católica e pela resposta desta face aos constantes ataques, onde brotou a necessidade premente de se reverter o descalabro moral que minava o seu seio, a Arte constituiu o meio propagandístico por excelência dos decretos emanados do Concílio de Trento. A igreja, enquanto "Casa de Deus", vai encerrar no seu interior os elementos essenciais para afirmação e fortalecimento desses mesmos princípios[288]. Os artistas barrocos vão expressar de diversas formas a mensagem de afirmação da Igreja Triunfante pós-Trento. Em Portugal, de modo especial na região Norte, ao longo dos séculos XVII e XVIII, a

[284] DIAS, Eva Sofia Trindade – "A obra de Frei José de Santo António Ferreira Vilaça na igreja do antigo Mosteiro do Couto de Cucujães" in *IV Seminário Internacional Luso-Brasileiro – A Encomenda. O Artista. A obra.* Bragança, Auditório Paulo Quintela, 15 a 17 de Outubro de 2009 (no prelo). A fachada principal da igreja de Cucujães segue, em parte, o esquema determinado por S. Carlos Borromeo (Ver Quadro, III. De las paredes y el frontispício). Em vez da imagem da Virgem com o Menino a encimar a portada de entrada, em Cucujães encontramos um grande vão de iluminação, solução comum a diversos templos da Época Moderna.

[285] A.D.B. *Estados…*, 1804-1807, nº115, fol.14.

[286] Ver, por exemplo, A.D.B. *Estados…*, 1731-1734, nº114, fol.9; A.D.B. *Estados…*, 1743-1746, nº114, fol.9v; A.D.B. *Estados…*, 1748-1752, nº114, fol.11; A.D.B. *Estados…*, 1767-1770, nº114, fol.11v; A.D.B. *Estados…*, 1780-1783, nº115, fol.10v; A.D.B. *Estados…*, 1801-1804, nº115, fol.16.

[287] Por exemplo, Junta Geral de Maio de 1807, A.D.B. *Actas Capitulares*, 1795-1807, nº.316, fol.16; Capítulo Geral de Maio de 1810, A.D.B. *Actas Capitulares*, 1810-1822, nº.317, fol.58; Junta Geral de Maio de 1813, A.D.B. *Actas Capitulares*, 1810-1822, nº.317, fol.22; A.D.B. *Visitas do Geral*, 1801-1804, nº.174, fols.12v, 117v; A.D.B. *Visitas do Geral*, 1804-1807, nº.175, fol.8v.

[288] ALVES, Natália Marinho Ferreira – *A Arte de Talha no Porto na Época Barroca (artistas e clientela. Materiais e técnica)*, Vol.1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989, p.46.

talha dourada foi aquela que melhor contribuiu para a definição dos espaços sacros pós-tridentinos, associando-se ao azulejo e à pintura ou, como acontece na maior parte dos casos, dominando todo o espaço sacro[289]. Assim sendo, a talha dourada deve ser entendida não como um elemento meramente decorativo, mas captada pelo seu sentido mais profundo, como elemento fulcral no processo de apreensão sensitiva do crente, de modo a inseri-lo no espírito do Catolicismo Triunfante, e a conduzi-lo ao entendimento e adesão aos princípios da fé católica[290]. Neste sentido, não será, pois, de estranhar que a Igreja tenha constituído a maior mecenas e incentivadora do desenvolvimento da arte da talha. Dentro desta instituição, e de encontro com o nosso caso de estudo, destacamos particularmente a Congregação de São Bento de Portugal como um dos maiores encomendantes, no quadro de transformação dos espaços sacros da Ordem, anteriormente apontada.

Consolidada a estrutura arquitectónica da igreja do Mosteiro do Couto de Cucujães, através das diversas intervenções realizadas ao longo do século XVII, inicia-se a renovação artística do seu interior (Fig.16), operação que decorre ao longo do século XVIII e se estende até ao século XIX, focalizada no domínio da talha[291], sobretudo na área do cruzeiro e capela-mor.

---

[289] ALVES – "Pintura, talha e escultura (séculos XVII e XVIII) no Norte de Portugal", in *Revista da Faculdade de Letras - Ciências e Técnicas do Património*, I Série, Vol.2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, p.739.

[290] ALVES - *A Escola de Talha Portuense e a sua influência no Norte de Portugal*. Lisboa: Edições Inapa, 2001, p.13; IDEM – "A evolução da talha dourada no interior das igrejas portuenses", in *MVSEV*, IV Série – nº.4. Porto: Círculo Dr. José Figueiredo, 1995, p.34.

[291] Entre os diversos elementos em talha dourada produzidos para os espaços sacros, são os retábulos que vão merecer maior atenção e cuidado por parte de encomendantes e artistas. De facto, a partir do Concílio de Trento, esta estrutura vai desempenhar uma notável acção didáctica, conseguida através da escolha criteriosa das imagens e dos elementos decorativos, plenos de forte carga simbólica. O retábulo vai-se assumir como um dos pontos fundamentais na difusão das directrizes tridentinas (ALVES – *A Escola de Talha…*, 2001, p.13; IDEM – *A Arte da Talha…*, 1989, p.46). O brilho refulgente e magnético do ouro vai prender o olhar do crente, que vai experimentar os sentimentos que perpassam pelas representações constantes dos retábulos.

A partir do último quartel do século XVII, as estruturas retabulares vão sofrer alterações significativas (Ver SMITH, Robert C. – *A Talha em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1962, p.69 e seguintes). O retábulo deixa de se assumir unicamente como suporte e enquadramento da imagem (pintura e/ou escultura), e vai ver surgir uma estrutura escalonada, no seu centro, designado de *trono eucarístico*. Trata-se de uma estrutura piramidal, sobre a qual, no seu topo, se coloca a custódia para exposição do Santíssimo Sacramento. Este tipo de estrutura e prática vão-se desenvolver no período pós-Trento, e seguem de encontro com as disposições conciliares no que concerne à Eucaristia e à devoção desta, dando assim resposta aos constantes ataques protestantes. Como aponta Fausto Sanches Martins *"O tema do trono eucarístico enquadra-se no contexto do* Decretum de Sanctissimo Eucharistiae Sacramento*"*, promulgado a 11 de Outubro de 1551, na XIII Sessão do concílio de Trento, e relaciona-se *"directamente, com os problemas do culto eucarístico e da presença real, negados pelos homens da Reforma Protestante"* (MARTINS, Fausto Sanches – *Trono eucarístico do retábulo barroco português: origem, função, forma e simbolismo*, in "Actas do I Congresso Internacional do Barroco", vol.II. Porto: Reitoria

As referências mais recuadas a exemplares em talha, datadas de 1629-1632, correspondem aos primitivos retábulos da igreja e reportam-se à compra de *"hum frontal pera o altar mor e dous pera os colatraes"*[292], assim como à colocação de cortinas nos mesmos. O *Estado* de 1644-1647 dá conta da execução de *"hum guadamexim para o altar mor"*[293], elemento fundamental para a conservação do retábulo[294]. Nova notícia dos retábulos, desta vez dos colaterais, surge no triénio de 1665-1668, por altura da conclusão da capela-mor, com a abertura de dois arcos para os receberem, após o seu conserto[295]. Apesar da existência de informações relativas à localização espacial dos retábulos, desconhecemos a sua linguagem formal ou outras referências que nos possam conduzir a um apontamento relativo à sua datação.

Pela *Visita* do abade geral Frei Cipriano de Mendonça ao Mosteiro de Cucujães, em Fevereiro de 1677, surge a indicação da realização de um retábulo, *"obra tão asenssial para a capella da igreja"*[296]. Assomam duas considerações sobre este pequeno trecho da fonte: o retábulo indicado teria sido realizado para a capela-mor ou então para uma capela existente na igreja, da qual não existe informação sobre a sua localização ou configuração. Parece-nos mais plausível a primeira consideração apresentada, uma vez que o texto da *Visita* recomenda *"ao M. R. Padre Dom Abbade futuro não permita que fazendosse o sepulcro nas indoenças cheguem com a madeira e pregos ao dito retabollo pello grande dano que disto pode rezultar, destruindo o dito retabolo"*[297]. Determinando o *Cerimonial* monástico, se o altar-mor fosse fixo, a existência de um altar portátil para servir de altar-mor quando o primeiro estivesse impedido, passando-se o mesmo com o sepulcro de Quinta-feira Santa[298], e tendo em conta que estas estruturas se dispunham na capela-mor, consideramos que a informação da *Visita* se reportará à execução de um retábulo-mor. A mesma recomendação de haver

---

da Universidade do Porto / Governo Civil do Porto, 1991, p.20). Por toda a parte verifica-se um verdadeiro surto de devoções eucarísticas, de que o Lausperene e Oração das Quarenta Horas constituem exemplo (Ver devoções pós-tridentinas em MARTINS, Fausto Sanches – *ob.cit.*, pp.22-30). A Sagrada Partícula vai ser agora o novo foco de atracção de olhar do crente, enquadrada pela imensa luz do ouro que reveste a estrutura retabular. Esta assume-se como a expressão física dos decretos tridentinos e conduz o crente à sua contemplação, imbuindo-o na essência da Igreja Triunfante.

[292] A.D.B. *Estados…*, 1626-1629, nº.114, fol.7v.

[293] A.D.B. *Estados…*, 1644-1647, nº.114, fol.9.

[294] *"(…) eſtarà cuberta toda a taboa superior do altar com hum couro muyto limpo de guadamecim pera guardar as toalhas do pò, & cera das vellas: eſte couro ſerà dividido em tres partes, das quaes a do meyo cubra a pedra d'Ara, as outras duas o mais que reſta do altar (…)."Ceremonial da Congregação dos Monges Negros da Ordem do Patriarcha S. Bento do Reyno de Portugal.* Coimbra: nas officinas de Diogo Gomez de Loureyro & de Lourenço Craesbeeck, 1647, p.166.

[295] A.D.B. *Estados…*, 1665-1668, nº.114, fol.5.

[296] A.D.B. *Visitas do Geral*, 1673-1680, nº152, fol.100v.

[297] A.D.B. *Visitas do Geral*, 1673-1680, nº152, fol.100v.

[298] *Ceremonial da Congregação…*, 1647, p.166. Ver Quadro 4, Outros retábulos.

cuidado na Semana Santa para não se encostar madeira ou prego ao retábulo surge na *Visita* do abade Geral, Frei Jerónimo de S. Tiago, realizada em Outubro de 1677[299] Pela datação das *Visitas* pensamos estar perante um exemplar de talha Maneirista ou de transição para o Estilo Nacional que, infelizmente, não chegou até aos nossos dias.

As referências aos retábulos estender-se-ão até finais do século XVII, associadas à aquisição de frontais e outros têxteis, essenciais para a decência e ornato, conforme disposto no *Cerimonial* monástico[300].

No século XVIII, os *Estados* possuem prolixas referências relativas à talha da igreja do mosteiro. Até à primeira metade do século, são abundantes as informações relativas à colocação de esteiras e taburnos nos retábulos[301], assim como da aquisição de frontais, toalhas e outros objectos litúrgicos. Em 1752-1755 surge indicado um dado curioso: *"Fingiosse hũa tribuna na capella mor de prespectiva"*[302]. Este dado reporta-se à representação em *trompe l'oeil* de uma tribuna enquanto elemento arquitectónico ou enquanto elemento constituinte de um retábulo? Eis uma questão que não conseguimos dar resolução. O triénio seguinte (1755-1758) será marcante no quadro da renovação artística do interior da igreja do mosteiro, com o início da campanha de renovação da talha, como nos informa o *Estado*:

> *"Pozeram-se na capella mayor deste mosteyro hũa tribuna com seu retábulo, cruz, seis meyos corpos de sanctos, seis castiçais triangullares, frontal, credença e sanefaz nas frestas tudo de talha. Custou tudo oitocentos e des mil reis. A caza deo cento e des mil reis e os setecentos forão do producto do Real.*
> *(…)Puzeramsse na volta do arco da mesma hũas grades de balaustres de pao quadrados com suas portadas de talha vazada"*[303].

Ao mesmo tempo que se procedia à transformação artística da capela-mor, eram realizadas obras de melhoramento do mesmo espaço, com a execução das *"escadas e presbiterios da capella mor pello estillo mais moderno tudo feyto de cataria e bem*

---

[299] *"Revalidamos o Capítulo da Vizitação passada que encomenda ao M. R. Padre Dom Abbade prezente, e futuro tenha grande cuidado em que no tempo que na Semana Santa se faz sepulchro se não encoste madeira algũa ao retabolo, ou se pregue algũa couza, per não causar dano algum a hũa obra de tanto custo"*. A.D.B. *Visitas do Geral*, 1673-1680, nº152, fol.132. A colocação de esteiras e taburnos nos retábulos segue de perto o que se encontra preceituado no *Cerimonial* monástico. Ver Quadro 4.
[300] Ver Quadro 4, Ornato dos retábulos.
[301] Por exemplo, A.D.B. *Estados…*, 1719-1722, nº.114, fol.8v; A.D.B. *Estados…*, 1722-1725, nº.114, fol.12, 13; A.D.B. *Estados…*, 1731-1734, nº.114, fol.9; A.D.B. *Estados…*, 1743-1746, nº.114, fol.9v; A.D.B. *Estados…*, 1748-1752, nº.114, fol.11.
[302] A.D.B. *Estados…*, 1752-1755, nº.114, fol.13.
[303] A.D.B. *Estados…*, 1755-1758, nº.114, fol.10v-11.

*lavrado"*, colocação de soalho na *"mesma capella mor com caybros de carvalho e bom solho de pinho"* e o acrescento do *"cruzeyro da igreja mudando-lhe as grades e solhando de pedra o acrescento e fazendo-lhe para deviza do corpo da igreja hum degrao de brocel da mesma pedra"*[304]. Esta última realização indica a preocupação da existência de uma separação física entre os monges e o mundo, materializada na colocação de grades na zona do cruzeiro e acrescida do degrau, que acentuaria mais essa separação[305].

**a) Artistas**

Através de um contrato de trespasse realizado a 28 de Agosto de 1756, tomamos conhecimento que a intervenção em talha foi levada a cabo pelo mestre entalhador Manuel da Costa Andrade, do Porto, que ficou encarregue da *"factura da obra de talha da capela-mor da igreja do Couto de Cucujães no Juiso da Provedoria de Esgueira por preso de outocenteos e vinte mil reis"*[306]. O mesmo contrato informa que o referido mestre faleceu antes da conclusão da obra. Contudo, *"já tinha feito a mayor parte da dita obra"*[307]. Teresa Maria, sua viúva, trespassa a obra a José Teixeira Guimarães[308], mestre entalhador do Porto, que se comprometeu a *"concluir a dita obra na forma da planta que já tinhão dado ao mesmo Manoel da Costa Andrade"*[309].

Um dos mais reputados entalhadores da escola de talha do Porto, Manuel da Costa Andrade (? – 1756) foi responsável pela difusão da linguagem formal do estilo joanino portuense. Residia nas imediações da Fábrica do Tabaco, era casado com Teresa Maria e pai de Antónia Maria e Leandro José, também ele entalhador. A sua actividade centrou-se na cidade do Porto e seu termo, embora apresente algumas obras dispersas

[304] A.D.B. *Estados…*, 1755-1758, nº.114, fol.10v-11.
[305] Esta preocupação com a distinção dos espaços surge indicada nas Constituições Sinodais do Porto, que preceituava que a capela-mor ficasse *"mais alta do corpo da Igreja, ao menos hũ degràо"*. Ver Quadro 3, Forma das edificações religiosas. No tratado de S. Carlos Borromeo surge disposição semelhante. Ver Quadro 2, X. De la capilla mayor.
[306] BASTO, Artur de Magalhães – *Apontamentos para um Dicionário de Artistas e Artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII.* Porto: Câmara Municipal do Porto, 1953, p.34; BRANDÃO, Domingos de Pinho – *Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade e diocese do Porto, vol.IV – 1751-1755*. Porto: Oficinas Gráficos Reunidos, 1987, p.131.
[307] BASTO, Artur de Magalhães – *ob.cit.*, p.34; BRANDÃO, Domingos de Pinho – *ob.cit.*, p.131.
[308] *" (…) esta ella Thereza Maria viuva ajustada com elle Joze Teixeira Guimarães para acabar o que faltava pello preço de trezentos mil reis (…)"*. BASTO, Artur de Magalhães – *ob.cit.*, p.34; BRANDÃO, Domingos de Pinho – *ob.cit.*, p.131.
[309] BRANDÃO, Domingos de Pinho – *ob.cit.*, p.131.

por diversas localidades do Norte de Portugal. Faleceu a 31 de Julho de 1756[310]. Por sua vez, José Teixeira Guimarães (? – 1780), foi um dos entalhadores portuenses que traduziu de forma exuberante a elegância e requinte do estilo Rococó nos seus trabalhos. Residiu no Porto, na Rua do Bonjardim (1750, 1755-1767, 1773-1778) e na Rua do Paraíso (1751 e 1768). Foi casado com Teresa Luísa e pai do Padre Joaquim Teixeira Guimarães, arquitecto e director das Obras Públicas. Autor de vasta obra, alguma dela riscada por Francisco Pereira Campanha e pelo próprio filho[311]. Detenhamo-nos particularmente nas obras executadas por estes dois grandes vultos da escola de talha do Porto para a igreja do cenóbio cucujanense.

**b) Obras**

**- Retábulo-mor**

Como previamente indicado, temos conhecimento da existência de um primitivo retábulo-mor em talha, cuja execução terá terminado por volta de 1677, constituindo-se numa obra de linguagem Maneirista ou de transição para o Estilo Nacional. Este foi substituído pelo exemplar agora em análise, executado por Manuel da Costa Andrade e José Teixeira Guimarães. Ao contemplarmos a obra realizada (Fig.26), damo-nos conta de uma estrutura que se aproxima às estruturas retabulares criadas por Manuel da Costa Andrade para as igrejas de São Lourenço de Pias (Fig.142), Lousada e São Francisco de Guimarães (Fig.143). Todavia, nem tudo foi realizado por este mestre entalhador, apesar de serem seguidas as plantas e apontamentos determinados pelo encomendante, certamente o abade.

No sotobanco encontramos modilhões com cabeças de anjo encimadas por folhas (Fig.33), semelhantes aos que figuram no entablamento do retábulo da igreja de São João da Foz (Figs.106, 107) e nos modilhões e entablamento inferior do retábulo de Nossa Senhora do Socorro, no convento de São Francisco do Porto (Figs.132, 133); no entablamento do retábulo dos Santos Passos de Leça da Palmeira (fig.119, 120); nos

[310] ALVES – *A Arte de Talha…*, 1989; IDEM - "ANDRADE, Manuel da Costa", in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p.31;IDEM – *A Escola de Talha…*, 2001, p.105; IDEM – *Dicionário de Artistas e Artífices do Norte de Portugal*. Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2008, pp.26-27. Sobre a obra de Manuel da Costa Andrade ver Quadro 5 e Mapa 4.

[311] ALVES – *A Arte de Talha…*, 1989; IDEM - "GUIMARÃES, José Teixeira", in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p.219;IDEM – *A Escola de Talha…*, 2001, p.121; IDEM – *Dicionário de Artistas e Artífices do Norte de Portugal*. Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2008, pp.163-164. Sobre a obra de José Teixeira Guimarães ver Quadro 6 e Mapa 5.

modilhões do retábulo de São Lourenço de Pias (Fig.142); no entablamento do primeiro registo do retábulo de Nossa Senhora da Graça, em São Francisco do Porto (Fig.138); nos modilhões do retábulo da Ordem Terceira de São Francisco (Fig.145), em São Cosme (Gondomar), e nas cabeças de anjo que sobrepujam os baldaquinos laterais de enquadramento das imagens do retábulo da igreja de São Miguel de Nevogilde (Figs.148, 154, 155)). Nas faces laterais dos modilhões surgem representados pequenos apanhados constituídos por grinaldas de flores e um pedaço de tecido, seguros por uma flor (Figs.28, 29). No enrolamento do modilhão, na parte inferior, encontra-se uma folha de acanto (Fig.33), numa solução próxima à encontrada, nos balaústres presentes no coroamento do retábulo de S. João da Foz (Fig.104) e nos modilhões dos retábulos dos Santos Passos de Leça da Palmeira (Fig.113), de Nossa Senhora do Socorro (Figs.128, 133) e Nossa Senhora da Graça (Fig.138, 140), em S. Francisco de Porto, em São Lourenço de Pias (Fig.142), em São Cosme (Fig.145) e, ainda nos modilhões do retábulo de Nevogilde (Figs.149, 150). Ainda no registo do banco, sob o nicho com as imagens de S. Bento e S. Martinho, surge a representação de um quadro decorativo (Figs.28, 29, 32) constituído por uma folha enquadrada por duas linhas sinuosas e ladeada por duas volutas rematadas em folha de acanto, semelhantes às que vemos no recorte da boca da tribuna do retábulo-mor de São João da Foz (Fig.105), na mesma localização, no retábulo de São Francisco de Guimarães e espalhadas pelo seu coroamento (Fig.143). Estas ligam-se aos restantes elementos por duas linhas curvas fechadas em volutas, que assentam sobre um elemento definido por duas folhas de acanto, sobre volutas, que se unem a um concheado que sobrepuja um pequeno leque invertido, constituído por cinco tiras definidas por reticulado em losango, que se apresenta um pouco esbatido quando comparado com o reticulado presente nas sanefas dos vãos de iluminação. Este leque, que se surge quase como uma “assinatura” de Manuela da Costa Andrade, vemo-lo, por exemplo, no coroamento do retábulo de São João da Foz (Fig.104), nas mísulas dos retábulos de Nossa Senhora do Socorro (Fig.130) e Nossa Senhora da Graça (Fig.141), no interior do nicho do corpo do retábulo de Leça da Palmeira (Figs.117, 118), no como baldaquino das imagens laterais do retábulo da Ordem Terceira de São Francisco (Fig.146), de Gondomar. No arranque da tribuna do retábulo, enquadrada pela verga de duas portas, encontra-se uma mísula (Fig.43), de secção semi-circular, definida por diversos registos em forma de gomos. O primeiro registo é constituído por concha invertida próxima aos concheados que se distribuem um pouco por todas as obras realizadas pelo entalhador portuense, de onde

pende uma folha com bagas, que encontramos unicamente no coroamento do retábulo de São Miguel de Nevogilde (Fig.147). Os dois registos laterais são definidos por concheados ondulantes, que terminam em pequenas folhas de acanto, enquanto os registos mais recuados são constituídos por linhas curvas definidas por folhas de acanto, cruzadas com cascas enrugadas, com um pequeno cacho de folhas a rematar. A parte inferior da mísula apresenta um ornato torçal, de onde arranca uma base com duas folhas voltadas para baixo, em tudo semelhantes às que se encontram, por exemplo, no coroamento (Fig.104) e sotobanco do retábulo de São João da Foz, na sanefa do coroamento do retábulo de São Francisco de Guimarães, na face do soco de sustentação da custódia da tribuna do mesmo retábulo (Fig.143) e, ainda, no sotobanco, banqueta (Figs.150, 151), base da tribuna e face das mísulas laterais (Figs.148, 149) das imagens do retábulo-mor.

No corpo do retábulo (Figs.30, 31, 40), de registo único, encontramos ainda alguns apontamentos realizados por Manuel da Costa Andrade, como sejam os capitéis das colunas torças (Figs.36, 37) e o entablamento que encima os nichos laterais (Figs.36, 44). Este entablamento, de feição côncava, encontra-se marcado por cabeças de anjo entre pequenas folhas de acanto voltadas para baixo, sobre as quais corre um pequeno ornato definido por dardos e óvulos. O entablamento encontra-se presente com esquema semelhante no retábulo da Foz (Figs.105, 106, 107), no entablamento do primeiro registo do retábulo de Nossa Senhora do Socorro (Figs.128, 132, 134) e Nossa da Graça (Fig.138), nos retábulos de São Lourenço de Pias (Fig.142), de São Cosme (Figs.144, 146) e no de Nevogilde (Fig.148).

Avançando para o coroamento do retábulo (Fig.44), a marca de Manuel da Costa Andrade está ainda patente nos arranques de frontão curvo (Figs.38, 39), decorados com a folha tripartida que encontramos na mísula da predela do retábulo, e com uma flor túrgida, cuja presença verificamos na banqueta de São Miguel de Nevogilde (Figs.150, 151), espalhada por diversas partes do retábulo da Ordem Terceira de São Francisco (Fig.144), em São Cosme, no alinhamento das mísulas das imagens laterais dos retábulos de Nossa Senhora do Socorro (Fig.133) e de Nossa Senhora da Graça (Fig.140), no tecto da tribuna de São Francisco de Guimarães (Fig.143) e, ainda, nos retábulos dos Santos Passos de Leça da Palmeira (Figs.111,112, 117, 118) e de São João da Foz (Fig.108). Estas encontram-se encimadas por ornatos definidos por óvulos, dardos, e denticulado. Do mesmo mestre entalhador são ainda as duas estruturas próximas do modilhão, que ladeiam lateralmente a entrada da tribuna (Figs.40, 44), que

repete o ornato dos óvulos e dardos, e apresenta um remate em forma de balaústre, de onde pende um cacho de flores, tal como a auréola burilada, com anjos e raios, que se encontram na face posterior da tribuna (Fig.42), próxima à da tribuna de São Francisco de Guimarães (Fig.143), São Lourenço de Pias (Fig.142) e São Miguel de Nevogilde (Fig.148). O burilado das nuvens desta auréola é muito semelhante à representação de nuvens que o entalhador fez para a parte central do retábulo da Ordem Terceira de São Francisco, em São Cosme (Figs.144, 146).

A intervenção de José Teixeira Guimarães, apesar de mais reduzida, parece estar patente em toda a sanefa de coroamento do retábulo (Figs.40, 44), e nos anjos que a sustentam lateralmente (Figs.38, 39). Todavia, esta solução já havia sido experimentada por Manuel da Costa Andrade nos retábulos de São João da Foz (Fig.103), dos Santos Passos de Leça da Palmeira (Figs.122, 123, 124), de Nossa Senhora do Socorro (Fig.129) e de Nossa Senhora da Graça (Figs.135, 136), no Convento de S. Francisco do Porto, e no de São Lourenço de Pias (Fig.142). Encontramos paralelo entre os anjos do cenóbio cucujanense e os anjos do remate superior das ilhargas do arco cruzeiro da igreja de São Pedro de Miragaia (Figs.167, 168, 169), de José Teixeira Guimarães. Nesta mesma intervenção, os concheados enquadrados por linhas curvas (Figs.168, 169) aproximam-se dos representados em Cucujães, seguros pelos dois pequenos anjos, e ainda dos que enquadram o brasão da Ordem beneditina, que fecha a sanefa (Fig.44), que mais uma vez foram anteriormente usados por Manuel da Costa Andrade. O recorte da parte inferior da sanefa é claramente semelhante ao recorte da sanefa do arco cruzeiro de Miragaia (Fig.167) e próximo da sanefa do retábulo (Figs.157, 165) e sanefas dos vãos de iluminação da Sala das Sessões da Casa do Despacho da Ordem Terceira de São Francisco do Porto (Fig.156). Além destes pontos, o mesmo burilado e raios de luz que Manuel da Costa Andrade usa neste retábulo são em tudo semelhantes aos que José Teixeira Guimarães representou por trás da imagem de Cristo Crucificado do retábulo da Sala das Sessões de São Francisco (Figs.157, 163), tornando assim difícil a percepção do limite da intervenção de um e início da obra de outro. Mesmo assim, pela abordagem feita, podemos concluir que a marca de Manuel da Costa Andrade é claramente mais forte que a de José Teixeira Guimarães que, mesmo assim, não deixa de se sentir.

**- Credência**

No *Estado* de 1728-1732 surge a primeira indicação relativa à existência de uma credência anterior à realizada no triénio de 1755-1758[312]. Porém, as referências a esta peça de mobiliário cessam até à execução da credência em estudo. Esta peça vai de encontro às disposições presentes no *Cerimonial* beneditino, que aponta: "*No preſbiterio do altar mòr da parte de Epiſtola jũto â parede haverâ hum bofete, ou meza tão capax, que poſſa nella caber todo o neceſſario pera as Miſſas solẽnes; aqual communmente ſe chama* credença."[313]. Mais adiante refere mesmo "*A credença eſtará cuberta com hum pano de ſeda, ou alcatifa fina, sobre a qual haverâ hũa toalha de linho que cubra toda a taboa ſuperior (…)*"[314]. Para responder a esta disposição, que evidencia uma clara preocupação com a conservação da peça, o *Estado* de 1767-1770 refere "*Cobriram-se todos os altares da sachristia, e credença do altar-mor de oleado verde*"[315].

Trata-se de uma credência de forma rectangular, com decoração nas ilhargas, avental e pernas (Figs.54 e 55). Constatamos a existência de diversas folhas tripartidas, tanto nas pernas como no avental, próximas às que se encontram representadas no retábulo-mor e nas sanefas. No avental da credência, essas folhas assumem posição simétrica, embora a folha inferior apresente variante, com uma pequena abertura circular, onde se pode ver a representação de um rosto masculino, o qual não conseguimos identificar, nem descortinar o significado. A ladear estas duas folhas encontram-se elementos ondulados, que se estendem igualmente na parte inferior do avental, criando recortes côncavos que se contrapõem às linhas convexas das pseudo-volutas, de onde arrancam folhas de acanto. De feição diferente, mas com significativa força expressiva, são as folhas de acanto que criam a união entre o avental e as pernas dianteiras da credência. Estas apresentam uma sobreposição de formas recortadas, preenchidas pelas folhas tripartidas, anteriormente referidas, e culminam com a discreta representação de folhas de acanto enroladas. As ilhargas possuem, no seu avental, um elemento ondulado, que assume quase o aspecto de leque, ladeado por duas volutas rematadas em folhas de acanto. A parte inferior do avental é definida pela turgidez de cascas enrugadas, onde se entremeiam folhas de recorte diverso, salientando a

[312] *"(…) poce na igreja hũa credença de pão preto (…)"*.A.D.B. *Estados…*, 1728-1731, nº.114, fol.10v.
[313] *Ceremonial da Congregação dos Monges Negros da Ordem do Patriarcha S. Bento do Reyno de Portugal.* Coimbra: nas officinas de Diogo Gomez de Loureyro & de Lourenço Craesbeeck, 1647, p.166.
[314] *Idem*, p.167.
[315] A.D.B. *Estados…*, 1767 -1770, nº114, fls. 11v-12.

sinuosidade de linhas e formas. Este mesmo aspecto enrugado das cascas vai estar presente em alguns elementos da grade do arco cruzeiro.

**- Sanefas da capela-mor**

Ainda dentro do contexto da talha concebida por Manuel da Costa Andrade para o mosteiro beneditino de Cucujães, encontram-se as sanefas (Fig.49) para os quatro vãos de iluminação da capela-mor. As sanefas das frestas de iluminação, rasgadas aquando da edificação da capela-mor (1659-1662), surgem pela primeira vez referidas às sanefas no *Estado* de 1755-1758, triénio em que foi levada a cabo a grande empresa de remodelação da talha do dito espaço. Estas acompanham a verga recta dos vãos e apresentam dois registos distintos: o primeiro é definido pela representação de franjas mistilíneas de ouro, cuja parte superior constitui um módulo que se vai repetindo, caracterizado por uma espécie de flor de quatro pontas, a que se sobrepõe uma concha, unida por linha curva a uma folha tripartida, que assenta sobre o arranque da franja. O recorte inferior deste primeiro registo apresenta similitude com o recorte das sanefas dos retábulos de Nossa Senhora do Socorro (Fig.129) e de Nossa Senhora da Graça (Figs.135, 136), em São Francisco do Porto, de São Lourenço de Pias (Fig.142), São Francisco de Guimarães (Fig.143) e São Miguel de Nevogilde (Fig. 147). A parte superior é mais profusa em termos decorativos: ao centro encontra-se a alusão a uma tarja, definida lateralmente por concheado irregular, semelhante às que se encontram a rematar dois retábulos riscado por Andrea Pozzo (Est.1 e 2), que o mestre entalhador usou no entablamento do retábulo de São Francisco de Guimarães (Fig.143) e no remate interior do nicho central do corpo do retábulo de Leça da Palmeira (Figs.116, 117, 118) na banqueta (Figs.11,112, 113) e coroamento do mesmo (Figs.121,122). Do centro da tarja parte uma folha tripartida, próxima à que encontramos na mísula da boca da tribuna do retábulo-mor (Fig.43), de onde arranca outro elemento fitomórfico, sobrepujado com leque definido por sete tiras, com reticulado em losangos incisos na madeira, um dos elementos que constitui a "marca" de Manuel de Costa Andrade nas suas obras. A ladear a tarja, dois motivos curvos de onde arrancam túrgidas folhas de acanto, onde destacamos as folhas bipartidas, antes vistas no retábulo-mor.

**- Grades do arco cruzeiro**

Estas tinham como função marcar a separação física entre o espaço da nave da igreja, destinado aos fiéis, e a capela-mor, local de manifestação do divino, através do

Santo Sacrifício da Eucaristia, local de acesso reservado aos monges do mosteiro e outros religiosos que participariam nos ofícios divinos[316]. A primeira informação sobre as grades figura no *Estado* de 1740-1743[317]. As primeiras grades seriam substituídas pelas realizadas em 1755-1758, pintadas mais tarde, em contexto de obras de manutenção[318].

Ao analisarmos os elementos constituintes, damo-nos conta de uma estrutura divida em quatro partes: as duas primeiras partes, próximas ao intradorso do arco cruzeiro (Figs.51 e 52), apresentam disposição recta, com cinco balaústres cada uma, de secção quadrada, ladeada por dois elementos que marcam a passagem para as portadas das grades e a proximidade com a parede, respectivamente. As portadas das grades, em talha vazada, elementos mais ricos em termos decorativos, antes colocadas junto da restante estrutura, estão actualmente colocadas no altar-mor (Fig.53). Esta alteração de localização processou-se aquando das obras de restauro de que a igreja foi alvo, em 2000. As grades suscitam-nos dúvidas quanto à autoria. Alguns dos seus elementos, à semelhança do que acontece com o coroamento do retábulo-mor, são recorrentes nas obras de Manuel da Costa Andrade e José Teixeira Guimarães, como sejam os concheados enquadrados por linhas curvas, que o primeiro apresenta nos remates dos retábulos de Nossa Senhora da Graça (Fig.135, 136) e de Nossa Senhora do Socorro (Fig.129), no Porto, de São Lourenço de Pias (Fig.142), em Lousada, a encimar os baldaquinos das imagens do retábulo de Leça da Palmeira (Figs.119, 120), nos elementos sobre o entablamento (Figs.144, 147) e sobre o sacrário do retábulo de São Francisco de Guimarães (Fig.143), no retábulo da Ordem Terceira de São Francisco (Gondomar) e ainda, a ladear a vitrine com a imagem da Virgem com o Menino, no retábulo de São Miguel de Nevogilde (Figs.148, 153), e José Teixeira Guimarães apresenta nas partes laterais do remate superior do arco cruzeiro da igreja de São Pedro de Miragaia (Figs.168, 169), assim como espalhados no retábulo da Sala das Sessões da

[316] As Constituições Sinodais do Porto determinam a existência de grades (ver Quadro 3, Forma das edificações religiosas), à semelhança de S. Carlos Borromeo, que chega mesmo a determinar os materiais com que deviam ser executadas (Ver Quadro 2, X. De la capilla mayor).
Porque a igreja, além da Portaria, era um dos espaços de contacto com o exterior, as Constituições da Congregação de S. Bento determinavam a existência de uma campainha nas grades, por onde o sacristão deveria tomar os recados, com excepção dos recados dirigidos ao Abade e aos monges, e de géneros alimentares. *Constituiçoens da Ordem de Sam Bento destes Reynos de Portugal.* Lisboa: António Alvarez, 1590, fls.160v-161.

[317] "*Fizeramsse neste mosteiro as grades do cruzeiro, e pulpito e se enxaroaram* (…)". A.D.B. *Estados…*, 1740-1743, nº.114, fol.9.

[318] "Pintarão-se com seus a cazas (?) dourados as grades da capela-mor". A.D.B. *Estados…*, 1780-1783, nº.115, fol.10v.

Casa do Despacho da Ordem Terceira de São Francisco (Fig.165), do Porto, e nas sanefas da mesma sala (Fig.156). Prosseguem as representações de folhas de acanto a rematar volutas, as cascas enrugadas, que agora assumem maior expressividade, onde se entrelaçam concheados e folhas de acanto distintas, tudo sobre as subtis linhas ondulantes rematadas com enrolamentos, criando um conjunto pleno de graciosidade túrgida que, apesar de recorrer a elementos vistos noutras peças, adquire maior força expressiva.

**c) Encomendante**

Sendo o Mosteiro do Couto de Cucujães um dos mais modestos da Congregação de S. Bento, pelo reduzido número de monges e pelos baixos recursos de que dispunha, como se justifica a presença de dois artistas de alta craveira artística a procederem à renovação da talha da capela-mor da igreja? Se José Teixeira Guimarães surge nesta intervenção para substituir Manuel da Costa Andrade, após a morte deste, e por acordo com a esposa do mestre entalhador, Teresa Maria, a vinda de Manuel da Costa Andrade não foi tão 'ocasional'. Contudo, a falta de documentação relativa ao encomendante não nos permite conhecer os meandros que estiveram por trás da vinda do mestre entalhador do Porto até Cucujães. Supomos haver ingerência de Frei Francisco de Jesus Maria, eleito abade de Cucujães em 1755, que não chegou a concluir o triénio, uma vez que faleceu em 1756, sendo substituído por Frei António da Madre de Deus, outra hipótese neste processo, que dirigiu a comunidade entre 1756 e 1758. Este último poderá também ter estado envolvido na vinda de Manuel da Costa Andrade de Cucujães. Porém, não conseguimos estabelecer qualquer correlação entre os intervenientes que nos permita chegar a uma conclusão bem fundamentada.

Mais segura é a informação relativa à disponibilidade financeira para pagamento de tão elevada quantia: *"oitocentos e des mil reis"*[319]. O *Estado* de 1755-1758 indica que a casa dispunha apenas de cento e dez mil reis, sendo os restantes setecentos reis *"do producto do Real"*[320]. Este provinha do comércio do vinho produzido nas propriedades do cenóbio. Só por este meio adicional conseguiu a comunidade algum desafogo para poder quitar-se com o mestre entalhador. Caso contrário, este não deixaria a sua marca no mosteiro de Cucujães. Um meio excepcional que Frei António da Madre de Deus procurou, no Capítulo Geral de 1758, que o seu sucessor

[319] A.D.B. *Estados…*, 1755-1758, nº.114, fol.10v.
[320] A.D.B. *Estados…*, 1755-1758, nº.114, fol.10v.

conseguisse, através de diligências[321]. O silêncio das fontes documentais relativamente a este assunto leva-nos a concluir que os abades seguintes não conseguiram a mesma provisão, que daria algum desafogo económico à comunidade.

A igreja foi enriquecida no período de 1767-1770, com a execução de *"hum altaresinho para collocar hua imagem nova do nosso S. Patriarcha"*[322], concluído no triénio seguinte, com o seu douramento[323]. Estas referências soltas não nos permitem retirar qualquer conclusão relativa à localização ou linguagem formal do exemplar em questão, apenas que se tratava de um altar de pequenas dimensões concebido para receber uma nova imagem de S. Bento. Trata-se de um retábulo que não chegou aos nossos dias.

A campanha de renovação da talha continuou na década seguinte, com a realização dos altares colaterais, como informa o *Estado* de 1783-1786:

> *"Fesce de novo o altar colateral do Santo Christo de talha moderna e risco agradável; o outro altar colateral, que lhe corresponde ja esta feito e em vesperas de se apintar; estes dous altares são obras da devoção do N. M. Pe. P. Fr. Pantaleão de Santo Thomas dom abbade deste mosteiro que os mandou fazer a custa do que a relegião lhe concede para o seu uzo e do que a sua relegueza moderação soube poupar, privando-se das comodidades licitas e devertimentos permitidos, e bem contra sua expreça vontade fizemos aqui esta lembrança por obrigação do nosso agradecimento e para edeficação das posteridades, os quaes altares custarão = duzentos e vinte e oito mil reis"*[324].

Caso único nos *Estados* do Mosteiro do Couto de Cucujães, a referência explícita ao encomendante da obra, com indicação do seu nome e importância paga pelo mesmo pela obra executada. Este facto permite-nos concluir que o Mosteiro conseguiu uma renovação artística não por meios financeiros próprios, que certamente seriam reduzidos, mas pelo patrocínio de um abade que, à custa de algum sacrifício, conseguiu, por um lado, que a igreja fosse acompanhando o *"gosto moderno"* que se ia desenvolvendo noutras casas da Congregação e, por outro, que a renovação fosse executada por um artista de alta craveira na época: Frei José de Santo António Ferreira

---

[321] *"Advertio mais, que devia mandar-se ao prelado futuro fizesse toda a diligencia por conseguir a provizão para o Real, na forma que o prelado anteacto lhe declarar"*. A.D.B. Congregação de S. Bento. *Actas Capitulares*, 1635 – 1767, nº.314 [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal], fol.8.
[322] A.D.B. *Estados…*, 1767-1770, nº.114, fol.13.
[323] *"Pintou-se o altar do N. P. S. Bento"*. A.D.B. *Estados…*, 1770-1773, nº.115, fol.9.
[324] A.D.B. *Estados…*, 1783-1786, nº.115, fol.15.

Vilaça[325]. Antes de avançarmos com as obras executadas neste período, atentemos no perfil do monge artista.

**aa) Artista**

Frei José Ferreira Vilaça (1731-1809)[326] constitui uma figura marcante no quadro da segunda metade do século XVIII bracarense. Monge donato da Congregação de São Bento, Frei Vilaça terá sido iniciado no ofício de carpinteiro pelo pai, considerado um dos melhores artistas do seu tempo[327], sendo provável que com ele tenha recebido ensinamentos da arte da talha[328]. Será neste campo que vai assumir a sua dimensão artística, tanto como entalhador como autor de riscos, embora também tenha realizado incursões pelos domínios da arquitectura, escultura em pedra, estuques, ferro forjado e da pintura[329].

Relativamente à obra de José Ferreira Vilaça antes de professar muito pouco se sabe. O seu primeiro contrato para a execução de uma obra em talha data de Novembro de 1754 e corresponde à feitura do retábulo da capela-mor da igreja do Convento de Santa Clara de Amarante, actualmente desaparecido. Este foi o único trabalho, até agora conhecido, executado antes de 1757, ano em que acompanhou o pai como ajudante na renovação da talha da nova capela-mor da igreja do Mosteiro de S. Martinho de Tibães[330].

A partir de 1764 Frei José Vilaça iniciou as viagens e estadias por outros mosteiros da Congregação de S. Bento, através das quais foi difundindo o *gosto moderno* bracarense, com a execução das suas obras. No *Livro de Rezam* encontra-se o

[325] DIAS - "A obra de Frei José…", 2009 (no prelo).
[326]Sobre aspectos biográficos do monge artista ver Quadro 7.
[327] *"…chamavase o meu pay Costodio Ferreyra mestre carpinteiro daquele tempo dos milhores…"*. SMITH, Robert C. – *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. Escultor Beneditino do Século XVIII*, vol.1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p. 100.
[328] DIAS, Eva Sofia Trindade – "Treaties and detached decorative prints: the formation of an artist in the 18th century", in *IJUP 2010 - 3º Encontro de Jovens Investigadores da U. Porto. Livro de Resumos.* Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 2010, p.71.
[329]Sobre os domínios em que se estende a obra de Frei José Vilaça ver Gráfico 1.
[330] A sua chegada a Tibães coincidiu com um momento da maior importância artística para a igreja deste cenóbio, que se encontrava em plena campanha de renovação artística entre os anos de 1757 e 1761. A estadia em Tibães vai-se prolongar até Julho de 1764 e vai revelar-se fulcral para Frei Vilaça, uma vez que vai trabalhar com o entalhador José Álvares de Araújo, o principal executante de toda a obra em talha que se encontrava no interior da igreja do mosteiro beneditino, riscada por outro prodigioso mestre: André Ribeiro Soares da Silva. Estas são duas das figuras mais marcantes do Rococó nortenho, que teve como foco principal a cidade de Braga. Cfr. SMITH – *ob. cit.*, vol. I 1972, pp. 43-45; ALVES, Natália Marinho Ferreira – "VILAÇA, Frei José de Santo António Ferreira", in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal.* Lisboa: Editorial Presença, 1989,p. 528; DIAS - "Treaties and detached decorative…", 2010, p.71.

rol das obras por ele realizadas, lista que se encontra longe de estar completa, já que se compõe exclusivamente com os trabalhos realizados para os mosteiros beneditinos, quando Frei Vilaça executou outros trabalhos para instituições laicas[331]. É igualmente de salientar que a lista se confina às obras que o monge considerava serem *"as mais conçidraveis"*[332], excluindo deste modo outras que possuíssem um valor menos relevante, segundo a óptica do artista. Pela análise do documento, podemos concluir que as obras foram executadas entre 1754 e 1798, encontrando-se dispersas por diversos mosteiros como Tibães, Santo Tirso, Refóios de Basto, Rendufe, Arnóia, Paço de Sousa, Pombeiro, Alpendurada, Couto de Cucujães e pelas igrejas de Nossa Senhora dos Remédios de Lamego, de Santa Cruz e de São Frutuoso, em Braga, e da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães[333]. Apesar de dispormos destes dados, não conseguimos tecer qualquer crítica específica à obra técnica executada pelo monge entalhador, uma vez que é difícil apontar com precisão os elementos por si elaborados. Supõe-se que Frei Vilaça dirigisse a execução de certos trabalhos importantes e que a ele estivessem associados grandes entalhadores, que concediam excelência e uniformidade técnica às peças executadas[334]. O vasto conjunto de obras realizadas por este monge artista foi dividido em três fases distintas por Robert Smith[335], segundo as variações estilísticas que as peças apresentavam no tempo longo: a primeira fase, de 1758 a 1768, designada por *primeiro estilo*; a segunda, de 1768 e decurso da década de 1770, conhecida por *segundo estilo*; e o *terceiro estilo*, cerca de 1780 a 1798, que corresponde à terceira fase da obra de Frei Vilaça[336].

Não avançaremos sem nos determos alguns momentos nas influências apresentadas pela obra do monge beneditino[337]. Desde início dos anos 30 do século XVIII começaram a surgir as primeiras manifestações de um novo estilo decorativo, que se caracterizou essencialmente pela assimetria, exuberância e elegância das formas, e que na época se designava por *"gosto moderno"*. A nova linguagem decorativa originária sobretudo da Europa Central, mas igualmente de França, chegou a Portugal,

---

[331] *"Dipois das obras que tenho feito e riscado na minha religião fis outras muitas em diversas partes do Reino que para as referir seria presizo excrever muito a este respeito"*. SMITH – *ob. cit.*, vol.1, 1972, p.152.
[332] SMITH – *ob. cit.*, vol.1, 1972, p.152.
[333] Ver Mapa 6.
[334] SMITH – *Frei José de Santo António…*, vol.1, 1972, p.246.
[335] Ver Capítulo IV de SMITH – *ob. cit.*, vol.1, 1972, pp. 247-282, que o autor dedicou à análise estilística da talha do artista beneditino e o seu contributo para a Arte Portuguesa.
[336] Sobre os três estilos artísticos desenvolvidos por Frei Vilaça ver Quadro 8.
[337] Sobre as influências apresentadas pela obra de Frei Vilaça ver Quadro 10.

sobretudo aos núcleos conventuais do Entre Douro e Minho, através das estampas decorativas e das imagens devocionais. Foram estas imagens e informação artística subjacente que marcaram o panorama artístico português até finais de Setecentos[338]. Terá sido nestes meios monásticos, onde Frei José Vilaça se movimentava, que esta nova linguagem foi por ele sendo assimilada, servindo simultaneamente de suporte visual aos seus próprios riscos. Todavia, apesar de adoptar este repertório decorativo, o artista beneditino reinterpretou estes motivos e concedeu-lhes um cunho pessoal, facto que revestiu a sua obra de um carácter original[339]. Paralelamente às gravuras decorativas, as imagens de devoção, também designadas por *Registos de Santos*, constituiram outra abundante fonte de inspiração para o artista beneditino, à semelhança de algumas obras técnicas e tratados de arquitectura e decoração, que Frei Vilaça possuía na sua biblioteca pessoal[340]. Além destes, o estilo de André Soares, que se manifestou essencialmente através da talha, teve uma importância fulcral na formação e na obra artística de Frei José Ferreira Vilaça. Prova evidente desta influência na talha do monge artista traduz-se na proximidade dos elementos da gramática decorativa de André Soares e a interpretação feita por Frei Vilaça, sobretudo quando este desenvolveu a sua arte no período correspondente ao *primeiro estilo*[341].

**bb) Obras**

**- Retábulos colaterais**

Frei José Ferreira Vilaça chegou ao Mosteiro do Couto de Cucujães em 1792 e aí permaneceu até 20 de Maio de 1796, como anotou no seu diário[342]. Porém, os contactos com o Mosteiro parecem ter-se iniciado previamente, por volta de 1783-1786,

---

[338]ARAÚJO, Teresa Alves – *A tipologia do órgão na obra de Frei José de Santo António Ferreira Vilaça*. Porto: Edição de Autor, 1996, p.46. Marie–Thèrése Mandroux-França considera que *"a internacionalização do gosto que se instaura na corte de D. João V, a circulação de artistas estrangeiros e a multiplicação de encomendas nos diferentes centros de criação europeia conduz a um interesse crescente pela informação veiculada pelo livro e pela estampa"*. Assim sendo, como adianta a autora, *"o século XVIII corresponde a um período de grande enriquecimento das colecções de gravura em Portugal"*. MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thèrése – "L'image ornamentale et la litterature artistique importées du XVIe au XVIIIe siècle: un patrimoine meconnu des bibliothèques et musées portugais", in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. I, 2ª série. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1983, p. 162; DIAS – "Treaties and detached decorative…", 2010, p.71.

[339] DIAS, Eva Sofia Trindade – "A obra de Frei José …", 2009 (no prelo); DIAS – "Treaties and detached decorative…", 2010, p.71.

[340] Sobre as obras que Frei Vilaça possuía na sua biblioteca pessoal ver Quadro 9.

[341] ARAÚJO - *A tipologia do órgão…*, 1996, pp. 95-96.

[342] *"No mesmo Mosteiro do Couto risquei a obra do fronte espisio e aesisti a faqtura dele e mais obras donde estive quatro anos fazendo varias obras que neste tempo se continuarão a fazer por ordem do N. Reverendíssimo P. M. Dor. Fr. Manoel Caetano do Lureto e vim de la para Tibaens e 20 de Mayo de 1796"*. SMITH – *Frei José de Santo António…*, vol.1, 1972, p.152.

ano da execução dos retábulos colaterais, como indicado no *Estado*. A informação exposta contradiz os dados apresentados por Robert Smith, que aponta o triénio de 1792-1795 como período de realização da obra[343], a que o *Estado* faz corresponder a policromia e douramento da obra realizada[344], descurando o autor a informação contida no *Estado* de 1783-1786. Este facto permite refutar outra ideia: que Frei Vilaça entrou em contacto com o Mosteiro do Couto de Cucujães unicamente nos quatro anos em que lá permaneceu. No *Livro de Rezam*, o monge aponta primeiramente *"o risco para dous altares do Santíssimo Sacramento"*, separado da indicação das obras que executou nos quatro anos em que permaneceu no cenóbio[345]. Provavelmente encetou contactos com a casa beneditina antes de 1786, no sentido de averiguar as condições de implantação dos retábulos colaterais, para proceder posteriormente à elaboração dos riscos, que seriam executados por mão de colaboradores, ou enviou apenas os riscos para os mesmos sem se ter deslocado ao mosteiro. Neste caso, terá estado presente aquando da pintura e douramento dos retábulos, obra que se completa em 1795. Fica por determinar se Frei Vilaça efectuou alguma visita de supervisão à execução dos retábulos, ou se o fez apenas quando chegou ao mosteiro[346].

Como apontado anteriormente, as referências mais recuadas aos retábulos colaterais datam de 1629-1632, dos quais desconhecemos linguagem formal e datação. Estes encontram-se a ladear o arco cruzeiro, sendo o do lado do Evangelho dedicado a Cristo Crucificado (Fig.56), e o do lado da Epístola dedicado a Nossa Senhora do Rosário, actualmente dedicado ao Sagrado Coração de Jesus (Fig.73). Tratam-se de retábulos de linguagem classicizante, próxima ao retábulo-mor da igreja do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa (Fig.170), do Mosteiro de S. João de Alpendorada (Fig.182), aos retábulos laterais do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro (Figs.179-180) e quatro retábulos laterais de S. João de Alpendorada (Figs.183-186), que se inserem, segundo Robert Smith, dentro do *terceiro estilo* desenvolvido por Frei José Vilaça, onde sobressai a estrutura dos mesmos em detrimento dos elementos decorativos, bastante contidos. A estrutura e decoração dos retábulos são semelhantes, embora se verifiquem algumas variantes. Ambos possuem uma pequena mesa de altar (Figs.70, 86), com frontal guarnecido com elementos decorativos da linguagem Rococó

[343] SMITH – *ob. cit.*, vol.2,1972, p.492.
[344] *"Pintarão-se e douraram-se os dois altares colatraes e os quatro castiçaes que lhes dizem respeito"*. A.D.B.- *Estados…*, 1792-1795, nº115, fol.14.
[345] SMITH – *ob. cit.*, vol.1, 1972, p.152.
[346] DIAS - "A obra de Frei José…", 2009 (no prelo).

(Figs.71, 72), ladeada por dois pedestais que constituem o sotobanco, encimado por um banco com predela (Figs.60, 75), decorado com volutas que terminam em folhagem, por linhas ondulantes, assim como por motivos decorativos constituídos por três folhas pendentes, alinhadas (Figs.58, 77), semelhantes aos que se encontram na ilharga do banco do retábulo-mor da igreja do Mosteiro de Paço de Sousa (Figs.173, 174). Entre a mesa de altar e o sacrário, surge um pequeno friso com um ramo de trigo preso por fita (Fig.61), ao centro e a representação de cachos de uva com folhas de parra dos lados (Fig.62), motivos próximos aos que constam do friso de predela dos retábulos de Cristo Crucificado (Fig.179) e de Nossa Senhora das Dores (Fig.180) da igreja do Mosteiro de Pombeiro, e na porta do sacrário do retábulo-mor do Mosteiro de Paço de Sousa (Fig.178). A fita apresenta-se como uma variante da que surge na predela do banco do retábulo-mor do mesmo mosteiro (Figs. 173, 174, 177). O sacrário encontra-se enquadrado lateralmente por pequenas volutas rematadas em folhagem, e por linhas ondulantes; na porta surge a representação de uma custódia em relevo. Apresenta remate com elemento contracurvado, onde sobressaem dois motivos decorativos constituídos por folha tripartida, muito recorrente na obra do monge artista (Figs.59, 60, 75). Do banco arrancam colunas compósitas, que definem o corpo dos retábulos, de registo único, com fustes ornados de ramos com folhagem e pequenas bagas, colocados em movimento helicoidal ao longo destes (Figs.63-65, 81, 82), próximos aos fustes do retábulo-mor do Mosteiro de Paço de Sousa (Figs. 171, 172). Entre as colunas encontra-se o nicho em arco de volta perfeita, com fecho decorado, onde se insere a imagem a que o retábulo está dedicado (Figs.57, 74), ladeado por dois pequenos nichos (Figs.65-67, 78-80). Sobre as colunas compósitas surge o coroamento dos retábulos (Figs.68, 84), constituído pelo entablamento de onde arrancam a base e empenas de um frontão curvo interrompido, rematado com pequena estrutura triangular ligeiramente abaulada, definida por saliência e reentrâncias, onde se encontram anjos ladeados por ramos de folhas semelhantes aos das colunas. Há um evidente predomínio da policromia, com recurso ao branco, castanho e verde, e à técnica do marmoreado fingido, enquanto o dourado está reservado quase exclusivamente para os elementos decorativos.

Relativamente às diferenças entre os retábulos, estas principiam na iconografia dos mesmos. De salientar que o retábulo do lado da Epístola passou a ser dedicado ao Sagrado Coração de Jesus, em 1874, estando inicialmente dedicado a Nossa Senhora do

Rosário, como atestam as *Memórias Paroquiais*[347] e a iconografia dos elementos: presença de dois *putti* que sustentam a palma numa das mãos e coroa na outra (Fig.84), símbolos atribuídos à Virgem Maria. Além deste aspecto, Frei Vilaça fez distinguir a iconografia dos dois retábulos no próprio dardo dos capitéis, sendo que o do retábulo de Nossa Senhora do Rosário é constituído por uma rosa (Fig.83), clara alusão à Virgem Maria como sendo a *"rosa mística"*, uma das invocações presente na Ladainha de Nossa Senhora. Outra diferença prende-se com o facto de no retábulo do Cristo Crucificado a escultura ser original (Fig.57), imagem semelhante à do retábulo de Cristo Crucificado do Mosteiro de Pombeiro (Figs.179, 181), e de surgirem, no seu remate, dois anjos envergando amplas vestes que seguram as Tábuas da Lei (Fig.69).

É evidente a tentativa de Frei Vilaça no sentido da mudança para uma linguagem de carácter classicizante. No entanto, subsistem ainda muitos elementos da linguagem Rococó, dos quais Frei Vilaça não se conseguiu demarcar, como sejam as volutas que terminam em folhagem, o motivo da folha tripartida, as linhas ondulantes, as cascas enrugadas, entre outros, que se encontram dispersos por estas duas obras.

No Capítulo Geral de Maio de 1789, o abade do Mosteiro do Couto de Cucujães, Frei Luís da Conceição, advertiu *"que deixava no Depozito cento e tres mil e oitenta reis pertencentes a Livraria, os quaes pedia se aplicassem para a obra da igreja, assim como tãobem os cincoenta mil reis que aquelle mosteiro paga a Congregaçam em cada hum anno, tudo para douramento da tribuna da capela mor"*[348]. Trata-se de uma referência explícita ao aprimoramento e conservação do retábulo-mor, que por esta altura necessitaria de manutenção, para a qual o abade fazia convergir dinheiro que, em situação normal, estaria destinado a outra oficina do mosteiro e ao pagamento da contribuição devida à Congregação, o que poderá indicar que o mosteiro de Cucujães não teria capacidade financeira suficiente para a intervenção indicada.

A última grande campanha de renovação artística da igreja de Cucujães decorreu no período compreendido entre 1792 e 1798. O *Estado* de 1792-1795, correspondente ao terceiro governo de Frei Pantaleão de S. Tomás, é expansivo na descrição das obras realizadas nessa época:

---

[347] *"O orago ou padroeiiro desta freguezia e mosteiiro he Sam Martinho bispo. A igreja tem tres altares: o maior he dedicado ____ S. Martinho, hum dos collatrais a hua imagem do Santo Christo, e o outro a Nossa Senhora do Rozario (…)". Memórias Paroquiais Cucujães*, Feira, 1758, vol.12, nº 475, pp.3312, in http://ttonline.iantt.pt.

[348] A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Actas Capitulares*, 1770-1789, nº.315 [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal], fol.10v.

*"Pos-se hũa porta nas costas da mesma capella mor com suas vidraças para dar entrada ao ar.*

*Fesce o trono todo de novo e se deo diversa forma ás escadas com varias acomodaçoens para despejo das alfaias da sacrestia.*

*Reformouse todo o retablo tirandolhe hũa grande parte da talha que tinha e pondo-o ao gosto moderno, e se lhe fizerão dois nichos para os santos dos lados.*

*Fizeram-se duas portas de novo para serventia do mesmo trono.*

*Fes-se e compou (sic) a banqueta do altar mor despindo-a [Fol.14] da talha antigua e pondo-a ao gosto moderno.*

*(…) Concertaram-se as quatro sanefas dos lados da mesma capella mor. Pintarão-se e dourarão-se todo o altar mor, tribuna, cardença, castiçaes, sanefas, grades e arco do cruzeiro.*

*(…) Tirarão-se as armas do arco cruzeiro e se colocarão no fronte espicio da igreja. Fes-ce hũa magnifica sanefa para o arco cruzeiro e se anda atualmente pintando e dourando.*

*Pintarão-se e douraram-se os dois altares colatraes (…)"*[349].

Os objectivos desta intervenção são precisos: procura-se intervir no retábulo-mor, uma estrutura retabular já existente, destituindo-o parcialmente do seu aspecto original e *"pondo-o ao gosto moderno"*; arranjo das sanefas das frestas, pintura e douramento de todas as peças executadas na campanha de 1755-1758, que necessitariam de conservação e manutenção; o douramento e policromia dos retábulos colaterais, entalhados no triénio de 1783-1786[350]; a criação de um novo coroamento do arco cruzeiro. A juntar às intervenções enunciadas está a colocação de inúmeros castiçais[351], um lampadário e dois tocheiros, todo um conjunto de meios de iluminação que envolveriam os crentes na espiral de sensações vividas ao longo das cerimónias litúrgicas[352].

A esta última campanha de renovação da talha está novamente associada a figura artística de Frei José Vilaça que, como referido anteriormente, esteve no Mosteiro do Couto de Cucujães entre 1792 e 1796.

---

[349] A.D.B. *Estados…*, 1792-1795, nº.115, fols.13v-14.

[350] *"Deu para ouro, e tintas cento trinta, e hum mil seiscentos e secenta"*. A.D.B. *Estados…*, 1792-1795, nº.115, fol.8.

[351] Os *Estados* revelam valores que são indicativos da importância da obra: *"Deu para castiçais vinte mil e setecentos reis"*. A.D.B. *Estados…*, 1792-1795, nº.115, fol.8.

[352] Sobre as determinações do *Cerimonial* monástico relativamente aos castiçais, lampadários e tocheiras, ver Quadro 4.

**- Retábulo-mor**

A intervenção operada no retábulo-mor no triénio em estudo alterou significativamente o aspecto da obra executada pelos dois mestres entalhadores do Porto, que nunca chegamos a conhecer na sua totalidade. Esta intervenção foi realizada por mão de Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. Segundo Robert Smith, o artista procedeu ao risco e execução de diversas obras, como dois altares colaterais[353], sanefa do arco cruzeiro[354] e fachada principal[355]. Todavia, ao autor passou despercebida a alusão que Frei Vilaça faz no *Livro de Rezam* à intervenção no retábulo-mor, quando escreve: *"No Mosteiro do Couto risco para dous altares do Santíssimo Sacramento e o de fronte"*[356]. Os dois altares *"do Santíssimo Sacramento"* constituem uma referência aos dois retábulos colaterais *"e o de fronte"* claramente um apontamento sobre a intervenção que operou no retábulo-mor, reforçado com o *Estado* de 1792-1795.

Relativamente à intervenção que operou no retábulo-mor, esta anulou quase por completo as intervenções de Manuel da Costa Andrade e José Teixeira Guimarães. Toda a estrutura retabular, que se manteve, passou a assumiu um carácter classicizante, enquadrando-se plenamente no *Terceiro Estilo*[357] desenvolvido pelo monge artista na sua última fase de actividade. Possivelmente interveio nas colunas do retábulo, executou os nichos laterais (Figs.30, 31) e a tribuna (Figs.40-42), onde apresenta um recorte semelhante entre as três partes criadas. Os nichos laterais apresentam similitudes com os nichos criados para o retábulo-mor da igreja do Mosteiro de Paço de Sousa (Figs.171, 172), e foram criados para colocação das imagens de São Bento, do lado da Epístola, e São Martinho, do lado do Evangelho. Através das *Memórias Paroquiais*, temos conhecimento que o primitivo retábulo possuía apenas a imagem de São Martinho, orago do Mosteiro, facto corroborado pelo *Estado* de 1767-1770, que aponta a realização de um pequeno altar para colocação da nova imagem de São Bento que, possivelmente, passou a integrar um dos nichos criados por Frei Vilaça. Ainda no que concerne aos nichos, encontramos a marca do monge artista na espécie de tarja que se encontra na parte inferior (Fig.34), definida por linhas curvas ondulantes, que culminam em volutas, e rematada por folha polilobada característica de Frei Vilaça. A sobrepujar o recorte dos nichos (Fig.36) encontram-se uma série de elementos e linhas ondulantes,

[353] SMITH – *ob.cit.*, vol.2, p.462.
[354] SMITH – *ob.cit.*, vol.2, p.512.
[355] SMITH – *ob.cit.*, vol.2, p.397.
[356] SMITH – *ob.cit.*, vol.1, p.152.
[357] Sobre os *Estilos* em que Robert C. Smith dividiu a obra de Frei Vilaça ver Quadro 8.

de grande delicadeza e elegância, que constituem um conjunto rematado por forma flamejante. Do mesmo artista temos o trono eucarístico (Figs.40-42), constituído por cinco escadas, e o baldaquino (Fig.42) que delimita o pequeno soco onde é exposta a custódia com o Santíssimo Sacramento. Este apresenta semelhanças com a estrutura do sacrário do retábulo do Mosteiro de Paço de Sousa (Fig.178), e alguns elementos decorativos são próximos aos representados na parte superior dos nichos laterais. Frei Vilaça promove, desta forma, o enaltecimento da devoção eucarística, criando uma nova tribuna e marcando o espaço da presença de Cristo Vivo, através da hóstia consagrada e exposta, com o baldaquino. Para acesso à tribuna, Frei Vilaça fez abrir duas portas laterais, dando-nos conta que, no anterior retábulo, a colocação de velas para iluminação da Sagrada Partícula exposta seria dificultada pela inexistência destas.

Frei José Ferreira Vilaça manteve, assim, a estrutura do retábulo criado por Manuel da Costa Andrade, mas destitui-a da sua talha, *"pondo-a ao gosto moderno"*[358]. Contudo, esta aproxima-se da estrutura retabular do Mosteiro de Salvador de Passo de Sousa, obra do monge beneditino que, no entanto, não possui a mesma movimentação criada pelas saliências e reentrâncias dos corpos que constituem o retábulo-mor cucujanense, claramente barroca. No mesmo triénio, o artista beneditino procedeu ainda à pintura e douramento do retábulo e tribuna, apagando talvez as marcas de um primitivo retábulo totalmente dourado, de feição distinta da que apresentou como resultado final.

**- Sanefa do arco cruzeiro**

Ainda dentro da escultura em madeira concebida por Frei José Ferreira Vilaça encontra-se a sanefa do arco cruzeiro (Fig.87). A igreja não possuía sanefa, antes a pedra de armas da Ordem de S. Bento, em granito, que passou para o tímpano do remate da fachada principal no período de 1792-1795. Assim, foi concebida uma sanefa nesse mesmo triénio. Tal como os retábulos colaterais, esta peça insere-se no *terceiro estilo* das realizações artísticas de Frei Vilaça, onde sobressai a estrutura da peça, à qual se submetem todos os elementos decorativos, que contradizem o gosto neoclássico que o monge artista vinha tentando introduzir nas suas obras.

A sanefa, que prima pela simplicidade e leveza das formas, é constituída por uma estrutura de base decorada por elementos ondulantes e chamejantes, pormenores

[358] A.D.B. *Estados…*, 1792-1795, nº. 115, fol.14.

como cascas enrugadas, à qual se sobrepõe, ao centro, uma espécie de óculo decorado com grinalda de folhas, duas esferas com folhas largas e bagas. No remate do óculo surge o motivo da folha tripartida, repetido na parte inferior do mesmo, sobre o elemento que faz a ligação entre o óculo e a estrutura de base. Esta, por sua vez, é rematada nos cantos por pirâmides assentes sobre um elemento constituído por volutas que terminam em folhas de acanto enroladas, e por folhas ondulantes. A ligação entre estes elementos e o óculo é feita através de volutas mais reduzidas, onde se sobrepõem outros pormenores como cascas enrugadas que culminam em forma de chama e outro tipo de folhagem. Em termos de policromia, a sanefa encontra-se parcialmente dourada (douramento reservado sobretudo para os elementos decorativos) e conjuga igualmente a técnica do mármore fingido em rosa e verde, na parte inferior da estrutura.

Contrariamente aos retábulos colaterais, nesta realização há uma persistência forte do dourado, assim como dos elementos da linguagem Rococó, fazendo com que esta peça constitua um hino final de Frei José Ferreira Vilaça à exuberância decorativa.

**-Sanefas da capela-mor**

Como informa o *Estado* de 1792-1795, no período em que Frei Vilaça esteve em Cucujães procedeu-se ao conserto das sanefas do arco cruzeiro. Este deve ter sido executado pelo monge artista, que introduziu alguns elementos novos nas sanefas. O mais evidente, a policromia, uma vez que as sanefas teriam a superfície totalmente dourada. Outra alteração poderá situar-se a nível dos elementos curvos a ladear o motivo central das sanefas (Fig.49), elemento recorrente na obra de Frei José Vilaça, de onde arrancam vigorosas folhas de acanto, próximas às vistas nos cantos dos pedestais dos retábulos colaterais.

**-Credência e grades do arco cruzeiro**

A intervenção de Frei Vilaça nestas peças terá sido apenas conservativa e de aprimoramento.

**- Influências da obra produzida**

Apesar de não termos acesso aos riscos executados por Frei José Vilaça para as obras realizadas na igreja do Mosteiro do Couto de Cucujães, que infelizmente se perderam, é possível fazer uma análise das mesmas e estabelecer pontos de contacto

com as estampas e tratados que lhe serviram de modelo. Mencionaremos os pormenores que evidenciam explicitamente a influência na concepção dessas mesmas obras[359].

Na fachada que Frei José Ferreira Vilaça concebeu para a igreja deste mosteiro, podemos estabelecer uma comparação entre os nichos, que se encontram no segundo registo (Fig.8), e um dos modelos de nichos que Aviler apresenta no seu tratado de Arquitectura *Cours d'architecture qui comprend les ordres de Vignole, avec des comentaires* (Est.13). Por sua vez, o vão central de iluminação possui semelhanças com o recorte de alguns retábulos concebidos por Andrea Pozzo, que figuram na obra *Perspectiva pictorum et architectorum* (Est.1 e 2), tipo de recorte que se verifica igualmente nos dois retábulos colaterais riscados pelo artista beneditino para o interior da igreja (Figs.56 e 73). Relativamente aos restantes elementos que compõem a fachada, terão sido influenciados pelos tratados de construção, que apresentavam diversos modelos que certamente influíram no génio criador de Frei Vilaça.

Observemos neste momento a obra de talha concebida para o interior da igreja do mosteiro, mais rica em termos de influências. Ao analisarmos a estrutura do retábulo-mor podemos estabelecer ligação entre a folha polilobada da espécie de tarja que se encontra na parte inferior dos nichos (Fig.34) com a que consta da gravura do tratado de C. E. Briseaux (Est.20). Para o tipo de tarja adoptado pelo monge artista apontamos a obra de Andrea Pozzo (Ests.1, 2). As linhas curvas dos motivos decorativos que sobrepujam o recorte dos nichos (Fig.36) apresentam similitudes com as formas presentes em duas estampas de François-Xavier Habermann (Est.25, 27), enquanto a forma flamejante de remate tem paralelismo com algumas formas de uma estampa do mesmo artista (Est.26), e que Frei Vilaça usou igualmente na sanefa que coroa o arco cruzeiro (Fig.87), presente no mesmo cenóbio beneditino. Já as volutas rematadas em folhas de acanto são próximas às apresentadas na gravura do tratado de Briseaux (Est.20). Ao analisarmos as colunas do retábulo, com as interespiras preenchidas por folhagem e flores, podemos estabelecer paralelismos com algumas colunas torças apresentadas por Andrea Pozzo, constituintes de algumas estruturas retabulares (Est.1, 2, 3). Estas mesmas estruturas (Est.1, 2) terão inspirado Frei Vilaça pelo modelo de recorte que apresentam, e que o monge artista reproduziu no desenho dos nichos laterais (Figs.30, 31) e na abertura da tribuna (fig.40), tipo de recorte que já havia sido experimentado anteriormente nos dois retábulos colaterais (Figs.56, 73), da

[359] Para uma melhor compreensão da abordagem a este ponto, sugerimos a visualização da apresentação que se encontra em suporte digital (CD).

sua autoria, e foi usado posteriormente (1795-1798) para definir o recorte do vão central de iluminação da fachada principal (Fig.8), do seu risco.

Nos retábulos colaterais podemos estabelecer paralelismos com algumas estruturas retabulares e arquitectónicas apresentadas por Andrea Pozzo, nomeadamente nos frontões curvos interrompidos (Est.1,3 e 5) e no conjunto constituído por pedestal, coluna, entablamento e frontão curvo interrompido (Est.4 e 6). Podemos depreender que a estrutura dos retábulos corresponde a uma síntese inspirada nos modelos de Andrea Pozzo. Para o tipo de pedestal adoptado por Frei Vilaça, apontamos novamente a obra de Pozzo (Est.7), que teve um peso importante na definição do tipo de capitel a usar nas colunas (Est.8), para o qual contribuiu igualmente o tratado de Aviler (Est.12). A obra do tratadista italiano foi igualmente fundamental ao conceder alguns modelos de remates de vãos de iluminação que se apresentam de forma combinada no óculo da estrutura central da sanefa do arco cruzeiro (Est.10 e 11) e no frontão dos retábulos colaterais (Est.9).

Apesar de constituir um tratado de Arquitectura, a obra de Charles Augustin Aviler revelou-se fundamental na concessão de diversos motivos decorativos que inspiraram os elementos usados por Frei Vilaça nos retábulos colaterais, nomeadamente no modelo de ramos com folhagem (Est.14) que se encontra nos fustes das colunas (Figs.63, 64, 81 e 82) e no remate dos retábulos (Fig.69 e 84); a folhagem nos ângulos dos pedestais e nas faces destes (Figs.58, 77), e em alguns elementos da sanefa do arco cruzeiro (Fig. 87); o motivo constituído por três folhas pendentes alinhadas (Est.14). Este último motivo remete para um pormenor decorativo do tratado de Briseaux (Est.20), que Frei Vilaça não possuía na sua biblioteca pessoal, mas com o qual terá contactado. De Aviler podemos ainda referir a semelhança da rosa do capitel do retábulo do Sagrado Coração de Jesus e a rosa do remate de pé de página do tratado (Est.15), ou o tipo de laço (Est.16) que Frei Vilaça usou com disposição diferente no motivo do trigo amarrado (Fig.61). O motivo da folha tripartida, muito recorrente na obra de Frei Vilaça, que encontramos nos pedestais das colunas (Figs.58 e 77), nos sacrários (Figs.59, 75), no motivo central da sanefa do arco cruzeiro e no remate da mesma (Fig.87) terá sido influenciado pelo mesmo elemento que se encontra num pormenor decorativo do tratado de Briseaux (Est.20). Este mesmo pormenor do tratado possui uma variante do motivo da folha tripartida, idêntico com o elemento que figura numa das *suites* criadas por Aviler (Est.17) e que é executado pelo monge artista no fecho do arco de volta perfeita do retábulo do Sagrado Coração de Jesus (Fig.84), na

pequena grinalda de folhas junto ao motivo central da sanefa, no próprio motivo, assim como no ligeiro ressalto da estrutura da sanefa (Fig.87). A folha do motivo central da sanefa encontra-se enquadrada por duas linhas curvas, que se mostram semelhantes a uma solução decorativa do fecho de um arco que figura numa estampa do tratado *De la distribution des maisons de plaisance et de la distribution des édefices en general* (Est.19), de Jacques François Blondel. A decoração com folhas esvoaçantes de um frontão triangular (Est.18), presente neste tratado, terá influenciado o mesmo motivo visível nas extremidades da sanefa.

A produção artística de Frei José Ferreira Vilaça foi igualmente influenciada, como oportunamente referido, pelas estampas Rococó. Podemos estabelecer um paralelismo entre o motivo dos cachos de uva e folhas de parra (Fig.62), e o motivo da estampa que representa Ceres, executada por J. I. Nilson (Est.21). Já o pormenor das folhas ondulantes, presente na mesma estampa, terá influenciado a execução das folhas que se encontram nos cantos da sanefa do arco cruzeiro (Fig.87), assim como outras estampas, nomeadamente duas gravuras publicadas pela oficina de Martin Engelbrecht (Est.23, 24) e duas gravuras de François-Xavier Habermann (Est.25, 26).

O tipo de folhas e bagas que encontramos nas esferas de remate da sanefa e na grinalda do "óculo" central da sanefa, apresentam semelhanças com os motivos da gravura de J. I. Nilson (Est.22), com a gravura publicada por Martin Engelbrecht (Est.23) e mesmo com uma gravura de François-Xavier Habermann (Est.25). O pormenor da casca enrugada terminando em recorte chamejante, que apresenta algumas variantes, presente na parte central e inferior da sanefa, no arranque dos elementos de ligação entre a estrutura inferior e superior da sanefa, é análogo aos elementos do mesmo tipo constantes nas estampas de François-Xavier Habermann (Est.25-27).

Existem ainda alguns elementos decorativos e estruturais com os quais não foi possível estabelecer qualquer paralelismo com os tratados e com as estampas de linguagem Rococó, que confirmam o carácter original das obras de Frei José Ferreira Vilaça, demonstrando que este não procedia a uma mera reprodução dos modelos de que dispunha, mas que os interpretava e lhes insuflava o seu toque pessoal, como procedia à criação de elementos novos.

**cc) Encomendante**

Analisando as partes envolvidas nas campanhas de renovação da talha em 1783-1786 e em 1792-1795, verificamos a presença dos mesmos intervenientes: o

encomendante, o abade Frei Pantaleão de S. Tomás[360], e o artista, Frei José Ferreira Vilaça. Através do cruzamento de dados relativo ao percurso de vida dos mesmos, aferimos a existência de pontos de contacto fulcrais que atestam a existência de uma relação encomendante/artista. Em 1770, Frei Pantaleão de S. Tomás foi eleito abade do Mosteiro de S. Miguel de Refojos de Basto[361]. Pela mesma altura, Frei José de Santo António Ferreira Vilaça executava obras para os mosteiros de Tibães e Pombeiro. Contudo, interveio igualmente no Mosteiro de Refojos de Basto[362]. Terá sido este o primeiro contacto entre ambos, ficando Frei Pantaleão a conhecer a obra do monge artista. Até 1783-1786, ano da execução dos retábulos colaterais no Mosteiro de Cucujães, o percurso de ambos não convergiu, até surgir nova oportunidade de contacto.

Frei Pantaleão de S. Tomás assoma pela primeira vez ao governo do Mosteiro do Couto de Cucujães em 1777[363] e lá permanece até 1780. Este primeiro contacto com o cenóbio cucujanense terá sido fundamental para o abade tomar conhecimento do estado do interior da igreja. Mais tarde, quando foi eleito para assumir novamente o cargo de abade, em 1783[364] terá tomado a resolução de contratar a Frei José Vilaça a execução de dois retábulos colaterais. Como referido, a comunidade monástica não dispunha de capacidade financeira suficiente para suportar os custos da intervenção, mas soube reconhecer todo o esforço do seu abade no pagamento dos dois retábulos, fazendo menção da sua acção mecenática no *Estado* de 1783-1786. Porém, semelhante menção não é feita no *Estado* de 1792-1795, relativa à campanha de renovação da talha levada a cabo nesse triénio. No *Livro de Rezam*, Frei Vilaça menciona que as obras que executou

[360] Os dados relativos a Frei Pantaleão são deveras escassos. Segundo Frei Tomás de Aquino, Frei Pantaleão terá nascido em Silvade, mas não avança mais pormenores. A tentativa de consulta da *Inquirição de Genere Vita et Moribus* saiu gorada, uma vez que a inquirição correspondente ao monge desapareceu. Pela consulta das Actas dos Capítulos Gerais, Juntas e Visitas do Geral conseguimos traçar um breve percurso do monge dentro da Congregação. Entre 1764-1767 foi abade no Mosteiro de Santa Maria do Carvoeiro (A.D.B. *Actas Capitulares*, 1770-1789, nº.314, fol.7v), passando para o governo do Mosteiro de S. Miguel de Refojos de Basto, de 1770 a 1773 (A.D.B. *Actas Capitulares*, 1770-1789, nº.315, fol.7). Nova notícia de Frei Pantaleão surge em 1777, quando foi eleito para o mosteiro de Cucujães, cargo que exerceu até 1780 (A.D.B. *Actas Capitulares*, 1770-1789, nº.315, fol.18v). Volta a ser eleito abade do mesmo mosteiro entre 1783-1786 (A.D.B. *Actas Capitulares*, 1770-1789, nº.315, fol.11) e 1792-1795 (A.D.B. *Visitas do Geral*, 1790-1795, nº.172, fol.129; A.D.B. *Visitas do Geral*, 1793-1798, nº.173, fol.109). Permanece na comunidade de Cucujães entre 1786-1789 (A.D.B. *Estados…*, 1786-1789, nº.115, fol.19v) e 1789-1792 (A.D.B. *Estados…*, 1789-1792, nº.115, fol.19). Há, como pudemos verificar, uma ligação próxima com o mosteiro com o mosteiro de Cucujães. Desconhecemos a data do seu falecimento, assim como o local onde foi sepultado. Não terá sido no Mosteiro de Cucujães, uma vez que as sepulturas do claustro não apresentam qualquer referência ao monge (Cfr. SILVA - *S. Martinho de Cucujães…*, 2005, pp.58-59).

[361] A.D.B. *Actas Capitulares*, 1770-1789, nº.315, fol.7.

[362] Ver Quadro 12.

[363] A.D.B. *Actas Capitulares*, 1770-1789, nº.315, fol.18v.

[364] A.D.B. *Actas Capitulares*, 1770-1789, nº.315, fol.11.

em Cucujães, que se *"continuarão a fazer por ordem do N. Reverendíssimo P. M. Dor. Fr. Manoel Caetano do Lureto"*[365], abade geral da Congregação entre 1792-1795. Frei Manuel Caetano do Loreto[366]. Pela análise das listas de monges do mosteiro de Cucujães, verificamos que Frei Manuel Caetano consta da lista de 1783-1786[367], triénio do primeiro governo de Frei Pantaleão em Cucujães e da execução dos retábulos colaterais. Volta a estar presente em 1789-1792[368], juntamente com Frei Pantaleão, período imediatamente anterior à eleição do primeiro para abade geral e do segundo para abade de Cucujães. Colocamos a hipótese de Frei Manuel Caetano do Loreto conhecer bem a realidade do mosteiro do Couto de Cucujães, conhecer Frei Pantaleão de S. Tomás e os intentos deste para prosseguir com a renovação artística da igreja, que havia sido iniciada em 1783-1786. O abade geral poderá ter tido um papel fundamental na concretização da renovação da talha ao empregar dinheiro da Congregação nessa obra, uma vez que o mosteiro não dispunha de meios financeiros suficientes para suportar os custos das obras de um artista reputado. Só assim se justifica a presença de Frei Vilaça e a execução das obras indicadas.

O facto mais importante a assinalar é a evidente conexão entre os governos de Frei Pantaleão de S. Tomás e a contratação de Frei José Vilaça, reveladora de uma relação encomendante/artista, com a particularidade de ambos fazerem parte da Congregação de S. Bento.

Voltando às intervenções no interior da igreja do mosteiro, a campanha de renovação da talha da capela-mor e cruzeiro iniciada em 1792-1795 termina em 1795-1798, com a conclusão da pintura e douramento da *"çanefa do arco cruzeiro"*[369].

No século XIX, as referências a exemplares em talha são escassas, reportando-se, na sua maioria, à aquisição de objectos com vista à sua conservação ou a pequenas intervenções de aprimoramento artístico. Destaque-se a chamada de atenção de Frei José de Santa Rosa Vasconcelos, abade geral, na *Visita* feita em Janeiro de 1802, em

[365] SMITH – *Frei José de Santo António.…*, vol.1, p.152.
[366] Natural de Estarreja, Frei Manuel Caetano do Loreto nasceu a 25 de Dezembro de 1724. Tomou o hábito beneditino no Mosteiro de Santo Tirso a 2 de Agosto de 1742. Estudou Teologia no Colégio de S. Bento de Coimbra, onde se doutorou a 9 de Outubro de 1755. AQUINO, Frei Thomaz de – *Elogios dos Reverendissimos Padres DD. Abbades Geraes da Congregação de Portugal e Principado do Brazil.* Porto: na Officina de Francisco Mendes Lima, 1767, fol.6-6v.
[367] A.D.B. *Estados…*, 1783-1786, nº.115, fls.18v-19.
[368] A.D.B. *Estados…*, 1789-1792, nº.115, fol.19.
[369] A.D.B. *Estados…*, 1795-1798, nº.115, fol.9.

que este determina que os retábulos sejam limpos uma vez no triénio para melhor conservação dos mesmos[370].

O *Estado* de 1804-1807 dá conta da realização de uma *"decente credença de pau vinhatico com seus embutidos de pau preto em volta, que serve para os altares colateraes"*[371], uma aquisição que vem suprimir a necessidade de um móvel de apoio para os retábulos indicados.

Apesar de se encontrarem em pleno período de Invasões Francesas, tendo o mosteiro sofrido grandemente com a destruição provocada[372] e impedidos de realizarem obras de grande monta, por proibição da Acta da Junta Geral de 3 de Maio de 1808[373], os monges abrem pequenas excepções, como a que relata o *Estado* do período de 1807 a 1810, que informa sobre a colocação de *"hũa asseada urna pintada e dourada com seus vidros finos em que se colocou a immagem da Senhora das Dores"*[374].

No triénio de 1813-1816 foram colocadas *"no camarim do throno onde se expoem o Senhor duas cortinas novas de volante de prata com seus galões d'ouro"*[375], elementos fundamentais para o encerramento do trono quando não estivesse exposto o Santíssimo Sacramento e de forte sentido teatral quando descerradas para mostrar a custódia com a Sagrada Partícula em todo o seu esplendor.

---

[370] *"Para conservação dos retabolos da igreja e altares: mandamos que o M. R. Padre Dom Abbade os faça alimpar huma vez no triennio levando tambem certidão disso mesmo a Capitulo Geral asignada pelo Padre Prior e mestre de obras"*. A.D.B. *Visitas do Geral*, 1801-1804, nº.174, fols.14v-15. A determinação do abade geral vai de encontro ao preceituado nas Constituições da Congregação, que remete para as funções do sacristão o *cuidado, de ter a igreja muito limpa, & os altares muito concertados, & cheirosos, & que nelles não se ache pó, nem teas de aranha…"*. *Constituiçoens da Ordem…*, 1590, fol.159. Esta determinação vai de encontro a outra, presente nas *Constituições Sinodais do Porto*. Ver Quadro 3, Limpeza dos espaços sacros.

[371] A.D.B. *Estados…*, 1804-1807, nº.115, fol.15.

[372] *"No prezente triennio não se fizerão obras consideráveis, não só pela razão de estarem prohibidas pelas Actas da Junta mas pelo motivo das sabidas circunstancias de urgencia e calamidade geral, do tempo e muito especiaes as que tem damnificado tanto este mosteiro pela mesma invazão nelle, e grande destruição e saque que fizerão os inimigos e sobre isso os grandes roubos do povo etcetera etcetera"*. A.D.B. *Estados…*, 1807-1810, nº.115, fol.15v.

[373] *" (…) ainda que nas Actas Capitulares houverem ficado applicados para qualquer Obra, ficando por isso suspensa a mesma Obra, assim como toda outra qualquer que não seja da mais absoluta necessidade (…)"*.OLIVEIRA, Paulo João da Cunha – *A Congregação Beneditina Portuguesa no Percurso para a Extinção (1800-1834).* Viseu: Palimage Editores, 2005, p.234. A mesma proibição é reiterada no Capítulo Geral de Maio de 1810: *"(…) confirma o prezente Capítulo a determinação do passado em que se prohibe aos M. R. Padres D.D. Abbades o fazerem nos seos mosteiros ou quintas obras novas que não sejão as indispensavelmente necessárias para conservação dos edifícios, e cultura; e se manda que havendo alguma outra, que se reprezente de grande necessidade, e utilidade se proponha ao N. Reverendísimo para se proceder segundo a sua determinação (…)"*. A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Actas Capitulares*, 1810-1822, nº.317 [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal], p.9.

[374] A.D.B. *Estados…*, 1807-1810, nº.115, fol.15v.

[375] A.D.B. *Estados…*, 1813-1816, nº.115, fol.17.

No período de 1816-1819 foram pintadas *"de branco fingindo jaspe as imagens dos sanctos que adornão a banqueta do altar mor, e se lhe pozerão seus letreiros dourados"*[376], a última referência à obra de talha, embora feita de forma indirecta.

### 2.1.2.Sacristia

Como espaço de preparação para as cerimónias religiosas e de reserva de paramentos e alfaias litúrgicas, a sacristia (Fig.90) situava-se num espaço perpendicular à capela-mor (Fig.3), com acesso a esta, disposição que se mantém até à actualidade. A sacristia surge pela primeira vez referida no *Estado* de1626-1629, que informa sobre a colocação de reboco no interior do espaço e na construção de uma parede que dividiria a *"sachristhia do capitulo que há de ser"*[377]. O apontamento contido na fonte permite-nos concluir que o espaço da primitiva sacristia seria reduzido com a construção da parede, permitindo a existência de um espaço destinado ao Capítulo. Assomam, com esta indicação, duas outras considerações: a Sala Capitular estaria numa outra dependência do conjunto monástico que, por qualquer motivo (dimensões, condições do espaço, etc.), teria de ser transferida para junto da sacristia, ou, na pior das hipóteses, estaria a ser construído pela primeira vez um espaço destinado exclusivamente à reunião dos monges em Capítulo, o que nos parece pouco verosímil.

Será necessário aguardar pelo triénio de 1647-1650 para surgir a notícia da construção da nova sacristia e apetrechamento de todo o seu espaço:

> *Mais se fez hua sanchristia aluguando-se a casa que della servia e se lageou toda de pedra com seus degraos pera o entabolamento e fiqua todo o circuito dos caixoens*[378] *e entabolamento de azulejo fino com sua precinta no corpo da sanchristia de sinco palmos em alto do mesmo azulejo forrou-se toda e se fiseram os caixoens necessários de bom taboado com todas as fronteiras de pao do Brasil vermelho e amarelo tudo concertado com ferragens azuladas, e os espaldares do entabolamento pera se revestirem pera a missa se fizeram e findaram*[379].

[376] A.D.B. *Estados…*, 1816-1819, nº.115, fol.14.
[377] A.D.B. *Estados…*, 1626-1629, nº.114, fol.7-7v.
[378] Arcazes.
[379] A.D.B. *Estados…*, 1647-1650, nº.114, fol.6v.

Embora não esteja documentado, em 1685 é concluído um lavabo[380](Fig.89) que se encontra sob a janela da ante-sacristia (Fig.88), rasgada posteriormente. Trata-se uma obra Maneirista, onde surgem pontas de diamante e óvulos como enquadramento de cartelas com mascarões, de onde jorraria água para a pia, rectangular, decorada com uma espécie de pétalas alongadas. Sob a pia surge a inscrição em baixo relevo da data da obra (fig.). Até ao final do século XVII não se associaram mais intervenções à sacristia, contando-se apenas aquisições de objectos litúrgicos e paramentos.

No século XVIII, várias são as referências à sacristia presentes nos *Estados*, que passam pelos consertos, aquisição de mobiliário e alfaias litúrgicas, e a realização de um retábulo. A primeira informação, datada de 1722-1725, menciona o conserto do forro da ante-sacristia[381], enquanto o *Estado* de 1731-1734, aponta a aquisição de "*caixois de pao preto da sanchristia do Porto para a deste mosteiro*"[382]. A intervenção de maior destaque aparece referida no *Estado* de 1737-1740:

> *Dourousse o retábulo da sachristia, emxarooussse a pianha e a cruz do Santo Christo que esta no mesmo altar*[383].

Esta informação, associada às aquisições anteriores, indica que estaria a decorrer a renovação artística da sacristia, antes mesmo da renovação da igreja, que se operaria décadas mais tarde. O silêncio das fontes documentais, devido ao desaparecimento de alguns *Estados*, deixa-nos na incerteza da data de execução do retábulo. Este poderá ter sido realizado entre 1675 e 1737, uma vez que se trata de um exemplar em talha de Estilo Nacional (Fig.18), levantando-se a hipótese da sua execução no triénio de 1734-1737, cujo *Estado* se encontra desaparecido. A outra hipótese leva-nos aos períodos compreendidos entre 1675 e 1710, e entre 1713 e 1716, para os quais não dispomos de documentação. Parece-nos mais plausível a primeira hipótese, tendo em conta que a renovação artística da sacristia tem o seu início em 1731.

O retábulo teria sido concebido para o alçado sul da sacristia e estaria enquadrado por um arco de volta perfeita (Fig.90), de onde terá sido transferido, encontrando-se actualmente no baptistério (Figs.17, 18). Os *Estados* são omissos

[380] Com as obras executadas na sacristia ao longo do século XVII, esta conforma-se ao determinado pelas Constituições Sinodais do Porto. Ver Quadro 3, Sacristia.
[381] A.D.B. *Estados…*, 1722-1725, nº.114, fol.13.
[382] A.D.B. *Estados…*, 1731-1734, nº.114, fol.9.
[383] A.D.B. *Estados…*, 1737-1740, nº.114, fol.9. A presença de um retábulo na sacristia vai de encontro ao disposto por S. Carlos Borromeo quando abordou a questão da imagem sagrada (XXVIII. De la sacristia / Del lugar de la sacra imagen) e do altar da sacristia (XXVIII. De la sacristia / Del oratorio o altar en la sacristia). Ver Quadro 2.

relativamente a esta mudança de localização, podendo a sua transferência ter-se operado entre a segunda metade do século XIX ou na primeira metade do século XX. Trata-se de um exemplar em talha de Estilo Nacional, com banco decorado com túrgidas folhas de acanto (Fig.19, 20, 23). O corpo do retábulo encontra-se definido, lateralmente, por dois pares de colunas torças (Fig.19, 20), onde se dispõem folhas de parra e cachos de uvas debicados, aqui e ali, por fénixes. Sobre as colunas assenta um entablamento, pontuado por cabeças de anjos com asas. Às colunas correspondem dois arcos de volta perfeita concêntricos, do coroamento do retábulo (Fig.22), onde têm continuidade as folhas de parra e cachos de uva, interrompidos por cabeças de anjos com asas. No centro do corpo do retábulo surge um pequeno nicho onde se encontra uma peanha de secção poligonal, decorada com folhas de acanto, sobre a qual assenta a escultura de Nossa Senhora da Purificação, do século XV (Fig.21). O intradorso do nicho e as ilhargas encontram-se pontuados por movimentadas folhas de acanto (Fig.19, 20).

As restantes notícias relativas à sacristia informam sobre várias intervenções de conservação e manutenção do espaço e equipamentos desta[384]. Salientemos a cobertura de *"todos os altares da sachristia"*[385], acção que se repete em 1786-1789[386], nota que aponta no sentido da existência de mais que um retábulo, exemplares que não chegaram aos nossos dias e dos quais desconhecemos o seu aspecto formal e a disposição no espaço.

A encerrar as intervenções operadas no século XVIII, surge a indicação, em 1795-1798, da abertura *"huma fresta com grades de ferro envidraçadas, e ornada de molduras e semalhas da mesma pedra"* na ante-sacristia[387].

Nos *Estados* do mosteiro referentes ao século XIX são abundantes os registos que mencionam reparos e compra dos mais diversos objectos litúrgicos, demonstrando o cuidado dos monges com o Ofício Divino e as cerimónias litúrgicas. Outra preocupação, esta com a maior entrada de luz, perpassa na intervenção de 1816-1819, com a abertura *"obra de palmo e meio as frestas, ficando esta officina com maior abundancia de ar e claridade, e se lhe pozerão novas grades de ferro com suas vidraças"*[388].

[384] Sobre como deveria estar equipada uma sacristia ver tratado de S. Carlos Borromeo, Quadro 2, XXVIII. De la sacristia.
[385] A.D.B. *Estados…*, 1767-1770, nº.114, fol.11v.
[386] A.D.B. *Estados…*, 1786-1789, nº.115, fol.14.
[387] A.D.B. *Estados…*, 1795-1798, nº.115, fol.9.
[388] A.D.B. *Estados…*, 1816-1819, nº.115, fol.14.

## 2.2.Núcleo Monástico

### 2.2.1.Claustro

Espaço de passagem e de forte carga simbólica, adossado à parede Sul da igreja (Figs.2, 3), o claustro surge pela primeira vez referido no *Estado* de 1629-1632, onde é apontada a conclusão do *"lanço do Dormitório com que a claustra ficou quadrada"*[389]. Todavia, as primeiras obras no seu espaço principiaram no triénio anterior, com o início da construção da fonte que estaria no centro do pátio[390]. Entre 1644-1647 iniciam-se as obras de maior monta no claustro, como atesta a informação contida no *Estado*:

> *Gastaram-se em obras quinhentos vinte e nove mil novesentos e doze reis dos coaes se fizerão dous lanços do claustro de arquos com suas colunas paredes the o telhado com suas janellas rasgadas de pedraria, frizos e aljeroses com tres cunhaes. Hum dos lanços fiqua por cobrir e solhar mas travejado com as traves necessárias. No outro se fez um dormitorio (…). Fiquão oito duzias de taboado do forro e alguas taboas e madeira das estadas e os asimbres dos arcos, barrotes e madeira para ripas e telha e tijollo e cal*[391].

Todavia, a intervenção não ficou concluída, terminando no triénio seguinte (1647-1650):

> *Gastaram-se nas obras quinhentos e quarenta mil seiscentos e noventa reis com os quais se acodio ao repairo de algũas cousas da casa e se fizeram dous lanços da galaria do claustro do fundamento ate os telhados de colunas com seis arcos e seis janellas rasguadas com seu aljaros e se solharam e travejaram e forraram e fiquam todos prefeitos e acabados mais se aperfeiçoou e acabou outro lanço da parte da igreja o qual se solhou e reboquou, forrou e telhou e fiqua perfeito e acabado, mais <se> reboquaram os quatro lanços do claustro, por baxo*[392].

Apresentando o claustro sete arcos de volta perfeita, a notícia presente no *Estado* suscitou algumas questões relativas ao número de arcos indicado. A referência ao número de seis diria respeito ao número de arcos que faltavam para terminar a galeria do claustro e não o número de arcos correspondente a cada ala do mesmo, que são sete. Semelhante consideração estendemos às janelas de sacada, que seriam seis, como indica a fonte documental, mas diriam respeito apenas aos dois alçados do claustro que se concluíam, uma vez que as janelas perfazem o total de doze, com a obra completa.

---

[389] A.D.B. *Estados…*, 1629-1632, nº.114, fol.8.
[390] *"Principiouce a obra da fonte"*. A.D.B. *Estados…*, 1626-1629, nº.114, fol.7v.
[391] A.D.B. *Estados…*, 1644-1647, nº.114, fols.8v-9.
[392] A.D.B. *Estados…*, 1647-1650, nº.114, fol.6v.

Com um sentido de maior esmero no espaço em questão, na segunda metade do século XVII surge uma nova intervenção, com a realização de *"hum fermozo chafaris com seus canos, gatos e raros de bronze"*[393], a que se juntou o lajeamento de toda a área do claustro onde se colocaram *"quatro canteiros de pedra de quantaria lavrada com sua moldura"*[394]. É referido o lajeamento de uma ala do claustro, encontrando-se noutra a decorrer o mesmo processo. Esta informação permite-nos deduzir que, quando a informação do *Estado* se refere à área do claustro esta corresponde à área do chafariz, sendo essa área distinta das alas. A indicação da colocação dos canteiros poderá indiciar que este claustro não possuiria um jardim vasto, denso, como aconteceria com outros espaços monásticos. Ao consultar as contas das obras, o mesmo *Estado* dá conta do pagamento de *"hum serviço que deu ao Architecto que traçou as obras"*, do qual desconhecemos a identidade, no valor de nove mil setecentos e quarenta reis. Ao pagamento deste somou-se cento e dez mil reis que se *"deu ao mestre que fes o chafaris de suas mãos"*, a que se juntaram o salário de outros operários e todo o material para a execução do chafariz e lajeamento do claustro[395]. Verifica-se a mobilização de todo um conjunto de artistas e meios que se encontra bem documentada, permitindo a percepção de toda a logística que se encontrava por trás desta obra e a importância da mesma.

No triénio seguinte, o *Estado* informa sobre o lajeamento de duas alas do claustro, certamente as alas que faltavam concluir, assim como a execução de uma escada com degraus de pedra (Fig.98), de acesso ao Dormitório, revestida com azulejos (Figs.99, 100)[396].

Com esta intervenção, o claustro ficou praticamente concluído, um espaço pleno de sobriedade, cuja linguagem depurada perpassa por todos os seus elementos (Fig.91). O claustro apresenta-se dividido em dois registos: o primeiro, aberto, é constituído por uma galeria que abre para um pátio central através de uma sucessão de arcos de volta perfeita assentes em colunas toscanas (fig.96), elementos dispostos de forma regular e

[393] A.D.B. *Estados…*, 1653-1656, nº.114, fol.7v.
[394] A.D.B. *Estados…*, 1653-1656, nº.114, fol.7v.
[395] *"(…) ao cabouqueiro que quebrou a pedra para o chafaris onze mil reis.(…) De canos de latão, gatos, raros, e outros ferros oito mil trezentos e cinco reis. De ingredientes, e caminhos em serviço das obras nove mil cento, e sessenta e seis reis. (…) De jornais oito mil, oitocentos e sessenta reis.(…) Deu a conta do lageado da area do chafaris, e dous lanços do claustro setenta e cinco mil trezentos e vinte reis. (…) Pão, e sardinhas para os officiaes que trabalharão por jornal dezanove mil e noventa reis. De carretos vinte e dous mil seiscentos e cinco reis. (…)"* (A.D.B. *Estados…*, 1653-1656, nº.114, fol.6).
[396] A.D.B. *Estados…*, 1656-1659, nº.114, fol.6. Silhares de azulejos seiscentistas azuis e brancos, de padrão que combinam elementos geométricos e fitomórficos, delimitados por dois tipos de cercaduras: uma, definida por bordo com óvulos, com o bordo oposto composto por elementos vegetalistas; outra, com um bordo definido por linhas entrelaçadas, encontrando-se o bordo contrário composto por elementos geométricos.

de modo a configurar um quadrado perfeito. As alas do claustro (Figs.93-96) são constituídas por sete tramos, correspondentes ao número de arcos. A cobertura das alas apresenta-se em tecto forrado de madeira (Fig.97), uso que se praticou desde a execução do claustro. O segundo registo, fechado, apresenta-se pontuado por três janelas de sacada, colocadas em cada alçado do claustro, que arrancam da cornija que separa o primeiro do segundo registo. No centro do claustro surge o chafariz, de tanque redondo, de onde emerge a imagem de Nossa Senhora das Missões, de onde, supomos, estariam as bicas a jorrar água (Fig.92).

Ao longo do século XVIII, abundam os apontamentos que referem operações com vista à limpeza, reparo e conservação do claustro[397], com excepção de duas intervenções. Destaca-se, no período de 1776-1780, a indicação de problemas estruturais com uma parede do lado Oeste do claustro, cuja situação era precária, obrigando à colocação de três linhas de ferro, uma vez que o próprio Dormitório dava sinais de problemas estruturais[398]. A outra situação, mencionada no *Estado* de 1795-1798, refere que *"endireitarão-se e composerão-se todas as sepulturas do claustro"*[399], indicação que atesta a preferência dos monges de Cucujães pelo espaço do claustro como última morada (Figs.101, 102. A análise das inscrições das lápides das sepulturas permitiu-nos aferir que a inumação dos monges da comunidade foi feita desde a construção do novo claustro, prática que se prolongou até ao século XIX[400].

No século XIX foi dada continuidade às intervenções de conservação do claustro e manutenção do seu espaço, referidas no período de 1810 a 1816. Para finalizar, o *Estado* de 1816-1819 aponta a colocação de *"hum relógio novo de sol de pedra no lanço do claustro da parte da igreja"*[401].

[397] Ver, por exemplo, A.D.B. *Estados…*, 1725-1728, nº.114, fol.11; A.D.B. *Estados…*, 1731-1734, nº.114, fol.9v; A.D.B. *Estados…*, 1748-1752, nº.114, fol.10v; A.D.B. *Estados…*, 1761-1764, nº.114, fol.13v.
[398] A.D.B. *Estados…*, 1776-1780, nº.115, fol.11.
[399] A.D.B. *Estados…*, 1795-1798, nº.115, fol.9v.
[400] Cfr. SILVA - *S. Martinho de Cucujães…*, 2005, pp.58-59.
[401] A.D.B. *Estados…*, 1816-1819, nº.115, fol.15v.

# Conclusão

O antigo Mosteiro do Couto de Cucujães, à semelhança de outras casas monásticas da Congregação de S. Bento de Portugal, desenvolveu diversas transformações que apagaram as marcas medievais do seu espaço e actualizaram a linguagem arquitectónica e artística do conjunto. Essas transformações começaram a operar-se em inícios do século XVII, após a integração do mosteiro na Congregação, e desenvolveram-se de forma permanente até inícios do século XIX.

No século XVII, as intervenções situam-se sobretudo a nível da Arquitectura, sendo estas maioritariamente realizadas na primeira metade do século. Processam-se alterações significativas na estrutura da igreja, sacristia e claustro, todo ele renovado. Consolidadas as estruturas arquitectónicas principais, a fase seguinte foi de transformação artística do seu interior, que decorreu ao longo do século XVIII, marcada sobretudo pelas diversas campanhas de renovação da Talha. Ao contrário dos séculos anteriores, no século XIX foram efectuadas apenas intervenções de manutenção e conservação dos espaços e peças, à semelhança do que acontecia com as restantes casas monásticas, uma vez que a conjuntura politica e económica da época não permitia intervenções de maior.

Apesar do volume de obras executadas ao longo do período estudado, foram apenas identificados três artistas, todos eles exímios criadores da arte da talha. As suas obras, criadas para a capela-mor e zona do cruzeiro, tornaram estes espaços um autêntico repositório de linguagens artísticas distintas, onde se cruzam a linguagem barroca, da escola de talha do Porto, traduzida por Manuel da Costa Andrade e José Teixeira de Guimarães, e a linguagem do Rococó da escola de Braga, por mão de Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. Sendo o mosteiro de Cucujães um cenóbio de parcos recursos financeiros, apenas situações excepcionais permitiram a existência de numerário suficiente para garantir a vinda destes artistas e a execução de obras de tão elevada qualidade, como o foi a provisão do produto do Real aplicado ao vinho produzido na cerca do mosteiro, em 1755-1758, o pagamento de dois retábulos por parte de Frei Pantaleão de S. Tomas, abade do mosteiro e encomendante da obra, em 1783-1786, e o possível financiamento da Congregação, através da ingerência de Frei Manuel Caetano do Loreto, abade geral, em 1792-1795. Relativamente a Frei Pantaleão, ficou

provada a relação estreita entre este e Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, uma relação encomendante/artista que gostaríamos de aprofundar no futuro.

As soluções adoptadas pelos artistas nas obras do Mosteiro do Couto de Cucujães revelam o conhecimento destes da cultura artística vigente na época, veiculada pela informação artística que circulava através da tratadística e das estampas decorativas avulsas. Se Manuel da Costa Andrade mostra o quanto a obra de Andrea Pozzo influiu nas suas realizações, as intervenções de Frei José de Santo António Ferreira Vilaça apontam no sentido do recurso a um leque mais abrangente de influências, como os tratados de Charles-Augustin Aviler, Andrea Pozzo, Jacques François Blondel, e as estampas oriundas de Augsburgo, sendo mais evidentes as influências das gravuras de François-Xavier Haberman e J. George Hertel.

No conjunto das obras realizadas nos espaços por nós abordados, verificamos o cumprimento de algumas disposições presentes nas fontes normativas da produção artística da Época Moderna, sendo mais frequentes as aproximações às determinações ao Cerimonial da Ordem e ao tratado de S. Carlos Borrome.

Apesar de não termos cumprido com o objectivo do estudo das transformações de todos os espaços do conjunto monástico, como estava previsto inicialmente, conseguimos averiguar situações particulares da máxima importância para um conhecimento um pouco mais aprofundado sobre o Mosteiro do Couto de Cucujães, o único situado a Sul do Douro, e as suas tentativas conseguidas de actualizar constantemente a linguagem artística, através das campanhas de renovação artística, num esforço para acompanhar as restantes casas monásticas da Congregação, que por esta altura transformaram os espaços dos seus mosteiros. A restante abordagem que gostaríamos de ter aqui explorado ficará a aguardar por uma oportunidade futura.

# Anexos

**A.N.T.T. Corpo Cronológico. Parte I, Maço 114, nº.141 [disponível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal], fol.1-2.**

[fol.1]
Parte 1ª
Maço 114 Doc.141

Carta da Abbadeça do Mosteiro de S. Bento do Porto, para o Secretario de Estado sobre a demanda, que trazião com relegiozos da mesma Ordem a respeito da Igreja de S: Martinho de Cucujães etcetera.
A 4 de Março de 1606.

[fol.2]
De hũa do secretario Cristóvão Soares soube que Sua Magestade ordena ao geral e padres de S. Bento sobrestem na demanda que com este mosteiro trazem sobre a igreja de S: Martinho de Cucujães, por seis meses, pera nelles se fazerem certas diliguencias nesta materia com intento de nos fazer o favor e merce que couber;toda a que speramos temos por certa pois V. S. pôs os olhos sua casa, pera a livrar de tantas persiguições, e esperamos a perfeiçoe V. S. a obra tam meritória que começou livrandonos desta demanda que esta casa tem muito inquieta e individada; e estas religiosas fiquão rogando a Nosso Senhor por vida e saude de V. S. estado que lhe conserve e augmente por largos anos. Deus guarde a pesoa de V. S. Porto a 4 de Março de 606.

(Assinatura)
Dona Guiomar d'Attayde Abbadessa

| Quadro 1<br>Decreto da XXV Sessão do Concílio de Trento sobre as Ordens Religiosas (3-4 Dezembro de 1563) [1] | | |
|---|---|---|
| **Título do Decreto** | **Capítulo** | **Conteúdo do Decreto** |
| Dos Regulares, e Freiras | **I** – Todos os Regulares conformem a ſua vida ao que preſcreve a Regra que profeſſaraõ; e os Superiores procurem com cuidado que aſſim o executem (nota: *Ordinationes de Bleix:* art.50. *Leges Eccleſiaſti*, tom.2. pag.163. art.44) | (p.357) *Como o ſanto Concilio naõ ignora, quanto eſplendor, e utilidade naſce para a Igreja de Deos dos Moſteiros piamente estabelecidos, e bom adminiſtrados; para que a antiga, e regular diſciplina, onde ella eſta deſcahida, com mais facilidade, e madureza ſe reſtaure; e onde ſe conſerva, perſevere mais comſtantemente, julgou neceſſrio mandar, como manda, pelo preſente Decreto: Que todos os Regulares aſſim homens, como mulheres regulem, e componhaõ* (p.359) *a vida ſegundo preſcrevem as Regras que profeſsaraõ; e conſervem fielmente em primeiro lugar o que pertence á perfeçaõ da ſua profiſſaõ, como obediencia, pobreza, e caſtidade, e quaeſquer outros votos, e preceitos particulares, que haja em alguma Ordem particular, e pertençaõ respectivamente á ſua eſſencia; e tambem conſervem o que pertence á vida commum, ſuſtento, e veſtido. E os Superiores ponhaõ todo o cuidado, e diligencia, tanto nos Capítulos Geraes, e Provinciaes, como nas ſuas Viſitas, que naõ deixem de fazer a ſeus tempos, para que ſe naõ apartem das ditas Regras: poir he manifeſto, que elles Superiores naõ podem relaxar aquillo, que pertence á ſubſtancia da vida Regular. Porque naõ ſe conſervando o que he baſe, e fundamento da vida Regular, forçoſamente ſe arruinará todo o edifício.* |
| | **II** – Prohibe-ſe abſolutamente aos Regulares a propriedade | (p.359) *A nenhum pois dos Regulares, aſſim homens, como mulheres, ſeja licito poſſuir, ou ter como próprios, ainda em* (p.361) *nome do convento, bens immoveis, ou moveis de qualquer qualidade que ſejaõ, e de qualquer modo que forem por elles adquiridos; mas logo ſejaõ* |

[1] REYCEND, João Baptista – *O Sacrosanto, e ecumenico Concilio de Trento em Latim, e Portuguez: dedico e consagro aos excell., e rev. senhores arcebispos e bispos da Igreja Lusitana.* Tomo II. Lisboa: na Officina Patriarc. de Francisco Luiz Ameno, 1781, pp.356-409.

| | | |
|---|---|---|
| | | *entregues ao Superior, e se incorporem no Convento. Nem daqui em diante ſeja licito aos Superiores conceder a Regular algum bens immoveis, ainda para uſofructo, ou uſo, adminiſtraçaõ, ou commenda. Quanto porém á adminiſtraçaõ dos bens dos Moſteiros, ou Conventos, pertencerá ſó aos Officiaes amovíveis á vontade dos Superiores. Quanto ao uſo dos moveis o permittaõ os Superiores de modo, que as ſuas alfaias condigaõ com o eſtado de pobreza, que profeſsáraõ; e naõ haja nellas nada ſuperfluo, nem tambem a elles ſe lhes negue o que for neceſſario. E ſe algum for achado convencido, de que poſſue alguma couſa, ſeja privado por dous annos de voz activa, e paſſiva, e punido ſegundo as Comſtituições da ſua Regra, e Ordem.* |
| | **III** – Todos os Moſteiros, que aqui naõ ſaõ prohibidos, podem poſſuir bens immoveis. Número de peſſoas que ſe deve eſtabelecer nelles, conforme as rendas, e eſmolas. Nenhuns ſe hajaõ de erigir ſem licença do Biſpo | (p.363) *Concede o ſanto Concilio a Todos os Moſteiros, e Caſas, tanto de homens, como de mulheres, e Mendicantes (exceptos os Frades de S. Franciſco Capuchinhos, e daquelles, que ſe chamaõ Menores da Obſervancia) ainda aquelles, a quem pelas ſuas Comſtituições era prohibido, ou naõ era concedido por privilegio Apoſtolico, que daqui em diante lhes ſeja licito poſſuir bens immoveis. E ſe alguns lugares dos ſobreditos, em que por authoridade Apoſtolica he permittido poſſuir ſemelhantes bens, eſtiverem deſpojados delles, determina, que todos eſtes bens ſe lhes reſtituaõ. Nos sobreditos Moſteiros, e Caſas, aſſim de homens, como de mulheres, que poſſuem bens immoveis, ou os naõ poſſuem, ſó ſe eſtabeleça aquelle número, e ſe comſerve para o diante, que commodamente ſe poder ſuſentar, ou com as rendas próprias dos Moſteiros, ou* (p.365) *com as coſtumadas eſmolas; nem daqui em diante ſe erijaõ ſemelhantes lugares, ſenaõ alcançando primeiro licença do Biſpo, em cuja Dioceſe ſe houverem de erigir.* |
| | **IV** – O Regular ſem licença do ſeu Superior, nem ſe ſujeite ao ſerviço de outro lugar, ou peſſoa, nem ſe aparte do Convento; e o auſente por cauſa de eſtudos | (p.365) *Prohibe o ſanto Concilio, que nenhum Regular com o pretexto de prégar, enſinar, ou de qualquer obra pia, ſem licença do ſeu Superior ſe ſujeite ao ſerviço de algum Prelado, Príncipe, Universidade, Communidade, ou de qualquer outra peſſoa, ou lugar:* |

| | | |
|---|---|---|
| | reſida nos Conventos | *nem lhe valha neſta matéria privilegio algum, ou faculdade que obtenha de outros. E ſe obrar o contrario, ſeja caſtigado a arbítrio do Superior. Nem os Regulares poſſaõ apartar-ſe de ſeus* (p.367) *Conventos, ainda com o pretexto de buſcarem ſeus Superiores, ſenaõ ſendo mandados, ou chamados por eſtes meſmos: e aquelle, que ſem o dito mandado havido por eſcrito for achado, ſeja caſtigado pelos Ordinarios dos lugares, como apoſtata do ſeu Inſtituto. Aquelles porém, que por cauſa dos eſtudos ſaõ mandados às Univerſidades, habitem ſó nos Conventos; de outro modo procedaõ os Ordinarios contra elles.* |
| | **VI** – Forma de eleger os Superiores | (p.371) *Na eleiçaõ de quaesquer Superiores, Abbades temporaes, e outros Officiaes; e dos Geraes, e Abbadeſſas, e outras Preladas, para que tudo ſe obre com acerto, e ſem fraude alguma, manda primeiramente o ſanto Concilio rigoroſamente; que todos os ſobreditos ſe devem eleger por votos ſecretos, de modo que nunca ſe publiquem os nomes de cada hum dos que elegem. Nem daqui em diante ſeja licito eſtabelecer Provinciaes, ou Abbades, nem quaesquer outros Titulares, para o effeito de fazer a eleiçaõ, nem ſupprir as vozes, e votos dos auſentes. E ſe alguem for eleito, contra a comſtituiçaõ deſte Decreto, ſeja nulla a eleiçaõ; e aquelle, que para o dito effeito comſentir, que o elegeſſẽm Provincial, Abbade, ou Prior, fique dahi em diante inhabil para obter qualquer Officio da* (p.373) *Religiaõ: as faculdades, que elle conceder neſta matéria, ſe tenhaõ* eo ipſo *por abrogadas; e ſe depois ſe concederem outras, ſe reputem ſobrepticias.* |
| | **VIII** – Como ſe ha de inſtituir o governo dos Moſteiros, que naõ tem Viſitadores Regulares ordinarios | (p.375) *Todos os Moſteiros, que naõ eſtaõ ſujeitos aos Capítulos Geraes, ou aos Biſpos, nem tem ſeus Viſitadores Regulares ordinários, mas ſe coſtumáraõ governar debaixo da immediata protecçaõ, e direcçaõ de Sé Apoſtolica, ſejaõ obrigados dentro de hum anno, contado deſde o fim do preſente Concilio, e depois cada triennio, a reduzir-ſe a Congregações, segundo a forma de Innocencio III. no* |

| | | |
|---|---|---|
| | | *Concilio Geral, que começa:* In ſingulis: *e ahi deputar certas peſſoas Regulares, que deliberem, e determinem ſobre o modo, e ordem em* (p.377) *erigir as sobreditas Congregações, e Eſtatutos, que nellas ſe haõ de executar. E ſe neſta matéria forem negligentes, poſſa o Metropolitano, em cuja Província eſtaõ os Moſteiros, como Delegado da Sé Apoſtolica, convocallos pelas referidas cauſas. E ſe dentro de huma Província naõ houver número de ſemelhantes Conventos ſufficiente para erigir Congregaçaõ, poſſaõ os Moſteiros de duas, ou tres Províncias fazer huma Congregaçaõ. Eſtabelecidas pois as ditas Congregações, os ſeus Capítulos Geraes, e os Preſidentes que elles elegerem, ou Viſitadores tenhaõ a meſma authoridade nos Moſteiros da ſua Congregaçaõ, e applicar-ſe á ſua Refórma, e obſervar aquillo que nos ſagrados Cânones, e neſte ſagrado Concilio eſtá decretado. E ſe ainda inſtando o Metropolitano, naõ cuidarem em executar o ſobredito, ſe ſujeitem aos Biſpos em cujas Dioceſes exiſtem os ditos lugares, como a Delegados da Sé Apoſtolica.* |
| | **IX** – Os Moſteiros ſujeitos immediatamente á Sé Apoſtolica ſejaõ governados pelos Biſpos; e os outros pelos Deputados nos Capítulos Geraes, ou por outros Regulares | (p.379) *Os Moſteiros de Freiras ſujeitos immediatamente á ſanta Sé Apoſtolica, ainda com o nome de Capítulos de S. Pedro, ou de S. Joaõ, ou com qualquer outra denominação que tenhaõ, ſejaõ governados pelos Biſpos: naõ obſtando couſa alguma. Os que porém ſaõ governados pelos Deputados nos Capítulos Geraes, ou por outros Regulares, ſe deixem no ſeu cuidado, e cuſtodia.* |
| | **XI** – O Biſpo viſite os Moſteiros, que eſtaõ á conta de peſſoas Seculares, que naõ ſaõ da família dos ditos Conventos, etc. | (p.381) *Nos Moſteiros, ou Caſas de homens, ou mulheres, que eſtaõ á conta de peſſoas Seculares, diverſas das que compõem a família dos ditos Moſteiros,* (p.383) *semelhantes peſſoas tanto Regulares, como Seculares, que exercitaõ eſte cuidado, naquellas couſas que pertencem ao dito cuidado, e adminiſtraçaõ dos Sacramentos, ſe ſujeitem immediatamente á juriſdiçaõ, viſita e correcçaõ do Biſpo, em cuja Dioceſe eſtaõ ſituados. Nem para aqui ſe deputem nenhuns, ainda amovíveis* ad nutum , *ſenaõ precedendo exame feito por elle, ou pelo* |

| | | |
|---|---|---|
| | | *ſeu Vigário. Excepto o Moſteiro Cluniacenſe, com ſeus limites, e exceptos tambem aquelles Moſteiros, ou lugares, em que os Prelados maiores das Ordens tem ſeu aſſento principal ordinario; e tambem outros Moſteiros, ou Caſas, em que os Abbades, ou outros Superiores dos Regulares exercitaõ jurisdicçaõ Epiſcopal, e temporal nos Párocos, e Parochianos: ſalvo com tudo o direito daquelles Biſpos, que exercitão maior juriſdiçaõ nos ſobreditos lugares, ou peſſoas.* |
| | **XII** – Os Regulares ſe conformem com os Seculares na obſervancia das Cenſuras Epiſcopaes, e das Festividades da Dioceſe | (p.385) *As Cenſuras, os Interdictos, naõ ſó os que manarem da Sé Apoſtolica, mas tambem os que promulgarem os Ordinarios, mandando o Biſpo, ſe publiquem, e obſervem pelos Regulares nas ſuas Igrejas. E tambem os dias de Feſta, que o Biſpo mandar guardar na ſua Dioceſe, ſejaõ guardados por todos os iſentos.* |
| | **XIII** – O Biſpo componha ſem Appellaçaõ as controverſias ſobre precedência. Que os iſentos que naõ vivem em rigoroſa Clauſura ſejaõ obrigados a concorrer ás Preces públicas | (p.385) *Todas as controverſias ſobre precedência, que muitas vezes com grande eſcandalo ſe levantaõ entre peſſoas Eccleſiaſticas, aſſim Seculares, como Regulares,* (p.387) *tanto nas Prociſſões públicas, como nos Funeraes dos defuntos, e em levar a Umbella, e outras ſemelhantes, comporá o Biſpo, removida toda a Appellaçaõ, ſem obſtar couſa alguma. Todos os iſentos, aſſim Clérigos Seculares, como quaesquer Regulares, ainda Monges, ſendo chamados, ſejaõ obrigados a concorrer ás Prociſſões públicas, exceptuando ſómente aquelles, que vivem perpetuamente em rigoroſa clauſura.* |
| | **XIV** – Por quem há de ſer caſtigado o Regular, que delinque publicamente | (p.387) *O Regular, que naõ he ſubdito dos Biſpo, e vive dentro do Moſteiro, ſe fora delle delinquir de modo que cauſe eſcandalo ao Povo, inſtando o Biſpo, ſeja caſtigado ſevéramente pelo ſeu Superior, dentro do tempo que o Biſpo determinar; e o Superior certificará o Biſpo de que foi caſtigado; de outro modo ſeja privado do ſeu officio pelo ſeu Prelado, e o delinquente poderá ſer caſtigado pelo Biſpo.* |
| | **XV** – Naõ ſe faça Profiſſaõ, ſenaõ paſſado o anno da approvaçaõ, e completo o 16 de idade | (p.389) *Em nenhuma Religiaõ, tanto de homens, como mulheres, ſe faça Profiſſaõ, antes de completos dezaſeis annos: nem ſeja admittido a Profiſſaõ o que tiver menos de hum anno de approvaçaõ, deſde que* |

| | | |
|---|---|---|
| | | *recebeo o Habito. A Profiſſaõ pois, que ſe fizer antes de paſſar eſte tempo, ſeja nulla, e naõ induza obrigaçaõ alguma de alguma Regra, REligiaõ, ou obſervancia da Ordem, nem para outros quaesquer effeitos.* |
| | **XVI** – A renuncia, ou obrigaçaõ antes de dous mezes próximos á Profiſſaõ, ſeja nulla. Os Noviços acabada a approvaçaõ, ou profeſſem, ou ſejaõ deſpedidos. Nada ſe innova no pio Inſtituto dos Clérigos da Companhia de Jesus. Prohibe-ſe o dar couſa alguma dos bens do Noviço ao Moſteiro, antes da Profiſſaõ | (p.389) *Tambem nenhuma renunciaçaõ, ou obrigaçaõ antecedentemente feita, ainda com juramento, ou em favor de qualquer cauſa pia* (p.391) *tenha vigor, ſe naõ ſe fizer com licença do Biſpo, ou do ſeu Vigário, dentro dos dous mezes antecedentes á Profiſſaõ; e ſe naõ julgue ſortir o ſeu effeito, senaõ ſeguindo-ſe a Profiſſaõ: a que for feita de outro modo, ainda ſendo com expreſſa renunciaçaõ deſte favor, e jurada, ſeja nulla, e de nenhum effeito. Acabado o tempo do Noviciado admitraõ os Superiores os Noviços, que acharem hábeis, ou os deſpidaõ do Convento. Com iſto porém naõ pertende o ſanto Concilio prohibir, que a Religiaõ dos Clérigos da Companhia de Jeſu, poſſa ſervir ao Senhor, e á ſua Igreja, conforme o ſeu pio Eſtatuto, approvado pela Sé Apoſtolica. Tambem antes da Profissão naõ dem os Pais, e Parentes, e Curadores, com qualquer pretexto, do noviço couſa alguma de ſeus bens ao Convento; excepto o ſuſtento, e veſtido de Noviço, ou Noviça, naquelle tempo que eſtaõ em approvaçaõ: para que naõ ſeja iſto occaſiaõ de ſe naõ poderem retirar, por eſtar o Mosteiro de poſſe de todos, ou da maior parte de ſeus bens, e naõ lhes ſer fácil o recuperallos, ſe ſe retirarem. E ainda mais, manda o ſnto Concilio ſob pena de excommunhaõ qoas que derem, e aos que recebere, que iſto em* (p.393) *modo ſe faça; e ſẽ reſtitua aos que ſe deſpedirem antes da Profiſſaõ tudo o que era ſeu; e para que aſſim ſe pratique bem, obrigue o Biſpo, ſe for neceſſario, com Cenſuras Eccleſiasticas.* |
| | **XIX –** Como ſe deve proceder nas cauſas dos que ſe retirão da Religião | (p.397) *Nenhum Regular, que diſſer que entrará na Religião por medo, ou com violencia , ou disser que profeſara antes da idade devida, ou outra couſe ſemelhante, e quizer deixar o Habito por qualquer cauſa, ou ainda retirar-ſe com o Habito ſem licença* (p.399) *dos Superiores,* |

| | | |
|---|---|---|
| | | *ſeja ouvido ſenão dentro dos cinco annos contados deſde o dia da Profiſſão; e então não de outro modo, ſenão produzindo elle perante o ſeu Superior, e o Ordinário, as cauſas que pretexta. E se antes diſto eſpontaneamente deixar o Habito, de nenhum modo ſeja admittido a allegar cauſa alguma, mas obrigado a voltar ao Convento, e caſtigado como Apoſtata, e entre tanto não goze de privilegio algum da ſua Religião. Tambem nenhum Regular por vigor de faculdade alguma ſe paſſẽ a Religião mais larga; nem ſe dê licença a nenhum Regular de trazer occulto o Habito da ſua Religião.* |
| | **XX** – Os Superiores das Ordens, que naõ ſaõ ſujeitos ao Biſpo, viſitem, e corrijaõ os Moſteiros inferiores, ainda os de Commendas | (p.399) *Os Abbades, que ſaõ Cabeças das Ordens, e os mais Superiores das ditas Ordens, que naõ ſaõ ſujeitos aos Biſpos, que tem legitima juriſdicçaõ em outros Moſteiros inferiores, ou Priorados, viſitem em razaõ do ſeu Officio, cada hum no ſeu lugar eſſes meſmos Mosteiros, ou Priorados ſeus ſubditos, ainda que ſejaõ de Commendas.* (p.401) *Os quaes como quer que estejaõ ſujeitos ás Cabeças das ſuas Ordens, declara o ſanto Concilio, naõ ſerem comprehendidos no que em outra parte eſtá definido acerca dos Moſteiros de Commendas; e eſtejaõ obrigados todos os Superiores das ditas Ordens a receber os ſobreditos Viſitadores, e executar ſuas ordens. E tambem os meſmos Moſteiros, que ſaõ Cabeças das Ordens, ſejaõ viſitados, conforme as Comſtituições da Sé Apoſtólica, e de qualquer Ordem. E enquanto durarem as ditas Commendas, ſejaõ inſtituidos Priores Clauſtraes, ou Superiores nos Priorados, que tem Convento, pelos Capítulos Geraes, ou pelos Viſitadores das meſmas Ordens. Em tudo o mais fiquem firmes, e illeſos os privilégios, e faculdades das ſobreditas Ordens, pertencentes ás ſuas peſſoas, lugares, e direitos.* |
| | **XXI** – Os Moſteiros ſe dem aos Regulares. As Cabeças das Ordens a ninguém ſe dem em Commenda | (p.403) *Como os mais dos Moſteiros, ainda as Abbadias, Priorados, e Prepoſituras tenhaõ padecido naõ leves prejuízos aſſim no eſpiritual, como no temporal, por ma´adminiſtraçaõ daquelles, a quem foraõ encarregados; deſeja o ſanto Concilio, que elles ſejaõ inteiramente* |

| | | |
|---|---|---|
| | | *reſtituidos á conveniente diſciplina da vida Monaſtica. Porém he taõ dura, e difícil a condiçaõ dos tempos preſentes, que ſe naõ póde dar remédio, que ſeja peremptório, nem commum para todos, como deſejára: com tudo para naõ omitir nada, que em algum tempo lhes poſſa dar ſaudavel providencia, primeiramente confia, que o Santiſſimo Pontífice Romano pela ſua piedade, e prudência, cuidará, quanto vir que o podem soffrer os preſentes tempos, que no governo deſtes, que preſentemente ſe achaõ Commendaticios, e tem ſeus Conventos, ſejaõ poſtas peſſoas Regulares da meſma Ordem, manifeſtamente profeſſas, que poſſaõ preſidir, e governar o rebanho. E os que vagarem para o diante, ſe naõ confiraõ ſenaõ* (p.405) *a Regulares de notoria virtude, e ſantidade. Pelo que pertence pois áquelles Mosteiros, que ſaõ Cabeças, e Primaciaes das Ordens, ou ſe chamaõ Abbadias, ou Priorados, filhas daquellas Cabeças, ſejaõ obrigados aquelles, que ao preſente os poſſuem em titulo de Commenda (ſe naõ foſſem providos de Succeſſor Regular) a profeſſarem, es, a propria Religiaõ daquellas Ordens, ou a cederem delles; aliás as ſobreditas Commendas ſe julguem* ipſe jure *vagas. E para que em nenhuma das couſas ſobreditas ſe poſſa introduzir fraude alguma, manda o ſanto Concilio, que nas Provisões dos ditos Moſteiros ſe exprima nomeadamente a qualidade de cada hum; e a Proviſaõ feita de outra ſorte ſe tenha por ſubrepticia; e nenhuma poſſe ſeguinte, ainda triennal, a favoreça.* |
| | **XXII** – O ſobredito da Reforma dos Regulares ſe obſerve, ſem interpoſiçaõ alguma de demora | (p.405) *Todas, e cada huma deſtas couſas conteúdas nos Decretos acima, manda o ſanto Concilio ſe obſervem em todos os Conventos, e Moſteiros, Collegios, e Caſas de quaesquer Monges, e Regulares, e de quaesquer Religioſas donzellas, ou viúvas, ainda que eſtejaõ ſujeitas ao governo dos Militares, ainda da Ordem Jeroſolymitana; e* (p.407) *qualquer que ſeja o nome, com que as appellidem; e de qualquer Regra, Comſtituiçaõ, cuſtodia, governo, ſujeiçaõ, annexaçaõ, ou dependência de qualquer Ordem de Mendicantes, ou naõ Mendicantes,* |

| | | |
|---|---|---|
| | | *ou de outros Regulares Monges, ou de quaesquer Cónegos: ſem obſtarem os privilegios de todos, e cada hum delles, concebidos com quaesquer formas de palavras, e chamados* Mare magnum, *ainda obtidos na fundaçaõ; e tambem as Comſtituições, e Regras, ainda juradas, e as preſcrições, e coſtumes, ainda immemoriaes. Se porem há alguns Regulares, tanto homens, como mulheres, que vivem com Regra, ou Eſtatutos mais apertados, excepta a faculdade de poſſuir bens eſtaveis em commum, naõ pertende o ſanto Concilio apartallos do ſeu Eſtatuto, e obſervancia. E porque o ſanto Concilio deſeja, que tudo o ſobredito, o mais breve que poſſa ſer, ſe ponha em execuçaõ, manda a todos os Biſpos, e a todos os Abbades, Geraes, e outros Superiores das sobreditas Ordens, que ſem demora executem o ſobredito nos Moſteiros, que lhes ſaõ ſujeitos, e em todos os mais, que lhes ſaõ eſpecialmente commettidos pelos Decretos acima referidos. E ſe alguma couſa ſe naõ der à execuçaõ, ſuppraõ, e reprimaõ os Concílios Provinciaes a negligencia dos* (p.409) *Biſpos: E os capítulos Provinciaes, e Geraes dos Regulares, e na falta dos Capítulos Geraes os Concílios Provinciaes draõ providencia, depurando alguns da meſma Ordem. Admoeſta tambem o ſanto Concilio a todos os Reis, e Príncipes, Republicas, e Magiſtrados, e lhes manda em virtude de ſanta obediência, que todas as vezes que forem requeridos, queirão interpor o ſeu auxilio, e authoridade aos ſobreditos Biſpos, Abbades, Geraes, e mais Prelados, para execução da mencionada Reforma: para que ſem embaraço executem o ſobredito para louvor de Deos omnipotente.* |

| Quadro 2<br>Determinações do tratado de S. Carlos Borromeo (1557)[1] | | |
|---|---|---|
| **Instrução** | **Determinações Gerais** | **Excepções** |
| **III. De las paredes exteriores y el frontispicio** | (p.8) *"…en las paredes por la parte de afuera téngase esta norma: que en las que están por un lado y por la parte de atrás, no se represente ninguma imagen; las del frente mostrarán (p.8) delante de sí una vista tanto más agradable y augusta, cuanto más adornadas estén con imágenes o pinturas sacras que describan la historia sacra."* | |
| | (p.8) *" (…) que en el frontispício de cada iglesia, sobre todo parroquial (…) por la parte superior de la entrada mayor, por fuera, se pinte o se esculpa decorosa y religiosamente la imagen de la beatisima Virgen Maria, com su hijo Jesus en brazos; por el lado derechode ella represéntese la efígie del santo o santa com cuyo nombre aquella iglesia es llamada; igualmente por el izquierdo, outra del santo o santa, al cual (…) el pueblo de aquella parroquia rinde veneración (…)."* | |
| **VII. De las entradas** | (p.11) *" (…) que por la parte superior aquéllas no sean arqueadas, debiendo ser diferentes de las puertas de las ciudades, sino cuadrangulares (…).*<br>*Pero que no sean más bajas que una estructura humilde, sino dos veces más altas de lo que se extiende la latitud (…)."* | |
| | (p.11) *"A la parte superior puede añadirse una cornisa com obra decente, de la cual sobresalga lo redondo a semejanza de hemiciclo y esquife; donde (…) se esculpan o pinten imágenes sacras (…)."* | |
| | (p.11) *" Por el frente levántese las entradas de la iglesia; (…) sean impares, y exactamente tantas cuantas naves son aquellas* | (p.11) *"Pero la nave central, si la iglesia consta de varias naves tenga por el frente tres* |

[1] BORROMEO, Carlos – *Instrucciones de la Fábrica y del ajuar eclesiásticos.* México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1985.

| | | |
|---|---|---|
| | *de las que consta la iglesia."* | *entradas (…)."* |
| | (p.11) *"La entrada central debe distinguirse de las demás, principalmente por la amplitud y por el ornato (…)."* | |
| | (p.12) *" (…) ni por la parte de atrás, ni certamiente por los lados se construya alguna entrada para la iglesia, a no ser cuando sea necesario que se haga un ingreso a la sacristia, o al campanário, o al cementerio, o a los domicílios de los ministros de la iglesia. E igualmente ninguna cerca del altar, o de sú región lateral., o de outro lugar semejante (...) y desde allí pueda existir alguna vez el peligro de impedimento, o de irreverencia o de perturbación para los ministros sacros".* | |
| **X. De la capilla mayor** | (p.15)*" (...) el sitio de esta capilla debe elegirse en la cabeza de la iglesia, en el lugar más elevado por cuya región esté la puerta principal; su parte porterior mire en línea recta hacia el oriente, aunque los domicilios del pueblo estén por la parte de trás."* | (p.15)*"Pero si de ningún modo puede haber tal posición, la edificación de aquélla podrá volverse hacia otra parte, mediante el juicio del obispo y con su permiso; y entonces al menos cuidese esto: que no mire claramente hacia el norte sino hacia el sur, si puede hacerse."* |
| | (p.15)*" (...) aquélla deberá construirse hacia el occidente, donde, según el rito de la iglesia el sacerdote suele hacer el sacrifício de la misa en el altar mayor, con el rosto vuelto hacia el pueblo. Esta capilla esté abovedada; además adórnese con decoro mediante obra de mosaico, o mediante otra especie de pintura o estrutura ilustre, según el tipo y dignidad de la iglesia que se edifica."* | |
| | (p.15) *" Su pavimento construýase más alto que el suelo de la iglesia, según la situación del lugar e igualmente según el tipo de iglesia (...)."* | |
| | (p.16) *"Para el ascenso de la capilla mayor confecciónese gradas con mármol o piedra sólida, o con obra de ladrillo,* | |

| | | |
|---|---|---|
| | *donde no hay abundancia de piedra o de mármol, y las mismas impares en número."* | |
| **XI. Del altar mayor** | (p.16) *"El altar mayor puede estabelecerse en un lugar de su capilla(...); (...) que el espacio sirva de comodidad para un clero abundante que alguna vez asista al sacrificio de una misa solemne y a una solemnidad de oficios divinos."* | |
| | (p.16) *"(...) si afuera por la parte de atrás de la capilla hay un sitio donde pueda prolongarse el espacio de aquél, hasta allá prolónguese, a fin de que se dé a la capilla tanto espacio (...)."* | (p.17) *" (...) si esto no se puede y ante la exiguidad y estrechez del lugar la capilla de aquel altar no tiene tanto espacio en las iglesias parroquiales o colegiales, entonces aquel sitio interpuesto entre la grada inferior del altar y la celosia debe ser de un espacio de cuatro codos a lo minimo, a fin de que al menos en el sacrificio de la misa solemne (...) se dé el lugar adecuado al sacerdote celebrante, al diácono y al subdiácono así como a otros clérigos que en él ministren."* |
| a) De las gradas del altar mayor | (p.17) *"(...) si por los lados y por el frente se da suficiente espacio, empléense tres gradas, una (...) a través de la cual se hace la peana, después más abajo de la peana las otras dos, las cuales dos deben hacerse de mármol o de piedra sólida, o (...) de obra de ladrillo (...)."; "Pero la tercera grada, que sobresale desde la peana misma debe ser de tablas taraceadas."* | (p.18) *"Pero donde, por la amplitud de la iglesia y del altar mayor, puede haber más gradas, ahí podran construirse cinco con la anchura y altura poco ha prescrita."* |
| **XIV. De las capillas y los altares menores** | (p.20) *" (…) en primer lugar, cuando sea menester edificar numerosos altares, y la iglesia, construída en forma de cruz, que conste de abside y tenga dos como brazos, entonces por el extremo* (p.21) *de uno y outro brazo será el lugar aptamente conveniente donde se edifiquen dos altares, uno por el lado derecho, outro por el izquierdo (…)"* | |
| | (p.21) *"Pero si debe hacerse en forma de hemiciclo una* | |

| | | |
|---|---|---|
| | *concavidade en la pared, a la que está fijo el altar (…).* | |
| | (p.21) *"Toda la iglesia, ya sea que conste de tres naves, o de una solamente, fuera del sitio de su capilla mayor, por el extremo de uno y outro lado también tenga un lugar (…) donde igualmente en uno y outro lado (…) puedan edificarse decorosa y aptamente una capilla y un altar, o al menos pueda hacerse en forma de hemiciclo una concavidade en la pared a la que se adheriere fijo el altar."* | |
| | (p.21) *"Cuando en la iglesia también deben construirse otras capillas com altares además de aquellas dos que están de tal suerte por los brazos, podrán edificarse en el extremo de uno y outro de aquellos lados, a no ser que estén demasiado próximas a aquellas que están en los extremos de los brazos. (…) Cada una de esas capillas (…) constrúyase en tal forma que, donde hay numerosas naves, estén en médio de la nave en cuyo extremo se encuentran."* | (p.21) *"Pero si la iglesia consta de una sola nave, constrúyase en el centro del espacio de la parte que hay entre la capilla mayor y el ángulo de la iglesia.*<br>*(…)*<br>*Pero si la concavidad de la parede en forma de hemiciclo debe colocarse un altar, éste también debe hacerse en médio de aquél, o de la nave, o del espacio interpuesto como arriba, pero en tal forma que no se construya muy cerca del altar mayor, a fin de que el sacerdote que celebra en uno no pueda ser impedido o pertubado por outro que hace el sacrifício en outro."* |
| | (p.22) *" (…) en las iglesias en que el altar mayor no tiene capilla, (…) o si la tiene pero es tan pequeña que el altar en ella erigido sobresale por fuera hacia la iglesia y desde ahí miran facilmente los altares que están por los lados, entonces por aquellas partes o lados que están por la cabeza de aquéllas, (…) sin embargo no deberán hacerse altares porque se levantarian menos decentemente y porque, un sacerdote que hiciera el sacrificio en un altar, impidiria o interrumpiria (…) a outro* | (p.22) *" (…) si no pueden erigirse en tal forma distantes entre si, sin embargo háganse juntas de tal modo que en la parte extrema presenten entre si em forma prominene de semicirculo o semioctágono un espacio de donde se reciba la luz por los lados."* |

| | | |
|---|---|---|
| | *sacerdote que celebrara en otro.*<br>*Igualmente cuando hagan falta muchos altares, por esa razón será apto un tercer lugar para la edificación de aquéllos (…). Por lo cual en uno y outro lado podrán erigirse capillas com altares que queden desde el cuerpo de la iglesia y sobresalgan por fuera, pero al erigirse aquéllas, deberán guardarse estas normas, abajo prescritas: que las capillas se edifiquen igualmente distantes entre si, y com tan amplio espacio interpuesto entre una y otra, que por uno y otro lado de cada una de las capillas, puedan erigirse ventanas desde donde la luz se tome apta y abiertamente."* | |
| | (p.22) *" Para que en la iglesia que consta de numerosas naves, de una mirada los intercolumnios estén completamente en línea recta, que su persperctiva no sea impedida por las mismas columnas o pilastras. En cambio, en la iglesia que solamente tenga una nave, revisen claramente el centro que hay entre uno y otro arco o viga, com que el techo de obra abovedada o artesonada se apoya o se sostiene; y si la latitud de la capilla excede en tal forma la latitud del espacio y no puede hacerse aquello, sosténgase la viga desde la parte baja del arco de la capilla hasta el perpendiculo."* | |
| | (p.23) *"De ninguna manera se edifiquen capillas o altares menores bajo el pulpito, o desde donde se toca com el órgano, o se pronuncia el evangelio o la epistola, o se tiene un sermón, o desde donde se canta.* | |
| | (p.23) *"Todas las capillas menores consten de una misma latitud, longitud y altitud; y finalmente (…) guarden armonia entre si, por los lados. (…) las que están en la cabeza de los brazos de la iglesia que exhibe forma de cruz, por razón del sitio, podrán ser también de forma más ilustre, así como algo* | |

| | | |
|---|---|---|
| | *más amplias que las demás, com tal que aquéllas se correspondan entre si (…).”* | |
| | (p.23) *“Entre la pilastra o columna compuesta, o el arco o viga, com que se apoya el techo situado en primer lugar en la entrada de la iglesia, y la pared que está por la parte anterior de la iglesia no se erija capilla alguna, a no ser solamente aquella que debe edificarse sin altar por causa o razón de colocar el baptisterio (…). De ningún modo se edifiquen altares o capillas por la pared que está en el frontispicio de la iglesia por la región del altar mayor, como tampoco en outro lugar en que el sacerdote celebrante vuelva las espaldas a la capilla mayor.”* | |
| | (p.23) *“La latitud de una capilla menor podrá extenderse nueve codos, u once y más, de acuerdo com la amplitud del sitio de la iglesia (…). En cambio, desde la entrada hasta la pared a la que está adherido el altar, parece que la longitud no debe calcularse menor de siete codos, a fin de que el clérigo ministrante tenga suficiente espacioy que no sea ocupada com celosias, por la parte de la iglesia, o de la nave. (…) Si no es posible que se dé tanto espacio a las capillas menores, podrá llevarse también una longitud menor (…). Cuando claramente tal proporción no tenga lugar en aquellas capillas que están en la cabeza de la iglesia por un lado de la capilla mayor, por eso aquéllas podrán permitirse algo mayores en longitud que las otras.”* | |
| | (p.24) *“(…) cualesquier altares (…) que en estos lugares se erijan o hayan sido erigidos, cuando por la angostura del sitio no pueden edificarse las capillas com la magnitud fijada, de tal suerte que es necesario que las celosias o rejas se muestren y sobresalgan por fuera, cada uno de ellos podrá ser reducido a un espacio tan estrecho, de modo que no excedan un codo y dieciséis pulgadas; pero sobre éstos no se emplee grada alguna,* | |

| | | |
|---|---|---|
| | *a fin de que aquéllos y las celosias sobresalgan por fuera lo menos posible. (…)*<br>*(…) si lo permite la amplitud de la iglesia, a lo ancho, podrá hacerse más angosto que en las capillas construidas por uno y outro lado, com la longitud, altitud y forma arriba prescrita, aunque por la grande amplitud, el lugar para la construcción de éstas, arriba efinida, por entro pueda ser de tal naturaleza que el espacio de la altitud de la iglesia interpuesto entre aquéllas también se extienda congruentemente."* | |
| | (p.24) *"El pavimento de las capillas menores debe construirse ocho pulgadas más alto que el suelo de la iglesia (…)."* | |
| | (p.25) *"El umbral de cada una de las capillas menores (…) debe ser de mármol o de piedra sólida (…)."* | |
| | (p.25) *" (…) la entrada haga una grada, e iguale al mismo suelo de la capilla; y constrúyase solamente esta única grada para el ascenso de la capilla."* | |
| | (p.25) *"Pero además de aquella grada del umbral, se permitirá que se hagan otras dos inferiores de acuerdo com la condición del lugar o sitio y de la amplitud de la capilla, cuando la mayor haya sido construida com numerosas gradas; y estas háganse si no de mármol al menos de piedra sólida, o finalmente de ladrillos."* | |
| | (p.25) *"Cada capilla (…) erijase com obra abovedada."* | |
| | (p.25) *"Los altares constrúyanse en el frente medio de cada una de las capillas, no por los lados. Cada uno de los menores eríjanse desde el suelo o desde la superficie del escabel, al cual llaman* peana *(…).*<br>*El escabel, o peana del altar, confecciónese com tablas o viguetas de madera."* | |
| **XV. Cosas comunes de** | (p.25) *"Los altares deberán construirse no com madera sino* | |

| | | |
|---|---|---|
| **capillas o altares mayores y menores** | *com piedras o ladrillos. “* | |
| | (p.27) *“La parte inferior sirva para arrojar el agua de la ablución de las manos del sacerdote que hace el sacrifício. Y por esta razón en médio tenga un foramen exíguo, desde donde aquélla fluya a una cisternilla socavada. Mas la parte superior servirá para colocar el lebrillo com las jarras, mientras se hace el sacrifício de la misa.”* | |
| a) De las celosias enrejadas de capillas y de altares | (p.28) *“Por la parte anterior de cada una de las capillas, incluso mayores, desde donde se hace el ingresso en la grada más alta de la capilla fijense rejas férreas (…). Y todas éstas (…) deberán adornarse tanto en la parte más baja, como en la media, y en la más alta com pequeñas pilastras o vasitos de alguna manera decorosamente confeccionados. Si la capilla (…) exhibe forma de octógono o hexágono, igualmente en su grada más alta fijense rejas que armonicen com esa forma.”* | |
| | (p.28) *“Mas desde la parte más baja (…) com obra de fierro algo artística aquéllas constrúyanse entre si densamente, a fin de que los perros no tengan entrada. En médio de las rejas constrúyase decorosamente una puerta también com obra de rejas, la cual se cierre com batientes por ambos lados com pestillo y con cerrojo.”* | |
| | (p.28) *“Cuando las capillas de los altares menores son amplias* (p.29) *aunque tengan rejas en la entrada, sin embargo en su parte interior que está cerca del altar también deberán fijarse celosías al menos de madera, para cercar a aquél en tal forma que la concurrencia del pueblo presente, apartada un poco del sacerdote que hace el sacrifício, sea compelida a estar separada, y haya lugra para el clérigo ministrante.”* | |
| b) De la cornisa de madera del altar | (p.29) *“A cada escabel, también del altar mayor, únase una cornisa lígnea (…) por la cual aquél sea ceñido igualmente por* | |

| | | |
|---|---|---|
| | *tres partes, de tal modo que por la parte anterior del palio y por los lados la extremidad de los manteles o toallas siempre se oculte por obra de la misma cornisa, aun donde el escabel del altar solo sobresale por el frente."* | |
| c) De la grada de madera por la parte posterior del altar | (p.30) *"En la superficie del altar menor por la parte posterior podrá adherirse sólo una grada, y esta lígnea. En longitud sea de tal que iguale al altar (…). En el altar mayor no se hagan, sino cuando aquél diste de la pared posterior sólo dos codos o menos; y entonces de tal suerte podrán adherirse elegantemente una grada o más, de tal modo sin embargo que no se impida el circuito del altar bajo esa estructura."* | |
| d) De la mesa del altar mayor | (p.30) *"Debe procurar-se que la mesa del altar mayor en toda la iglesia – o catedral, o colegial, o parroquial (…) – sea marmórea o de piedra sólida; y donde sea posible, extiéndase a lo largo y a lo ancho tanto como el altar. Donde no pueda prevenirse de qué tan grande latitud sea, no debe (…) extenderse ampliamente menos de un codo y medio. En longitud iguale completamente al altar mismo; (…) cuando ni siquiera pueda emplearse de este modo por la situación del lugar o de la región, a que se aglutina por el frente, podrá suplirse por la espalda (…) com obra de cemento o de ladrillo."* | |
| e) De la ventanilla de las reliquias sacras al consagrar el altar | (p.30) *"En el frente o espalda del altar bajo la mesa misma debe erigirse una ventanilla de catorce o dieciséis pulgadas de amplitud, o en la* (p.31) *cepa o mesa de aquél una fosa a semejanza de sepulchro de la misma medida que la ventanilla, pero com un espacio mucho menor, según el tipo de consagración prescrito en el libro pontifical (…).*<br>*Mas esta ventanilla deberá ser cerrada por una puerta com una tablilla de mármol o piedra, en la cual esté esculpida la imagen de la cruz; como también se esculpirán los nombres que* | |

| | | |
|---|---|---|
| | *consten, de las sacras reliquias ocultas en el altar. Donde no se emplee una ventanilla sino una fosa, hágase esta inscripción o por algún lado del altar o en la mesa, com letras grabadas. Mas la fosa que está en la mesa ciérrese igualmente com una tablilla de mármol, tan firme y cuidadosamente, que nada absolutamente sobressalga."* | |
| f) De la mesa del altar y de la tela encerada | (p.31) *" La mesa de un altar consagrado (…) cúbrase toda com tela encerada, la cual, incluida al telar prescrito, sujétese com clavos.*<br>*El suelo o pavimento de cada altar no consagrado cúbrase com una mesa pulidamente confeccionada com tablas taraceadas, y tan amplia que cubra a aquél por todas partes.*<br>*A esta mesa insértese aptamente un altar portátil, y de tal modo que colocado en medio, entre ambos extremos de la mesa (…). La longitud de tal altar portátil no mire de uno a otro extremo, sino del frente a la parte posterior. Mas aquél sea insertado en tal forma que dificilmente sobresalga cualquier cosa, de la superficie de la mesa, com lo cual pueda ser distinguido por el tacto del sacerdote celebrante."* | |
| g) De la piedra de los altares portátiles | (p.31) *" (…) la piedra de un altar portátil tenga por todas las partes la incisión que llaman* smussum, *trazada desde la parte superior hasta el* (p.32) *plano. (…)*<br>*Su caja sea completamente de tabla de nogal (…). (…) En aquella caja hágase claramente una inscripción de las reliquias sacras ocultas, de las cuales consta el nombre.*<br>*(…) los altares que son más angostos o más reducidos de lo que señala la forma prescrita, podrán hacerse más anchos o más largos com aditamentos ya de piedra ya de ladrillo ya de madera, decente y aptamente confeccionados, puestos por sus lados o por el frente, en la medida que el uso permita. (…) si* | |

| | | |
|---|---|---|
| | *son más bajos que la medida fijada, podrán hacerse más altos, confeccionada elegante y altamente la mesa de tal suerte que armonice com la altitud del altar señalada; y en esa mesa empótrese en la forma prescrita la piedra consagrada."* | |
| **XXVIII. De la sacristia** | (p.77) *"Así pues en toda iglesia de cualquier género constrúyase una sacristia, que los antiguos alguna vez llaman cámara e igualmente secretario, lugar naturalmente donde se ocultaba el sacro ajuar; la misma sea amplia y de tal modo que se extienda un poco más largamente, según la magnitud de la iglesia catedral, colegial y parroquial, y según el número de ministros, y según la abundancia del sacro ajuar.*<br>*Ciertamente no se desaprueba el uso de dos sacristias en las iglesias más insignes y más frecuentadas: de ellas una sea para el capitulo y para el ajuar del coro; la otra, para los sacerdotes capellanes y demás ministros de la iglesia, y para el restante ajuar.*<br>*De la capilla o altar mayor esté separada tanto que el sacerdote que haga solemnemente el sacrificio de la Misa, pueda marchar ordenadamente en procesión desde alli hasta el altar, junto con aquellos que le van a servir (...).*<br>*En las demás iglesias parroquiales y otras inferiores, por comodidad, podrá permitirse con el juicio del obispo, que la sacristia esté menos separada de la capilla o altar mayor; pero entonces deberá cuidarse que no diste mucho del domicilio del párroco."* | |
| a) Del sitio y ventanas de la sacristia | (p.77) *"(...) toda sacristia mire completamente hacia el oriente y hacia el mediodía, hasta donde esto sea posible.*<br>*Pero constrúyase de tal modo que con la construcción de aquélla no se quite la luz a la misma capilla mayor. Tenga dos ventanas o más, y las mismas, donde se pueda, que queden una* | |

| | | |
|---|---|---|
| | *frente de otra, y sobre todo por el lado derecho y por el izquierdo a fin de que,* (p.78) *teniendo por donde salga el aire, su lugar no sea húmedo, ni uliginoso (...). Las tales ventanas cérquense y protéjanse con rejas férreas dobles o al menos sencillas más densas y más firmes, como también con obra de vidrio y de red (...).*<br>*Sea, pues, cubierta con obra abovedada o al menos artesonada."* | |
| b) Del pavimento de la sacristia | (p.78)*"Tenga el pavimento no construido con tablas, sino de este modo: el cual constando por debajo de pequeñas bóvedas, constrúyase todo ampliamente abovedado, algo más alto desde el suelo (...) a causa de la humedad, para que los indumentos sacros no se pudran o corrompan a causa de la humedad del lugar o del del sitio. (...) luego cúbrase el suelo con cascajo y consolidese con ripios y con cal."* | |
| c) De la entrada de la sacristia | (p.78) *"(...) el ingreso de la misma esté abierto en línea recta no a la capilla mayor (...) sino al lugar público, es decir, al centro de la iglesia.*<br>*A proposito, sea bien cercado con firmísimas batientes, pestillo sólido, cerrojo y llave igualmente firme.*<br>*Frente a las batientes de la entrada estén otras batientes más sencillas por fuera o por dentro (...) impidan la entrada y la mirada a la sacristia (...)."* | |
| d) Del lugar de la sacra imagen y del altar en la sacristia | (p.79) *"En toda sacristia, en el lugar más conspicuo haya un icono sacro, como también, si la amplitud de la sacristia permite, un altar o mesa o armario que presente la forma de altar, preparado con una cruz, cubierto con candelabros y un mantel; ante el cual los sacerdotes que van a celebrar se vistan con los sacros vestidos."* | |
| e) Del oratorio o altar en la | (p.79) *"Haya además un oratorio por alguna parte de la* | (p.79) *"Pero si la sacristia es de tal modo* |

| | | |
|---|---|---|
| sacristia | *sacristia (...) en un lugar decente, y éste a semejanza de pequeño cubículo en el cual se retire el sacerdote que va a hacer el sacrificio de la Misa (...). En tal forma, haya un pequeño altar, en el cual colocada la efigie del crucificado, u otra pía imagen, se rece santamente, así como un escabel donde para orar se doble las rodillas."* | *exigua y angosta, que de ningún modo pueda tener oratorio, por algún lado de ella que sea más cómodo para la oración, colóquese al menos un escabel o peana, en un lugar aptamente cubierto al menos con tela o con paño, donde el sacerdote ore doblando las rodillas, fijada en la pared alguna sacra imagen (...)."* |
| f) Del aguamanil | (p.80) *"(...) hágase con piedra sólida un aguamanil que sea para lavarse las manos: al cual fíjese un tapón (...). Por la parte inferior haya un seno para agua cóncavo para que reciba el agua que de ahí sale, de piedra sólida o igualmente de mármol; y tenga un agujero, de donde se desvía el agua por una fístula a una pequeña cisterna subterránea o diferente, donde sea más cómodo apartarla lejos de la pared de la sacristía."* | (p.80)*"Pero donde la renta es exigua, en lugar de aquel aguamanil, que prescribimos de mármol sólido, podrá emplearse una herrada colgada, a la cual está unido un tapón fijo semejante a un gallo, de donde fluya el agua insensiblemente para uso de la ablución (...)."* |
| | (p.80)*"Por su parte el seno y el aguamanil, construido con elegancia, esté unido completamente o por alguna parte en una concavidad de la pared, que presente forma de hemicilo exiguo; que no impida el sitio de la sacristia, si sobresale por fuera.*<br>*Un lienzo para limpiarse las manos penda de una obra o instrumento torneado, próximo al aguamanil y el esté limpio."* | |
| **XXVIII. De la sacristia**<br>g) Del armario de los sacros indumentos | (p.80)*"Además confecciónense con tablas de nogal un armario amplio en el cual se conserven los sacros indumentos. (...) Tenga cajitas movibles, y éstas separadas y muy amplias, en las cuales también de acuerdo con la variedad de los colores se conserven los sacros indumentos tendidos y distribuidos y con orden.*<br>*Además cerca de él haya igualmente pequeños armarios o debajo de él cajones por un lado de aquellas cajitas, colocadas por separado, donde se guarden sencilla y cómodamente los* | |

| | | |
|---|---|---|
| | *sacros cálices, las patenas, los corporales, los purificadores, las velas y otros utensilios de este género. Igualmente por otro lado haya cajones en los que se coloquen aquellas cosas que deben ser lavadas. (p.81) Ciérrese este armario así como los pequeños armarios con batientes confeccionadas pulida y distintamente, con cerrojos y con llaves igualmente distintas.*<br>*Y de este modo haya tantos armarios cuantos exija la cantidad del sacro ajuar."* | |
| h)Del armario para libros | (p.81)*"Ademas háganse otros armarios, con estrutura que armonice con los demás arriba prescritos: uno naturalmente en el cual se conserven aptamente los libros eclesiásticos pertinentes a la salmodia y a otro uso del coro también de la iglesia; otro en cual estén los derechos, los archivos y escrituras todas que tienen que ver con la iglesia misma: y éste donde la iglesia no tenga un archivo más apto y más seguro; igualmente un tercero, si la iglesia es parroquial, en el cual se guardan ciertos libros parroquiales, naturalmente de matrimonios y de bautizados, de confirmados, y otros de esta suerte, como también (...) los decretos pontificios, edictos episcopales, decretos pastorales del obispo (...) así como otros escritos que atienden al régimen espiritual de la iglesia o de las almas encomendadas al cuidado parroquial.*<br>*Cada uno de estos tres armarios ciérrense seguramente con sendas llaves."* | *"Sin embargo, en lugar de ellos podría construirse un solo armario, pero por dentro aptamente diferenciado en sus departamentos (...) donde la poquedad de códigos o escrituras o la estrechez de la iglesia no requiera dos o tres (...)."* |
| i) Del guardarropa más insigne | (p.82) *"En las sacristias más insignes puede haber un guardarropa del mismo género: en el cual se guarden los indumentos más preciosos. (...) no quede separada con cajones; sino toda libre de separaciones, tenga unas viguetas delgadas, tantas según la profundidad del guardarropa (...). (...) de ahí cuelguen extendidos los sacros indumentos."* | |

| | | |
|---|---|---|
| j) Del armario de los indumentos canonicales | (p.82)*"Si la iglesia es catedral o colegial, tenga además armarios para guardar las sobrepellises y demás indumentos que los canónigos y otros ministros del coro suelen emplear en el coro; o en lugar de ellos cajas decentes, situadas alrededor de la sacristia: las cuales también sean útiles al capítulo para sentarse, cuando aquél se tiene en este lugar."* | |

| Quadro 3<br>Determinações das Constituições Sinodais do Porto (1735)[2] | | |
|---|---|---|
| **Aspectos fundamentais** | **Livro/ Título / Constituição** | **Determinações gerais** |
| Forma das edificações religiosas | Livro Quarto /Título I – Da Edificaçaõ, & reparaçaõ das Igrejas, Ermidas, & Moſteiros / Constituiçaõ IV – Das couſas, que ſaõ neceſſarias nas Igrejas Parochiais pera perfeiçaõ do edifício. | (p.365) *“ As Igrejas Parochiais, alem de ſe haverem de edificar dentro das Cidades, & povoaçoẽs, no lugar, que for mais conveniẽte, & accõmodado pera os fregueſes poderem ir aſſiſtir aos officios Divinos, pera ſua perfeiçaõ, devem ſer fundadas em forma, que a Capella Mòr fique em proporçaõ, que poſto o Sacerdote no altar, fique com o roſto no oriente, & naõ podendo ſer, ſe nos darà conta, pera que, quando a neceſſidade, & conveniencia do edifício pedir outra couſa, concedermos licença, que fique pera o meyo dia, em quanto for possivel, & naõ pera o norte, nem occidente. Será proporcionada ao corpo da Igreja de abobeda, ou ao menos bẽ forrada, lageada, ou ladrilhada, ficarà mais alta do corpo da Igreja, ao menos hũ degràо, pera que de todas as partes ſe poſſa bẽ ver, & ouvir Miſſa; terà as freſtas,* (p.366) *que forem baſtantes pera claridade com grades de ferro, & vidraças, & rede de arame, ou encerados ſegundo a commodidade dos logares, ou poſſibilidade da Igreja; no arco do cruzeiro, ou da parte de fóra pera diſtinçaõ dos Clerigos, & leigos, & melhor guarda do altar mòr, & Sanchiſtia, ſe faràõ grades de bronze, ferro, ou ao menos de madeira bem lavradas, & seguras em tal proporçaõ, que naõ impidaõ a viſta do altar, & capella mòr, & eſtaràõ ſempre fechadas, ſalvo, quando ſe diſſer Miſſa, ou celebrarem os officios Divinos.”* |
| | Livro Quarto /Título I – Da Edificaçaõ, & reparaçaõ das Igrejas, Ermidas, & Moſteiros / Constituiçaõ IV – Das couſas, que ſaõ neceſſarias nas Igrejas Parochiais pera perfeiçaõ do edifício. 1.Do corpo da Igreja, | (p.366) *“Será o corpo da Igreja de huã nave, ou de tres, de abobeda, ou forro de madeira, o pavimento lageado, ou ladrilhado, em tal proporçaõ, que a cada nove palmos de comprido, & quatro de largo, ſe poſſa abrir huã ſepultura, ſem ſe deſconcertarem mais as lages, ou ladrilhos, & terà as freſtas neceſſarias, como fica ditto na Capella mòr, & huã porta principal em direitura do altar mòr, & nas Igrejas principais poderá haver no fronteſpicio na entrada dellas tres portas, a ſaber, huã principal, & mayor, que ficarà no meyo; & duas* |

[2] *Constituiçoens Synodaes do Bispado do Porto*. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1735.

| | | |
|---|---|---|
| | portas, & altares della. | *collaterais proporcionadamente mais pequenas; & ſe parecer aos noſſos Viſitadores, que pera mais commodidade das Igrejas, & freguеſias convèm, ou huã, ou duas portas traveſſas, ordenaràõ, que ſe façaõ em parte proporcionada do corpo da Igreja, & havendo de ſer duas, ficarà huã defronte da outra, & todas ſeràõ de boa madeira fortes, & ſeguras* |
| Sacristia | Livro Quarto /Título I – Da Edificaçaõ, & reparaçaõ das Igrejas, Ermidas, & Moſteiros / Constituiçaõ IV – Das couſas, que ſaõ neceſſarias nas Igrejas Parochiais pera perfeiçaõ do edifício. 3. Dos púlpitos, ſinos, campanario, ou torre, Sanchriſtias, coros, & cemeterios. | (p.368) *“He neceſſario haver tambem Sãchriſtias capazes, ſegundo o numero dos Miniſtros, & qualidade das Igrejas; & teràõ o tecto de abobeda, ou forrado, & o pavimento lageado, ou ladrilhado, nas quais eſtaràõ os ornamentos, & peças da Igreja, & de nenhum modo eſtaràõ em caſas particulares; teràõ ſeus caixoẽs de madeira, epra nelles eſtarem os dittos ornamentos, & ſe veſtirem, & deſpirem os Sacerdotes; & hum almario pero os calices, & lavatório pera purificarem as maõs dos Sacerdotes, que celebrarem; & todas teràõ huã cruz, ou imagem de algum Santo,*(p.369) *à qual faça reverencia o Sacerdote, quando reveſtido com as veſtes Sacerdotais sahir a dizer Miſſa.”* |
| Limpeza dos espaços sacros | Livro Quarto /Título III – Dos ornamentos, & moveis das Igrejas / Constituiçaõ III – Da limpeza dor ornamentos, & calices, & mais couſas das Igrejas. | (p.381) *“Ordenamos, & mandamos aos Parochos, Theſoureiros, Sanchriſtaõs, & mais peſſoas, a que pertence, que com muito cuidado, & curiosidade tratem da limpeza, & comſervaçaõ dos ornamentos, & moveis das Igrejas, & que as tenhaõ limpas, & varridas, fazendo, que cada mez ſe ſacudaõ os tectos, retabolos, & cortinas, pera que naõ eſtejaõ indecentes (…).”* |

| Quadro 4<br>Determinações do Cerimonial Monástico (1647)[3] | | |
|---|---|---|
| **Aspectos fundamentais** | **Título / Capítulo** | **Determinações gerais** |
| Configuração dos retábulos e oratórios do mosteiro | Título II<br>Capítulo VIII – Da preparação do altar, ornamentos, vazos ſagrados, & mais couſas neceſſarias pêra a celebração da miſſa, & sobreditos officios (1.Dos altares em que ſe ha de celebrar, & ornatos delles) | (p.166) *"2. Os altares da igreja, & dos oratórios do moſteyro, ſe forem de pedra, & cal, ſerão guarnecidos pella face de diante, & lados da Epistola, & Evangelho, de azulejo, ou pintados de ſorte que quando na sexta feyra mayor estão deſpidos, fiquem com a decência devida: & melhor ſerâ ſerem forrados de taboas pintadas por rezão da humidade; pella face de ſima por eſta cauſa todos ſerão forrados de taboa. Se os ditos altares forem de madeyra, ſejão forrados de taboa por todas as partes, & guarnecidos por diante como dito he (…), nem algũ receptaculo, em que ſe poſſa recolher couſa algũa, ainda que ſeja do ſerviço do meſmo altar. A face ſuperior dos altares eſtará ſempre forrada de pano de eſtopa, ou bocaxim bem eſtendido, & pregado, pêra nelle ſe poderem pregar os alfineytes do frontal, & toalhas.*<br>*A grandeza do altar ſeja de ſorte que deſde a pedra d'ara atè aos cantos, de hũa & outra parte caybão livremente a estante com o miſſal, & o castiçal com a vella: pello que nenhum ſerâ menos de oyto palmos, de comprido; de largo ao menos terão tres palmos: de alto, deſde o taburno pêra ſima, todos terão quatro palmos, & tres quartos; pêra que nem por muyto altos, nem por muyto baixos, ſejão improporcionados ao celebrante.*<br>*Ao pè de cada altar haverâ hum taburno de madeyra, do comprimento do meſmo altar, & tão largo que poſſa o celebrãte andar, & ajoelharſe ſobre elle livremẽte.*<br>*(…)*<br>(p.167) *6. Os* taburnos, & degraos dos altares *ſempre eſtarão cubertos com eſteyras muyto limpas & ſans; & ſendo neceſſario, prezas com fitas pera que não corrão: & nas feſtas, havendo commodidade, ſe eſtenderão ſobre ellas alcatifas, ou tapetes."* |
| | | (p.166) *"3.Se o altar mòr da igreja for fixo, que ſe não poſſa mover, haverà um movediço, ſẽmelhante a ella na grandeza, pera ſervir de altar mòr quando elle eſtiver* |

[3] *Ceremonial da Congregação dos Monges Negros da Ordem do Patriarcha S. Bento do Reyno de Portugal.* Coimbra: nas officinas de Diogo Gomez de Loureyro & de Lourenço Craesbeeck, 1647.

| | | |
|---|---|---|
| Outros retábulos | Idem | *impedido; como he com o ſepulchro da Quinta feyra de Cea, & outros cazos ſemelhantes. Alem dos altares da igreja, haverá algum, ou algũs no capitulo, ou capellas da claustra cõforme a diſposição do moſteyro pera os religioſos que por velhos, ou outra cauſa não podẽ ir a igreja, & por rezão da miſſa matutinal. Item no andar do dormitório no capítulo da pretioſa, ou em algum oratório haja altares pera dizerem, ou ouvirem miſſa os achacados, & doentes que não podem descer abayxo."* |
| Ornato dos retábulos | Idem | (p.166) *"4. O ornato dos sobreditos altares pera nelles ſe poder dizer miſſa ſerâ neſta forma. A face de diante estará veſtida, & ornada com frontal, como he coſtume, de cuja cor ſe dirà no 3. deste cap. a face ſuperior ſe cubrirá com hũa toalha de linho que chegue de hum, & outro lado atê o chão; ſobre eſta primeyra toalha haverà outra mais pequena tambem de linho que cubra toda a meza do altar, ou ao menos toda a pedra d'Ara, aqual comummente chamamos* guarda*, & Esta eſtará eſtendida, & pregada com alfineytes em todos os quatro cantos: alèm deſta* guarda *haverà outra de linho mais fino, em aqual há de andar o corporal dentro da bolſa; eſta eſtende o celebrante ſobre a pedra, & primeyra guarda antes de deſdobrar o corporal, & a põe na bolſa. Eſtas tres toalhas ou panos de linho, mãda o direyto & decreto do novo miſsal reformado haja entre o corporal, & pedra d'Ara pera ſe celebrar miſsa, ou ao menos duas, & hũa dellas dobrada."* |
| Conservação | Idem | (p.166) *"Ultimamente eſtarà cuberta toda a taboa superior do altar com hum couro muyto limpo de guadamecim pera guardar as toalhas do pò, & cera das vellas: eſte couro ſerà dividido em tres partes, das quaes a do meyo cubra a pedra d'Ara, as outras duas o mais que reſta do altar (…)."* |
| Credências | Título II<br>Capítulo VIII – Da preparação do altar, ornamentos, vazos ſagrados, & mais couſas neceſſarias pêra a celebração da miſſa, & sobreditos officios | (p.166) *"No preſbiterio do altar mòr da parte da Epiſtola jũto â parede haverá hum bofete, ou meza tão capax, que poſſa nella caber todo o neceſſario pêra as miſſas ſolẽnes; aqual commummente ſe chama* credença*."*<br>*(…)*<br>(p.167) *"5. A* credença *estará cuberta com hum pano de ſeda, ou alcatifa fina, ſobre aqual haverá hũa toalha de linho que cubra toda a taboa ſuperior, & creça de todas as partes hum palmo pouco mais ou menos."* |

| | | |
|---|---|---|
| | (1.Dos altares em que ſe ha de celebrar, & ornatos delles) | |
| Cruzes | Título II<br>Capítulo VIII – Da preparação do altar, ornamentos, vazos ſagrados, & mais couſas neceſſarias pêra a celebração da miſſa, & sobreditos officios<br>(V.Dos calices, & mais vazos, & outras peças neceſſarias pera a miſſa, & ministério dos officios divinos) | (p.166) *"Item haverá em cada altar hũa cruz, de palmo & meyo pouco mais ou menos; aqual, não ſendo de algum pao precioſo, ſerà dourada de hũa parte, & da outra pintada de roxo, pêra deſta parte eſtar virada pera o povo nos dias em que o altar eſtà de roxo, ou de preto, a qual eſtarà ſobre o meyo da pedra d'Ara."*<br>(…)<br>(p.171) *"10. Há de haver tambem em cada moſteyro hũa* cruz grande *de prata com a imagem de Chriſto crucificado pera as prociſsões, & mais actos coſtumados; cuja háſte, não ſendo chapeada de prata, ſeja de pao conveniente, & com muyta perfeyção torneado.*<br>*Item haverá outra cruz pequena como as dos altares, tambem de prata, ou d'outra matéria de estima, em que eſteja algũa relíquia, ou relíquias, pera o sundiacono levar nas miſſas cantadas, & o celebrante em algũas prociſsões (…)."* |
| Castiçais, lampadários e tocheiras | Idem | (p.167) *"Haverà aſsim meſmo pera cada altar hum par de caſtiçaes de prata, ou latão, ou ſemelhante metal; & pera o altar mòr haverà seis: cõtizouras d'eſpavitar, pera cada altar duas."*<br>*(…)*<br>(p.171) *"11. Além das ſobreditas peças, ſão tambem neceſſarios* lampadários *de prata, ou de latão: & não ſerão menos de dous, hum pera alumiar ſempre ao Sancti∫∫imo Sacramento outro a imagem de N.P.S. Bento.*<br>*12. Item um par de* tocheyras *da grandeza, & forma coſtumada, pera com ellas os acolythos acompanharem a cruz nas prociſsões, & outros actos, & aos miniſtros na miſſa, & mais officios que neſte ceremonial ſe apontão: as quaes quando não ſejão de prata, ſẽrão de pao de eſtima torneadas; ou ao menos coloridas de branco brunhido com as guarnições douradas: & os engaſtes que emſima tem pera as vellas, não ſerão de pontas; ſenão de feytio das gárgolas dos caſtiçaes dos altares.*<br>*E pera que eſtas tocheyras ſe poſsão ter em pè, quando he neceſſario, ha de haver duas* |

| | | |
|---|---|---|
| | | *bazes pera ellas, do meſmo modo torneadas: as quaes eſtarão junto ao ínfimo de grão do altar mòr cada hũa de ſua parte.*<br>*13. Pera o círio paſchal haverà hũa columna de pao com ſeu capitel, & baze em que ſe poſſa ter ſeguramente (…) de groſſura que exceda à do círio por groſſo que seja. Será eſta columna colorida de branco, com as guarnições douradas como ſe dixe nas tocheyras."* |

| Quadro 5<br>**Obras de Manuel da Costa Andrade (? – 1756)**[1]<br>(Entalhador, Escultor e Imaginário) | | | |
|---|---|---|---|
| **Obra** | **Localidade** | **Data** | **Observações** |
| Retábulo-mor da capela de Arnelas | Vila Nova de Gaia | 1731 – 5 de Julho | Apresenta como fiador o pintor-dourador Manuel Pinto Monteiro |
| Retábulo e restante talha da Capela de Nossa Senhora da Conceição da igreja do Convento de Monchique | Porto | 1731 – 22 de Dezembro | Apresenta como fiadores o imaginário Manuel Carneiro Adão e o pintor-dourador Manuel Pinto Monteiro |
| Retábulo-mor da Capela do Senhor Jesus do Carvalhinho | Porto | 1733 - 19 de Agosto | |
| Retábulo-mor da igreja de S. João da Foz | Porto | 1734 – 18 de Abril | Obra realizada em parceria com o entalhador Manuel da Rocha, segundo risco do mestre Miguel Francisco da Silva |
| Retábulo dos Santos Passos da igreja de Leça da Palmeira | Matosinhos | 1737 – 27 de Novembro | Obra realizada de acordo com a traça do arquitecto Francisco do Couto e Azevedo |
| Retábulos colaterais da igreja da Lavra | Matosinhos | 1738 – 2 de Novembro | |
| Retábulo de Nossa Senhora dos Escravos (também conhecido por Nossa Senhora do Socorro) do Convento de S. Francisco | Porto | 1740 – 11 de Janeiro | Obra realizada de acordo com a traça do arquitecto Francisco do Couto e Azevedo |
| Retábulo e tribuna da capela-mor da igreja de S. Lourenço de Pias | Lousada | 1741 – 8 de Julho | |

[1] ALVES, Natália Marinho Ferreira – *A Arte de Talha no Porto na Época Barroca (artistas e clientela. Materiais e técnica).* Vol.1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989,pp.147-149; IDEM - *A Escola de Talha Portuense e a sua influência no Norte de Portugal.* Lisboa: Edições Inapa, 2001, pp.109-111; IDEM (coord.) - *Dicionário de Artistas e Artífices do Norte de Portugal*. Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2008, pp.26-27; IDEM - "ANDRADE, Manuel da Costa", in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal.* Lisboa: Editorial Presença, 1989, p.31.

| | | | |
|---|---|---|---|
| Retábulo e tribuna da capela-mor da igreja do Convento de S. Francisco | Guimarães | 1741 – 20 de Dezembro | Obra realizada segundo o risco de Miguel Francisco da Silva |
| Retábulo de Nossa Senhora da Graça (hoje denominado por Nossa Senhora da Rosa) do Convento de S. Francisco | Porto | 1743 – 24 de Abril | Obra realizada de acordo com a traça do arquitecto Francisco do Couto e Azevedo |
| Acréscimos feitos no retábulo-mor da igreja de Paranhos | Porto | 1745-1746 | |
| Trabalhos diversos de talha na igreja da Irmandade dos Clérigos | Porto | 1748-1749 | |
| Retábulo da Ordem Terceira de S. Francisco, na igreja de S. Cosme | Gondomar | 1750 – 19 de Fevereiro | |
| Retábulo e tribuna da capela-mor da igreja de Nevogilde | Porto | 1750 – 28 de Abril | |
| Talha da capela-mor da igreja paroquial de S. Martinho de Cucujães | Vila de Cucujães | 1756 –28 de Agosto (antes de) | Falece em 31 de Julho de 1756, tendo a obra sido trespassada ao entalhador José Teixeira Guimarães[2] |

[2] BRANDÃO, Domingos de Pinho – *Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade e diocese do Porto*, vol.IV – 1751-1755. Porto: Oficinas Gráficos Reunidos, 1987, pp. 129-132.

| Quadro 6<br>José Teixeira Guimarães (? – 1780)[3]<br>(Entalhador) | | | |
|---|---|---|---|
| **Obra** | **Localidade** | **Data** | **Observações** |
| Retábulo do Senhor dos Passos da igreja matriz de S. Cristóvão | Ovar | 1735 – 9 de Abril (antes de) | |
| Sanefas das frestas e portadas da capela da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco | Porto | 1746 – 3 de Abril | Obra dourada pelo pintor Manuel Faria Pinto em 1747 |
| Sanefas da Sala das Sessões da Casa do Despacho da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco | Porto | 1748 – 2 de Outubro e 20 de Dezembro | |
| Castiçais e jarras de talha para a igreja da Irmandade dos Clérigos | Porto | 1748-1749 | |
| Retábulo da Sala das Sessões da Casa do Despacho da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco | Porto | 1749 - Abril | |
| Seis castiçais para a igreja da Irmandade dos Clérigos | Porto | 1749 – 3 de Outubro | |
| Talha da parede do arco cruzeiro (parte superior) da igreja de S. Pedro de Miragaia | Porto | 1750 – 18 de Julho (depois de) | |
| Talha da capela do Senhor dos Passos da igreja matriz de S. Cristóvão (acréscimo) | Ovar | 1750 – 23 de Dezembro | |
| Seis tocheiros para a igreja da Irmandade dos Clérigos | Porto | 1752 – 31 de Agosto | Obra posteriormente dourada pelo pintor Luís Pinto |

[3] ALVES – *A Arte de Talha…*, Vol.1, 1989, pp. 152-155.
IDEM – *A Escola de Talha…*, 2001, pp. 121-128.
IDEM (coord.) – *Dicionário de Artistas…*, 2008, pp163-164.
IDEM– "GUIMARÃES, José Teixeira", in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p.219.1989, p.219.

| | | | |
|---|---|---|---|
| Retábulo e tribuna da capela-mor da igreja de S. Nicolau | Porto | 1754 – 30 de Setembro | Talha que pereceu totalmente num incêndio que ocorreu em 1758 |
| Talha da capela-mor da igreja paroquial de S. Martinho de Cucujães | Vila de Cucujães | 1756 – 28 de Agosto (antes de) | Obra trespassada por Teresa Maria, viúva de Manuel da Costa Andrade[4] |
| Retábulo e tribuna da capela-mor da igreja de S. Nicolau | Porto | 1760 – 6 de Abril | |
| Retábulo da Casa do Despacho da Irmandade dos Clérigos | Porto | 1762 – 1 de Maio | |
| Talha da capela de Santo Éloi da igreja de S. Nicolau | Porto | 1762-1763 | Obra executada em parceria com Francisco Pereira Campanhã |
| Retábulo de Nossa Senhora da Conceição da igreja de S. Nicolau | Porto | 1763 | Obra possivelmente executada em parceria com Francisco Pereira Campanhã |
| Cruz de talha para a igreja da Santa Casa da Misericórdia | Porto | 1763 – 28 de Fevereiro<br>30 de Março | Obra posteriormente dourada por Manuel José da Costa |
| Retábulo e tribuna da capela-mor da igreja de Nossa Senhora do Carmo | Porto | 1767 – 1 de Fevereiro | |
| Púlpitos da igreja de Nossa Senhora da Vitória | Porto | 1768 – 17 de Abril | Risco elaborado por Francisco Pereira Campanhã |
| Sanefa do arco da capela-mor da igreja de Nossa Senhora da Vitória | Porto | 1769-1770 | |
| Dois bancos das naves da igreja do Bom Jesus da Matosinhos | Matosinhos | 1772 | |
| Retábulo-mor da igreja do Terço | Porto | 1776-1779 | |
| Frontispício da capela-mor da igreja de santo André de Mosteirô | Vila da Feira | 1778 – 27 de Fevereiro | |

[4] BRANDÃO – *Obra de talha dourada…*, 1987, pp. 129-132.

| Quadro 7<br>Frei José de Santo António Ferreira Vilaça (1731-1809) – Notas Biográficas[1] | | |
|---|---|---|
| **Data** | **Aspectos Biográficos** | **Observações** |
| 1731 | Nasce José Ferreira Vilaça no Terreiro de S. Lázaro, em Braga, a 18 de Dezembro, filho de Custódio Ferreira, carpinteiro de profissão, e de Catarina de Araújo[2]. | |
| 1757 | Acompanhou o pai como ajudante na renovação da talha da nova capela-mor da igreja do Mosteiro de Tibães.<br>O Jovem José Vilaça contacta com André Soares (1720-1769), de quem se tornaria discípulo. | |
| 1758 | José Ferreira Vilaça toma o hábito da Ordem de S. Bento, a 5 de Janeiro[3], no Mosteiro de S. Martinho de Tibães, principiando o noviciado. | |
| 1759 | Professa no dia 2 de Abril[4] e adopta o nome de Frei José de Santo António Ferreira Vilaça | Frei Vilaça fica na categoria de irmão donato, facto que lhe permitiu desenvolver a sua arte nos diversos mosteiros da Ordem. |
| | Inicia a redacção do *Livro de Rezam*[5], diário pessoal | No *Livro de Rezam* Frei Vilaça registou todos os defuntos da Ordem, os acontecimentos que ocorreram na sua vida, empréstimos, para além das regras da Ordem beneditina. Este diário constitui uma fonte fundamental para a História da Arte, uma vez que permite o conhecimento do percurso artístico de Frei José de Santo António Vilaça: os livros que constavam da sua biblioteca |

[1] DIAS, Eva Sofia Trindade – "A obra de Frei José de Santo António Ferreira Vilaça na igreja do antigo Mosteiro do Couto de Cucujães" in *IV Seminário Internacional Luso-Brasileiro – A Encomenda. O Artista. A obra.* Bragança, Auditório Paulo Quintela, 15 a 17 de Outubro de 2009 (no prelo).

[2] A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Inquirições de Genere, Vitae t Moribus,* José (1746-1760), nº.76 [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal], fol.1. SMITH, Robert C. – *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. Escultor Beneditino do Século XVIII,* vol.I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p.34.

[3] SMITH – *ob.cit.*, p.100.

[4] IDEM - *Ibidem*, p. 100.

[5] ADB. Tibães. *Livro de Rezam do Irmão Fr. Jozé de Santo Antonio Villaça natural de Braga do Terreiro de S. Lazaro, pera nele assentar os defuntos que falecem e tudo o que devo, ou me devem, da mesma sorte o que inpresto, ou me inprestam, e onde estiver pg. – hé que está satisfeito ou do que inpresto, ou do que me inprestam.* nº 728. [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal]. Ver transcrição integral da fonte documental em IDEM - *Ibidem*, pp.100-152.

| | | |
|---|---|---|
| | | pessoal, assim como o elenco das obras por ele realizadas. |
| 1764 | Inicia as viagens por outros mosteiros da Congregação, onde foi disseminando o *"gosto moderno"* bracarense através da sua obra. | |
| 1796 | Frei José Vilaça regressa definitivamente a Tibães, após uma incursão por diversos mosteiros da Ordem | |
| 1798 | É nomeado mestre-escola do Mosteiro de São Martinho de Tibães | |
| 1809 | Frei José de Santo António Ferreira Vilaça falece a 30 de Agosto, no Mosteiro de Tibães, tendo sido sepultado no claustro principal da igreja do mesmo mosteiro[6] | Em Março, Braga vê-se a braços com a ocupação pelo General Soult. Os monges beneditinos são obrigados a abandonar o mosteiro, facto que provavelmente abreviou a vida do monge artista |

[6] Cfr. SMITH – *ob.cit.*, pp.81-82; Cfr. ALVES, Natália Marinho Ferreira – "VILAÇA, Frei José de Santo António Ferreira", in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal.* Lisboa: Editorial Presença, 1989, p.530.

| Quadro 8<br>Frei José de Santo António Ferreira Vilaça – Fases estilísticas da obra, segundo Robert Smith[7] | | |
|---|---|---|
| **Período** | **Designação** | **Características** |
| 1758 /1768 | *Primeiro Estilo* | É o mais monumental de todos e caracteriza-se pelo douramento total das superfícies trabalhadas e pelo recurso à simetria. Este estilo encontra-se fortemente marcado pela obra de André Soares, pelo carácter plástico que concede às suas obras, mas também pela temática decorativa, sendo constantes os motivos da voluta com remate final em enrolamentos de folhas de acanto e os concheados ondulados. Surgem igualmente outros motivos, que Frei Vilaça vai beber directamente ao vocabulário decorativo das estampas de Augsburgo, como a flor, a folhagem delicada, a água a correr, os três "amendoins"e os "escudos". Da sua criação são o motivo do cabelo esculpido em espirais, o jogo de linhas paralelas que cortam, no sentido horizontal, zonas convexas ou ondulantes. Nesta fase, o monge artista confere uma enorme importância à linha[8]. |
| 1768 / década 1770 | *Segundo Estilo* | É caracterizado pelo acentuar do gosto pela linha, que assume uma extraordinária elegância e fluidez. Os próprios ritmos tornam-se mais lineares, substituindo o elemento plástico. É abandonado o dourado total, que é substituído pela policromia fingindo mármores. Alguns dos temas da fase anterior são abandonados, como a assimetria, as grandes volutas e o motivo da água a correr. Os elementos decorativos mais frequentes são as peanhas chanfradas, folhagem, flores, cascas de vegetais, a combinação de palmas com ramos de oliveira, jarros de flores, o trigo e a uva, os feixes de plumas ou folhas, assim como o entrecruzar das linhas curvas sem relevo[9]. |
| ca.1780 / 1798 | *Terceiro Estilo* | Possui uma tendência claramente classicizante, sobressaindo elementos de inspiração arquitectónica, como frontões triangulares, pirâmides, urnas com festões, pilastras jónicas, entre outros. Há uma "sobrevalorização" da estrutura das peças em detrimento da decoração, que se apresenta muito contida, e um claro predomínio da policromia, sendo o dourado reservado para elementos pontuais[10]. As realizações que se inserem dentro deste estilo demonstram a tentativa de Frei José Ferreira Vilaça em lançar-se numa nova linguagem, embora ainda se encontre preso a alguns elementos da temática Rococó. |

[7] DIAS – *art. cit.*, 2009 (no prelo).
[8] ALVES – *art. cit.*, 1989, p. 529; SMITH – *ob. cit.*, pp.248-259.
[9] ALVES – *ob.cit*, p. 530; SMITH – *ob.cit.*, pp. 259-277.
[10] ALVES – *ob.cit*, p. 530; SMITH– *ob.cit.*, pp. 277-282.

| Quadro 9<br>Frei José de Santo António Ferreira Vilaça - Livros pertencentes à biblioteca pessoal[11] | | | |
|---|---|---|---|
| | **Designação** | **Tipo de Obra** | **Inscrição** |
| **Livros mencionados no *Livro de Rezam*** | AVILER, C.A. de – *Cours d'architecture qui comprend les ordres de Vignole, avec des comentaires.* Paris, 1760. | Tratado de Arquitectura | *"Este libro de Architetura he do uso do irmão Fr. José de Santo António monge de S. Bento mestre de obras de Architetura da sua religião. Custou quatro mil e oito centos reis; ano de 1771 ano Pombeiro a -28- do mes de Março do dito ano."* |
| | BLONDEL, Jacques-François – *Architecture françoise, ou recuil des plans, élévations, maisons royales, palais, hôtels, édifices les plus considérables de Paris.* 4 Volumes. Paris: 1752-1756. | Tratado de Arquitectura | *"Estes quatro volumes da Architetura franceza custarão a Fr. José de Santo António Villaça – 33600- em Lisboa na logea dos bureis as portas de Santa Catarina".* |
| | BLONDEL, Jacques-François – *Livre nouveau ou Règles des cinq ordres d'Architecture par Jacques Barozzi de Vignole. Nouvellement revú, corrige et augmenté par Monsier B…architecte du roy.* Paris,1757. | Tratado de Arquitectura | *"Do uso de Fr. José de Santo António Villaça ano e 1782 monge de Sam Bento e mestre de obras de Arquetetura. Custou este livro – 4800 foi do abade de Ermeriz".* |
| | BRISEUX, Charles-Étiene – *L'art de bâtir des maisons de campagne.* Paris, 1743. | Tratado de Arquitectura | _____ |
| | JOMBERT, C.-A. – *Architecture moderne ou l'art de bien bâtir pour toutes sortes de personnes.* Paris, 1764. | Tratado de Arquitectura | *"Por meu falecimento pertence à livraria de Tibães que assi esta no noso livro de Rezam. Pombeiro Mayo de 1768 ano".* |
| | POZZO, Andrea S. J. – *Perspectiva pictorum et architectorum, 2 Volumes.* Roma, 1717. | Tratado de Perspectiva e Arquitectura | *"Do uso do padre Fr. Estêvão do Loreto monge benedictino. Este livro hé do uso do irmão Fr. Joze de Santo António Villaça e por seu falecimento pertence a libraria de Lisboa Sam Bento da Saúde. Licensa que lhe facultou Capítulo Geral no Capítulo de Maio de 1780* |

[11] DIAS – *art. cit.*, 2009 (no prelo).

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | | *ano". "Do uso do padre Fr. Estêvão do Loretto digo do uso do padre Fr. Manuel de S. Gertrudes."* |
| | VERLOYS, M.-C.-F. Roland de – *Dictionnaire d'architecture civile, militaire et navale, 3 volumes.* Paris, 1770. | Dicionário de Arquitectura Civil, Militar e Naval | _____ |
| | RICHARDSON, Jonathan; JÚNIOR, Jonathan – *Traité de la peinture et de la sculpture par Mrs. Richardson père fils, divisé en trois tomes.* Amesterdão, 1728. | Tratado de Pintura e Escultura | _____ |
| | Obras de Teodoro de Almeida e Frei Francisco de Jesus Maria Sarmento | _____ | _____ |
| | | Livros de Álgebra e Geometria | _____ |
| | Livro de Aritmética de Vieira | Livro de Aritmética | _____ |
| | Dicionário de Francês de Manuel de Sousa | Dicionário | _____ |
| | Dois livros de receitas | _____ | _____ |
| | Cartas do Papa Clemente XIV | Cartas | _____ |
| | Poema de *Guimarães Agradecido* | Livro de Poesia | _____ |
| | CUNHA, D. Rodrigo – *História dos Bispos do Porto.* | Livro de História | _____ |
| | Catecismo de Montpellier | Catecismo | _____ |
| | Quatro livros de Devoções | Livro de Devoções | _____ |
| | BLONDEL, Jacques François – *De la* | Tratado sobre | *"Do uso do irmão Fr. Jozé de Santo António Vilaça* |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **mencionados no *Livro de Rezam*** | *distribution des maisons de plaisance et de la distribution des édefices en general, 2 volumes.* Paris, 1738. | distribuição e decoração de edifícios e respectivos jardins | *mestre de obras de sua congregação lhe custarão em Lisboa 5500 – reis primeira e segunda parte em o anno – de 1774”*. |
| | BOSSE, Abraham – *Traité des manières de dessiner les ordres de l’architecture antique en toutes leurs parties.* Paris, 1664. | Tratado de Arquitectura | *“Este livro comprei o em Lisboa para o uso do irmão Jozé de S. António Villaça no ano de 1774 – em caza do João Jozé de Bois (Bas) no Largo de Calheires”* |

| Quadro 10<br>Frei José de Santo António Ferreira Vilaça – Influências repercutidas na obra do artista | | |
|---|---|---|
| **Influência** | | **Aspectos fundamentais** |
| **Códigos estéticos do *Rocaille*** | **Estampas decorativas** | Foi essencialmente através deste rico manancial de informação visual que Frei José Ferreira Vilaça contactou com as propostas artísticas que se iam difundindo pela Europa, ao qual acedia através das aquisições do Mosteiro de S. Martinho de Tibães, casa-mãe da Congregação de S. Bento em Portugal. Eram sobretudo estampas oriundas de Augsburgo, dos prelos alemães[12].<br>As grandes responsáveis pela difusão de inúmeros cadernos de ornamentos do Rococó alemão foram as oficinas dos editores Jean-George Hertel e Martin Engelbrecht, cujas estampas começaram a circular em Portugal por volta de 1750[13]. A maioria dos motivos Rococó é obra do ornamentista François-Xavier Habermann, embora também se encontrem gravuras de nomes como Godefroy-Bernard Göz, Johann-Isaias Nilson, Johann-Wolfgang Baumgartner, entre outros. Os ornamentos produzidos são, maioritariamente, motivos de gramática *rocaille*, oferecendo aos entalhadores modelos para uso sobre as estruturas retabulares, assim como modelos para mobiliário civil e religioso[14]. De referir ainda a existência de algumas estampas avulsas, sem qualquer indicação do autor ou editor, que apresentam paralelismo evidente com a obra de Frei Vilaça.<br>Apesar de ser evidente o peso que as produções augsburguianas tiveram na introdução das formas *rocaille* no território português, não deve ser descurada a difusão |

[12] ARAÚJO, Teresa Alves – *A tipologia do órgão na obra de Frei José de Santo António Ferreira Vilaça.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, p.47; MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thèrése – "Information artistique et "mass-media" au XVIIIe siècle: la difusion de l'ornament grave rococo au Portugal", in *Bracara Augusta*, vol. XXVII, nº64 (76). Braga: Câmara Municipal de Braga, 1974, p.7. Algumas destas gravuras foram conservadas nas antigas colecções da E.S.B.A.P. (actualmente nos fundos da B.P.M.P.). As pesquisas aprofundadas nos arquivos, a descoberta das estampas e das colecções utilizadas pelos artistas de Braga, nomeadamente por Frei José Ferreira Vilaça, devem-se essencialmente a Robert C. Smith, que trouxe à luz dados decisivos e indispensáveis à compreensão da produção artística na região de Braga, durante a segunda metade do século XVIII.

[13] MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thèrése – "L'image ornamentale et la litterature artistique importées du XVIe au XVIIIe siècle: un patrimoine meconnu des bibliothèques et musées portugais", in "Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto", vol. I, 2ª série. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1983, p.163.

[14] Cfr. MANDROUX-FRANÇA – "Information artistique…", 1974, p.11.

[15] Cfr. ARAÚJO – *ob.cit*, pp.78-80 ; Cfr. MANDROUX-FRANÇA – "Information artistique…", 1974, pp.6-8.

| | | |
|---|---|---|
| | | das estampas dos ornamentistas franceses. Neste plano destaca-se a acção da família Mariette, que domina o mercado de edição parisiense, com a publicação de estampas de Jacques Lepautre. Contudo, a tendência geral é a de não haver uma organização forte dos editores, como Hertel ou Engelbrecht, fazendo com que a difusão das estampas francesas fosse bastante menor. Será debaixo do cunho das edições augsburguianas que as cópias alemãs dos ornamentistas franceses vão chegar a Portugal, como acontece com as estampas de Oppenord, editadas por Engelbrecht, e as estampas de Pierre-Edme Babel, com a marca da casa Hertel[15]. |
| **Códigos estéticos do *Rocaille*** | ***Registos de Santos*** | Paralelamente à difusão das estampas decorativas, surgem as imagens de devoção. Mandroux-França considera que existem pontos comuns entra as produções das oficinas de edição de Augsburgo e a tradição popular portuguesa dos *Registos de Santos*[16], outra fonte rica de informação para Frei Vilaça. Os *Registos de Santos* constituíam imagens de culto à Virgem e aos Santos, vendidas durante as romarias e peregrinações, que atestavam a participação dos fiéis no culto. Estes *Registos* constituíam, simultaneamente, uma fonte de rendimento para as abadias e confrarias que as mandavam imprimir. As imagens encontravam-se inseridas em enquadramentos decorativos, simbolizando o retábulo em que a devoção estava materializada, onde dominavam os ornamentos *rocaille*. A juntar à sua função primordial, devemos acrescentar o papel que tiveram na divulgação da nova linguagem decorativa junto da população[17]. O impacto desta iconografia religiosa é atestado por numerosas imitações executadas em Portugal, salientando-se os *Registos de Santos* executados pelos irmãos Klauber. |
| | **Tratadística** | Frei José Ferreira Vilaça contactou igualmente com obras técnicas e tratados de arquitectura e decoração. Algumas destas obras possuem mesmo a inscrição do artista beneditino, que atestam a posse das mesmas. Podemos aferir que estes tratados são, na sua maioria, obras de criação artística francesa, dos anos 30 do século XVIII, que começaram a circular em Portugal por volta de 1770, e onde são aplicados os princípios do academismo clássico. Estes tratados, como aponta Mandroux-França, representam a |

[16] MANDROUX-FRANÇA –"Information artistique…", 1974, p.11.
[17] ARAÚJO – *ob.cit.*, p.48; MANDROUX-FRANÇA –"Information artistique…", …, 1974, pp.11-15.

| | | |
|---|---|---|
| | | segunda vaga de informação relativa ao estilo *rocaille*, proveniente de Paris. São estes tratados que se encontram na origem de uma nova linguagem decorativa: o Neoclassicismo, que começa por surgir em Lisboa e no Porto, e vai influenciar o terceiro estilo desenvolvido por Frei José Ferreira Vilaça, mas que este não vai assimilar por completo[18]. |
| **Obra de André Soares** | **Talha** | André Ribeiro Soares da Silva (1720-1769) foi o artista responsável pela introdução do Rococó na cidade de Braga, estilo que foi "descobrindo" ao aceder às gravuras franco-germânicas que começaram a fazer parte das colecções dos mosteiros beneditinos da zona do Entre Douro e Minho, sobretudo do Mosteiro de Tibães. Inspirado por estes ornamentistas, André Soares criou um estilo Rococó de formas túrgidas, plenas de plasticidade e exuberância. São estes motivos que ele vai interpretar e usar de forma original ao conceder-lhes o seu toque pessoal[19]. A obra produzida, de 1753 a 1769, pode ser dividida em três fases: uma primeira fase, notável pela sua plasticidade, designada por *estilo realista*, ou pitoresco; a segunda fase é conhecida pelo desenvolvimento de um estilo abstracto, enquanto a última fase é designada de classicizante[20].<br>Frei José Vilaça foi um dos principais discípulos de André Soares e o primeiro contacto com este deu-se em 1757, quando o então jovem José Ferreira Vilaça acompanhava o seu pai nas obras de renovação da talha da capela-mor do Mosteiro de Tibães. O jovem teve a oportunidade de contactar directamente com os riscos executados por André Soares para a talha da capela-mor, facto que marcou de forma decisiva a formação artística de Frei José Vilaça e, consequentemente, toda a sua obra de talha. |

[18] Cfr. MANDROUX-FRANÇA – *Information artistique…*, pp.18-22.
[19] Cfr. SMITH – *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça…*, pp. 184-194, p.216; Cfr. ARAÚJO – *ob.cit.*, p.95.
[20] Cfr. SMITH – *ob.cit.*, p.215.

| Quadro 11<br>Frei José de Santo António Ferreira Vilaça – Tratados presentes na biblioteca pessoal[21] | |
|---|---|
| **Tratado** | **Conteúdo** |
| AVILER, C.A. de – *Cours d'architecture qui comprend les ordres de Vignole, avec des comentaires.* Paris, 1760. | Trata diversos assuntos relacionados com a Arquitectura (construção de edifícios, decoração de jardins, ornamentos para a decoração de fachadas, escadas lareiras, nichos, janelas, portas, entre outros), mas não descura a parte gráfica, aparecendo pequenos desenhos de pé de página, no final dos capítulos. |
| BLONDEL, Jacques-François – *Architecture françoise, ou recuil des plans, élévations, maisons royales, palais, hôtels, édifices les plus considérables de Paris.* 4 Volumes. Paris: 1752-1756. | Manual de Arquitectura, constituído por quatro volumes, com algumas gravuras referentes aos edifícios que descreve. |
| BLONDEL, Jacques-François – *Livre nouveau ou Règles des cinq ordres d'Architecture par Jacques Barozzi de Vignole. Nouvellement revú, corrige et augmenté par Monsier B…architecte du roy.* Paris,1757. | Tratado composto exclusivamente por gravuras, e possui uma série de estampas de ornamentistas franceses |
| BLONDEL, Jacques François – *De la distribution des maisons de plaisance et de la distribution des édefices en general*. 2 volumes. Paris, 1738. | Tratado constituído por dois volumes: o primeiro volume possui informações respeitantes à distribuição e decoração dos edifícios e dos seus jardins; as únicas gravuras existentes são pequenos desenhos de pé de página que decoram o final de cada capítulo. O segundo volume encontra-se repleto de desenhos para decoração exterior e interior. |
| BOSSE, Abraham – *Traité des manières de dessiner les ordres de l'architecture antique en toutes leurs parties.* Paris, 1664. | Manual sobre desenho e construção de diversos elementos arquitectónicos consoante a ordem. |
| BRISEUX, Charles-Étiene – *L'art de bâtir des maisons de campagne.* Paris, 1743. | Tratado composto por um primeiro volume de texto, plantas, alçados e fachadas dos edifícios que aborda; a sexta e sétima partes do segundo volume que se vão mostrar mais úteis para o artista beneditino, uma vez que estão subordinadas ao estudo da decoração. |
| JOMBERT, C.-A. – *Architecture moderne ou l'art de bien bâtir pour toutes sortes de personnes.* Paris, 1764. | Essencialmente um tratado de Arquitectura, que contém informações relativas à construção dos edifícios, além de algumas plantas, alçados e fachadas, no segundo volume. |
| POZZO, Andrea S. J. – *Perspectiva pictorum et architectorum*. 2 Volumes. Roma, 1717. | Tratado onde o autor comenta as gravuras relativas a desenhos de retábulos, arcos triunfais, teatros, cúpulas, fachadas, portas e janelas com decoração, etc. A obra terá sido fundamental como inspiração para as estruturas das suas obras de talha de Frei Vilaça. |

[21] DIAS – *art. cit.*, 2009 (no prelo).

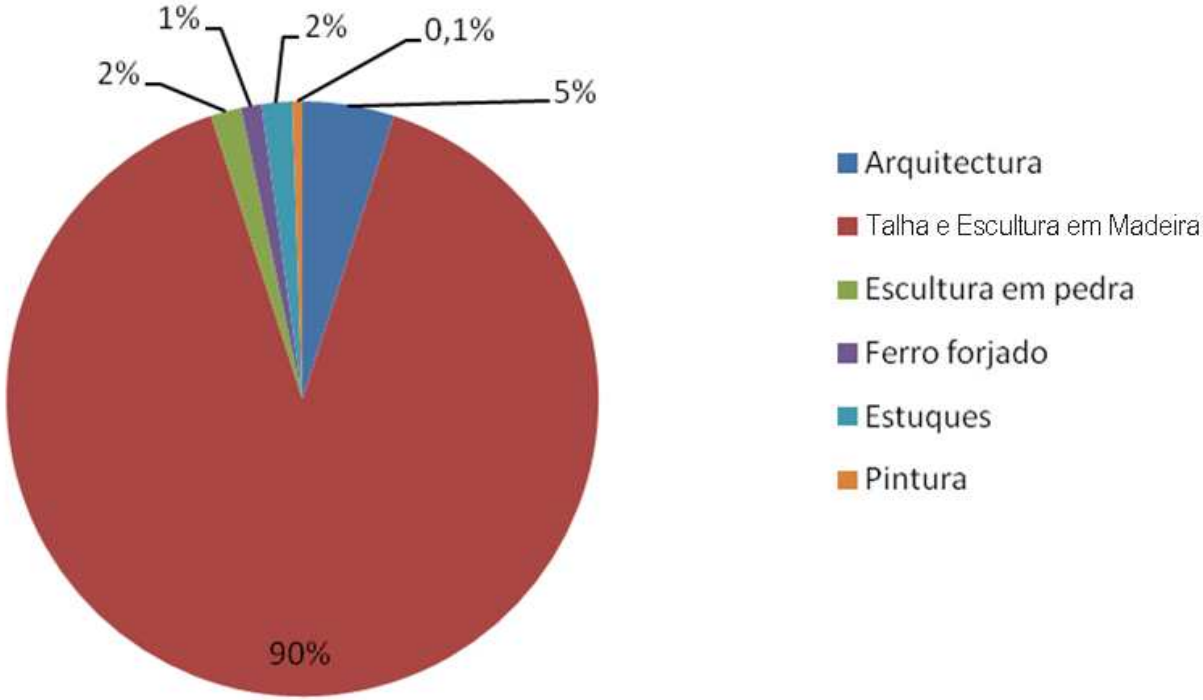



Gráfico 1 - Domínios em que se insere a obra de Frei José Vilaça, segundo o levantamento de Robert Smith

**Quadro 12**

**Obras executadas por Frei José Ferreira Vilaça, segundo o levantamento de Robert C. Smith**

| Tipologia | Obras | Localização | Ano | Estilo | Observações |
|---|---|---|---|---|---|
| **Arquitectura** | Portadas de uma porta do claustro principal | Mosteiro de Tibães | 1762 | _____ | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Antiga livraria | Mosteiro de Santo Tirso | 1767-1773 | _____ | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Terraço frente a igreja | Mosteiro de Refóios de Basto | 1777-1780 | _____ | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Novas alas do mosteiro | Mosteiro de Refóios de Basto | 1780-1801 | _____ | _____ |
| | Portada da Quinta de Franco | Mosteiro de Singeverga (transitou para) | 1780-1786 | _____ | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Capela-mor | Mosteiro de Paço de Sousa | 1780-1786 | _____ | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Capela, cela e portada da cela dos Abades Gerais | Mosteiro de Tibães | 1783-1784 | _____ | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Antiga sala capitular | Mosteiro de Santo Tirso | 1780-1786 | _____ | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Interior da sala capitular | Mosteiro de Tibães | 1785-1785 | _____ | Obras referidas no *Livro de Rezam* |

| Tipologia | Obras | Localização | Ano | Estilo | Observações |
|---|---|---|---|---|---|
| | Escada do jardim do Abade Geral | Mosteiro de Tibães | 1785-1786 | _____ | _____ |
| | Interior da capela do SS. Sacramento | Mosteiro de Refóios de Basto | 1780-1789 | _____ | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Fachada da igreja | Mosteiro do Couto de Cucujães | 1793-1798 | _____ | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| **Talha e Escultura em Madeira** | Retábulo da capela-mor | Igreja de N. Senhora dos Remédios, Lamego | 1764-1766 | Primeiro estilo | _____ |
| | Retábulo da capela-mor | Mosteiro de Refóios de Basto | 1764-1767 | Primeiro estilo | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Retábulo da capela-mor | Mosteiro de Pombeiro | 1770-1773 | Primeiro estilo | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Retábulo da capela-mor | Mosteiro de Olinda | 1780-1783 | Primeiro estilo | _____ |
| | Sacrário | Mosteiro de Pombeiro | Ca. 1770-1785 | Primeiro estilo | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Maquineta | Mosteiro de Tibães | 1758-1761 | Primeiro estilo | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Dois retábulos laterais | Igreja de N.Senhora dos Remédios, Lamego | 1764-1766 | Primeiro estilo | _____ |
| | Quatro retábulos laterais | Mosteiro de Santo Tirso | 1767-1770 | Primeiro estilo | Obras referidas no *Livro de* |

| Tipologia | | | | | *Rezam* |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Obras** | **Localização** | **Ano** | **Estilo** | **Observações** |
| **Talha e Escultura em Madeira** | Retábulo lateral | Igreja de S. Frutuoso, Braga | 1769-1770 (?) | Primeiro estilo | _____ |
| | Retábulo da capela-mor | Igreja de N. Senhora da Lapa, Arcos de Valdevez | 1767-1771 | Segundo Estilo | _____ |
| | Dois retábulos laterais | Igreja de N. Sra. da Lapa, Arcos de Valdevez | Ca.1771 | Segundo Estilo | _____ |
| | Dois retábulos laterais | Mosteiro de Pombeiro | 1774-1777 | Segundo Estilo | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Dois retábulos colaterais | Mosteiro de Refóios de Basto | 1767-1770 | Segundo Estilo | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Quatro retábulos laterais | Mosteiro de Refóios de Basto | 1773-1780 | Segundo Estilo | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Retábulo lateral | Igreja de S. Pedro dos Clérigos, Amarante | 1773 (?) | Segundo Estilo | _____ |
| | Retábulo da capela-mor | Igreja de Santa Cruz, Braga | 1775-1777 | Segundo Estilo | _____ |
| | Quatro retábulos laterais | Igreja da Misericórdia de Guimarães | 1775 | Segundo Estilo | _____ |
| | Mesa de altar | Mosteiro de Miranda | 1777-1780 | Segundo Estilo | _____ |
| | Quatro mesas de altar | Igreja de S. Salvador, Vilar de Frades | Ca.1780-1790 | Segundo Estilo | _____ |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Retábulo da capela-mor | Mosteiro de Pendorada | 1780-1783 | Terceiro Estilo | Obra referidas no *Livro Rezam* |
| **Tipologia** | **Obras** | **Localização** | **Ano** | **Estilo** | **Observações** |
| **Talha e Escultura em Madeira** | Acrescentos no retábulo da capela-mor | Mosteiro de Santo Tirso | 1780-1783 | Terceiro Estilo | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Retábulo da capela-mor | Mosteiro de Paço de Sousa | 1783-1786 | Terceiro Estilo | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Dois retábulos laterais | Mosteiro de Pombeiro | 1777-1780 | Terceiro Estilo | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Quatro retábulos laterais | Mosteiro de Pendorada | 1780-1783 | Terceiro Estilo | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Retábulo da capela do abade geral | Mosteiro de Tibães | 1783 | Terceiro Estilo | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Retábulo lateral | Mosteiro de Tibães | 1785 | Terceiro Estilo | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Dois retábulos colaterais | Mosteiro do Couto de Cucujães | 1786-1795 | Terceiro Estilo | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Quatro peanhas | Mosteiro de Santo Tirso | 1767-1770 | _____ | _____ |
| | Mísula | Mosteiro de Refóios de Basto | 1767-1770 (?) | _____ | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Duas peanhas | Mosteiro de Pendorada | 1780-1783 | _____ | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Duas peanhas | Mosteiro de Paço de Sousa | 1783-1786 | _____ | _____ |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Seis sanefas e caixilhos janelas da capela-mor | Mosteiro de Tibães | 1755-1758<br>1761-1764 | Primeiro Estilo | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| **Tipologia** | **Obras** | **Localização** | **Ano** | **Estilo** | **Observações** |
| **Talha e Escultura em Madeira** | Seis sanefas e caixilhos da sacristia | Mosteiro de Tibães | 1763-1764 | Primeiro Estilo | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Sanefa | Mosteiro de Tibães | Ca.1757-1764 | Primeiro Estilo | _____ |
| | Seis sanefas e caixilhos das janelas da capela-mor | Igreja de Santa Cruz, Braga | 1766-1770 | Primeiro Estilo | _____ |
| | Portas e sanefas de duas portadas da capela-mor | Mosteiro de Tibães | 1761-1764<br>1770-1776 | Primeiro Estilo | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Sanefas de duas portadas do cruzeiro | Mosteiro de Tibães | 1761-1764 | Primeiro Estilo | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Duas portadas da capela-mor | Igreja de Santa Cruz, Braga | 1766-1770 | Primeiro Estilo | _____ |
| | Dois relicários da capela-mor | Igreja de Santa Cruz, Braga | 1766-1770 | Primeiro Estilo | _____ |
| | Seis sanefas e caixilhos das janelas da capela-mor | Mosteiro de Rendufe | ? | Primeiro Estilo | _____ |
| | Duas sanefas das portadas da capela-mor | Mosteiro de Rendufe | ? | Primeiro Estilo | _____ |
| | Quatro caixilhos e sanefas das janelas da nave | Mosteiro de Santo Tirso | 1767-1770 | Primeiro Estilo | _____ |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Três sanefas para janelas do coro | Mosteiro de Refóios de Basto | 1767-1770 | Segundo Estilo | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| **Tipologia** | **Obras** | **Localização** | **Ano** | **Estilo** | **Observações** |
| **Talha e Escultura em Madeira** | Duas sanefas das portadas do coro | Mosteiro de Refóios de Basto | 1767-1770 | Segundo Estilo | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Quatro sanefas e caixilhos das janelas do corpo da igreja | Mosteiro de Refóios de Basto | 1770-1773 | Segundo Estilo | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Seis caixilhos das janelas da capela-mor | Mosteiro de Pombeiro | 1770-1773 | Segundo Estilo | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Seis sanefas e caixilhos das janelas da capela-mor | Mosteiro de Refóios de Basto | 1777-1780 | Segundo Estilo | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Duas portadas da capela-mor com sanefas | Mosteiro de Refóios de Basto | 1777-1780 | Segundo Estilo | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Seis sanefas da capela-mor | Mosteiro de Santo Tirso | 1771-1780 | Segundo Estilo | _____ |
| | Sanefa do arco cruzeiro | Mosteiro de Santo Tirso | 1777-1780 | Segundo Estilo | _____ |
| | Sanefa do arco cruzeiro | Mosteiro de Pendorada | 1780-1783 | Segundo Estilo | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Seis sanefas e caixilhos das janelas da capela-mor | Mosteiro de Pendorada | 1780-1783 | Segundo Estilo | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Duas sanefas | Mosteiro de | | | Obras referidas |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Tipologia** | das portadas do coro | Pendorada | 1780-1783 | Segundo Estilo | no *Livro de Rezam* |
| | Quatro sanefas e caixilhos das janelas corpo ig. | Mosteiro de Pendorada | 1780-1783 | Segundo Estilo | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | **Obras** | **Localização** | **Ano** | **Estilo** | **Observações** |
| **Talha e Escultura em Madeira** | Sanefa de um retábulo do coro | Mosteiro de Pendorada | 1780-1783 | Segundo Estilo | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Três sanefas das janelas do coro | Mosteiro de Pendorada | 1780-1783 | Terceiro Estilo | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Duas sanefas das portadas da capela-mor | Mosteiro de Pendorada | 1780-1782 | Terceiro Estilo | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Sanefa do arco da sala do Cabido Geral | Mosteiro de Tibães | 1785-1786 | Terceiro Estilo | ——— |
| | Oito caixilhos dos retratos grandes da sala capitular | Mosteiro de Tibães | 1785-1786 | Terceiro Estilo | ——— |
| | Seis caixilhos dos quadros da capela-mor | Mosteiro de Santo Tirso | 1789-1792 | Terceiro Estilo | ——— |
| | Sanefa do arco cruzeiro | Igreja de S. Frutuoso, Braga | Ca.1780-1790 | Terceiro Estilo | ——— |
| | Duas sanefas do cruzeiro | Igreja de S. Frutuoso, Braga | Ca.1780-1790 | Terceiro Estilo | ——— |
| | Duas sanefas laterais | Igreja de S. Frutuoso, Braga | Ca.1780-1790 | Terceiro Estilo | ——— |
| | Sanefa do coro | Mosteiro de Tibães | 1792-1793 | Terceiro Estilo | Obra referidas no *Livro de Rezam* |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Sanefa do arco cruzeiro | Mosteiro do Couto de Cucujães | 1792-1798 | Terceiro Estilo | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Duas sanefas do cruzeiro | Mosteiro de Santo Tirso | 1795-1798 | Terceiro Estilo | ——— |
| **Tipologia** | **Obras** | **Localização** | **Ano** | **Estilo** | **Observações** |
| **Talha e Escultura em Madeira** | Grade do coro | Igreja de N. Senhora da Lapa, Arcos de Valdevez | Ca.1771 | ——— | ——— |
| | Quatro grades da nave | Igreja de N. Senhora da Lapa, Arcos de Valdevez | Ca.1771 | ——— | ——— |
| | Forro do arco do coro e balaustrada | Mosteiro de Pombeiro | 1773-1777 | ——— | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Seis grades do clerestório da capela-mor | Mosteiro de Pombeiro | 1773-1776 | ——— | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Balaustrada do clerestório da nave e do cruzeiro | Mosteiro de Pombeiro | Ca.1777 | ——— | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Balaustrada do coro | Igreja da Misericórdia de Amarante | 1773 | ——— | ——— |
| | Oratório do coro | Mosteiro de Tibães | 1758-1759 | ——— | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Oratório do coro | Igreja de S. Salvador, Vilar de Frades | Ca.1780-1790 | ——— | ——— |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Oratório do coro | Mosteiro de Santa Marinha da Costa | Ca.1780-1790 | _____ | _____ |
| | Oratório do coro | Mosteiro de Pendorada | 1780-1783 (?) | _____ | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| **Tipologia** | **Obras** | **Localização** | **Ano** | **Estilo** | **Observações** |
| **Talha e Escultura em Madeira** | Dois púlpitos | Mosteiro de Pombeiro | 1776-1777 | _____ | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Dois púlpitos | Mosteiro de Santo Tirso | 1777-1780 | _____ | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Dois púlpitos | Mosteiro de Refóios de Basto | 1777-1780 | _____ | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Dois púlpitos | Mosteiro de Pendorada | 1780-1783 | _____ | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Dois púlpitos | Igreja de S. Frutuoso, Braga | Ca.1780-1790 | _____ | _____ |
| | Caixa de órgão e "órgão mudo" | Mosteiro de Refóios de Basto | 1767-1773 | _____ | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Caixa de órgão e "órgão mudo" | Mosteiro de Pombeiro | 1770-1777 | _____ | _____ |
| | Caixa de órgão e "órgão mudo" | Igreja da Misericórdia de Guimarães | 1775-1780 | _____ | _____ |
| | Caixa de órgão | Mosteiro de Tibães | 1783-1786 | _____ | Obra referidas no *Livro de Rezam* |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Caixa de órgão, base para “órgão mudo”, arco e balaustrada do coro | Mosteiro de Santa Marinha da Costa | Ca.1788 | ——— | ——— |
| | Caixa de órgão e base para “órgão mudo” | Igreja de S. Frutuoso, Braga | Ca.1780-1790 | ——— | ——— |
| **Tipologia** | **Obras** | **Localização** | **Ano** | **Estilo** | **Observações** |
| **Talha e Escultura em Madeira** | Caixa de órgão | Igreja de S. Salvador, Vilar de Frades | Ca.1780-1790 | ——— | ——— |
| | Caixa de realejo | Mosteiro de Santo Tirso | 1795-1798 (?) | ——— | ——— |
| | Esculturas de S. Bento e Santa Escolástica | Mosteiro de Tibães | Ca.1758-1761 | ——— | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Escultura de S. Martinho | Mosteiro de Tibães | Ca.1758-1761 | ——— | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Esculturas de Santa Ana, S. Joaquim e a Virgem | Mosteiro de Tibães | 1760-1761 | ——— | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Escultura da Virgem com o Menino | Mosteiro de Pombeiro | 1773-1776 | ——— | ——— |
| | Escultura de S. Pedro | Mosteiro de Pombeiro | 1770-1773 | ——— | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Dois anjos tocheiros | Mosteiro de Refóios de Basto | 1786-1789 (?) | ——— | Obras referidas no *Livro de Rezam* |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Escultura de Cristo Crucificado do coro | Mosteiro de Tibães | 1758-1759 | ——— | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Escultura de Cristo Crucificado da Sacristia | Mosteiro de Tibães | 1758-1761 | ——— | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| **Tipologia** | **Obras** | **Localização** | **Ano** | **Estilo** | **Observações** |
| **Talha e Escultura em Madeira** | Escultura do corpo de Cristo do crucifixo do retábulo da capela-mor | Mosteiro de Refóios de Basto | 1764-1770 | ——— | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Escultura de Cristo da capela do SS. Sacramento | Mosteiro de Refóios de Basto | 1783-1786 (?) | ——— | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Escultura de Santo Cristo das Almas | Mosteiro de Pombeiro | 1783-1786 (?) | ——— | ——— |
| | Duas figuras femininas | Mosteiro de Pombeiro | ? | ——— | ——— |
| | Quatro esculturas femininas | Nau S. Vicente, Lisboa | ? | ——— | ——— |
| | Três esculturas alegóricas da caixa do órgão | Mosteiro de Refóios de Basto | 1767-1773 | ——— | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Três esculturas alegóricas da | Mosteiro de Refóios de | 1770 | ——— | Obras referidas |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | caixa do “órgão mudo” | Basto | | | no *Livro de Rezam* |
| | Três esculturas alegóricas da caixa do órgão | Mosteiro de Tibães | 1784 | _____ | _____ |
| | Duas esculturas dos púlpitos | Mosteiro de Santo Tirso | 1777-1780 | _____ | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| **Tipologia** | **Obras** | **Localização** | **Ano** | **Estilo** | **Observações** |
| **Talha e Escultura em Madeira** | Esculturas de anjos músicos | Igreja de S. Frutuoso, Braga; Igreja de S. Salvador, Vilar de Frades; Mosteiro de Santa Marinha da Costa | Ca.1780-1790 | _____ | _____ |
| | Esculturas de dois sátiros das caixas de órgãos | Mosteiro de Refóios de Basto | 1767-1773 | _____ | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Esculturas de dois sátiros das caixas de órgãos | Mosteiro de Tibães | 1784 | _____ | _____ |
| | Esculturas de quatro sátiros da caixa do órgão e da base da varanda do coro | Mosteiro de Santa Marinha da Costa | 1780-1790 (?) | _____ | _____ |
| | Algumas máscaras | Mosteiro de Refóios de Basto; Igreja da Misericórdia de Guimarães; | 1767-1784 | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Igreja de S. Salvador, Vilar de Frades; Mosteiro de Tibães | | ——— | ——— |
| | Guarda-vento | Mosteiro de Tibães | 1769-1770 | ——— | ——— |
| | Guarda-vento principal | Mosteiro de Santo Tirso | 1777-1780 | ——— | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| **Tipologia** | **Obras** | **Localização** | **Ano** | **Estilo** | **Observações** |
| **Talha e Escultura em Madeira** | Guarda-vento | Mosteiro de Refóios de Basto | 1780-1783 | ——— | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Guarda-vento | Mosteiro de Pombeiro | 1777-1783 | ——— | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Guarda-vento | Igreja de S. Frutuoso, Braga | Ca.1780-1790 | ——— | ——— |
| | Guarda-vento | Mosteiro de Pendurada | 1780-1783 (?) | ——— | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Guarda-vento do cruzeiro | Mosteiro de Santo Tirso | 1795-1798 | ——— | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Bancos de espaldar da capela-mor | Mosteiro de Tibães | 1761-1764 | ——— | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Bancos de espaldar da capela-mor | Mosteiro de Rendufe | ? | ——— | ——— |
| | Bancos de espaldar da capela-mor | Mosteiro de Refóios de Basto | 1777-1780 | ——— | Obras referidas no *Livro de Rezam* |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Seis bancos de espaldar da capela-mor | Mosteiro de Santo Tirso | 1780-1783 | ——— | ——— |
| | Bancos de espaldar da capela-mor | Mosteiro de Pendurada | 1780-1783 | ——— | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Quatro bancos de espaldar da capela-mor | Mosteiro de Paço de Sousa | 1783-1786 | ——— | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Banco de espaldar | Mosteiro de Tibães | 1761-1764 | ——— | ——— |
| **Tipologia** | **Obras** | **Localização** | **Ano** | **Estilo** | **Observações** |
| **Talha e Escultura em Madeira** | Banco de espaldar | Mosteiro de Pombeiro | 1770-1773 | ——— | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Dois bancos de espaldar e braços, da capela-mor | Mosteiro de Bouro | ? | ——— | ——— |
| | Quatro bancos da capela-mor | Mosteiro de Pombeiro | 1770-1773 | ——— | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Bancos da sala capitular | Mosteiro de Santo Tirso | 1780-1783 | ——— | ——— |
| | Bancos da sala capitular | Mosteiro de Tibães | 1785 | ——— | ——— |
| | Cadeira de abade | Mosteiro de Tibães | 1761-764 | ——— | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Duas cadeiras de abade | Mosteiro de Pombeiro | 1770-1773 | ——— | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Cadeira de abade, do lado | Mosteiro de Refóios de | 1777-1780 | ——— | Obra referidas no *Livro de* |

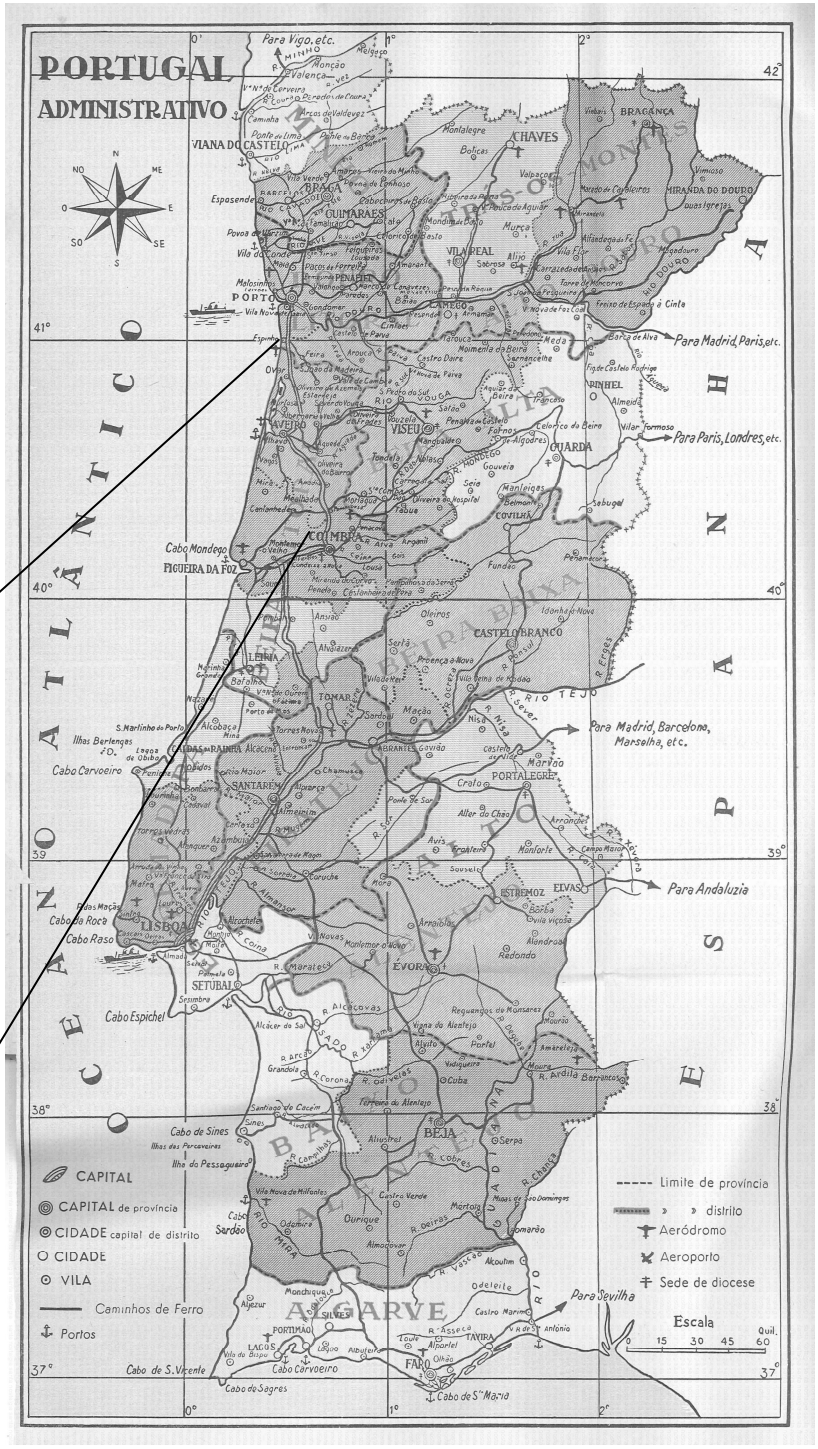
| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | do Evangelho | Basto | | | *Rezam* |
| | Cadeira e estante de abade, do lado da Epístola | Mosteiro de Refóios de Basto | 1777-1780 | _____ | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Duas cadeiras de abade | Mosteiro de Pendorada | 1780-1783 | _____ | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| **Tipologia** | Cadeira de braços | Mosteiro de Refóios de Basto | 1765-1770 ou 1777-1780 | _____ | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | **Obras** | **Localização** | **Ano** | **Estilo** | **Observações** |
| **Talha e Escultura em Madeira** | Cadeira de braços | Mosteiro de Bouro | ? | _____ | _____ |
| | Cadeiral do coro | Mosteiro de Refóios de Basto | 1767-ca.1770 | _____ | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Cadeiral do coro | Mosteiro de Pombeiro | 1770-1776 | _____ | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Cadeiral do coro | Mosteiro de Pendorada | 1780-1783 | _____ | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Cadeiral do coro | Mosteiro de Santa Marinha da Costa | Ca.1788 | _____ | _____ |
| | Cadeiral do coro | Mosteiro de Santo Tirso | 1795-1798 | _____ | _____ |
| | Credência da capela-mor | Mosteiro de Tibães | 1758-1761 | _____ | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Duas credências da capela-mor | Igreja de Santa Cruz, Braga | 1766-1770 | _____ | _____ |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Credência da capela-mor | Mosteiro de Pombeiro | 1770-1773 | _____ | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Credência da capela-mor | Mosteiro de Refóios de Basto | 1777-1780 (?) | _____ | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Credência da capela-mor | Mosteiro de Pendorada | 1780-1783 | _____ | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Credência da sacristia | Mosteiro de Tibães | 1792 | _____ | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| **Tipologia** | **Obras** | **Localização** | **Ano** | **Estilo** | **Observações** |
| **Talha e Escultura em Madeira** | Credência da sacristia | Mosteiro de Santo Tirso | 1795-1798 | _____ | _____ |
| | Duas credências | Mosteiro de Olinda | 1789-1793 | _____ | _____ |
| | Dois espelhos | Mosteiro de Refóios de Basto | 1767-1770 | _____ | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Espelho | Mosteiro de Refóios de Basto | 1767-1770 ou 1777-1780 | _____ | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Castiçal | Mosteiro de Tibães | 1763 | _____ | _____ |
| | Seis castiçais | Mosteiro de Refóios de Basto | 1764-1767 | _____ | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Castiçais | Igreja de Santa Cruz, Braga | 1766-1770 (?) | _____ | _____ |
| | Castiçal | Mosteiro de Pombeiro | 1783 | _____ | _____ |
| | Castiçal | Mosteiro de Santo Tirso | 1777-1780 (?) | _____ | _____ |

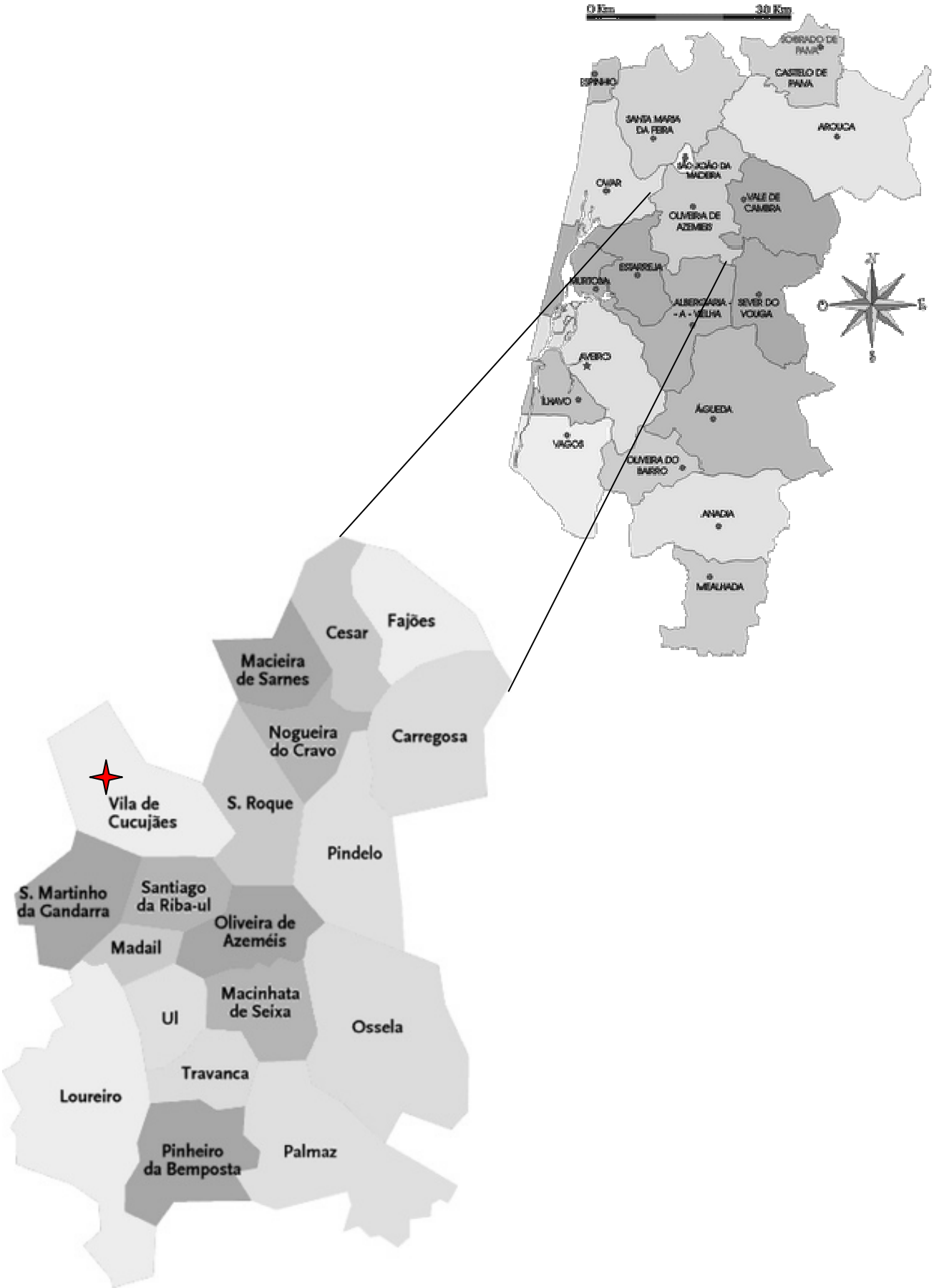
| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Duas cómodas embutidas na parede | Mosteiro de Bouro | ? | _____ | _____ |
| | Mocho | Mosteiro de Santo Tirso | 1795-1798 (?) | _____ | _____ |
| | Estante de coro | Mosteiro de Pendorada | 1780-1783 | _____ | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Crucifixo | Mosteiro de Santo Tirso | 1777-1778 (?) | _____ | _____ |
| **Escultura em Pedra** | Pia de água benta | Mosteiro de Refóios de Basto | 1764-1770 (?) | _____ | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| **Escultura em Pedra** | Par de pias de água benta | Mosteiro de Pombeiro | 1780-1783 | _____ | _____ |
| | Chafariz do jardim do Abade Geral | Mosteiro de Tibães | Ca.1784-1786 | _____ | _____ |
| **Ferro Forjado** | Grades do corpo da igreja | Mosteiro de Santo Tirso | 1773-1776 | _____ | _____ |
| | Grade de varanda | Mosteiro de Tibães | 1784 | _____ | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| **Estuques** | Tectos da capela-mor e corpo da igreja | Igreja da Misericórdia de Guimarães | 1775-1778 | _____ | _____ |
| | Tecto da capela-mor | Mosteiro de Pombeiro | 1773-1776 | _____ | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Tecto da capela dos Abades Gerais | Mosteiro de Tibães | 1784 | _____ | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Quatro tectos | Mosteiro de | | _____ | _____ |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Pintura** | das capelas laterais | Pombeiro | 1773-1777 | | |
| **Obras Perdidas** | Retábulo da capela-mor | Mosteiro de Santa Clara de Amarante | ——— | ——— | ——— |
| | Escultura de S. Sebastião; varanda; conserto na livraria; conserto do dormitório; coristado | Mosteiro de Tibães | ——— | ——— | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| **Tipologia** | **Obras** | **Localização** | **Ano** | **Estilo** | **Observações** |
| **Obras Perdidas** | Duas quartelas para iluminação do SS. Sacramento | Mosteiro de Pombeiro | ——— | ——— | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Esculturas de Santo António e de S. João Baptista | Mosteiro de Pombeiro | ——— | ——— | Obras referidas no *Livro de Rezam* |
| | Fonte de S. João Baptista | Mosteiro de Paço de Sousa | ——— | ——— | Obra referidas no *Livro de Rezam* |
| | Retábulo da capela-mor, dois colaterais, púlpito, oratório do coro | Mosteiro de Miranda | ——— | ——— | Obras referidas no *Livro de Rezam* |




Mapa 1 – Distrito de Aveiro.



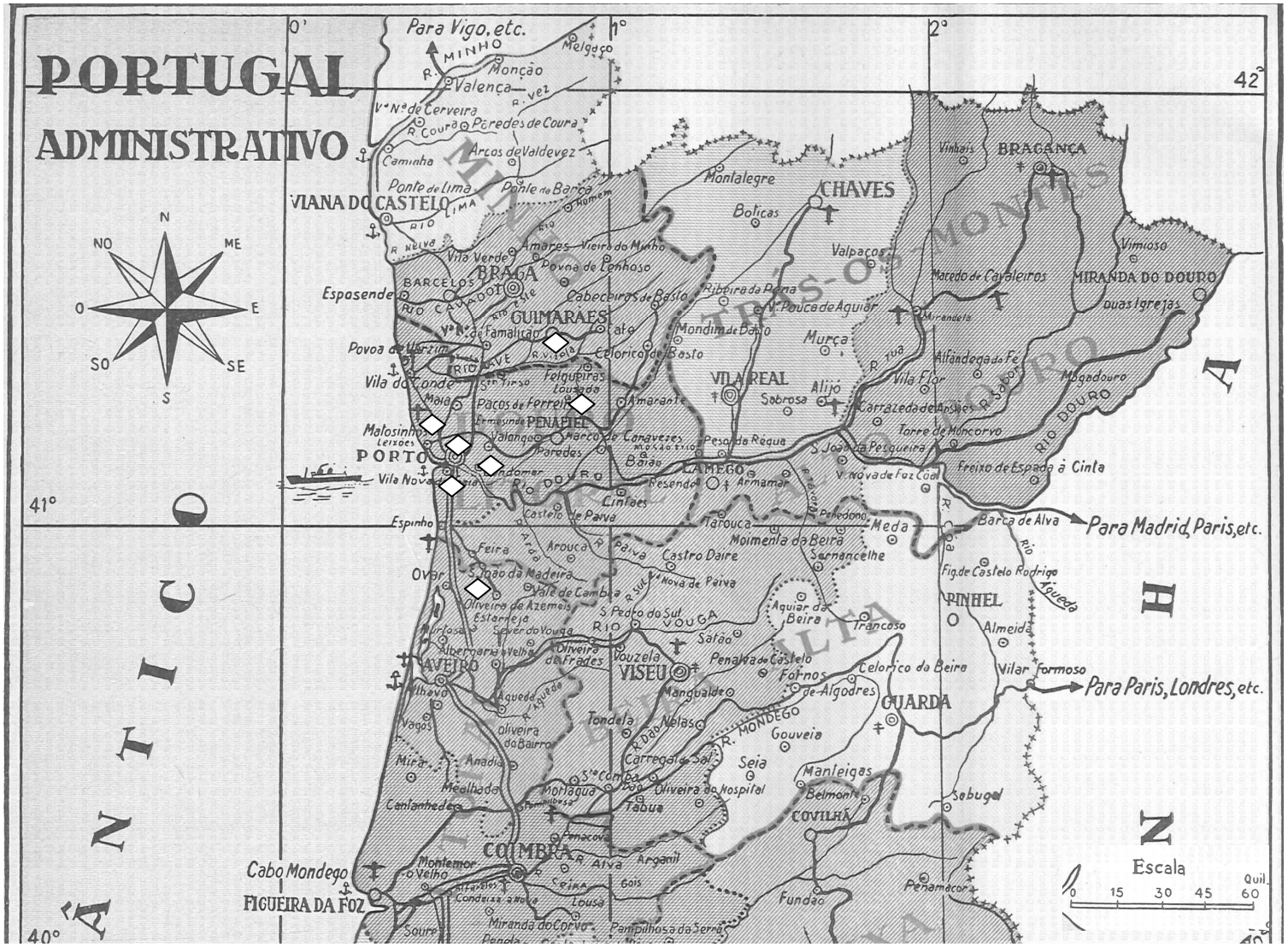

Mapa 2 – Concelho de Oliveira de Azeméis, com indicação da localização da Vila de Cucujães.



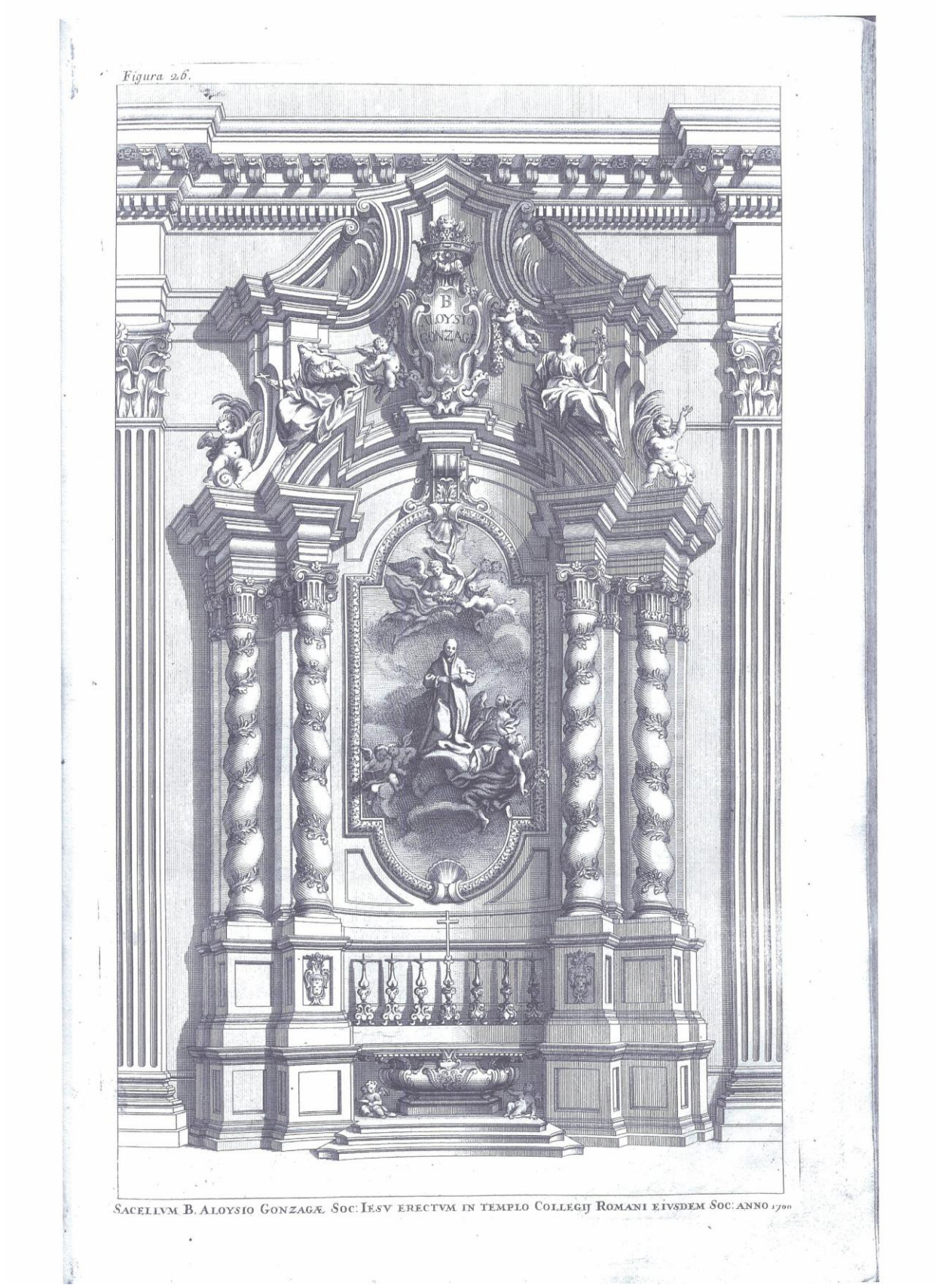

Legenda

**1-**Mosteiro do Couto de Cucujães

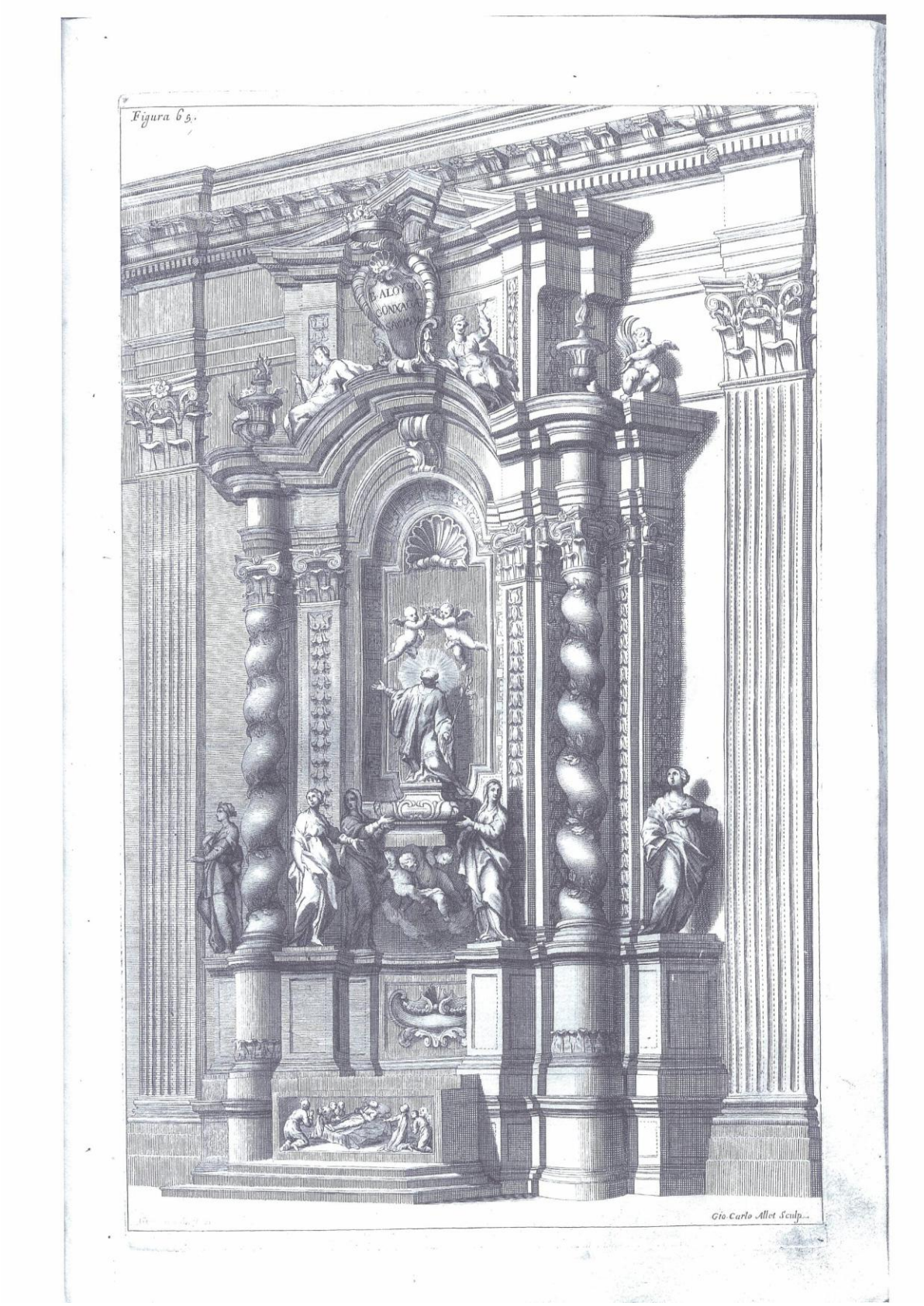
Mapa 3 - Vila de Cucujães (“Guia da Vila de Cucujães”, 2010)



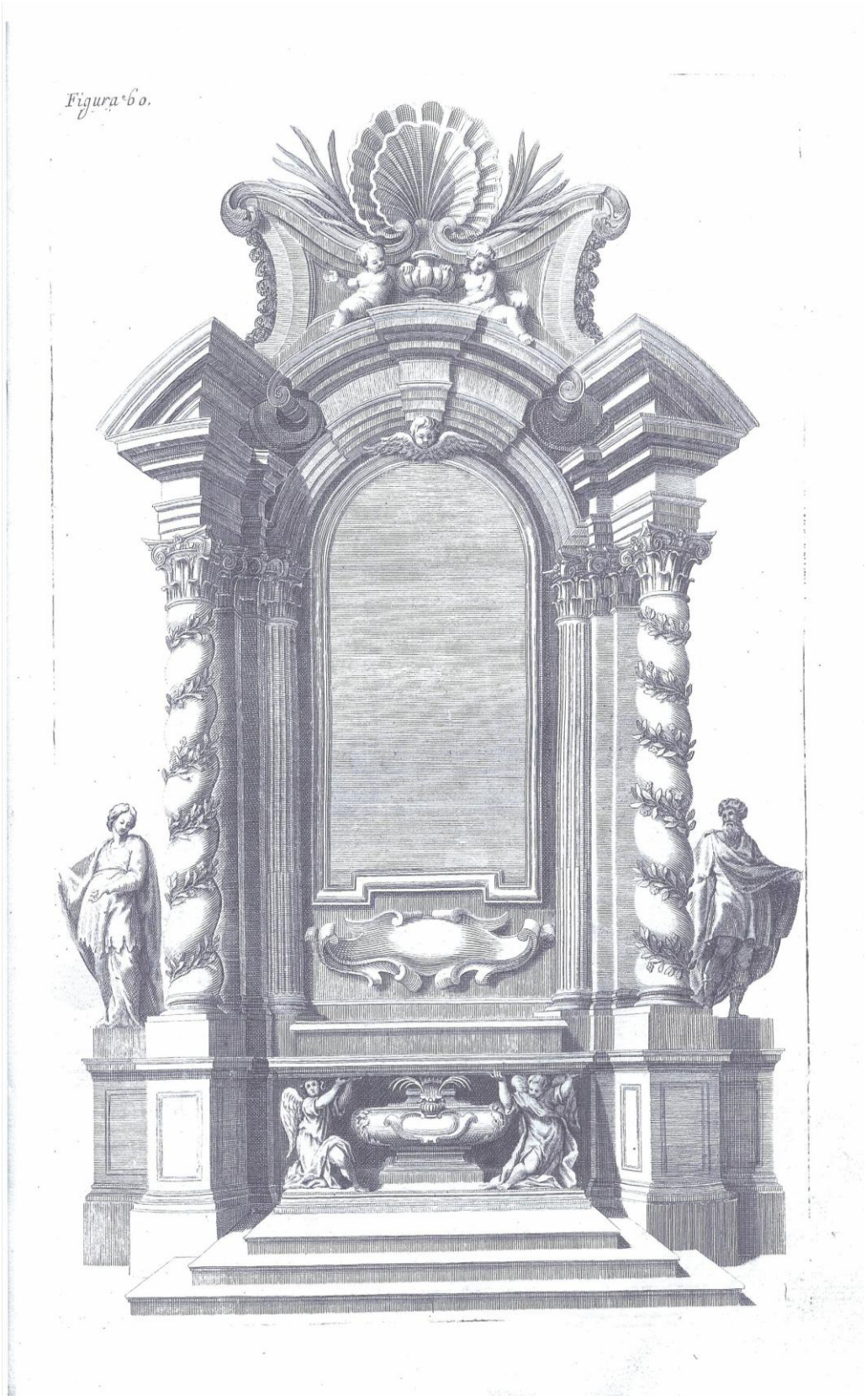

Mapa 4 – Localização das obras executadas por Manuel da Costa Andrade.




**Est. 1 –** Retábulo dedicado a S. Luís de Gonzaga, erigido na igreja de Santo Inácio do Colégio Romano (POZZO, Andrea S. J. – *Perspectiva pictorum et architectorum,* vol.2. Roma, 1717, fig.26).



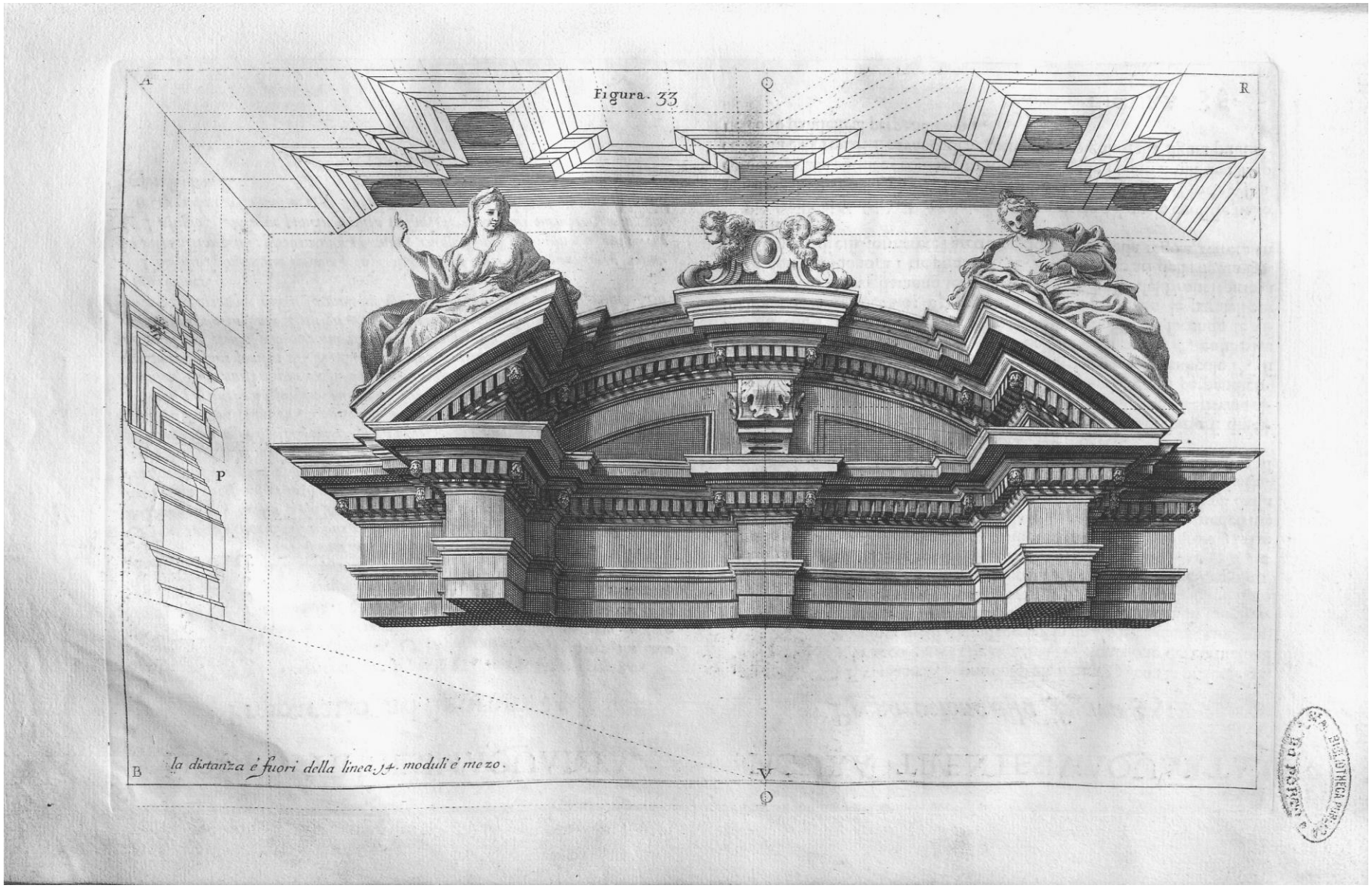

**Est. 2 –** Variante apresentada para o retábulo dedicado a S. Luís de Gonzaga (POZZO, Andrea S. J. – *Perspectiva pictorum et architectorum,* vol.2. Roma, 1717, fig.65).



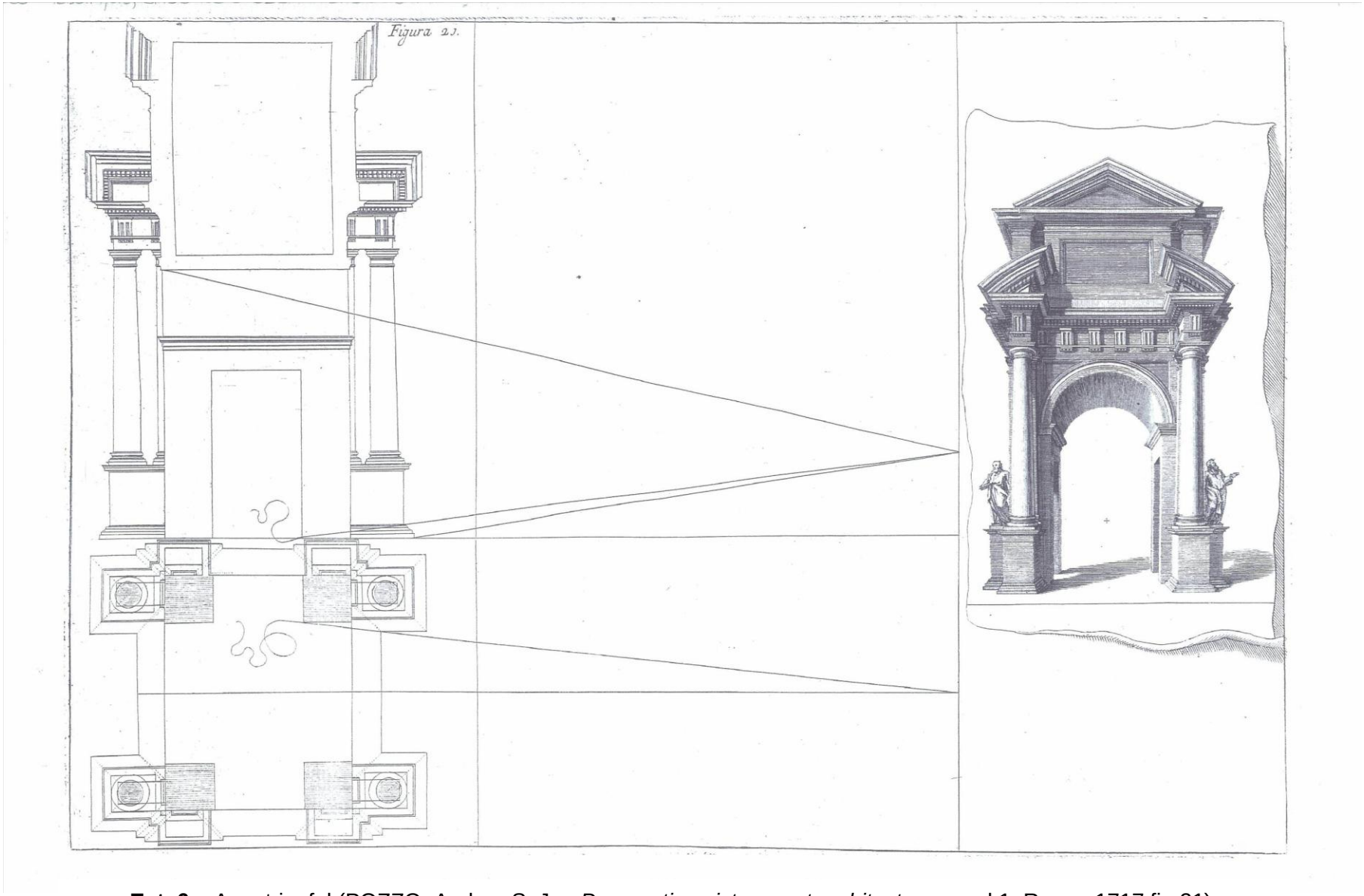

**Est. 3 –** Perspectiva do passado (POZZO, Andrea S. J. – *Perspectiva pictorum et architectorum,* vol.2. Roma, 1717, fig.60).



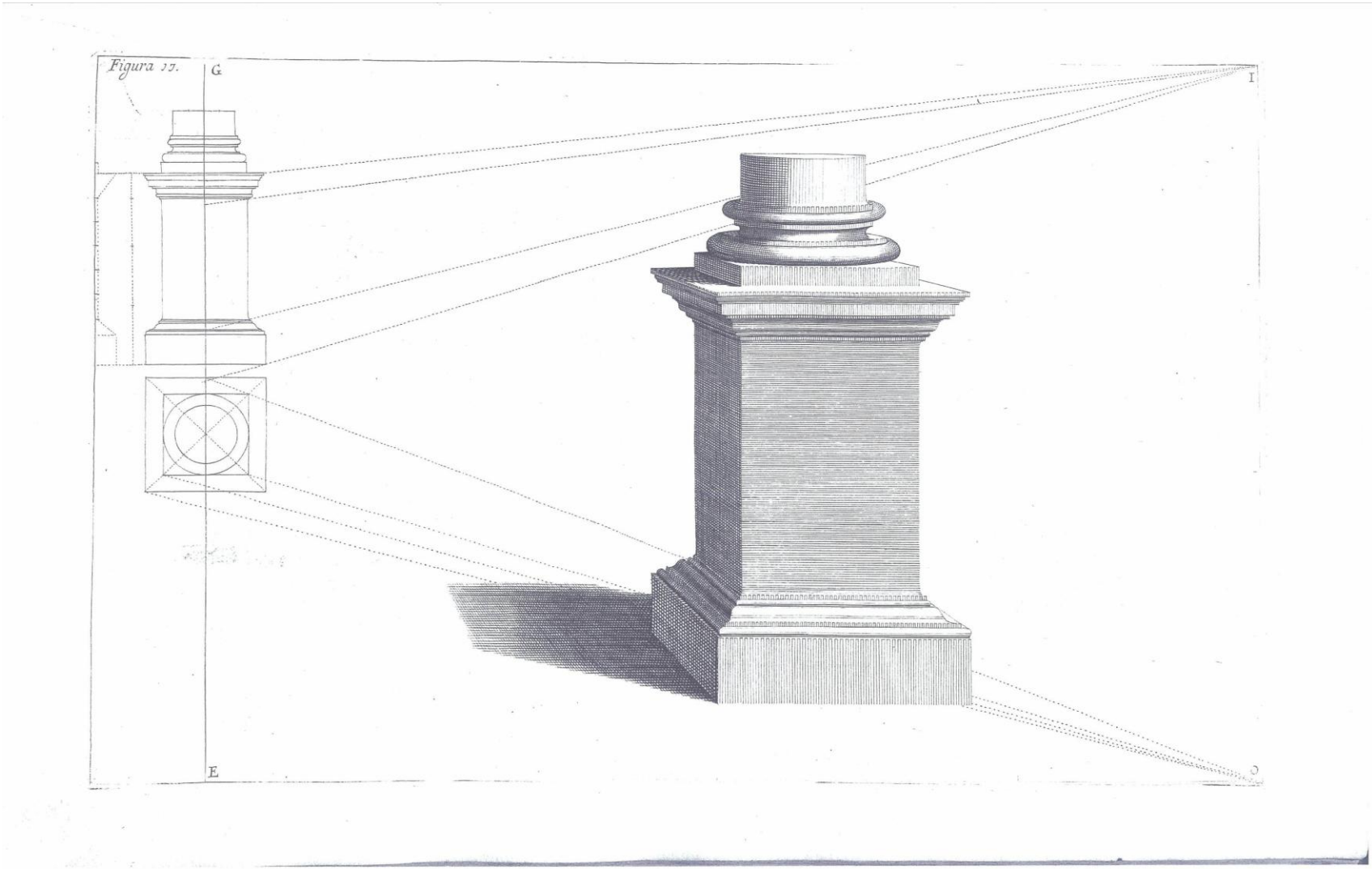

**Est. 4 –** Retábulo com pintura no Colégio Romano (POZZO, Andrea S. J. – *Perspectiva pictorum et architectorum,* vol.2. Roma, 1717, fig.67).



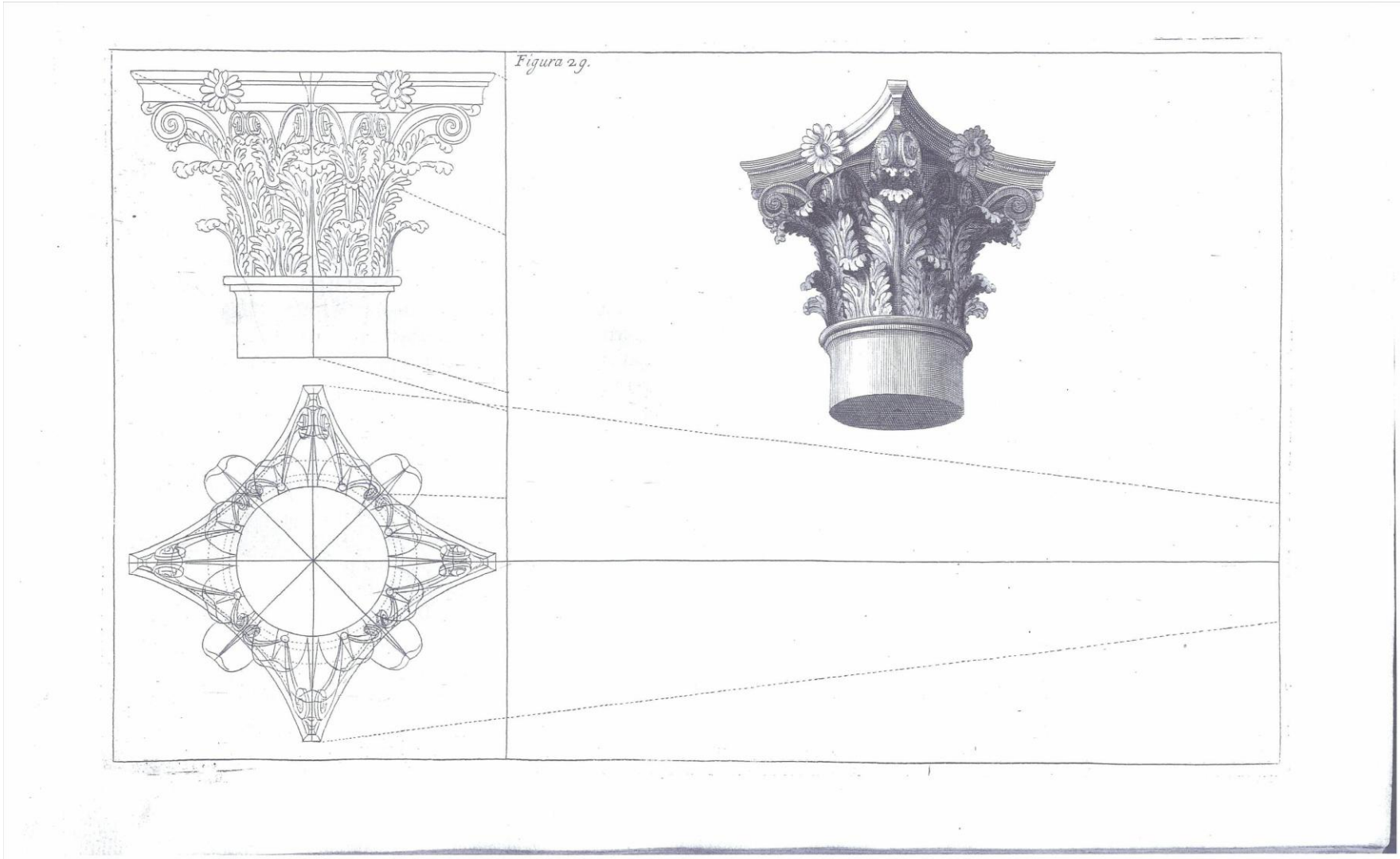

**Est. 5 –** Remate (POZZO, Andrea S. J. – *Perspectiva pictorum et architectorum,* vol.1. Roma, 1717, fig.33).



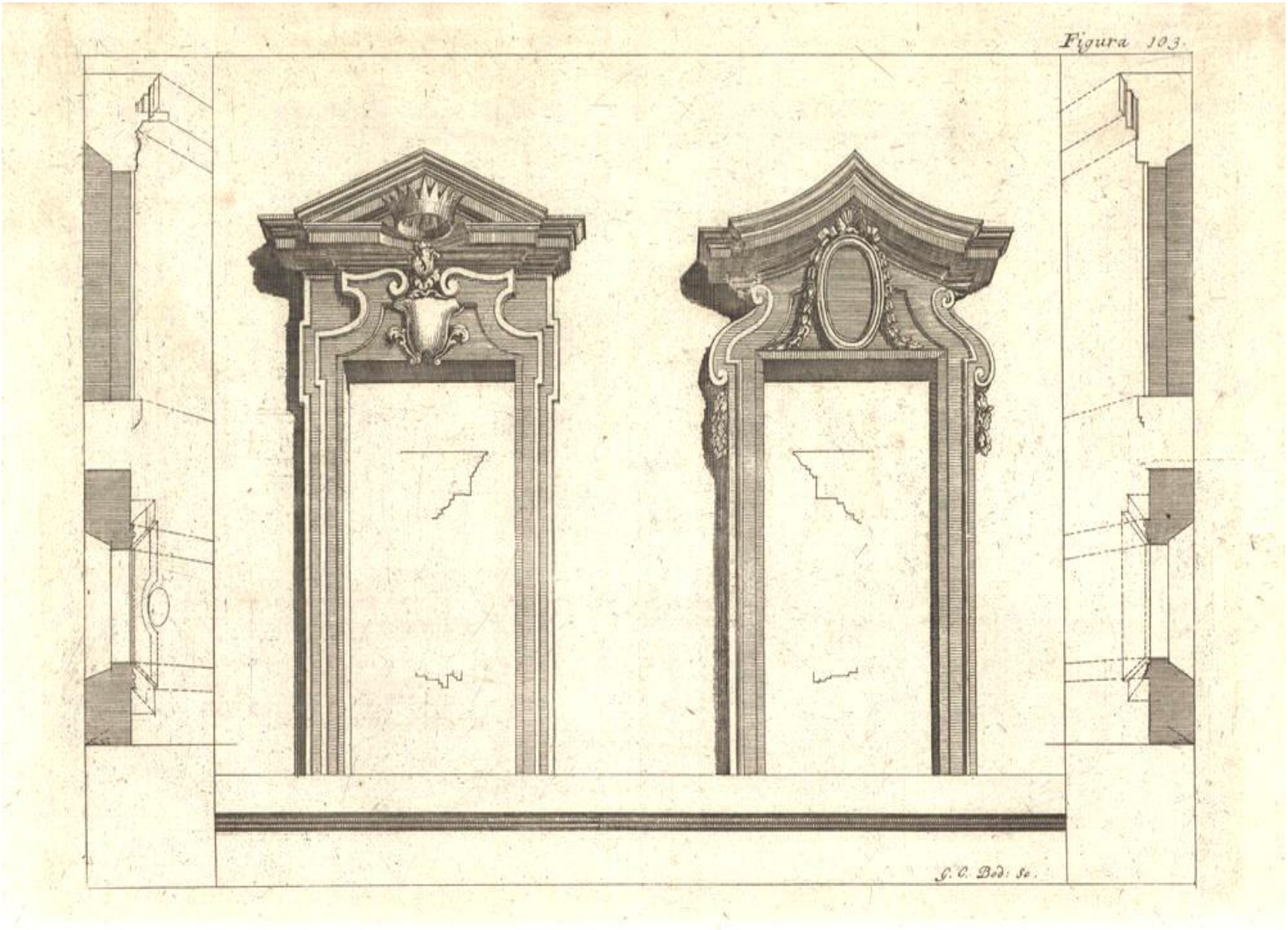

**Est. 6 –** Arco triunfal (POZZO, Andrea S. J. – *Perspectiva pictorum et architectorum,* vol.1. Roma, 1717,fig.21).



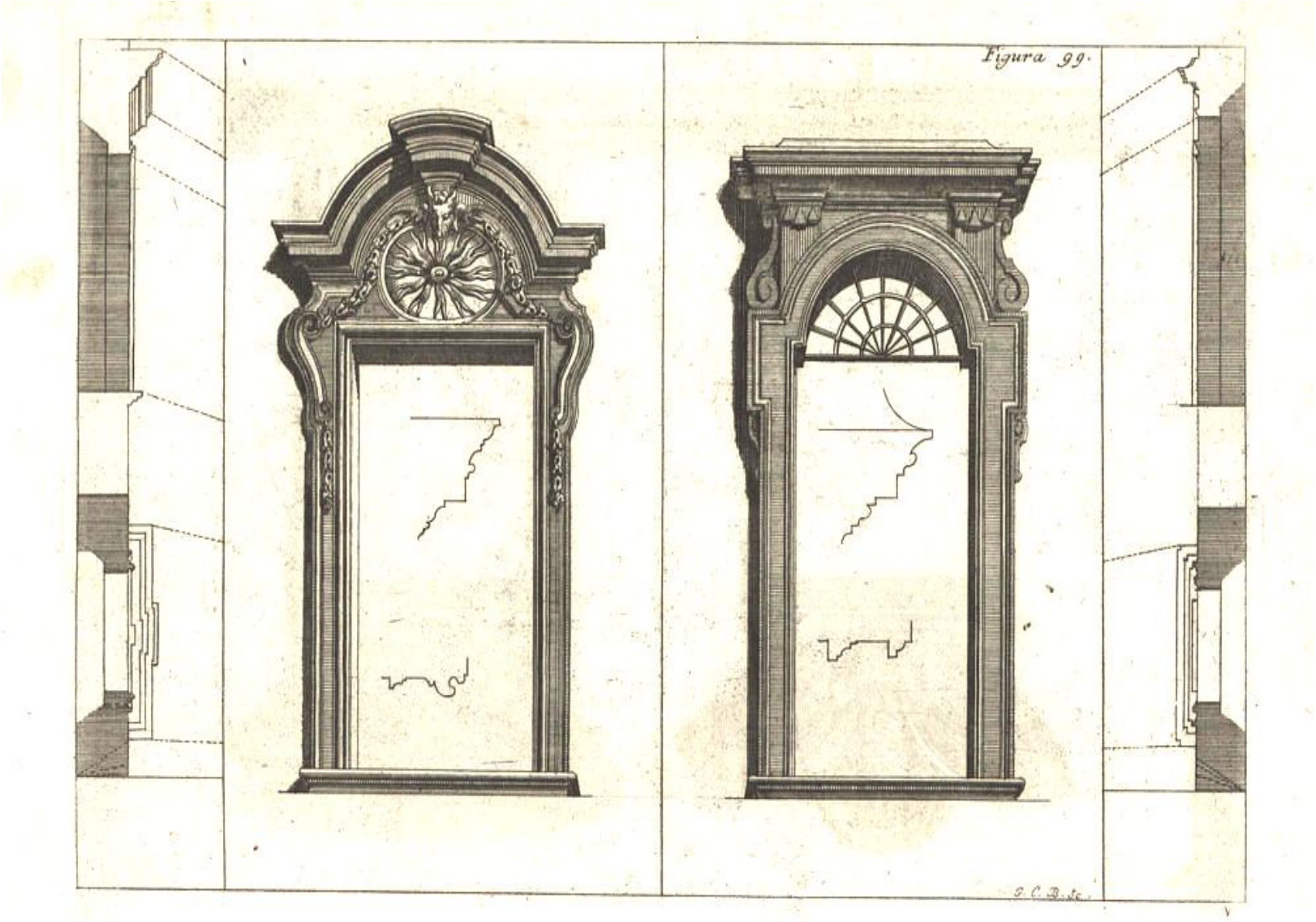

**Est. 7 –** Pedestal (POZZO, Andrea S. J. – *Perspectiva pictorum et architectorum,* vol.1. Roma, 1717,fig.17).



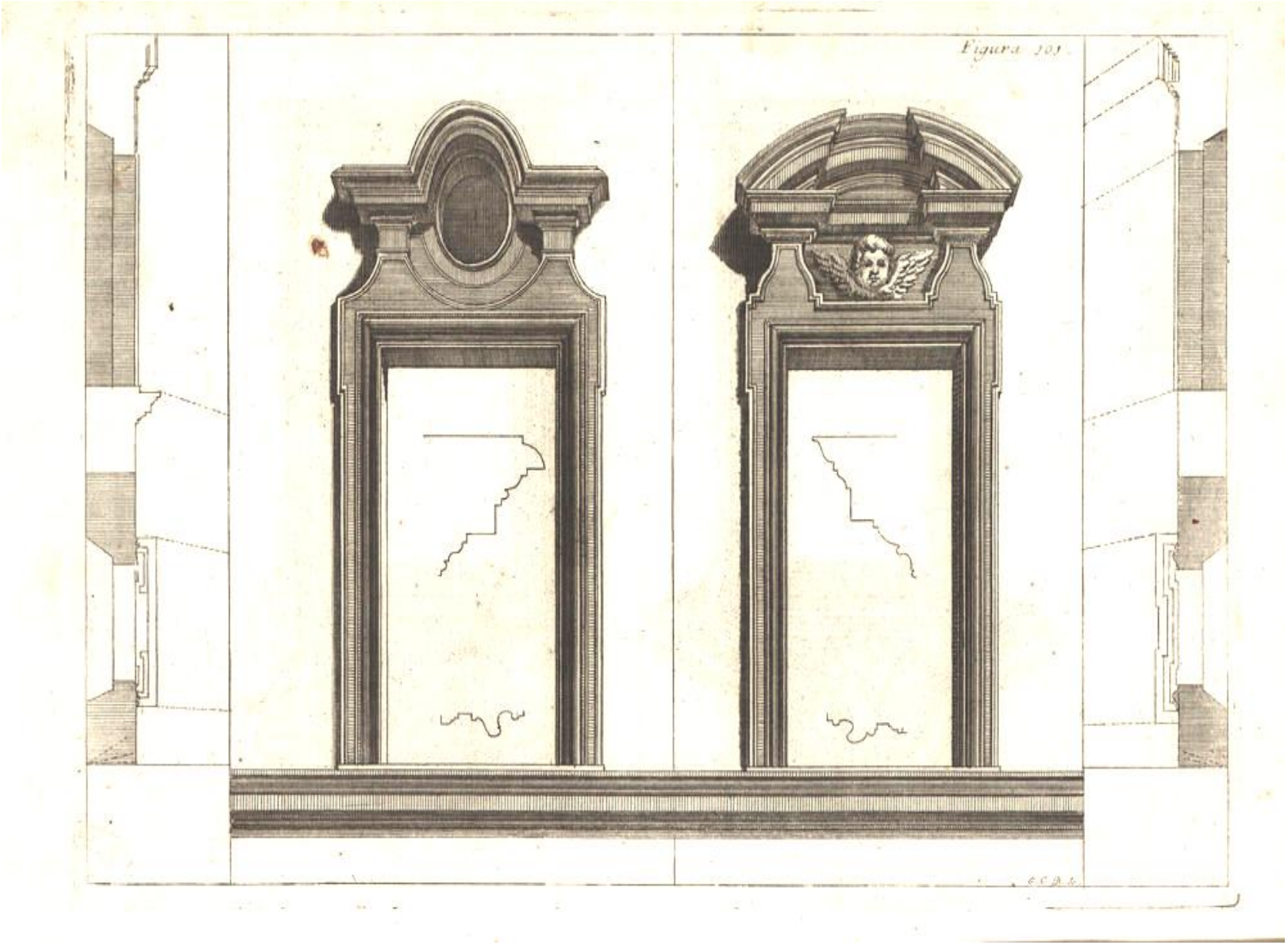

**Est. 8 –** Capitel compósito (POZZO, Andrea S. J. – *Perspectiva pictorum et architectorum*, vol.1. Roma, 1717,fig.29).



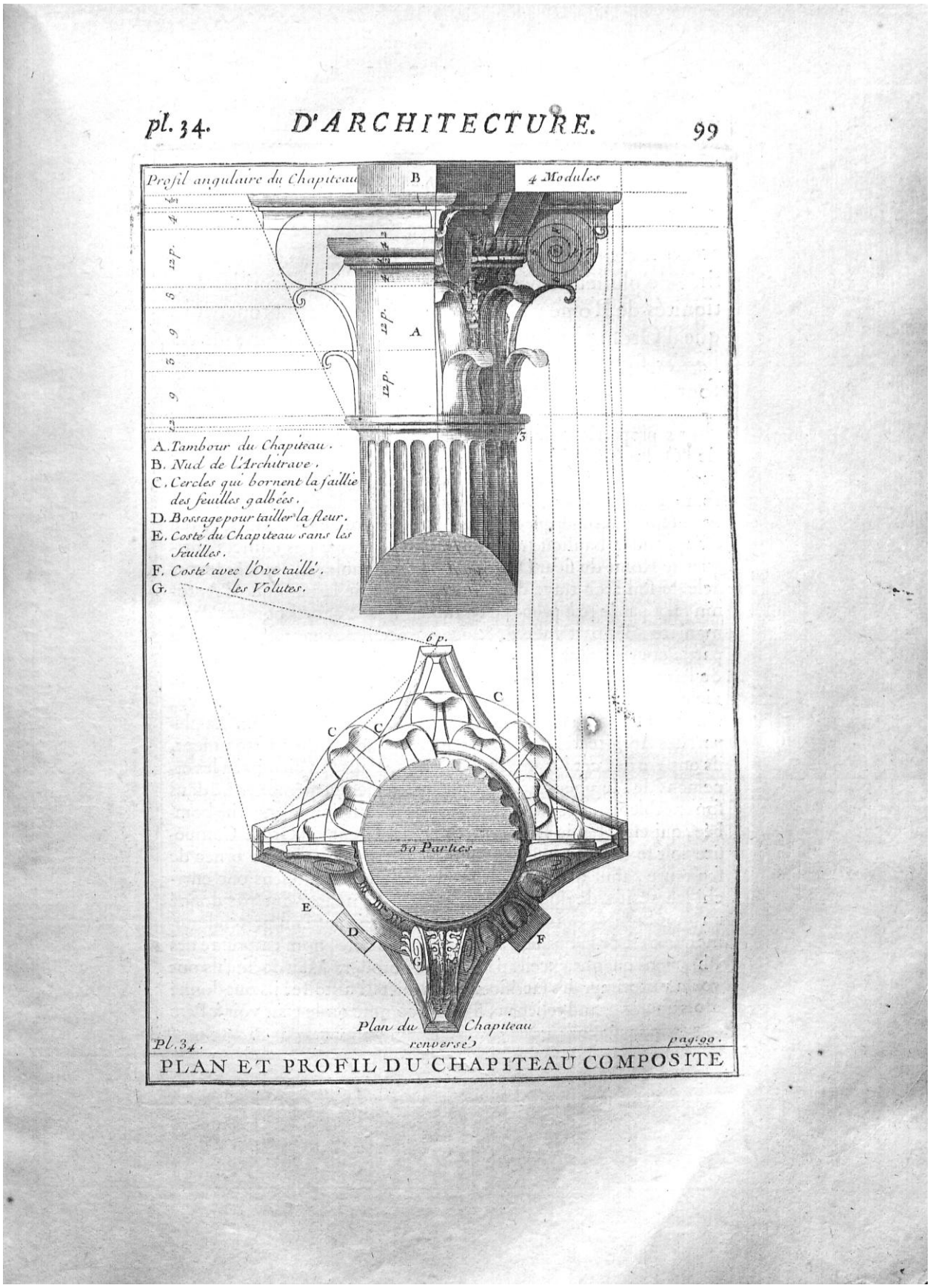

**Est. 9 –** Remates de vãos (POZZO, Andrea S. J. – *Perspectiva pictorum et architectorum,* vol.2. Roma, 1717, fig.103).



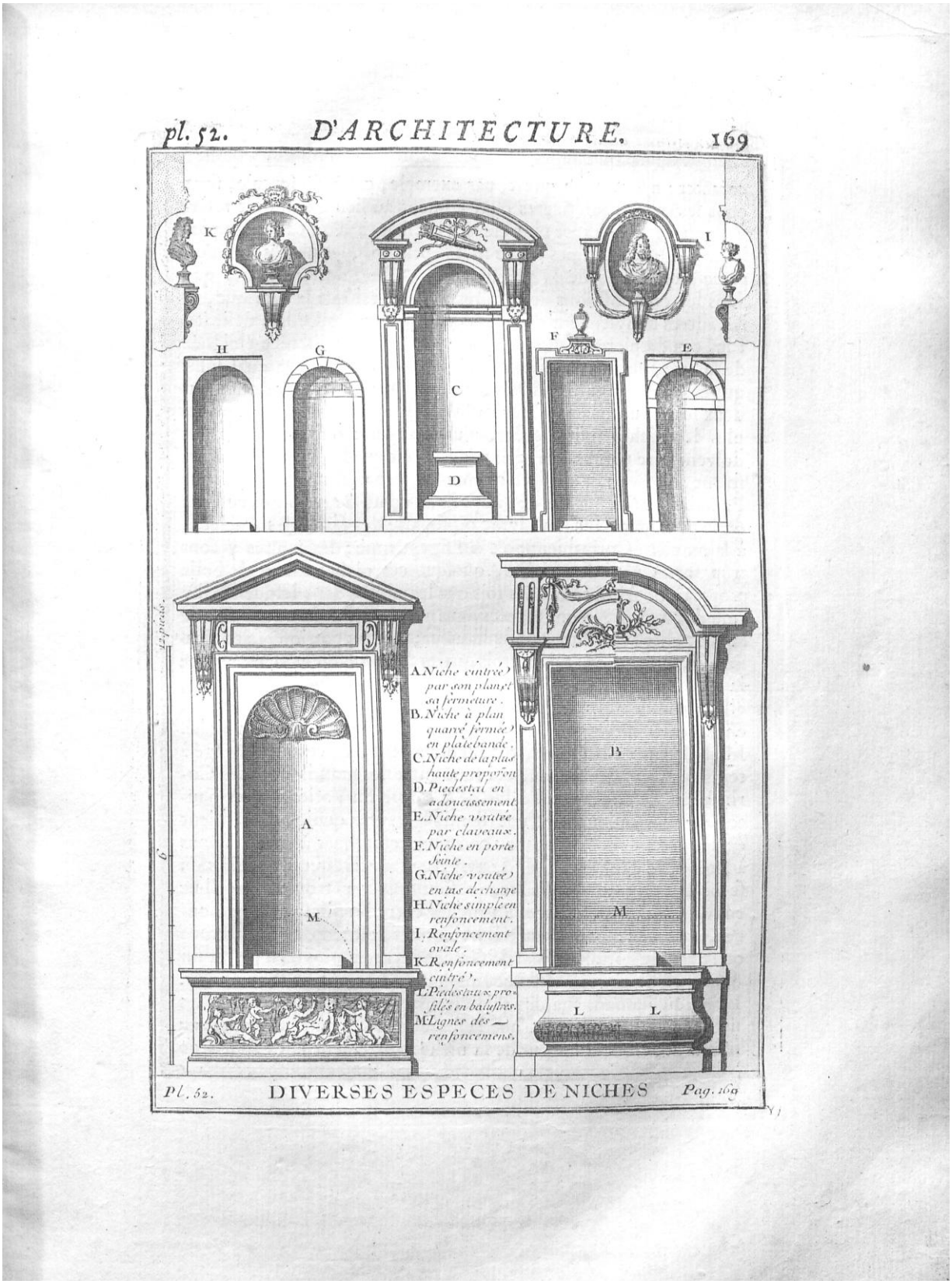

**Est. 10 –** Remates de vãos (POZZO, Andrea S. J. – *Perspectiva pictorum et architectorum,* vol.2. Roma, 1717, fig.99).



**Est. 11 –** Remates de vãos (POZZO, Andrea S. J. – *Perspectiva pictorum et architectorum,* vol.2. Roma, 1717, fig.101).



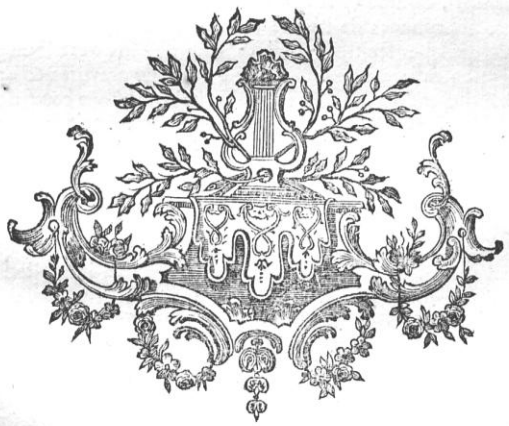

**Est. 12 –** Planta e alçado de um capitel compósito (AVILER, C.A. de – *Cours d'architecture qui comprend les ordres de Vignole, avec des comentaires.* Paris, 1760, p.99).




**Est. 13 –** Diversos tipos de nichos (AVILER, C.A. de – *Cours d'architecture qui comprend les ordres de Vignole, avec des comentaires.* Paris, 1760, p. 169).

à un pouce & demi près du bord de leur plinthe & abaque, pour les encaſtrer par entaille dans les ſocle & tablette : mais cela doit être ſi juſte, que n'y ayant ni regain, ni refuite, il ne ſoit beſoin de cale, ni de goujon pour les arrêter, & empêcher de branler. A l'égard des tablettes, on les retient avec des crampons de fer ou de bronze, coulés en plomb. Les baluſtres des plus ſuperbes eſcaliers ſe font de marbre, comme ceux de l'eſcalier de S. Cloud ; on en fait de bronze à jour ; d'autres maſſifs, comme au grand eſcalier du Roi à Verſailles ; & il s'en fait encore de fer doré, ainſi qu'on le peut voir à la fontaine des bains d'Apollon dans le petit parc du même lieu.

On nomme encore baluſtres les pieds des benitiers iſolés, parce qu'ils en ont la figure, & ceux des cuves de fonts baptiſmaux, qui ſont dans les chapelles des fonts ou baptiſteres des égliſes.



**Est. 14 –** Elemento decorativo de remate de fim de capítulo (AVILER, C.A. de – *Cours d'architecture qui comprend les ordres de Vignole, avec des comentaires.* Paris, 1760, p.359).

têtes qu'on peut varier preſque à l'infini; mais il eſt extrêmement contraire à la bienſéance d'en mettre de groteſques & de profanes dans des lieux ſaints, comme a fait Michel-Ange au tombeau du Pape Paul III. dans l'égliſe de ſaint Pierre de Rome. Les Architectes Gothiques ne ſont pas moins répréhenſibles d'avoir rempli leurs égliſes de chimeres, harpies & animaux monſtrueux : il ne doit y avoir dans ces lieux ſaints que des repréſentations de chérubins, de vertus & autres attributs de la religion. Les conſoles ſont encore des ornemens qu'on emploie avec beaucoup de grace pour porter des corniches, ou pour ſervir de clefs aux arcades: & les feuilles, dont on les enrichit, doivent être de la même eſpece que de celle du chapiteau, s'il y a un Ordre à la façade. On peut faire porter des entablemens à des Termes, Perſans & Caryatides; mais c'eſt une indécence inſupportable de faire faire cet office à des Anges ou figures de Saints. Il y a beaucoup d'autres ornemens qui contribuent à la décoration des façades; mais ce n'eſt pas ici le lieu d'en parler, on ſe réſerve à le faire dans la ſuite.

Il faut remarquer dans la maniere de tailler les ornemens, que ceux des profils qu'on emploie dans l'intérieur des édifices, doivent avoir moins de relief que ceux de l'extérieur. La grandeur de l'ouvrage mérite auſſi une attention particuliere, car ſi l'édifice eſt coloſſal, il n'a pas beſoin de quantité d'ornemens, mais il faut qu'ils ſoient beaucoup fouillés, ſur-tout lorſqu'il eſt expoſé au dehors, pour leur donner un grand relief. Toutes ces obſervations ſont générales; celles qu'on peut faire en particulier dépendent du jugement & du bon goût de l'Architecte.



**Est. 15 –** Elemento decorativo de remate de final de capítulo (AVILER, C.A. de – *Cours d'architecture qui comprend les ordres de Vignole, avec des comentaires.* Paris, 1760, p.13).

fort que le larmier : que les denticules ſont quaſi quarrées & plus hautes que le larmier : que les trois faces de l'architrave ſont à-peu-près égales, ſéparées par de ſimples chanfreins, & couronnées peſamment par un talon dont le filet eſt auſſi haut que la moulure même ; & qu'enfin cet aſtragale taillé d'olives & de perles à la deuxieme face, y eſt mis fort mal-à-propos.

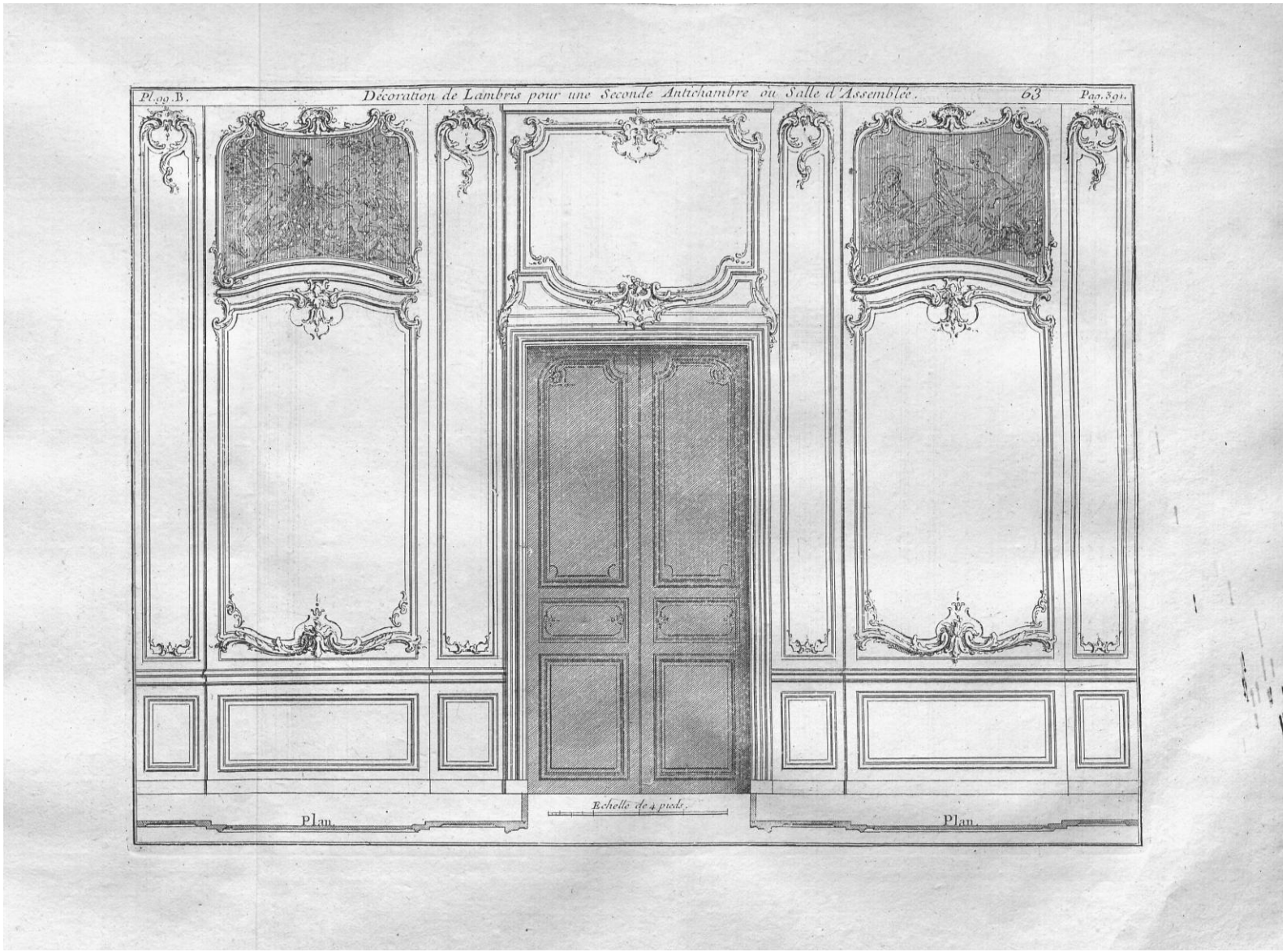
Quant à l'entablement des thermes de Dioclétien, l'architrave eſt plus haute que la friſe qui eſt liſſe & bombée, & la corniche, dont la ſaillie eſt égale à ſa hauteur, eſt plus haute que l'architrave, comme elle le doit être en effet ; auſſi Vignole a-t'il imité ce profil pour ſa rare beauté. J'ai tiré ce morceau d'après une eſtampe qui eſt à la ſuite des plans & élévations des thermes de Dioclétien qui ſont extrêmement rares, & qui ont été gravés à Anvers l'année 1558, ſur les Deſſeins de Sébaſtien d'Oya, Architecte de Philippe II. Roi d'Eſpagne.

Rien n'eſt plus élégant que le profil de Palladio ; cet excellent Maître qui s'eſt toujours conformé aux plus parfaits ouvrages antiques, y a introduit des modillons qu'il a imité du temple de la Concorde, & d'une antiquité près ſaint Adrien, rapportée par Serlio ; & ſon profil ſurpaſſe encore en beauté ces antiques. Celui de Serlio eſt au contraire de petite maniere, quoiqu'il ait ſuivi la doctrine de Vitruve, la corniche en eſt trop foible (n'étant guere plus haute que l'architrave :) elle eſt compoſée de petites parties qui la rendent chétive & d'un profil affamé. Le filet ſur la cymaiſe eſt trop petit de moitié, ainſi que les autres petits filets : la platebande des denticules eſt trop ſaillante de la largeur d'une denticule : ce membre taillé eſt mal couronné & mal ſoutenu par de petits talons ; & le bec de la mouchette pendante eſt trop foible.

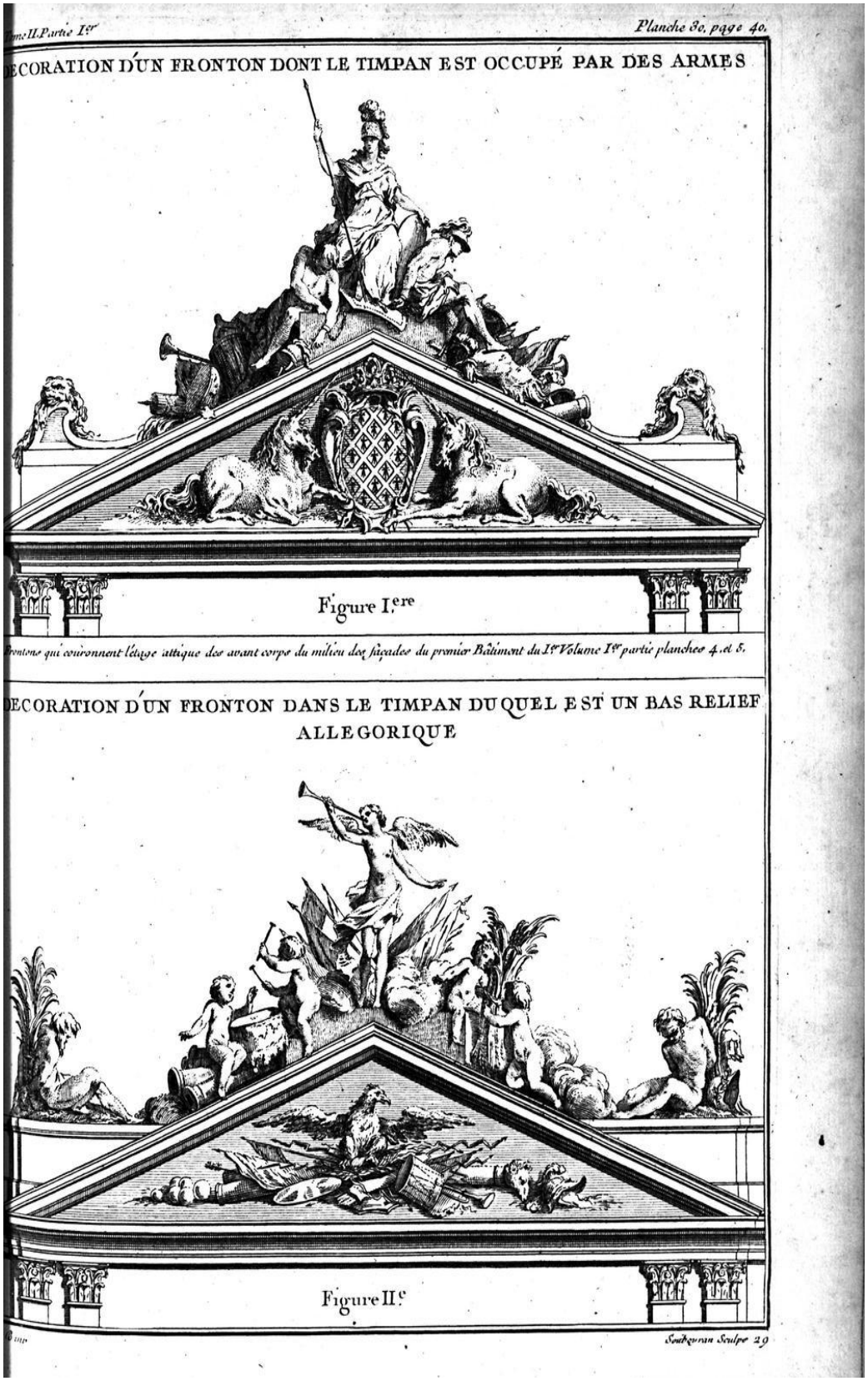


DES

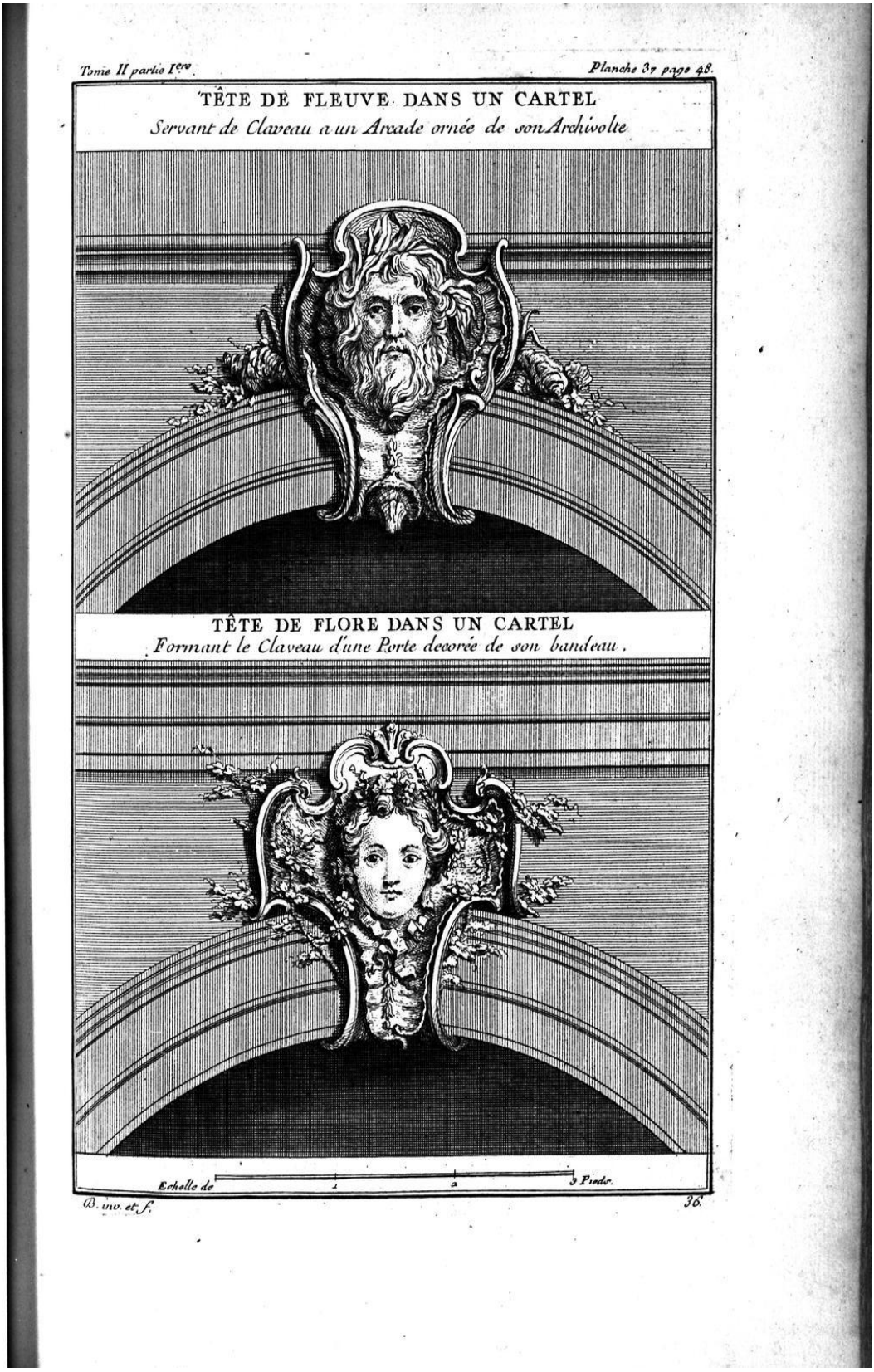
**Est. 16 -** Elemento decorativo de remate de final de capítulo (AVILER, C.A. de – *Cours d'architecture qui comprend les ordres de Vignole, avec des comentaires.* Paris, 1760, p.16).



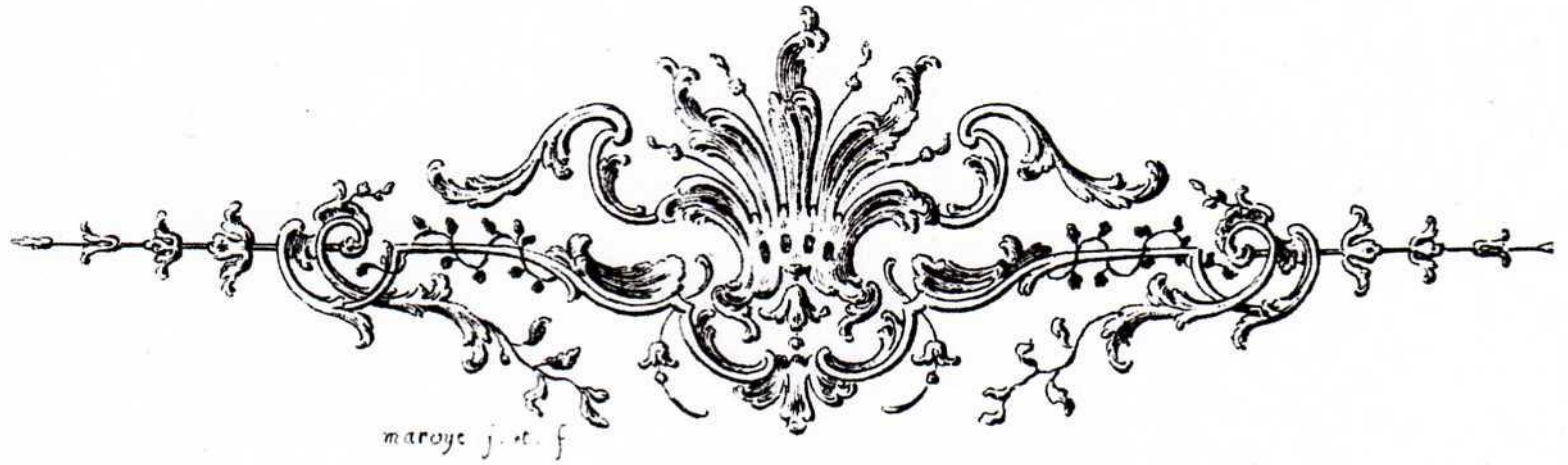

**Est. 17 –** Decoração de lambrim para uma antecâmara ou sala de reunião (AVILER, C.A. de – *Cours d'architecture qui comprend les ordres de Vignole, avec des comentaires.* Paris, 1760, p.391).



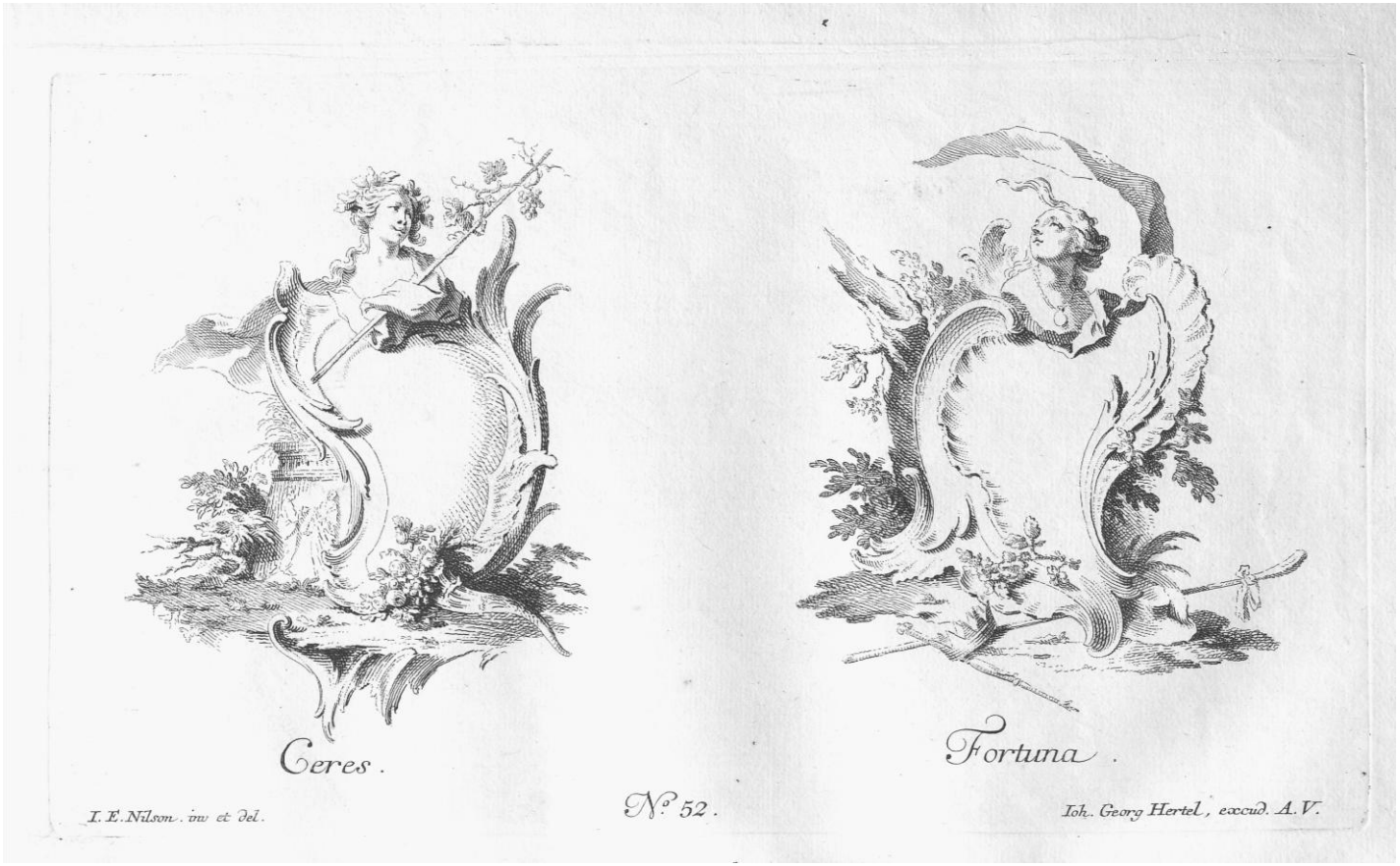

**Est. 18 -** Decoração de um frontão com baixo-relevo alegórico no tímpano (BLONDEL, Jacques François – *De la distribution des maisons de plaisance et de la distribution des édefices en general*. Vol.2. Paris, 1738, p.40).



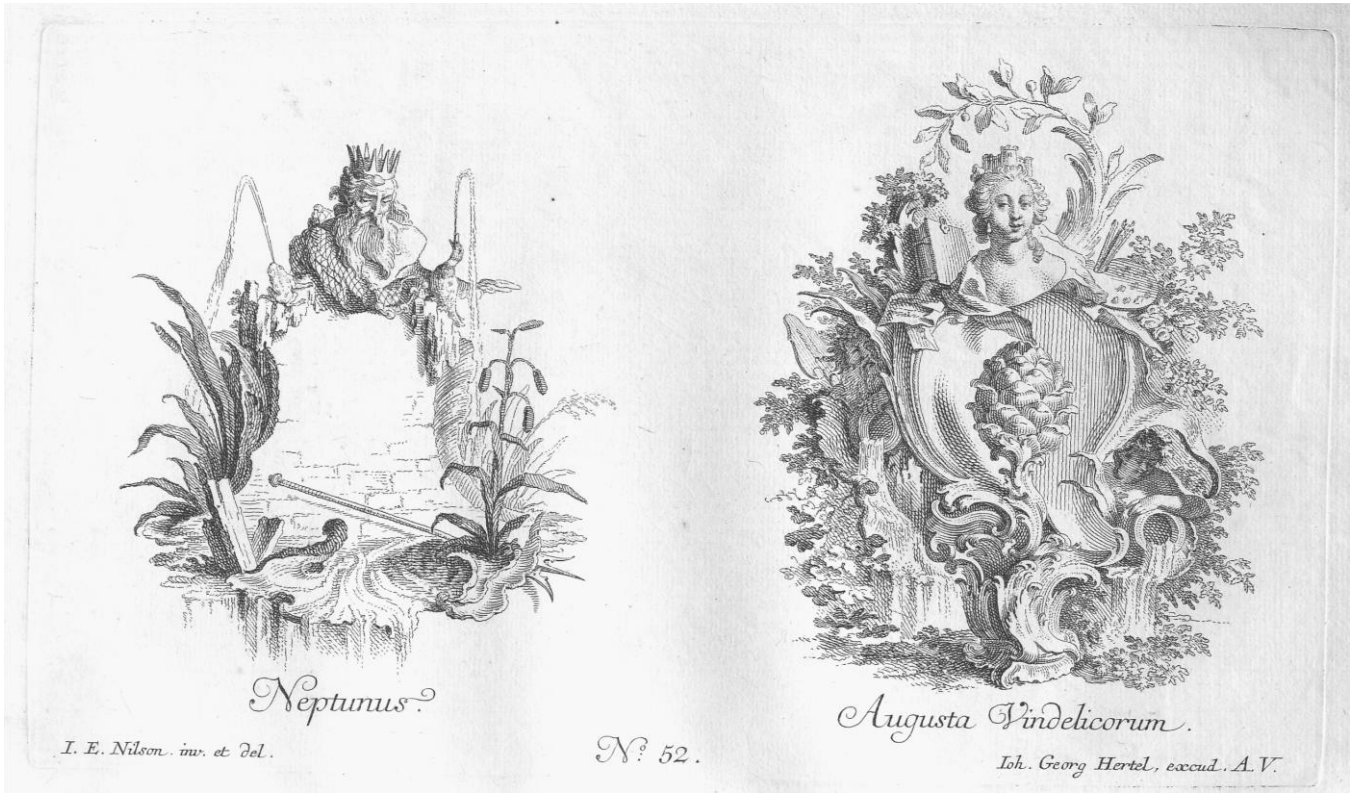

**Est. 19 –** Cabeça de Flora numa cartela (BLONDEL, Jacques François – *De la distribution des maisons de plaisance et de la distribution des édefices en general*. Vol.2. Paris, 1738, p.48).



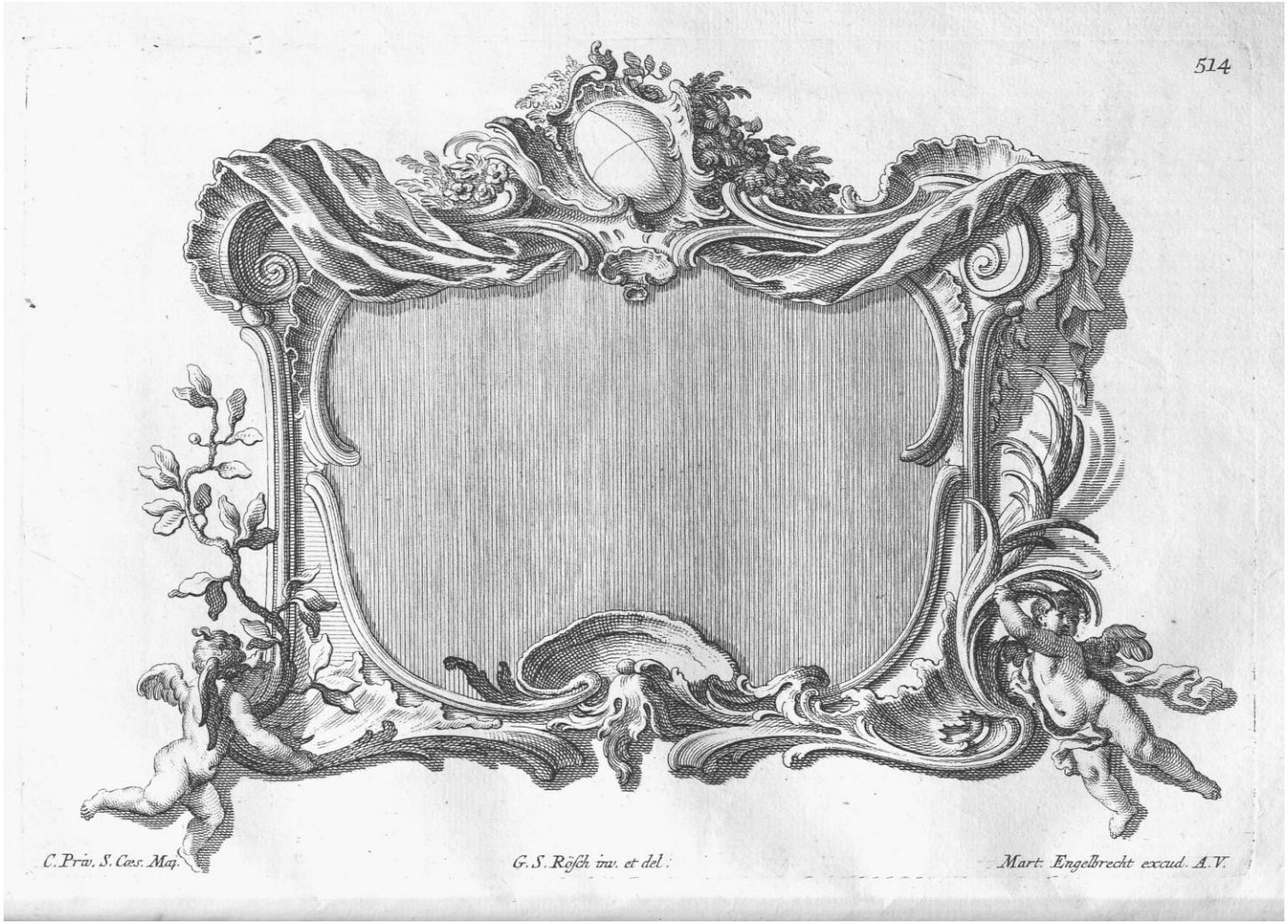
**Est. 20 –** Pormenor decorativo da obra de BRISEAUX, C.E. – *Traite du Beau*. Paris, 1752 (SMITH, Robert C. – *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. Escultor Beneditino do Século XVIII,* vol.1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p.121).




**Est. 21 –** Gravura com a representação de Ceres e Fortuna, de J. E. Nilson, publicada pela oficina de J. George Hertel.



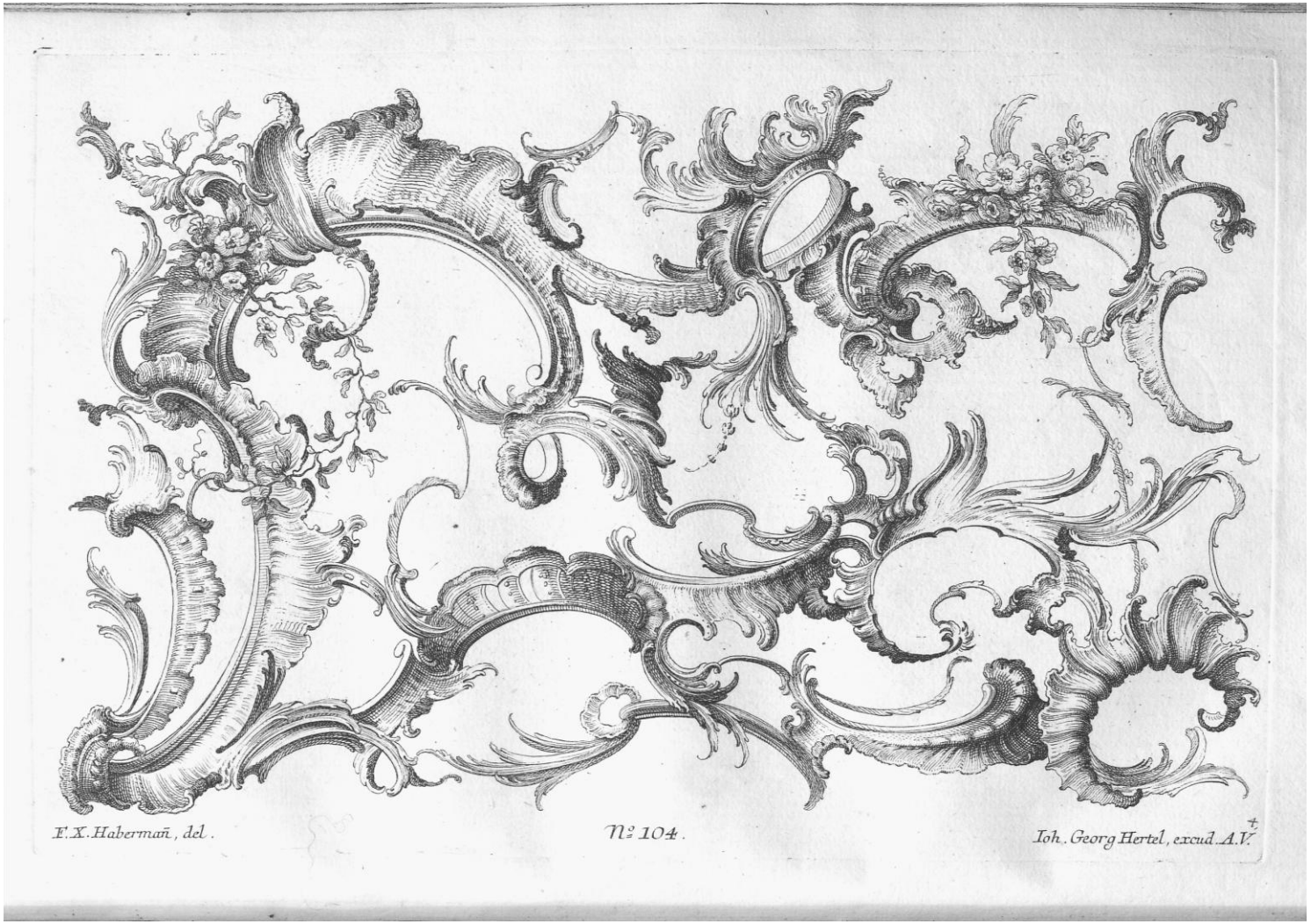

**Est. 22 –** Gravura com a representação de Neptuno e de Augusta Vindelicorum, de J. E. Nilson, publicada pela oficina de J. George Hertel.




**Est. 23 –** Gravura publicada pela oficina de Martin Engelbrecht.



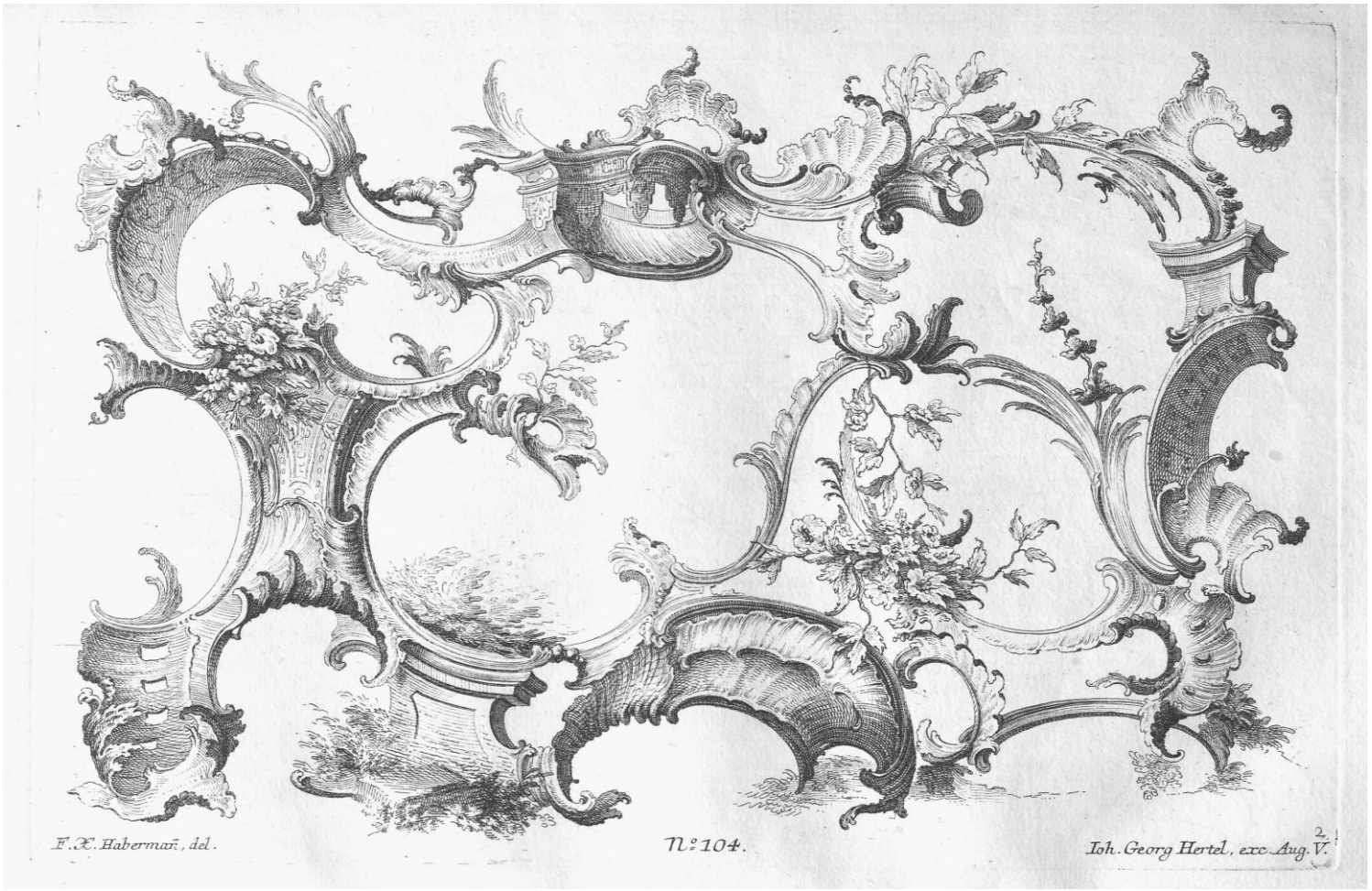

**Est. 24 –** Gravura publicada pela oficina de Martin Engelbrecht.




**Est. 25 –** Gravura de François-Xavier Habermann, publicada pela oficina de J. George Hertel.




**Est. 26 –** Gravura de François-Xavier Habermann, publicada pela oficina de J. George Hertel.




**Est. 27 –** Gravura de François-Xavier Habermann, publicada pela oficina de J. George Hertel.



Fig.5 - Vista geral do antigo Mosteiro do Couto de Cucujães
(actual Seminário da Sociedade Missionária da Boa Nova)




Fig. 6 – Fachada principal da igreja do antigo Mosteiro do Couto de Cucujães.



Fig. 7 – Primeiro registo da fachada principal.



Fig.8 – Segundo registo da fachada principal.



Fig.9 – Terceiro registo da fachada principal.



Fig. 10 – Alçado lateral Norte da igreja.



Fig. 11 – Alçado lateral Norte da capela-mor.



Fig. 12 – Alçado lateral Sul da capela-mor.



Fig. 13 – Alçado Este do antigo conjunto monástico e Seminário das Missões.



Fig. 14 – Alçado Este da capela-mor.



Fig. 15 – Nicho com escultura de Nossa Senhora da Purificação do alçado Este da capela-mor.




Fig.16 - Interior da igreja do antigo Mosteiro do Couto de Cucujães (actual igreja paroquial de S. Martinho de Cucujães).



Fig. 17 – Entrada do Baptistério.



Fig. 18 – Retábulo do Baptistério.



Fig. 19 – Pormenor da ilharga esquerda do retábulo do Baptistério.



Fig. 20 – Pormenor da ilharga direita do retábulo do Baptistério.



Fig. 21 – Pormenor do corpo do retábulo do Baptistério.



Fig. 22 – Remate do retábulo do Baptistério.



Fig. 23 – Pormenor do banco do Baptistério.



Fig. 24 – Capela-mor, onde se destacam o retábulo-mor e a cobertura em abóbada de caixotões.



Fig. 25 – Corpo da igreja visto da capela-mor.

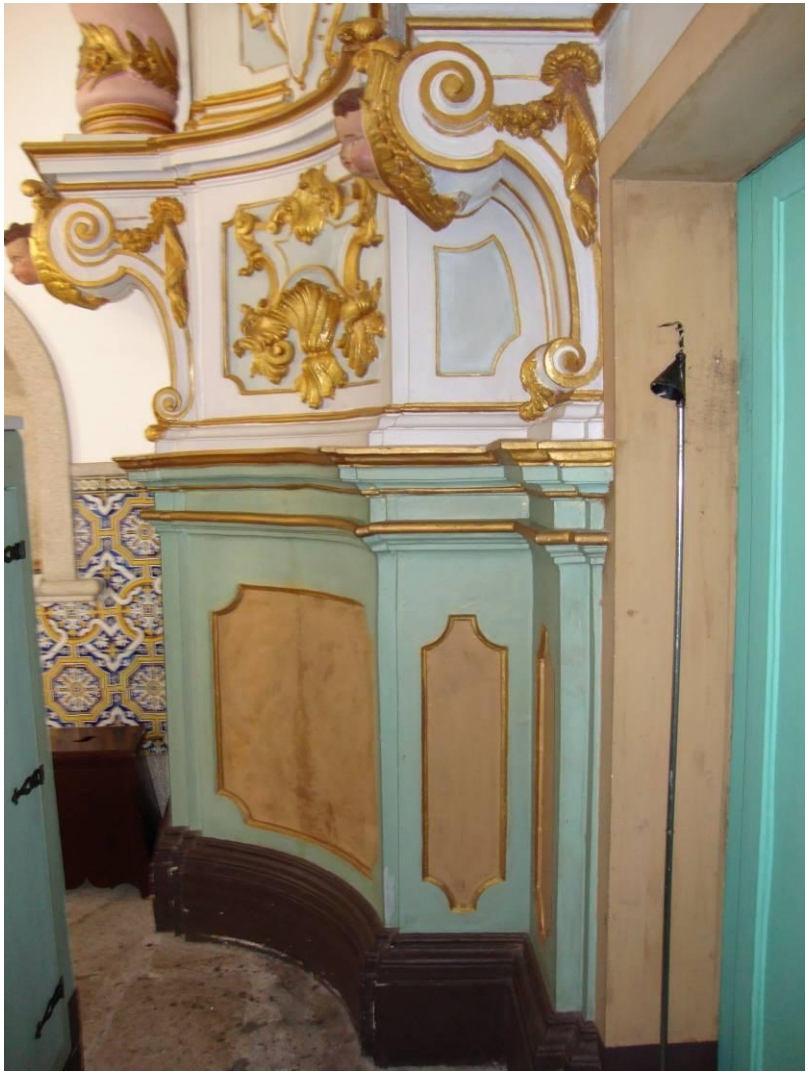


Fig. 26 – Retábulo-mor da igreja.



Fig. 27 – Parte lateral do sotobanco e banco do retábulo-mor.





Figs. 28 e 29 – Pormenores do sotobanco e banco do retábulo-mor.



Fig. 30 – Ilharga esquerda do retábulo-mor, com nicho de S. Martinho.



Fig. 31 – Ilharga direita do retábulo-mor, com nicho de S. Bento.

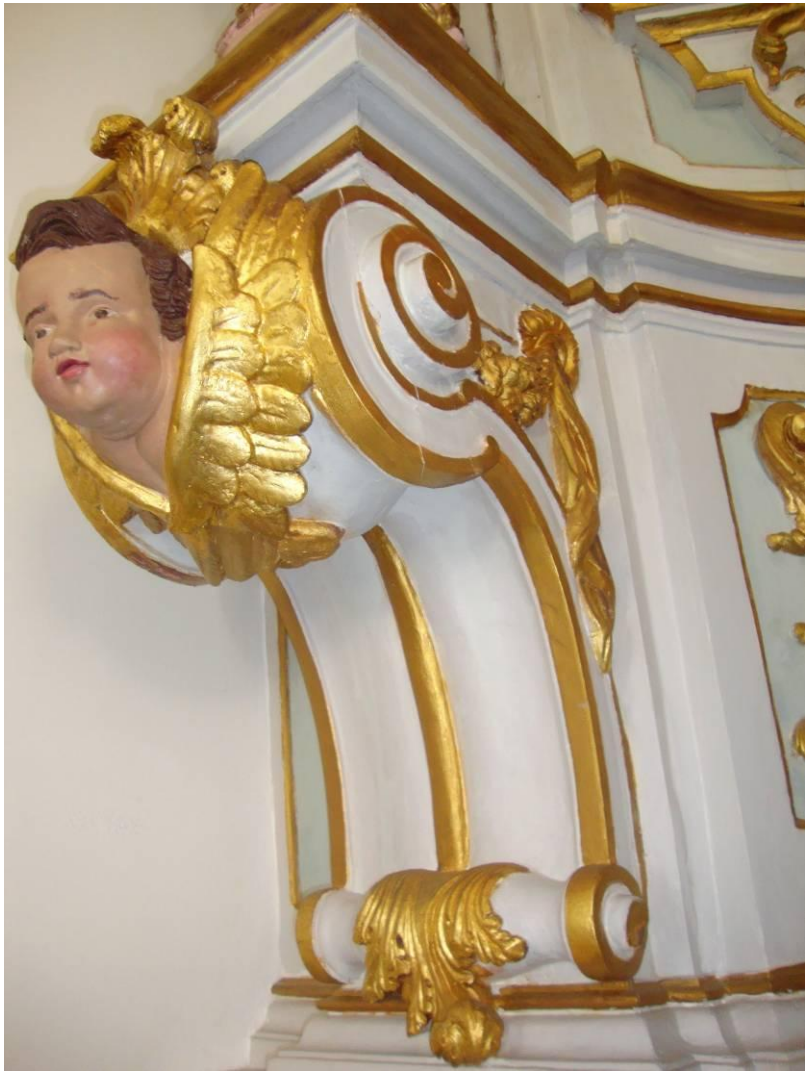


Fig. 33 – Pormenor de um modilhão com cabeça de anjo.



Fig. 32 – Pormenor da decoração do banco do retábulo-mor.



Fig. 34 – Motivo decorativo situado sob os nichos.



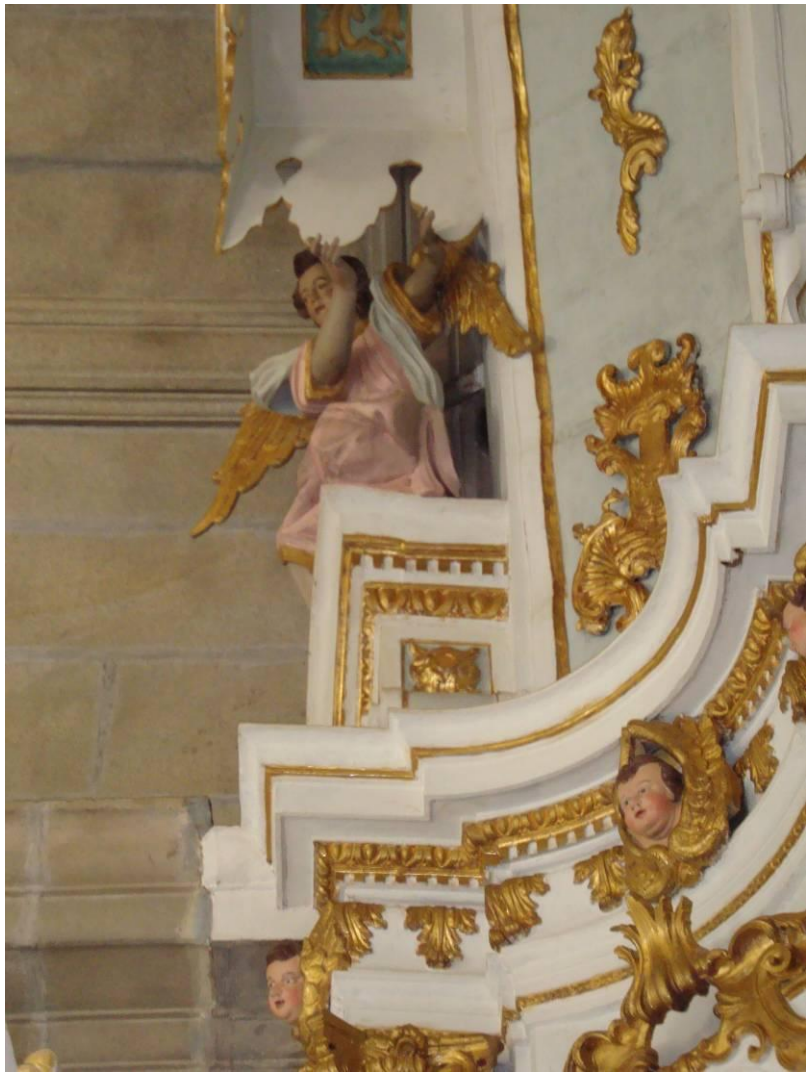
Fig. 35 – Pormenor do remate dos nichos.



Fig. 36 – Pormenor do entablamento do retábulo-mor.



Fig. 37 – Pormenor da coluna do retábulo-mor.





Figs. 38 e 39 – Anjos do coroamento do retábulo-mor.

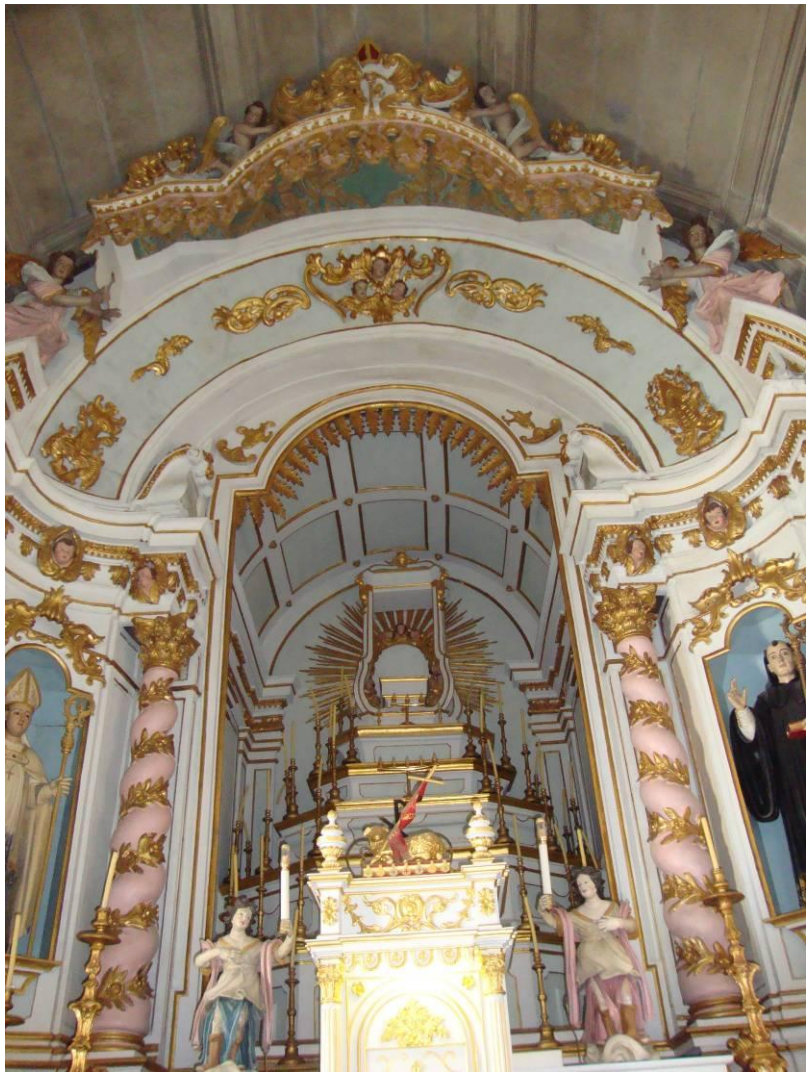


Fig. 40 – Parte central do corpo do retábulo-mor.

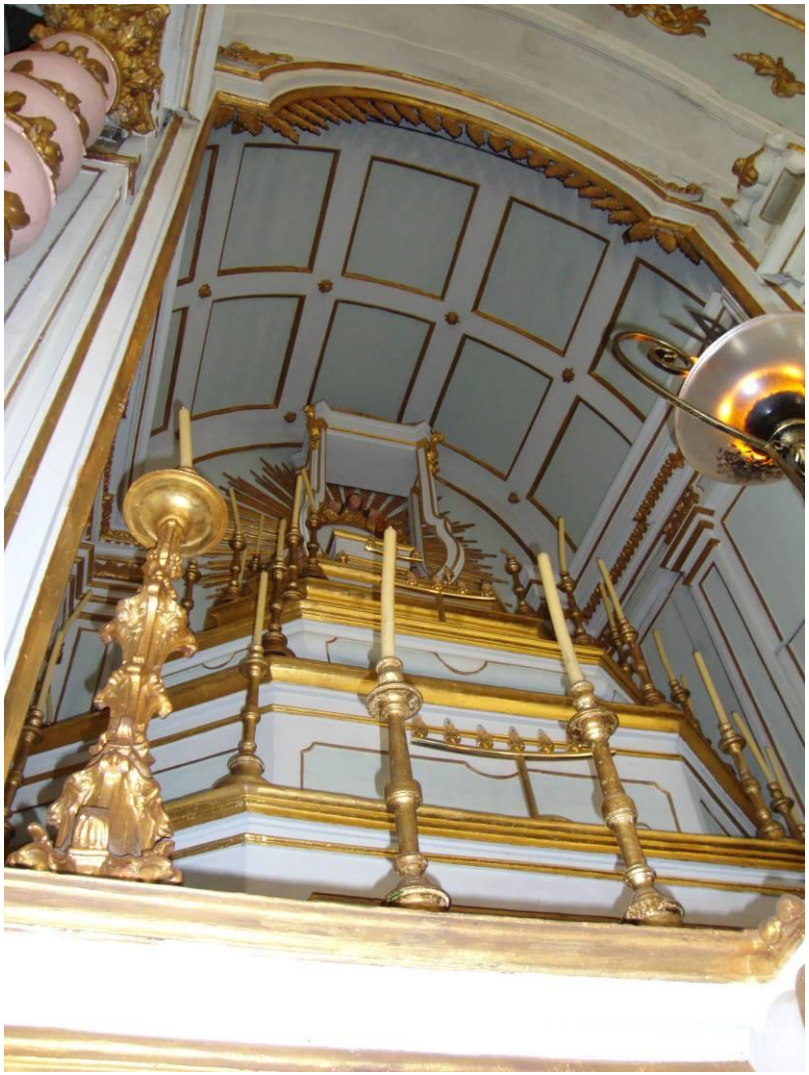


Fig. 41 – Pormenor da tribuna do retábulo-mor.

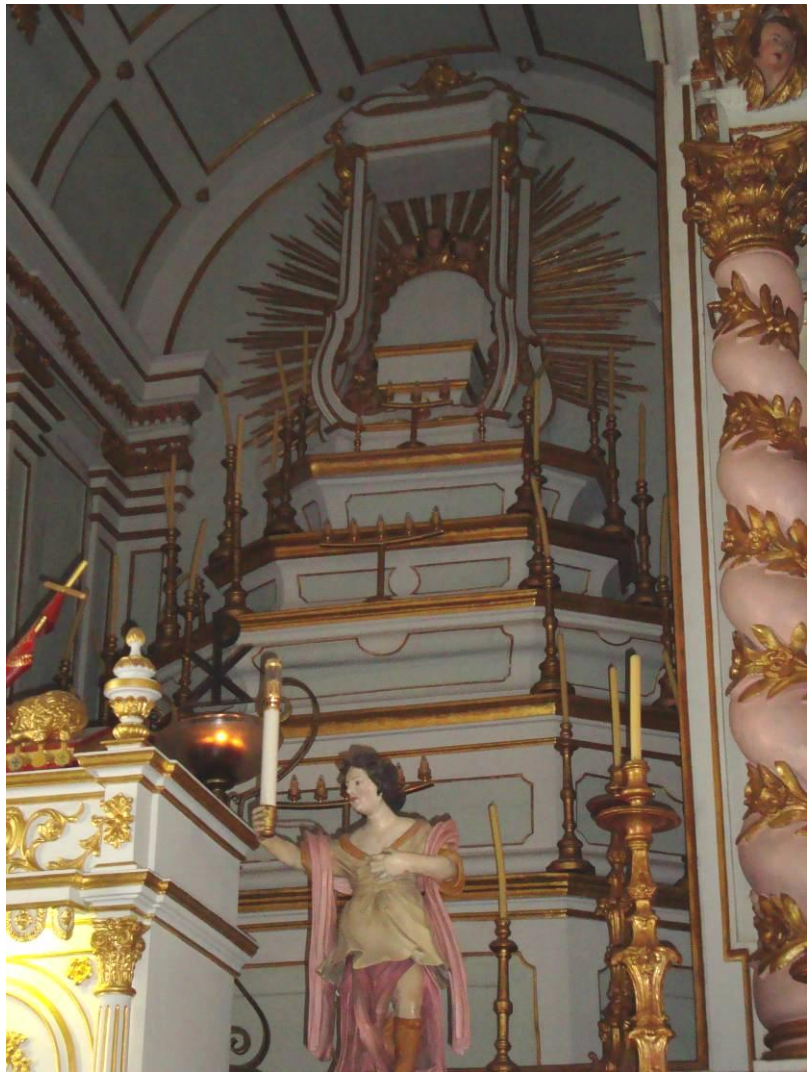


Fig. 42 – Pormenor da tribuna do retábulo-mor.



Fig. 43 – Pormenor da mísula do lampadário do Santíssimo Sacramento do retábulo-mor.



Fig. 44 – Coroamento do retábulo-mor.



Fig. 45 – Banqueta do retábulo-mor.



Fig. 46 – Pormenor da banqueta do retábulo-mor.



Fig. 47 – Pormenor decorativo da banqueta do retábulo-mor.



Fig. 48 – Pormenor decorativo da banqueta do retábulo-mor.



Fig.49 – Sanefa de um dos quatro vãos de iluminação da capela-mor.

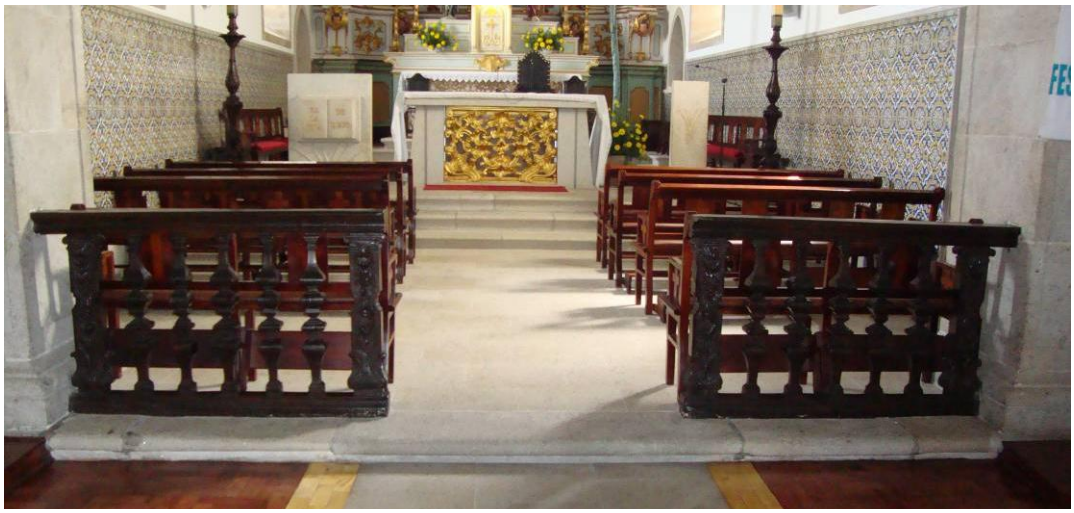


Fig. 50– Grades do arco cruzeiro.



Fig. 51 – Grade do arco cruzeiro (lado da Epístola).



Fig.52 – Grade do arco cruzeiro (lado do Evangelho).



Fig. 53– Portadas das grades do arco cruzeiro (actualmente como frontal ao altar-mor).



Fig.54 – Credência.



Fig.55 – Pormenor da ilharga da credência.




Fig. 56 – Retábulo colateral de Cristo Crucificado (lado do Evangelho).

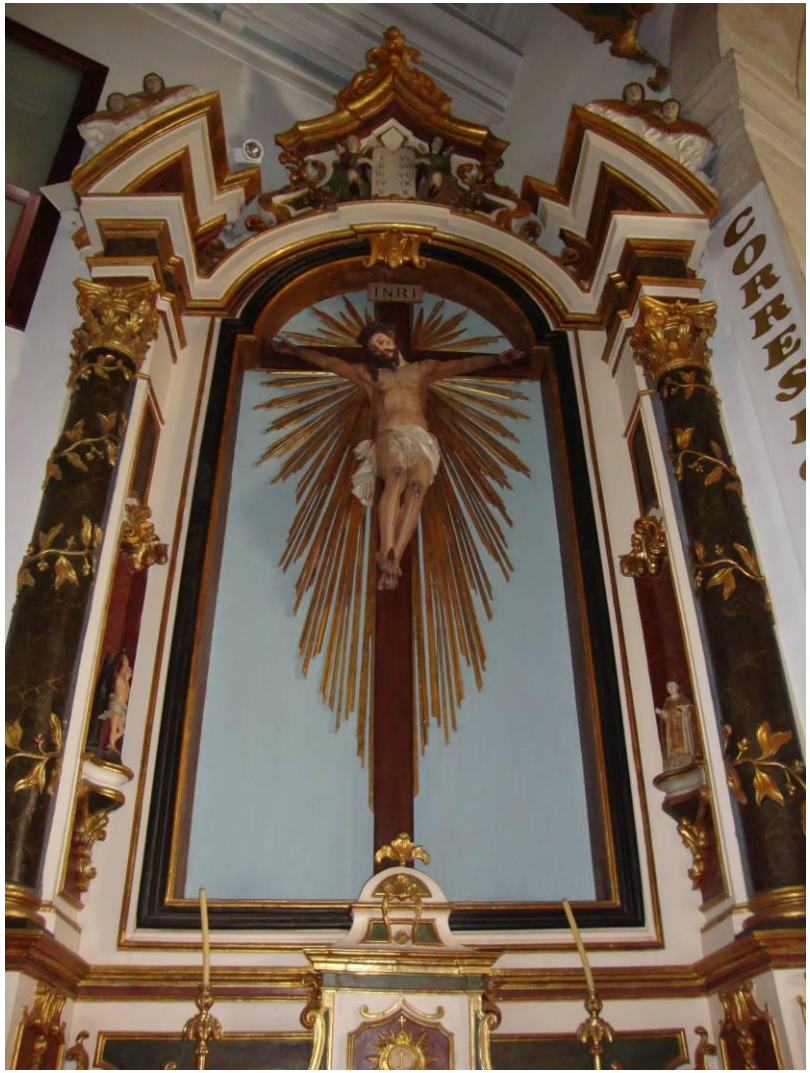



Fig. 57 – Corpo do retábulo colateral de Cristo Crucificado (lado do Evangelho).

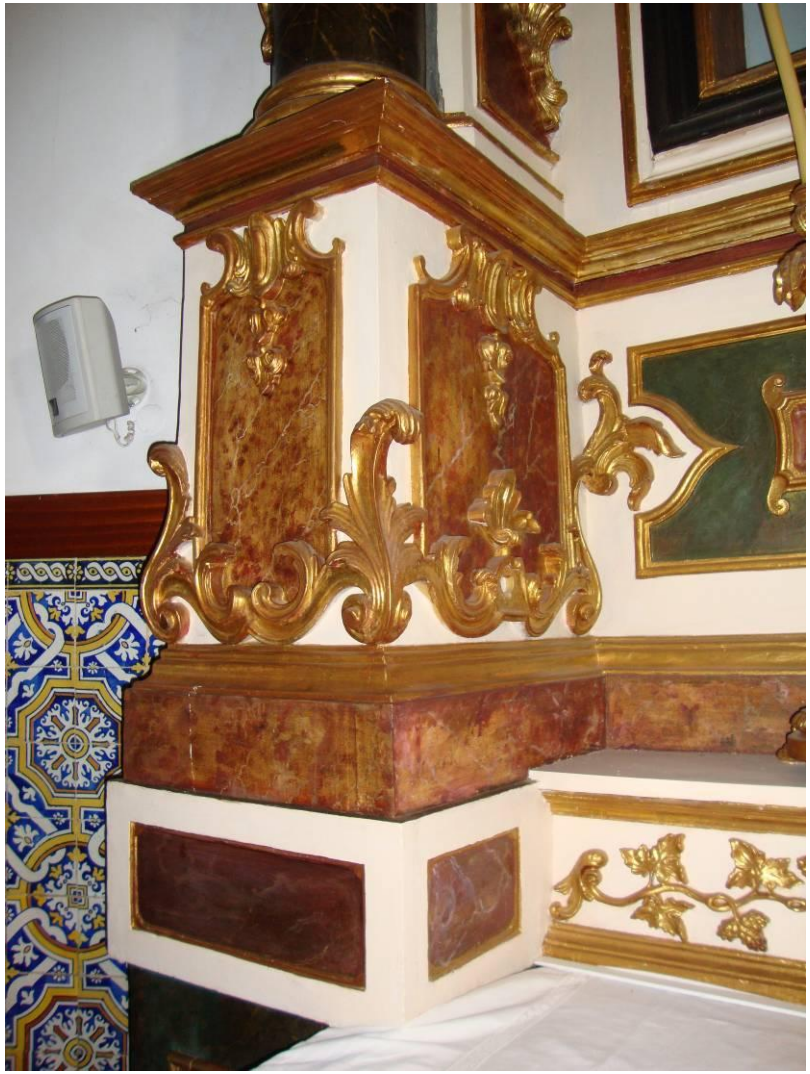


Fig. 58 – Pormenor da decoração do pedestal das colunas do retábulo colateral de Cristo Crucificado.



Fig. 59 – Sacrário do retábulo colateral de Cristo Crucificado..



Fig. 60 – Banco do retábulo colateral de Cristo Crucificado.



Fig. 61 – Pormenor decorativo da predela do banco do retábulo colateral de Cristo Crucificado.



Fig. 62 – Pormenor decorativo da predela do banco do retábulo colateral de Cristo Crucificado.

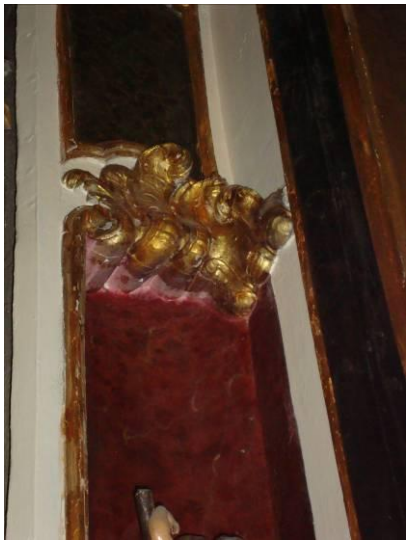





Figs. 63 e 64 –Colunas do retábulo colateral de Cristo Crucificado.



Fig. 65 – Pormenor da coluna e nicho do retábulo colateral de Cristo Crucificado.





Figs, 66 e 67 – Pormenores da mísula e remate do nicho do retábulo colateral de Cristo Crucificado.

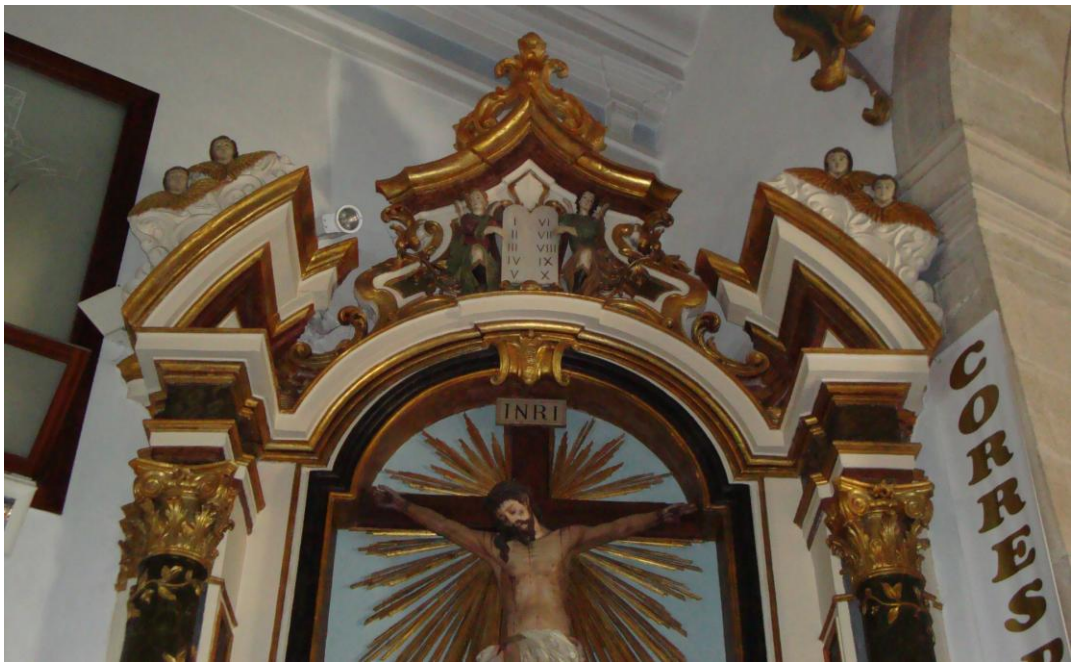



Fig. 68 – Coroamento do retábulo colateral de Cristo Crucificado.




Fig. 69 – Pormenor do coroamento do retábulo colateral de Cristo Crucificado.



Fig. 70 – Sotobanco e altar do retábulo colateral de Cristo Crucificado.



Fig. 71 – Pormenor decorativo do frontal de altar do retábulo colateral de Cristo Crucificado.



Fig. 72 – Pormenor decorativo do frontal de altar do retábulo colateral de Cristo Crucificado.




Fig. 73 – Retábulo colateral do Sagrado Coração de Jesus (lado da Epístola).




Fig. 74 – Banco, corpo e coroamento do retábulo colateral do Sagrado Coração de Jesus (lado da Epístola).



Fig. 75 – Banco do retábulo colateral do Sagrado Coração de Jesus.



Fig. 76 – Pormenor decorativo da predela do banco do retábulo colateral do Sagrado Coração de Jesus.

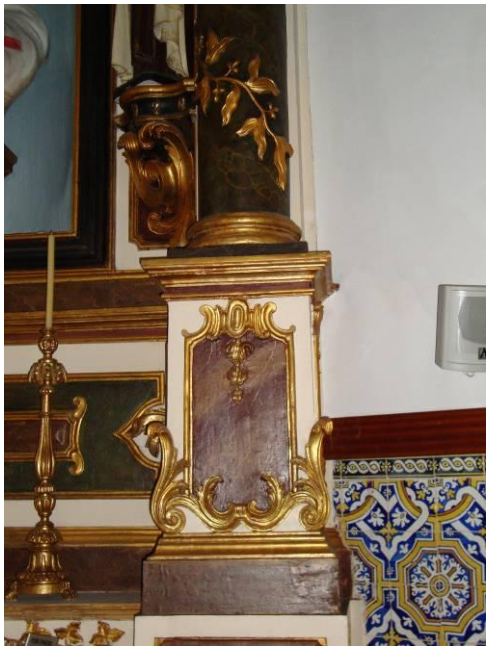


Fig. 77 – Pormenor do pedestal da coluna do retábulo colateral do Sagrado Coração de Jesus.



Fig. 78 – Pormenor do nicho lateral direito do retábulo colateral do Sagrado Coração de Jesus.





Figs. 79 e 80 – Pormenores da mísula e remate do nicho do retábulo colateral do Sagrado Coração de Jesus.

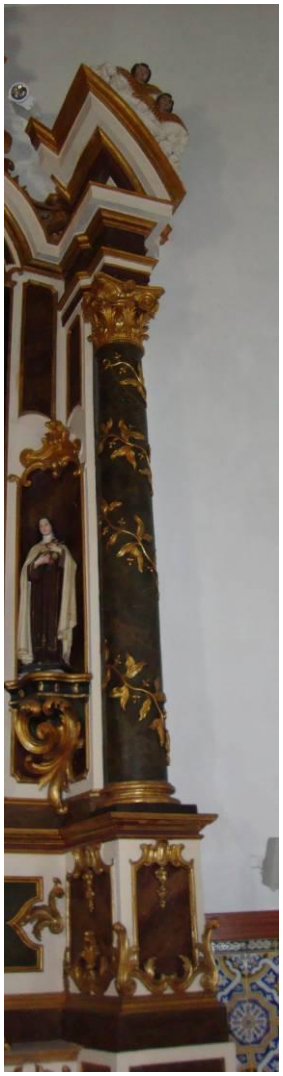


Fig. 81 – Coluna do retábulo colateral do Sagrado Coração de Jesus.



Fig. 82– Pormenor do fuste da coluna e nicho do retábulo colateral do Sagrado Coração de Jesus.



Fig. 83 – Pormenor do capitel da coluna do retábulo colateral do Sagrado Coração de Jesus.




Fig. 84 – Coroamento do retábulo colateral do Sagrado Coração de Jesus.

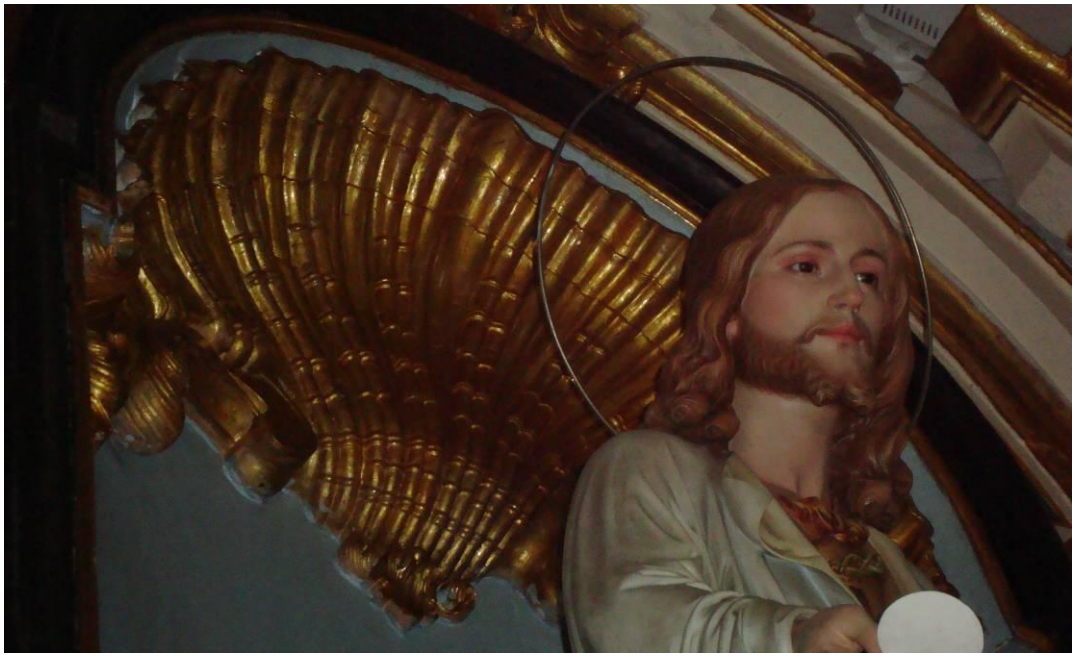


Fig. 85 – Pormenor do concheado do nicho central do retábulo colateral do Sagrado Coração de Jesus.



Fig. 86 – Sotobanco e altar do retábulo colateral do Sagrado Coração de Jesus.



Fig. 87 – Sanefa do arco cruzeiro da igreja do Mosteiro do Couto de Cucujães.






Figs. 88 e 89 – Lavabo da ante-sacristia da igreja do Mosteiro do Couto de Cucujães.



Fig.90 – Interior da Sacristia (pormenor do arco de enquadramento do retábulo que se encontra no baptistério).



Fig.91 – Claustro do Mosteiro do Couto de Cucujães.



Fig.92 – Claustro do Mosteiro do Couto de Cucujães – Chafariz.



Fig.93 – Claustro do Mosteiro do Couto de Cucujães – Ala Norte.



Fig.94 – Claustro do Mosteiro do Couto de Cucujães – Ala Este.



Fig.95 – Claustro do Mosteiro do Couto de Cucujães – Ala Sul.



Fig.96 – Claustro do Mosteiro do Couto de Cucujães – Ala Oeste.



Fig.97 – Claustro do Mosteiro do Couto de Cucujães – Ala Sul.



Fig.98 – Escadaria de acesso ao piso superior do Claustro.

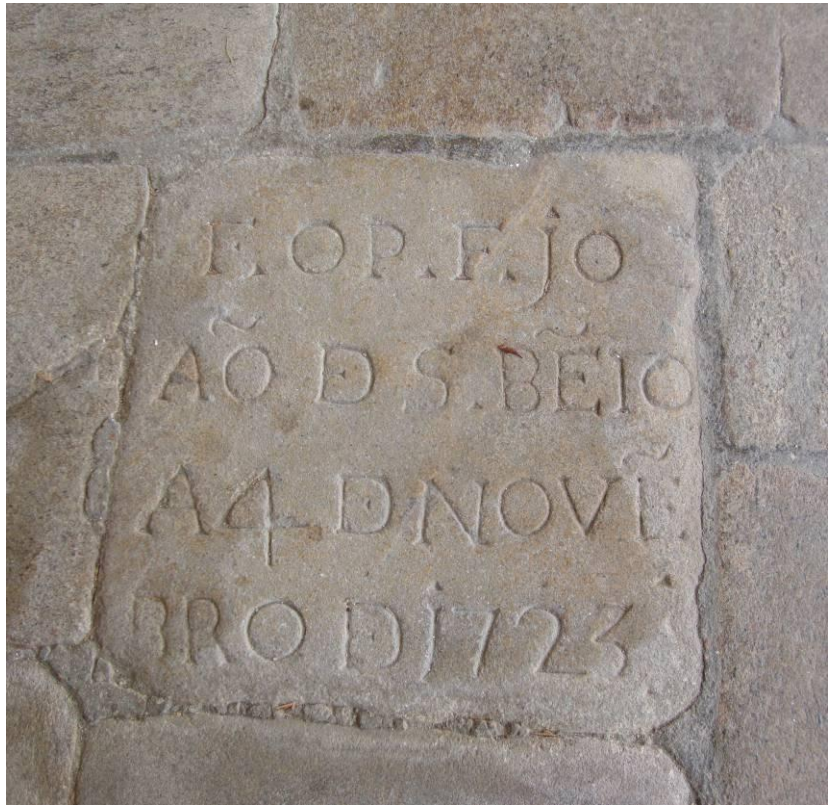


Fig.99 – Escadaria de acesso ao piso superior do Claustro (lanço convergente).



Fig.100 – Pormenor do silhar de azulejos seiscentistas da escadaria de acesso ao piso superior do claustro.






Figs.101 e 102 – Pormenores de duas sepulturas no pavimento do Claustro.



Fig. 103 – Retábulo-mor da igreja de São João da Foz (Porto).



Fig. 104 – Coroamento do retábulo-mor de São João da Foz.



Fig.105 – Corpo do retábulo-mor de São João da Foz.



Fig. 106 – Pormenor da ilharga do lado do Evangelho.



Fig.107 – Pormenor da ilharga do lado da Epístola.



Fig.108 – Pormenor do enquadramento do sacrário do retábulo-mor de São João da Foz.

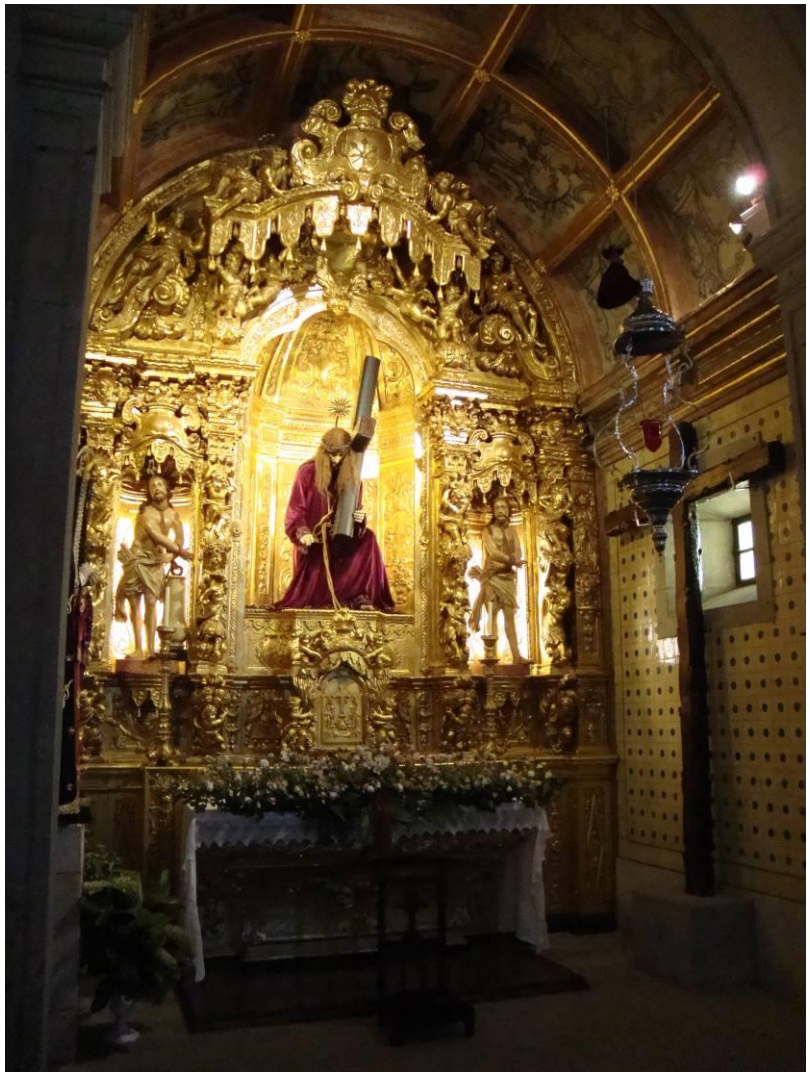
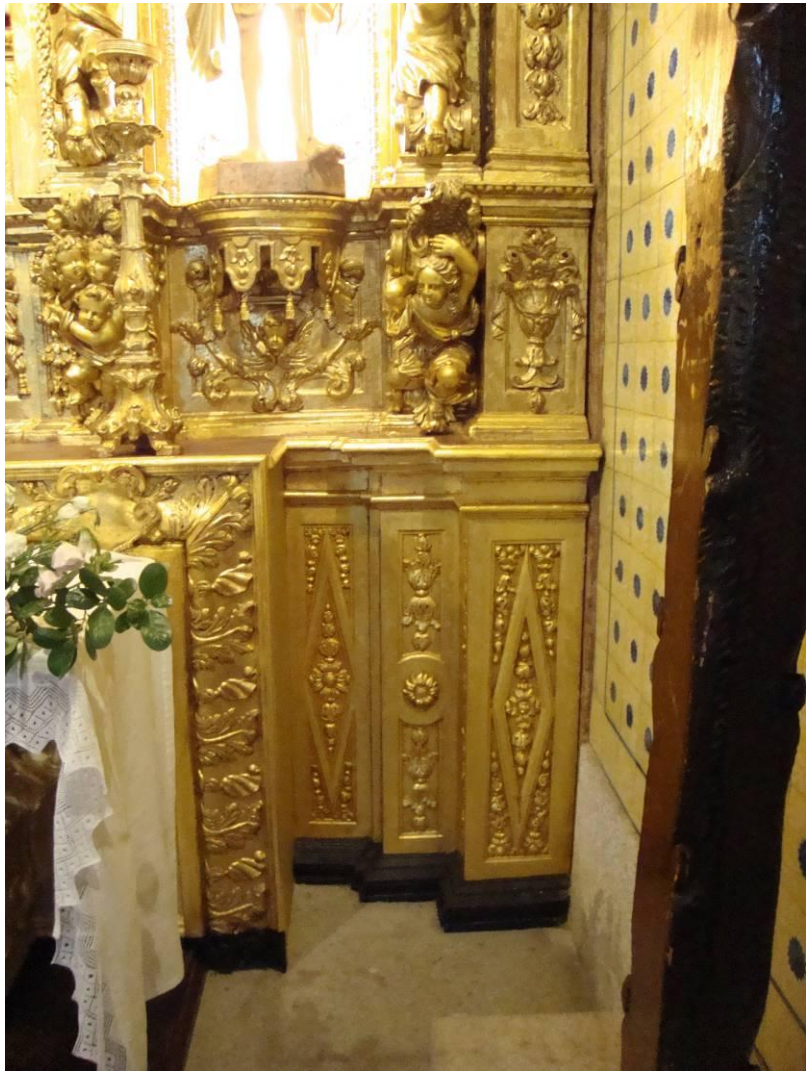


Fig. 109 – Retábulo dos Santos Passos da igreja de Leça da Palmeira (lado da Epístola).



Fig. 110 – Sacrário do retábulo dos Santos Passos da igreja de Leça da Palmeira.





Figs. 111 e 112 – Pormenor do sotobanco e banco do retábulo dos Santos Passos da igreja de Leça da Palmeira.

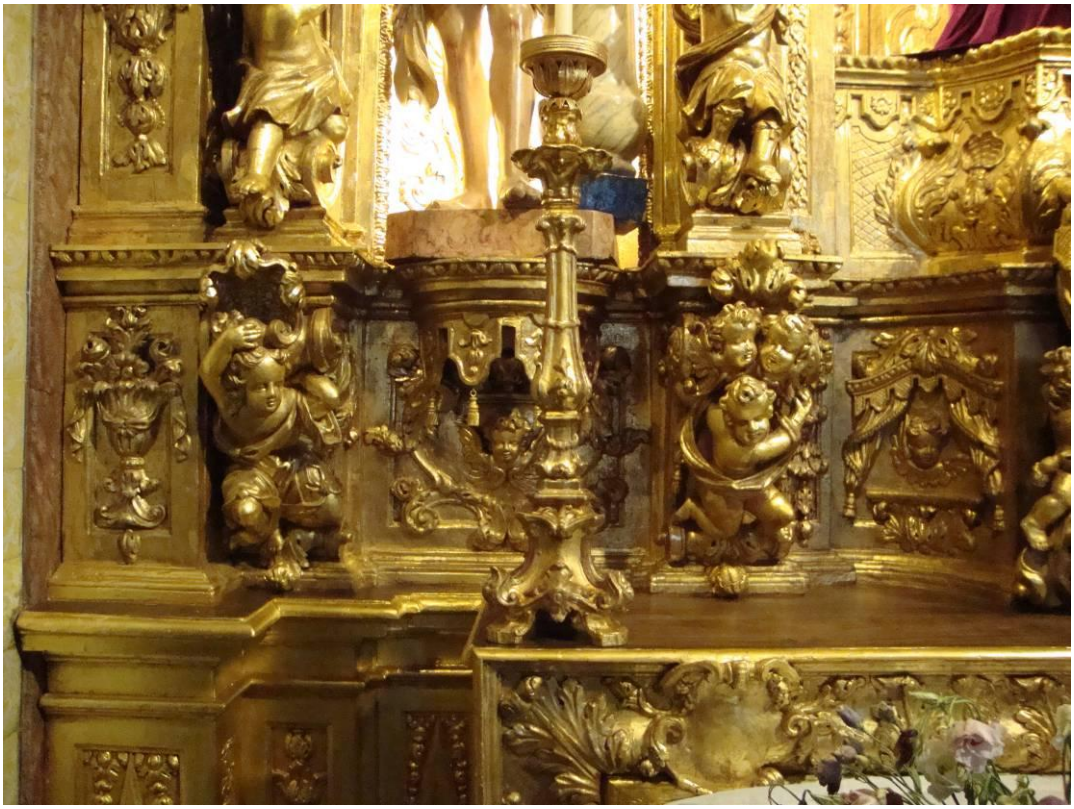


Fig. 113 – Pormenor do banco do retábulo dos Santos Passos da igreja de Leça da Palmeira.



Fig. 114 – Pormenor do banco do retábulo dos Santos Passos da igreja de Leça da Palmeira.



Fig. 115 – Corpo do retábulo dos Santos Passos da igreja de Leça da Palmeira.



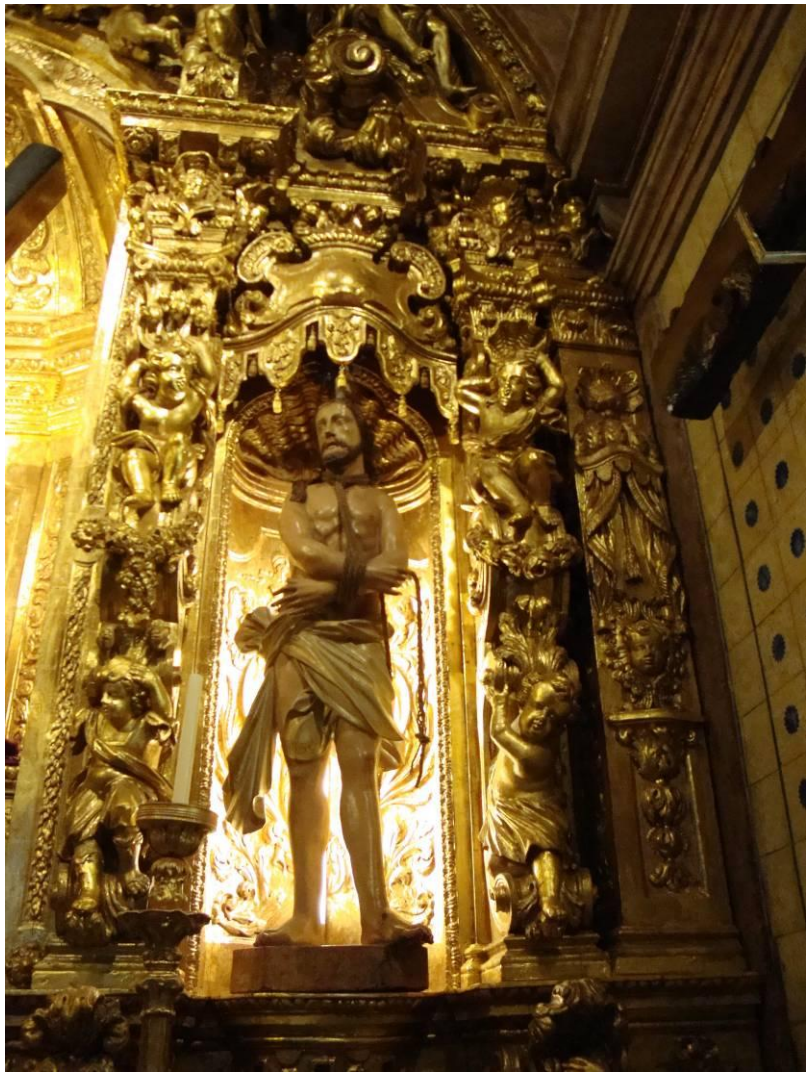
Fig. 116 – Pormenor do nicho do corpo do retábulo dos Santos Passos da igreja de Leça da Palmeira.





Figs. 117 e 118 – Pormenores das ilhargas do nicho do corpo do retábulo dos Santos Passos da igreja de Leça da Palmeira.





Figs. 119 e 120 – Pormenores dos nichos laterais do corpo do retábulo dos Santos Passos da igreja de Leça da Palmeira.



Fig. 121 – Coroamento do retábulo dos Santos Passos da igreja de Leça da Palmeira.



Fig. 122 – Pormenor da sanefa de coroamento do
retábulo dos Santos Passos da igreja de Leça da Palmeira.



Fig. 123 – Pormenor do anjo do coroamento do
retábulo dos Santos Passos da igreja de Leça da Palmeira.

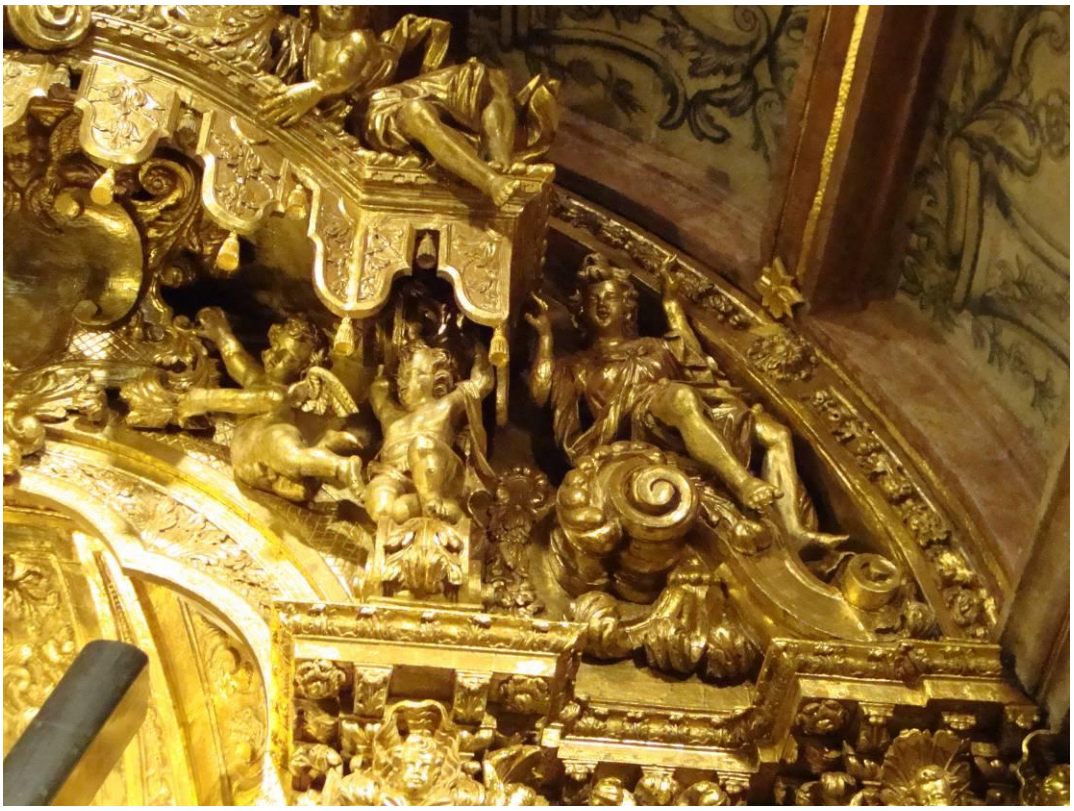


Fig. 124 – Pormenor do anjo do coroamento do
retábulo dos Santos Passos da igreja de Leça da Palmeira.



Fig.125 – Retábulo de Nossa Senhora do Socorro do Convento de São Francisco, Porto (lado do Evangelho).

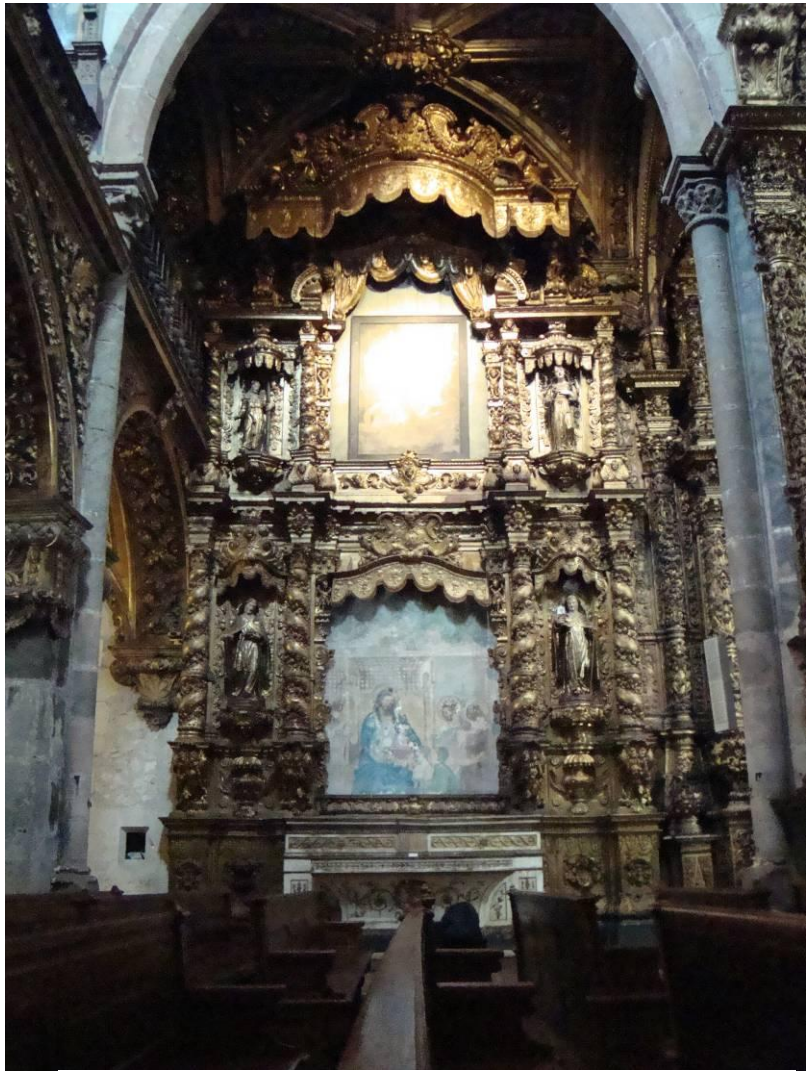


Fig.126 – Retábulo de Nossa Senhora da Graça do Convento de São Francisco, Porto (lado do Evangelho).



Fig.127 – Sotobanco e banco do retábulo de Nossa Senhora do Socorro do Convento de São Francisco, Porto (lado do Evangelho).



Fig.128 – Corpo do retábulo de Nossa Senhora do Socorro do Convento de São Francisco, Porto (lado do Evangelho).



Fig.129 – Coroamento do retábulo de Nossa Senhora do Socorro do Convento de São Francisco, Porto (lado do Evangelho).

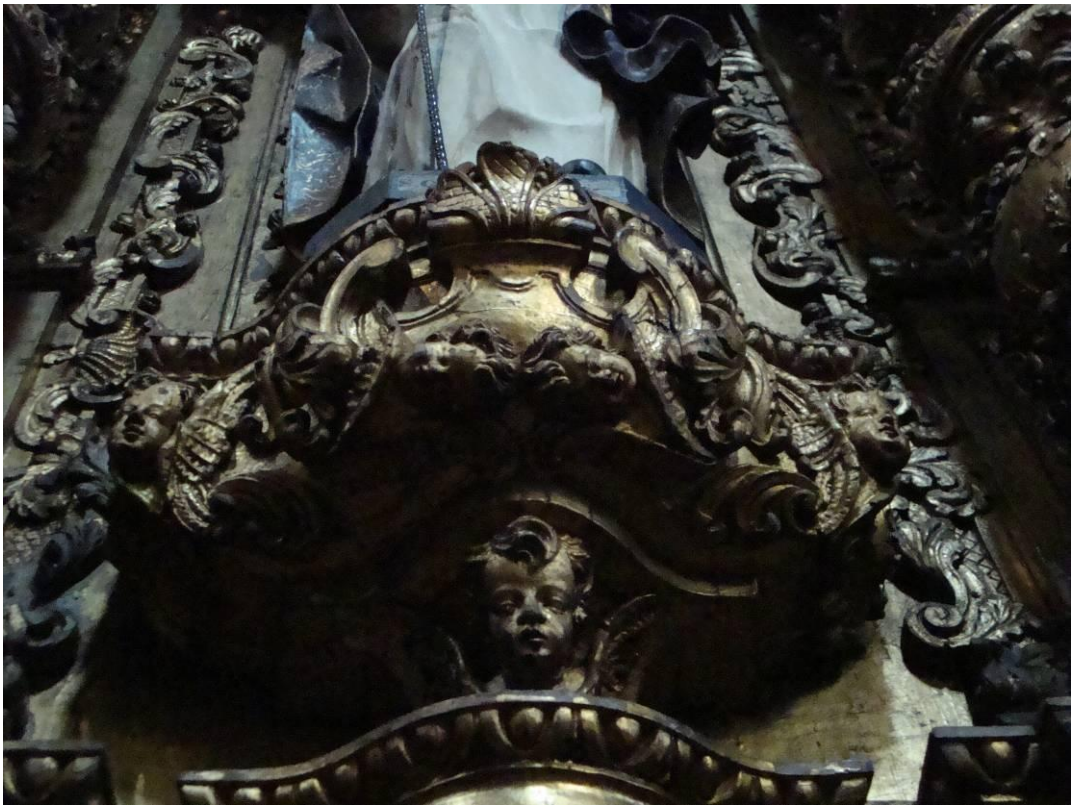


Fig.130 – Pormenor de uma mísula do corpo do retábulo de Nossa Senhora do Socorro do Convento de São Francisco, Porto (lado do Evangelho).



Fig.131 – Pormenor do sotobanco do retábulo de Nossa Senhora do Socorro do Convento de São Francisco, Porto (lado do Evangelho).

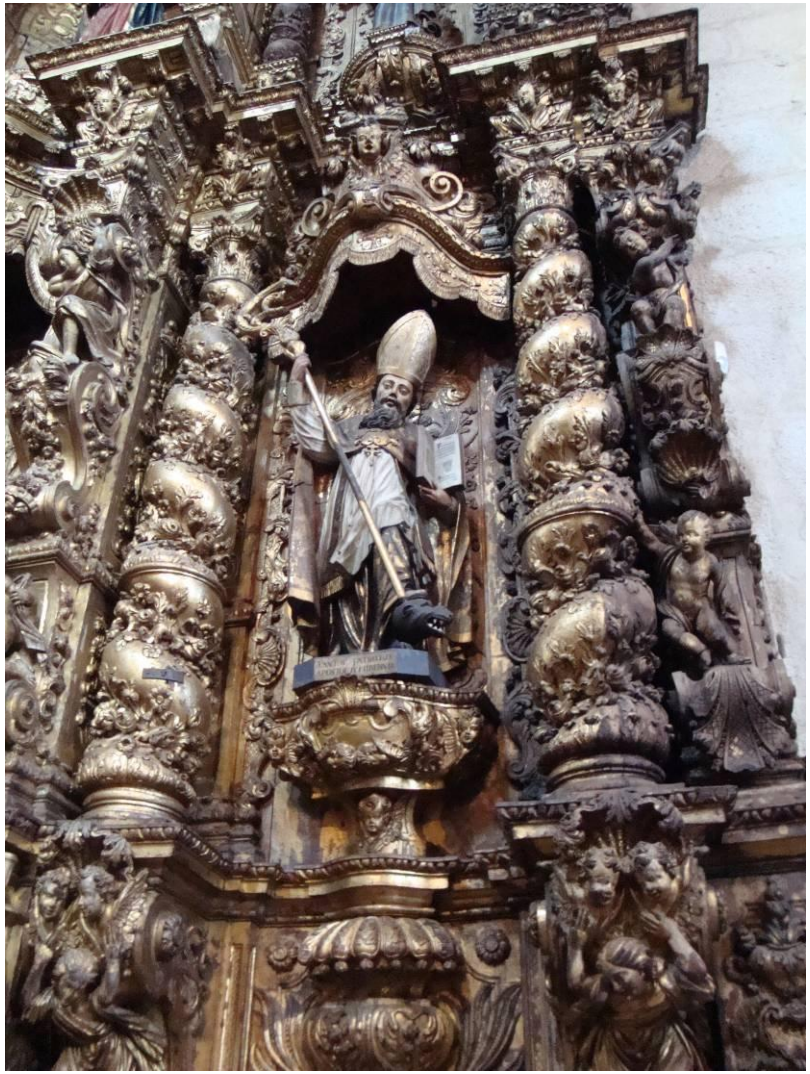


Fig.132 – Pormenor do registo lateral do corpo do retábulo de Nossa Senhora do Socorro do Convento de São Francisco, Porto (lado do Evangelho).



Fig.133 – Pormenor do banco do retábulo de Nossa Senhora do Socorro do Convento de São Francisco, Porto (lado do Evangelho).

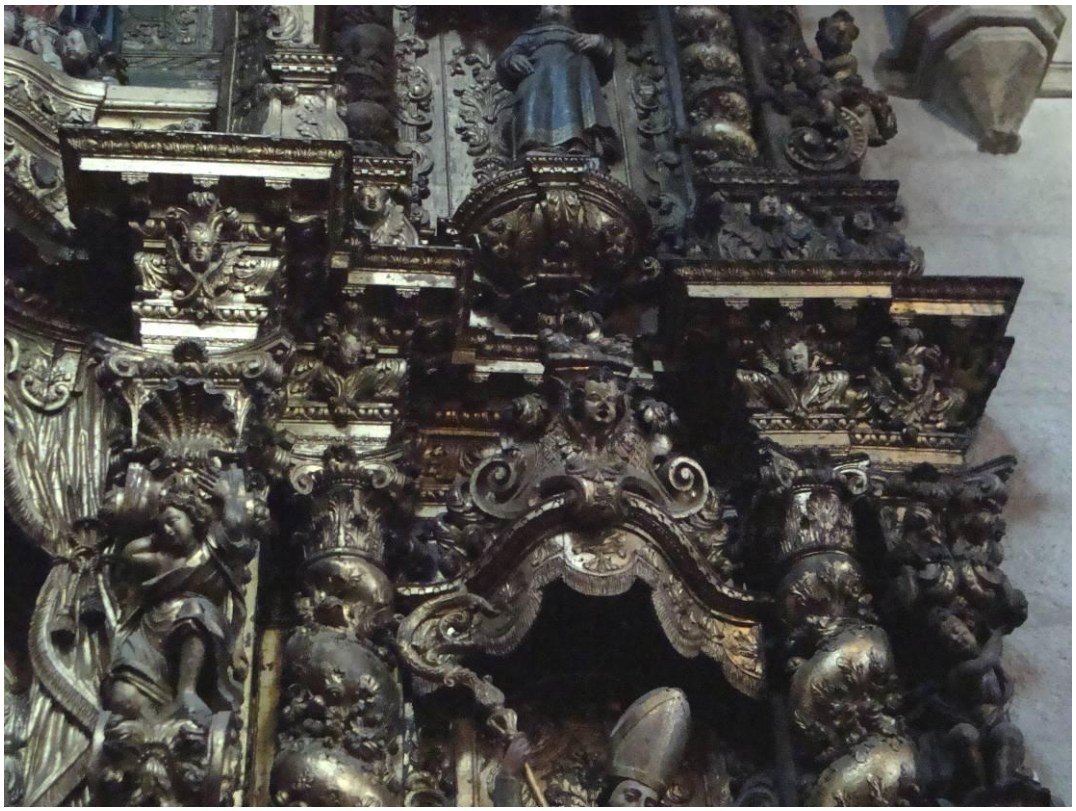


Fig.134 – Pormenor entablamento do retábulo de Nossa Senhora do Socorro do Convento de São Francisco, Porto (lado do Evangelho).

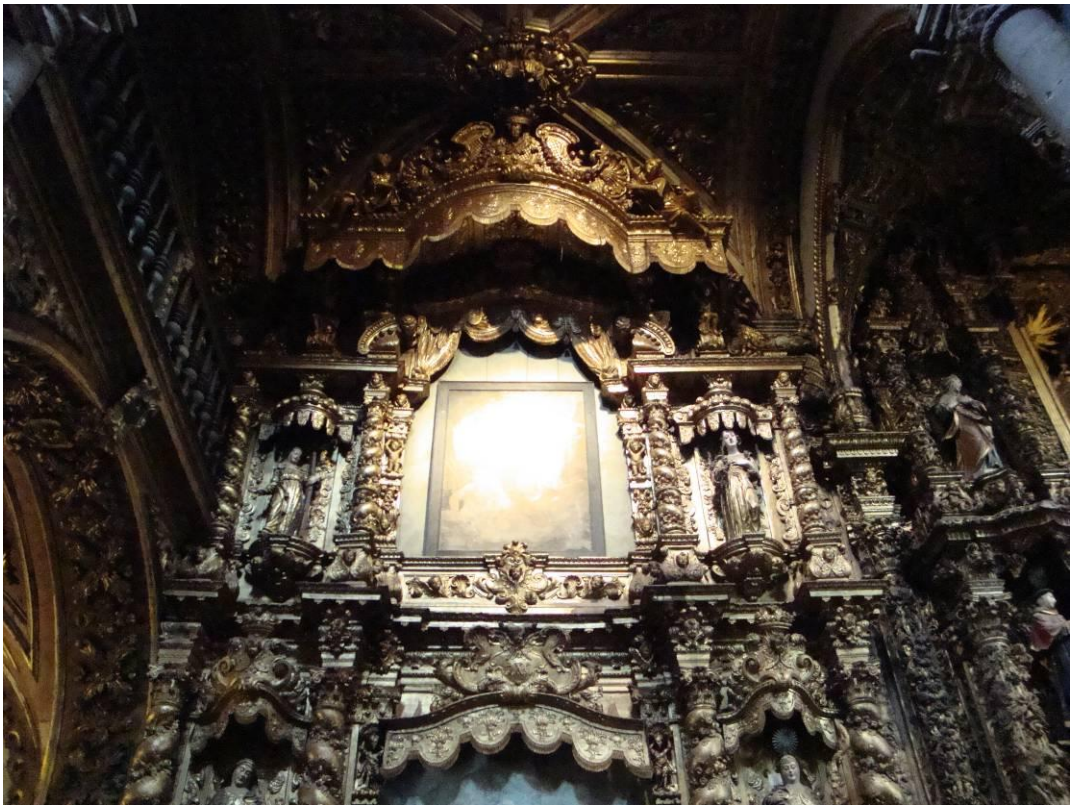


Fig.135 – Coroamento do retábulo de Nossa Senhora da Graça do Convento de São Francisco, Porto (lado do Evangelho).



Fig.136 – Pormenor da sanefa de coroamento do retábulo de Nossa Senhora da Graça do Convento de São Francisco, Porto (lado do Evangelho).



Fig.137 – Sotobanco e banco do retábulo de Nossa Senhora da Graça do Convento de São Francisco, Porto (lado do Evangelho).



Fig.138 – Corpo do retábulo de Nossa Senhora da Graça do Convento de São Francisco, Porto (lado do Evangelho).



Fig.138 – Corpo do retábulo de Nossa Senhora da Graça do Convento de São Francisco, Porto (lado do Evangelho).



Fig.139 – Pormenor de uma sanefa do corpo do retábulo de Nossa Senhora da Graça do Convento de São Francisco, Porto (lado do Evangelho).



Fig.140 – Pormenor do banco do retábulo de Nossa Senhora da Graça do Convento de São Francisco, Porto (lado do Evangelho).

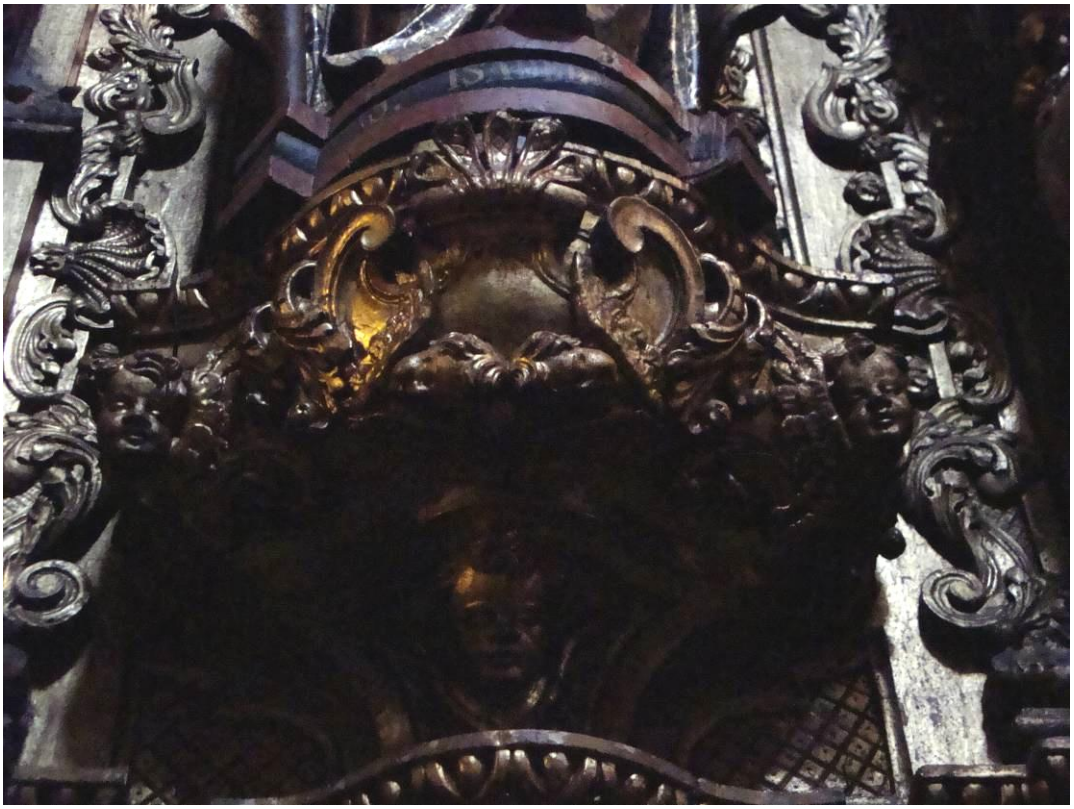


Fig.141 – Pormenor de uma mísula do corpo do retábulo de Nossa Senhora da Graça do Convento de São Francisco, Porto (lado do Evangelho).



Fig. 142 – Retábulo-mor da igreja de São Lourenço de Pias, Lousada. (Imagem retirada de ALVES, Natália Marinho Ferreira – *A Escola de Talha Portuense e a sua influência no Norte de Portugal.* Lisboa: Edições Inapa, 2001).



Fig. 143 – Retábulo-mor da igreja do Convento de São Francisco, Guimarães (Foto: S. Vechina).



Fig.144 – Retábulo da Ordem Terceira de São Francisco na igreja de São Cosme, Gondomar (lado do Evangelho).



Fig.145 – Sotobanco do retábulo da Ordem Terceira de São Francisco na igreja de São Cosme, Gondomar (lado do Evangelho).



Fig.146 – Corpo do retábulo da Ordem Terceira de São Francisco na igreja de São Cosme, Gondomar (lado do Evangelho).



Fig.147 – Coroamento do retábulo da Ordem Terceira de São Francisco na igreja de São Cosme, Gondomar (lado do Evangelho).



Fig. 147 – Pormenor do coroamento do retábulo-mor da igreja de São Miguel de Nevogilde (Porto).



Fig.148 – Pormenor do corpo do retábulo-mor da igreja de São Miguel de Nevogilde (Porto).



Fig.149 – Pormenor do sotobanco e banco do retábulo-mor da igreja de São Miguel de Nevogilde (Porto).





Figs.150 e 151 - Pormenores do sotobanco e banqueta do retábulo-mor da igreja de São Miguel de Nevogilde (Porto).



Fig. 152 – Sacrário do retábulo-mor da igreja de São Miguel de Nevogilde (Porto).

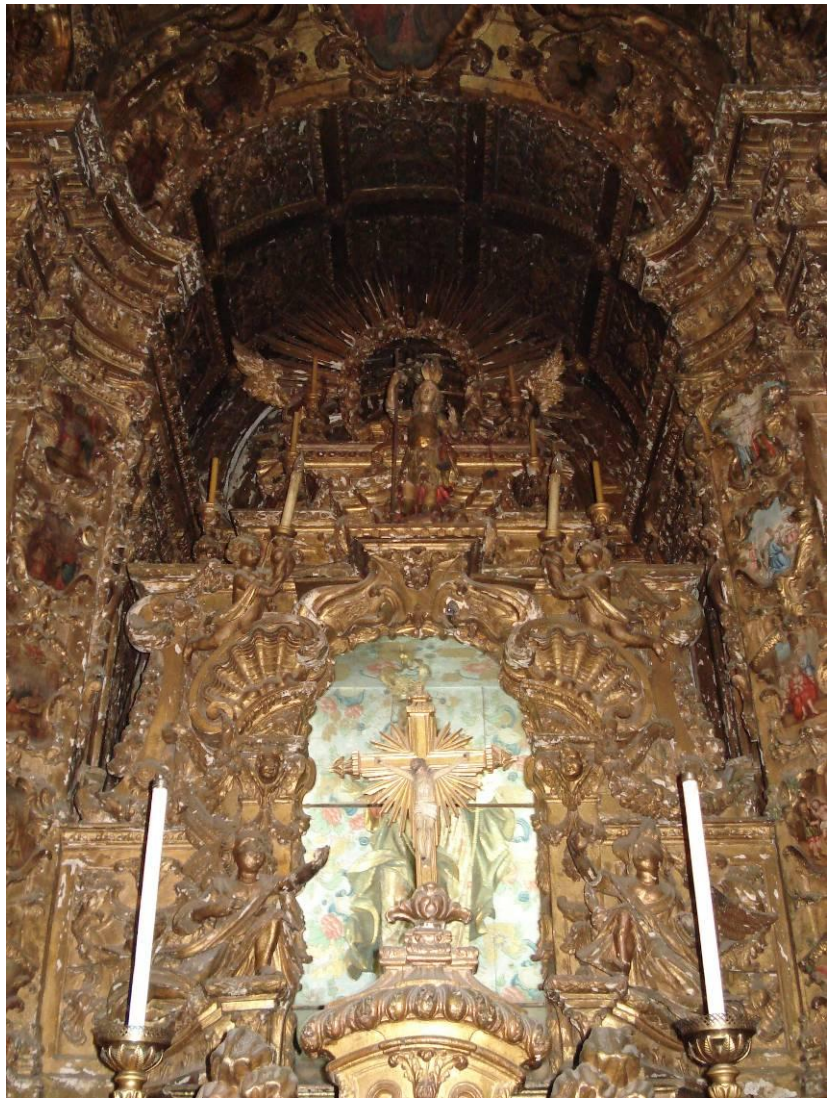


Fig. 153 – Tribuna do retábulo-mor da igreja de São Miguel de Nevogilde (Porto).





Figs. 154 e 155 – Ilhargas do corpo do retábulo-mor da igreja de São Miguel de Nevogilde (Porto).



Fig.156 – Uma das sanefas dos vãos de iluminação da Sala das Sessões da Casa do Despacho da Ordem Terceira de São Francisco (Porto).




Fig.157 – Retábulo da Sala das Sessões da Casa do Despacho da Ordem Terceira de São Francisco (Porto).



Fig. 158 – Pormenor do sotobanco do retábulo da Sala das Sessões da Casa do Despacho da Ordem Terceira de São Francisco (Porto).



Fig. 159 – Pormenor de uma ilharga do retábulo da Sala das Sessões da Casa do Despacho da Ordem Terceira de São Francisco (Porto).

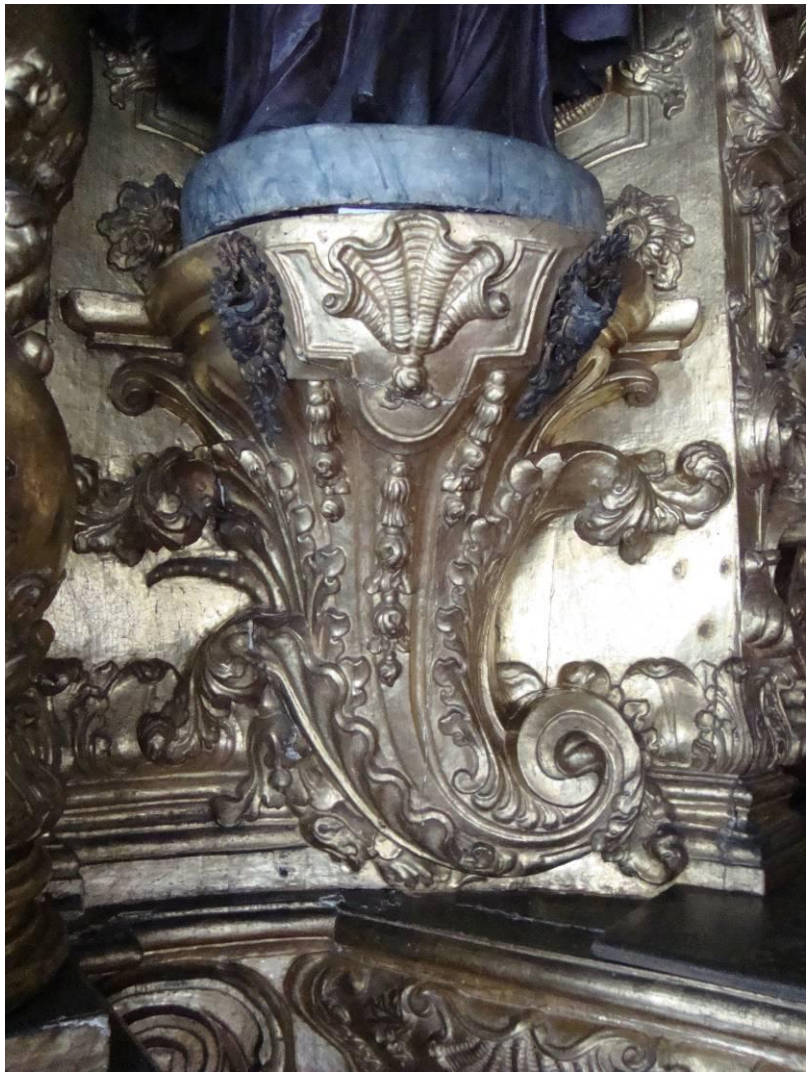


Fig. 160 –Mísula do corpo do retábulo da Sala das Sessões da Casa do Despacho da Ordem Terceira de São Francisco (Porto).



Fig. 161 – Entablamento do corpo do retábulo da Sala das Sessões da Casa do Despacho da Ordem Terceira de São Francisco (Porto).



Fig. 162 –Ilharga do corpo do retábulo da Sala das Sessões da Casa do Despacho da Ordem Terceira de São Francisco (Porto).



Fig. 163 – Parte central do corpo do retábulo da Sala das Sessões da Casa do Despacho da Ordem Terceira de São Francisco (Porto).



Fig. 164 – Pormenor da parte central do corpo do retábulo da Sala das Sessões da Casa do Despacho da Ordem Terceira de São Francisco (Porto).



Fig. 165 – Coroamento do retábulo da Sala das Sessões da Casa do Despacho da Ordem Terceira de São Francisco (Porto).





Figs. 166 e 167 – Coroamento da parte superior do arco cruzeiro da igreja de São Pedro de Miragaia.





Figs.168 e 169 – Pormenores das ilhargas do revestimento da parte superior do arco cruzeiro da igreja de São Pedro de Miragaia.



Fig.170 – Retábulo-mor da igreja do Mosteiro de Salvador de Paço de Sousa.





Figs.171 e 172 – Pormenores dos nichos laterais de São Bento (lado do Evangelho) e Santa Escolástica (lado da Epístola) do retábulo.





Figs.173 e 174 – Pormenores do sotobanco do retábulo-mor.

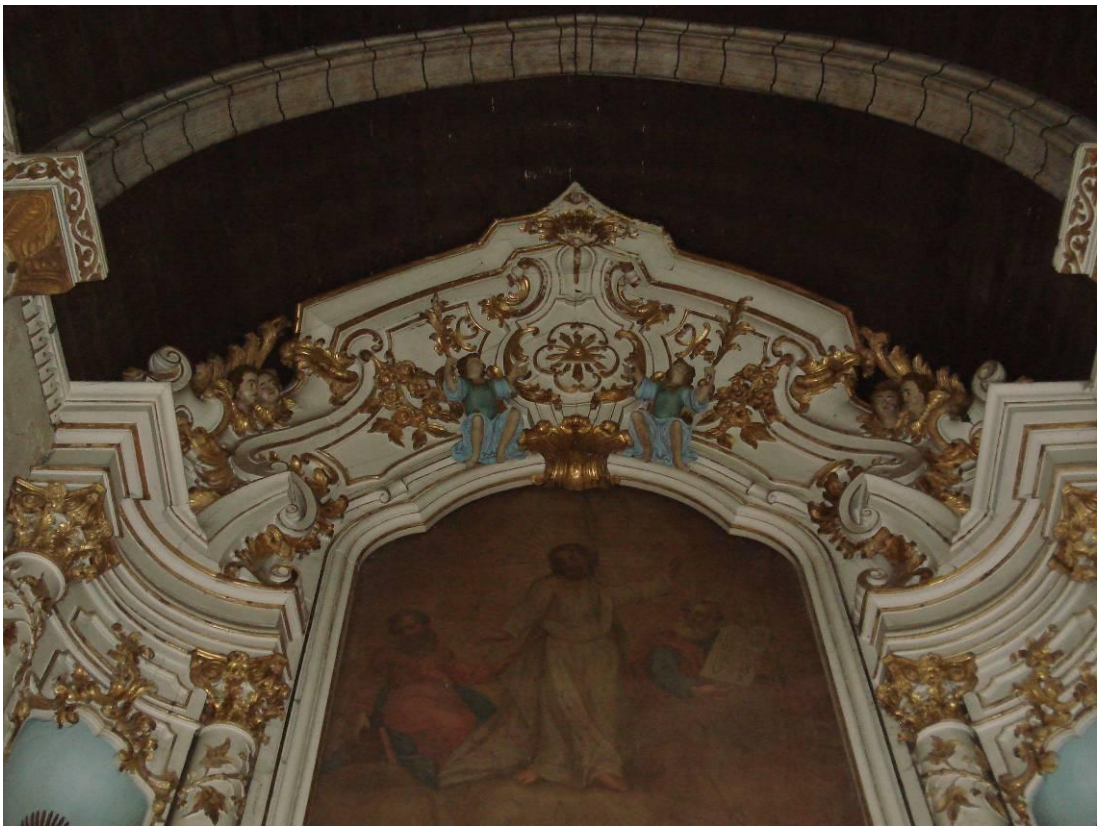


Fig.175 – Coroamento do retábulo-mor.



Fig.176 – Pormenor do entablamento do coroamento do retábulo-mor.



Fig.177 – Pormenor do banco do retábulo-mor.



Fig.178 – Pormenor do sacrário do retábulo-mor.



Fig.179 – Retábulo lateral de Cristo Crucificado (lado da Epístola), da igreja do Mosteiro de Pombeiro.



Fig.180 – Retábulo lateral de Nossa Senhora das Dores (lado do Evangelho), da igreja do Mosteiro de Pombeiro.



Fig.181 – Pormenor do corpo do Retábulo lateral de Cristo Crucificado (lado da Epístola), da igreja do Mosteiro de Pombeiro.

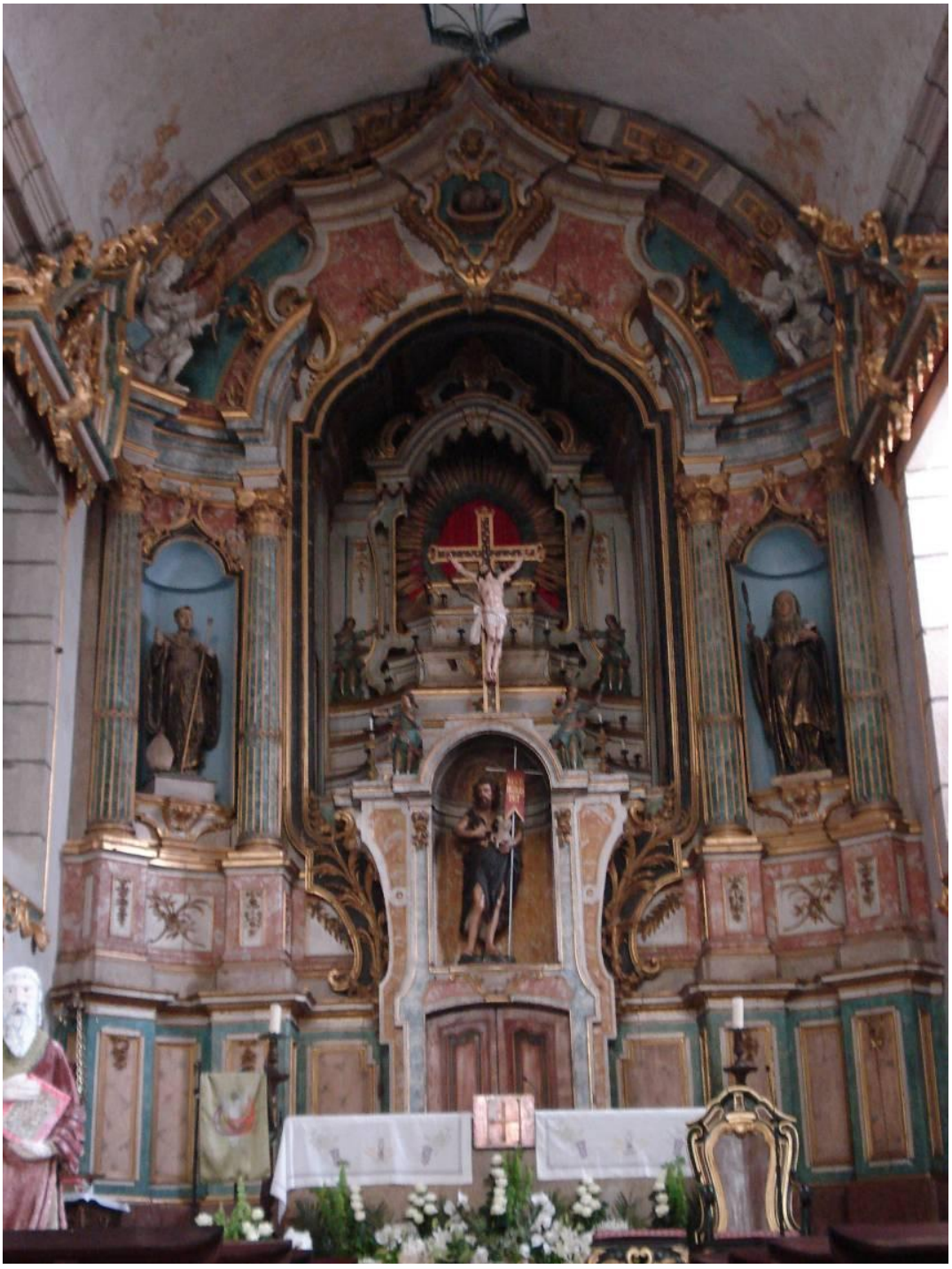


Fig.182 – Retábulo-mor da igreja do mosteiro de S. João de Alpendorada

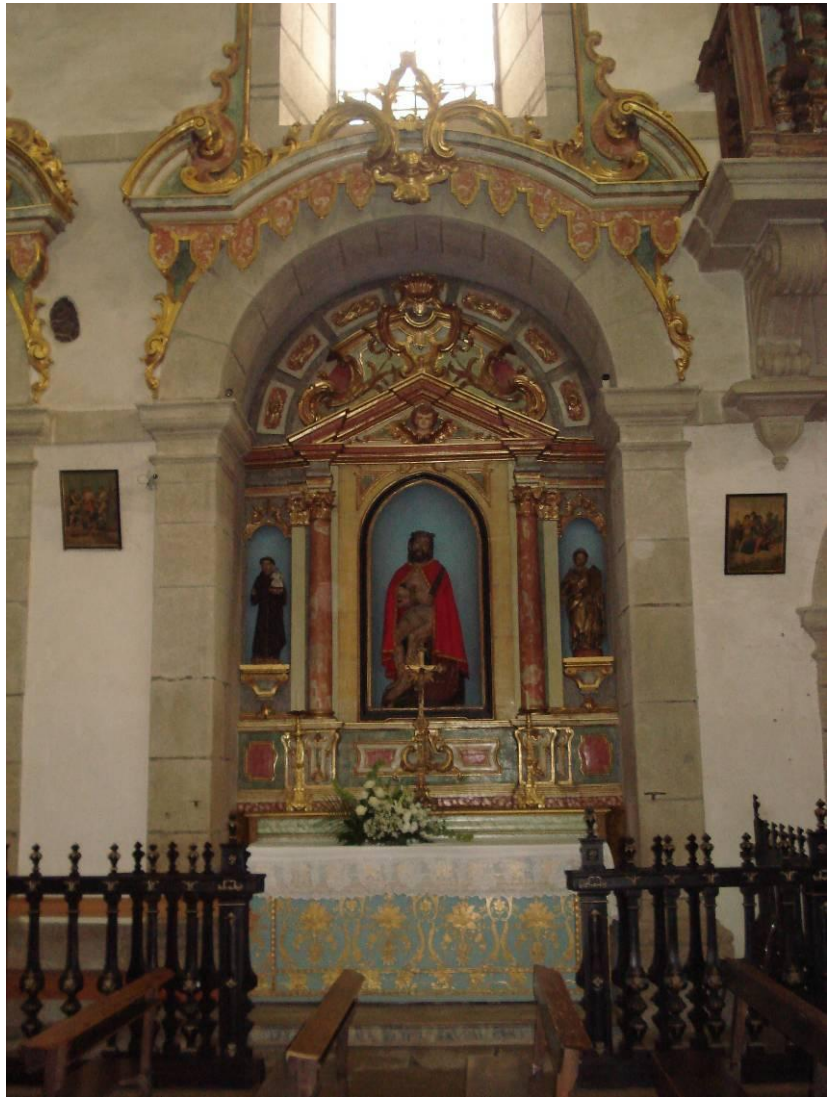


Fig.183 – Retábulo lateral do Senhor da Cana Verde (lado da Epístola), da igreja do Mosteiro de S. João de Alpendorada.



Fig.184 – Retábulo lateral do Imaculado Coração de Maria (lado do Evangelho), da igreja do Mosteiro de S. João de Alpendorada.



Fig.185 – Retábulo lateral de Cristo Crucificado (lado da Epístola), da igreja do Mosteiro de S. João de Alpendorada.

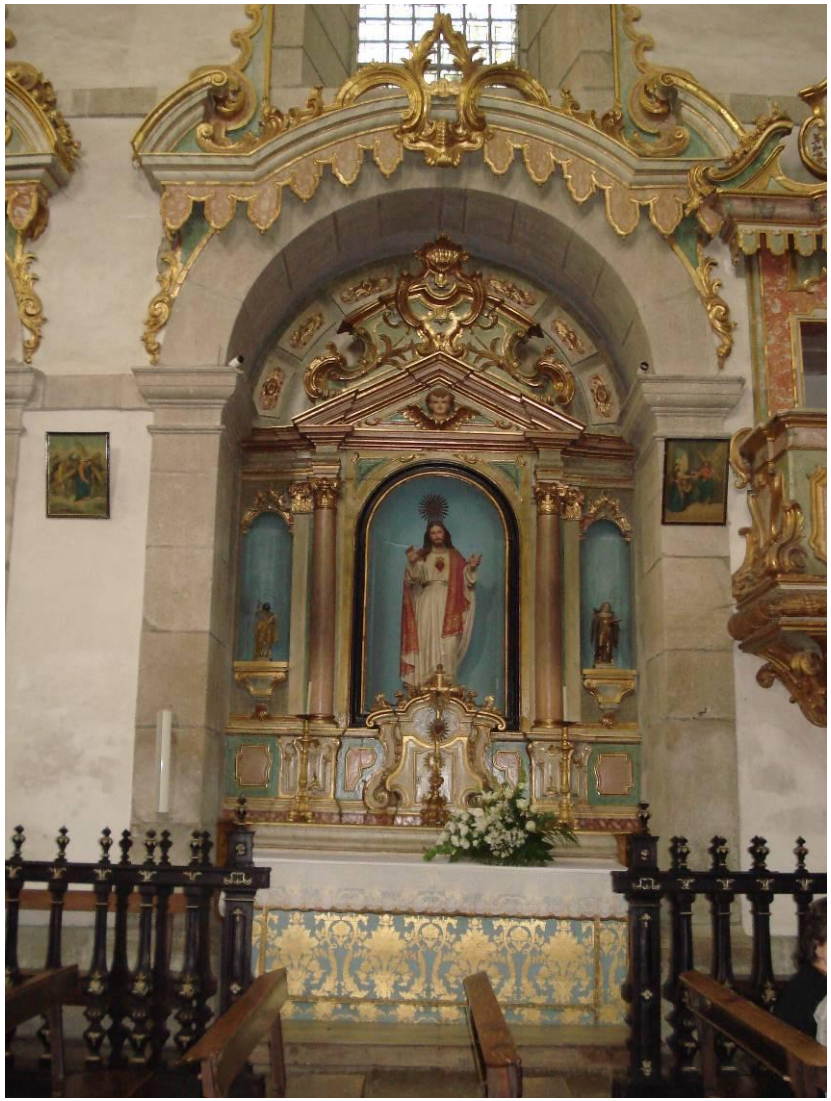


Fig.186– Retábulo lateral do Sagrado Coração de Jesus (lado do Evangelho), da igreja do Mosteiro de S. João de Alpendorada.

# Fontes Primárias Manuscritas

**Arquivo Distrital de Braga**

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Actas Capitulares*, 1635 – 1767, nº.314 [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal],

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Actas Capitulares*, 1770-1789, nº.315 [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal],

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Actas Capitulares*, 1795-1807, nº.316, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Actas Capitulares*, 1810-1822, nº.317 [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1650-1653, nº114, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1626-1629, nº.114, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1629-1632, nº.114, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1644-1647, nº.114, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, nº.114, 1647-1650, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1653-1656, nº.114, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1656-1659, nº.114, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1665-1668, nº.114, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1710-1713, nº.114, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1719-1722, nº.114, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1722-1725, nº.114, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1725-1728, nº.114, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1728-1731, nº.114, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1731-1734, nº114, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1737-1740, nº.114, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1740-1743, nº.114, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1743-1746, nº114, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1748-1752, nº114, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1752-1755, nº.114, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1755-1758, nº.114, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1761-1764, nº.114, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1767-1770, nº114, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1770-1773, nº.115, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1776-1780, nº.115, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1780-1783, nº115, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1783-1786, nº.115, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1789-1792, nº.115, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1792-1795, nº115, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1795-1798, nº.115, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].
A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1801-1804, nº115, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].
A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1804-1807, nº115, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].
A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1807-1810, nº.115, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].
A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1813-1816, nº.115, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].
A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1816-1819, nº.115, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Inquirições de Genere, Vita et Moribus*, José (1746-1760), nº.76 [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Visitas do Geral*, 1673-1680, nº152, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].
A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Visitas do Geral*, 1780-1785, nº.170, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].
A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Visitas do Geral*, 1785-1790, nº.171, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].
A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Visitas do Geral*, 1790-1795, nº.172, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].
A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Visitas do Geral*, 1793-1798, nº.173, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].
A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Visitas do Geral*, 1801-1804, nº.174, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

A.D.B. Congregação de S. Bento de Portugal. *Visitas do Geral*, 1804-1807, nº.175, [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

ADB. Tibães. *Livro de Rezam do Irmão Fr. Jozé de Santo Antonio Villaça natural de Braga do Terreiro de S. Lazaro, pera nele assentar os defuntos que falecem e tudo o que devo, ou me devem, da mesma sorte o que inpresto, ou me inprestam, e onde estiver pg. – hé que está satisfeito ou do que inpresto, ou do que me inprestam.* nº 728. [disponível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal].

**Arquivo Nacional Torre do Tombo**

A.N.T.T. Corpo Cronológico. Parte I, Maço 114, nº.141 [disponível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal].

**Biblioteca Nacional**

ASCENSÃO, Frei Marceliano da - *Chronica do antigo, Real e Palatino Mosteiro de S. Martinho de Tibães desde a sua 1a fundação até ao presente com hum catalogo dos...Abbades perpetuos, Commendatários e Abbades Geraes.* Mosteiro de São Martinho de Tibães, 1745. Manuscrito nº.11416 [disponível na Biblioteca Nacional, Lisboa, Portugal].

SARAIVA, Frei Luís dos Serafins – *Memorias sobre o Estado actual dos Mosteiros que vou vizitando, sendo 2ª vés Secretario da Congregação, depois que sahirão os Francezes, e segundo as noticias que achei e que me forão communicando os Prelados e diversas pessoas com que falei neste assumpto: Escrevi isto em 1809 nos diversos Mosteiros por onde passei.* Manuscrito nº.11237 [disponível na Biblioteca Nacional, Lisboa, Portugal].

## Fontes Primárias Impressas


ASCENSÃO, Frei Marceliano da – *Vida do Glorioso S. Bento, pay de todos os monges, mestre, e legislador da cenobitica vida monastica, e principe de todos os Patriarchas.* Lisboa Ocidental: Na officina de Joseph Antonio da Sylva, 1737.

AQUINO, Frei Thomaz de – *Elogios dos Reverendissimos Padres DD. Abbades Geraes da Congregação de Portugal e Principado do Brazil.* Porto: na Officina de Francisco Mendes Lima, 1767.

AVILER, C.A. de – *Cours d'architecture qui comprend les ordres de Vignole, avec des comentaires.* Paris : Charles-Antoine Jombert, 1760.

BLONDEL, Jacques-François– *Architecture françoise, ou recuil des plans, élévations, maisons royales, palais, hôtels, édifices les plus considérables de Paris.* 4 Volumes. Paris, 1752-1756.

BLONDEL, Jacques-François – *De la distribution des maisons de plaisance et de la distribution des édefices en general*. 2 volumes. Paris, 1738.

BLONDEL, Jacques-François – *Livre nouveau ou Règles des cinq ordres d'Architecture par Jacques Barozzi de Vignole. Nouvellement revú, corrige et augmenté par Monsier B…architecte du roy.* Paris, 1757.

BOSSE, Abraham – *Traité des manières de dessiner les ordres de l'architecture antique en toutes leurs parties.* Paris, 1664.

BRISEUX, Charles-Étiene – *L'art de bâtir des maisons de campagne.* Paris, 1743.

*Ceremonial da Congregação dos Monges Negros da Ordem do Patriarcha S. Bento do Reyno de Portugal.* Coimbra: nas officinas de Diogo Gomez de Loureyro & de Lourenço Craesbeeck, 1647.

*Ceremonial Monástico Reformado da Congregação de S. Bento de Portugal.* Lisboa: Imprensa Régia, 1820.

*Constituiçoens da Ordem de Sam Bento destes Reynos de Portugal.* Lisboa: António Alvarez, 1590.

*Constitutiones Monachorum Nigrorum Ordinis. S. P. Benedict Regnorum Portugalliae.* Conimbricae: Apud Didacum Gomes de Loureyro, 1629.

*Constituiçoens Synodaes do Bispado do Porto*. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1735.

JOMBERT, C.-A.– *Architecture moderne ou l'art de bien bâtir pour toutes sortes de personnes.* Paris, 1764.

POZZO, Andrea S. J. – *Prospettiva de Pittori, et Architetti*. 2 Volumes. Roma: Nella Stamparia di António de'Rossi, 1700-1717.

PRAZERES, Frei João dos – *O Príncipe dos Patriarcas S. Bento.* Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello, 1683-1690.

*Regra do Glorioso Patriarcha Sam Bento, tirada de Latim em lingoajem Portuguesa.* Lisboa: Oficina de António Ribeiro, 1586.

REYCEND, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento em Latim e Portuguez.* II Tomos. Lisboa: Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1781.

SANTO ANTÓNIO, Frei Manuel de – *Pontifical Monástico da Congregação do Príncipe dos Patriarchas São Bento deste Reyno de Portugal.* Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia, 1730.

S. TOMÁS, Frei Leão de – *Benedictina Lusitana*. 2 Volumes. Coimbra: Officina de Manoel de Carvalho, 1651.

# Bibliografia


AA.VV. – "Monachisme ", in *Dictionnaire de Spiritualité, Ascétique et Mystique. Doctrine et Histoire.* Fascicules LXVIII-LXIX. Paris: Beauchesne, 1979, pp.1524-1616.

ALADRO, Jordi – "Notas y aclaraciones a la vida y obra de Fray Pedro de Chaves", in *Studia Monástica.* Vol.4, Fasc.1. Barcelona: Abadia de Montserrat, 2007, pp.75-83.

ALMEIDA, Fortunato de – História da Igreja em Portugal. 3 Volumes. Porto: Portucalense Editora, 1967.

ALVES, Natália Marinho Ferreira – *A Arte de Talha no Porto na Época Barroca (artistas e clientela. Materiais e técnica).* 2 Volumes. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989.

ALVES, Natália Marinho Ferreira – *A Escola de Talha Portuense e a sua influência no Norte de Portugal.* Lisboa: Edições Inapa, 2001.

ALVES, Natália Marinho Ferreira – "A evolução da talha dourada no interior das igrejas portuenses", in *Mvsev*. IV Série – nº.4. Porto: Círculo Dr. José Figueiredo, 1995, pp.33-43.

ALVES, Natália Marinho Ferreira (coord.) – *Dicionário de Artistas e Artífices do Norte de Portugal*. Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2008.

ALVES, Natália Marinho Ferreira – "ANDRADE, Manuel da Costa", in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal.* Lisboa: Editorial Presença, 1989, p.31.

ALVES, Natália Marinho Ferreira – "GUIMARÃES, José Teixeira", in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal.* Lisboa: Editorial Presença, 1989, p.219.

ALVES, Natália Marinho Ferreira – "VILAÇA, Frei José de Santo António Ferreira", in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal.* Lisboa: Editorial Presença, 1989, pp.527-530.

ALVES, Natália Marinho Ferreira – "Pintura, talha e escultura (séculos XVII e XVIII) no Norte de Portugal", in *Revista da Faculdade de Letras - Ciências e Técnicas do Património*, I Série, vol.2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, pp.735-755.

AMORIM, Inês – "Descrição da Comarca da Feira – 1801", in *Revista da Faculdade de Letras: História*, II Série, Vol. XI. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994, pp.227-285.

ANDRADE, António Alberto Banha de (dir.) - *Dicionário de História da Igreja em Portugal.* 3 Volumes. Lisboa: Editorial Resistência, 1983.

*Annaes do Município de Oliveira de Azeméis*. Porto: Lello & Irmão, s/d.

ANTUNES, Manuel Augusto Lima Engrácia – *Assentos, encomendantes e utilizadores na igreja monástica Beneditina no Norte de Portugal. Séculos XVII a XIX.* 3 Volumes. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Edição de autor, 2007.

ARAÚJO, Teresa Alves – *A tipologia do órgão na obra de Frei José de Santo António Ferreira Vilaça.* Porto: Edição de Autor, 1996.

AREDE, João Domingues – *Cucujães*. Porto: Empresa Gráfica A Universal, 1914.

AREDE, João Domingues – *Cucujães e mosteiro com seu couto nos tempos medievais e modernos*. Famalicão: Tipografia Minerva, 1922.

AREDE, João Domingues – *Museu Arqueológico e Etnológico de Cucujães. Breve Notícia Histórica da Freguesia e Vila do Couto de Cucujães e Catálogo do seu Museu.* Cucujães: Escola Tipográfica do Seminário das Missões, 1935.

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal.* 4 Volumes. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000-2001.

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal*. 3 Volumes. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000.

BASTO, Artur de Magalhães – *Apontamentos para um Dicionário de Artistas e Artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII.* Porto: Câmara Municipal do Porto, 1953.

BORGES, Nelson Correia – *Arquitectura Monástica em Lorvão. Sombras e Realidade*: *das origens a 1737.* 2 Volumes. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: Edição de autor, 1992.

BORGES, Nelson Correia – "Arquitectura Monástica Portuguesa na Época Moderna (Notas de uma Investigação)", in *MVSEV*, IV Série, nº7. Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo, 1998, pp.31-59.

BORGES, Nelson Correia – *História da Arte em Portugal.* Vol.9 – Do Barroco ao Rococó. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.

BORROMEO, Carlos – *Instrucciones de la Fábrica y del ajuar eclesiásticos*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1985.

BRANDÃO, Domingos de Pinho – *Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade e diocese do Porto.* Vol.IV – 1751-1755. Porto: Oficinas Gráficos Reunidos, 1987.

CARDOSO, Luiz – *Diccionario Geográfico ou Noticia Historica de Todas as Cidades, Villas, Lugares, e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelle se encontrão, assim antigas, como modernas*. Tomo II. Lisboa: Na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1751.

CHEVALIER, Jean; CHEERBRANT, Alain – *Dicionário dos Símbolos.* Lisboa: Editorial Teorema, 1994.

COCHERIL, Maur –*Études sur le Monachisme en Espagne et au Portugal.* Lisboa : Livraria Bertrand, 1966.

COLOMBÁS, Garcia M. ; SANSEGUNDO, Leon M ; CUNIL, Odilon M. – *San Benito. Su vida y su regla.* Madrid: La Editorial católica, 1954.

*Corpo Diplomático Portuguez contendo os actos e relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o século XVI até os nossos dias.* 15 Tomos. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1886-1959.

COSTA, Américo - *Diccionário Chorographico de Portugal Continental e Insular.* Vol. V. Porto: Tipografia Domingos Oliveira, 1936.

"Cucujães", in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira.* Vol.VIII. Lisboa/ Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960, pp. 202-203.

DAVRIL, Dom Anselme; PALAZZO, Eric – *La vie des moines au temps des grandes abbayes Xe-XIIIe siècles.* s/l : Hachette Littératures, 2000.

DIAS, Eva Sofia Trindade – "A obra de Frei José de Santo António Ferreira Vilaça na igreja do antigo Mosteiro do Couto de Cucujães" in *IV Seminário Internacional Luso-Brasileiro – A Encomenda. O Artista. A obra.* Bragança, Auditório Paulo Quintela, 15 a 17 de Outubro de 2009 (no prelo).

DIAS, Eva Sofia Trindade – "Treaties and detached decorative prints: the formation of an artist in the 18th century", in *IJUP 2010 - 3º Encontro de Jovens Investigadores da U. Porto. Livro de Resumos.* Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 2010, p.71.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – "A Regra de S. Bento, norma de vida monástica: sua problemática moderna e edições em português. »Rectíssima norma vitae», RB. 73,

13", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, III Série, vol. 3. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.9-48.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – "Beneditinos. II. Época Moderna", in *Dicionário de História Religiosa de Portugal. A – C.* Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, pp.205-208.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – "Beneditinos. III. Época Contemporânea", in *Dicionário de História Religiosa de Portugal. A – C.* Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p.208.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – "Construção do Mosteiro beneditino ideal – os espaços", in *O Mosteiro de São Bento da Vitória: 400 anos*. Porto: Edições Afrontamento, 1997, pp.23-36.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – "Na variedade dos foros, a singularidade dos coutos beneditinos: generosidade régia e poder monástico", in *Revista de Guimarães*, vol.106. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1996, pp.277-297.

DIAS, Geraldo José Amadeu. Coelho – "O Mosteiro de Tibães e a Reforma dos beneditinos portugueses no século XVI", in *Separata da Revista História.* Vol. XII. Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1993, pp.95-133.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – "Os Beneditinos, Tibães e o Barroco. Entre o esplendor da arte e a emoção religiosa", in *II Congresso Internacional do Barroco: Actas*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, pp. 291-306.

ESCHAPASSE, Maurice – *L'architecture Bénédictine en Europe.* Paris : Editions des Deux-Mondes, 1963.

GEREMEK, Bronislaw – "Igreja", in *Enciclopédia Einaudi*. Volume 12. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.

GERHARDS, Agnès – "Bénédictins" in *Dictionnaire Historique des Ordres Religieux.* Paris : Fayard, 1998, pp.88-93.

GERHARDS, Agnès – "Benoît (saint), v.490-v.560" in *Dictionnaire Historique des Ordres Religieux.* Paris : Fayard, 1998, pp. 93-94.

GERHARDS, Agnès – "Benoît (règle de)" in *Dictionnaire Historique des Ordres Religieux.* Paris : Fayard, 1998, pp.94-95.

GOY, Ana – "La influencia de la reforma benedictina en la renovación de las fábricas de los monastérios gallegos", in *Struggle for Synthesis: A Obra de Arte Total nos séculos XVII e XVIII. Actas do Simpósio Internacional.* Vol.1 – Conceitos, Métodos, Problemas. Espaços Sagrados. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 1999, pp.153-176.

KERLORIAN, G. de – *Saint Benoît*. Paris: Henri Éditeur, 1927.

LECCISOTTI, Tommaso – "Benedetto", in *Enciclopédia Cattolica*. Vol. II – Arn-Bra. Firenze: Casa Editrice G.C. Sansoni, 1949, pp.1251-1262.

LINS, Eugénio de Ávila – *Arquitectura dos Mosteiros Beneditinos no Brasil. Século XVI a XIX*. 3 Volumes. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Edição de autor, 2002.

LITTLE, Lester K. – "Moines et Religieux", in *Dictionnaire Raisonné de l'Occident Médiéval.* Paris : Fayard, 1999,pp.741-757.

MAGNO, São Gregório – *São Bento. II Livro dos Diálogos de S. Gregório.* Porto: Ora & Labora, 1993.

MAHLER, M. – "Bénedictins", in *Dictionnaire de Spiritualité, Ascétique et Mystique. Doctrine et Histoire.* Tome I – AA.-Byzance. Paris: Gabriel Beauchesne et ses fils, 1937, pp.1410-1438.

MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thèrése – "Information artistique et "mass-media" au XVIIIe siècle: la difusion de l'ornament grave rococo au Portugal". *Bracara Augusta*, vol. XXVII, nº64 (76). Braga: Câmara Municipal de Braga, 1974, pp.3-23.

MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thèrése – "L'image ornamentale et la litterature artistique importées du XVIe au XVIIIe siècle: un patrimoine meconnu des bibliothèques et musées portugais", in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. I, 2ª série. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1983, pp.143-205.

MARMION, Dom Columba – *Jesus Cristo Ideal do Monge.* Negrelos: Edições Ora & Labora, 1962.

MARQUES, José – *A Arquidiocese de Braga no século XV.* Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.

MARQUES, José – "Aspectos da vida interna do Mosteiro de Santo Tirso, segundo a Visitação de 1437", in *Actas do Colóquio de História Local e Regional.* Santo Tirso: s/e, 1979, pp.209-232.

MARTINS, Fausto Sanches – "Afinidades e divergências na concepção espacial entre o Mosteiro Beneditino e o Colégio Jesuíta", in *Poligrafia*, nº9/10. Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 2000-2001, pp.7-33.

MARTINS, Fausto Sanches – "Trono eucarístico do retábulo barroco português: origem, função, forma e simbolismo", in I Congresso Internacional do Barroco: Actas. Vol.II. Porto: Reitoria da Universidade do Porto / Governo Civil do Porto, 1991, pp.17-58.

MATTA, José Caeiro da – *Condição legal das ordens e congregações religiosas em Portugal desde 1834.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1905.

MATTOSO, José – "A introdução da Regra de S. Bento na Península Ibérica" in *Bracara Augusta*. Vol.XXX, Tomo I, Janeiro - Junho, nº 69 (81). Braga: Câmara Municipal de Braga, 1976, pp.97-111.

MATTOSO, José – *A Terra de Santa Maria na Idade Média. Limites Geográficos e Identidade Peculiar.* Santa Maria da Feira: Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, 1993.

MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia – *A Terra de Santa Maria no século XIII. Problemas e Documentos.* Santa Maria da Feira: Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, 1993.

MATTOSO, José – "Beneditinos", in *Dicionário de História de Portugal.* Vol. I / A-D. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, pp.326-328.

MATTOSO, José – "Beneditinos. I. Idade Média", in *Dicionário de História Religiosa de Portugal. A – C.* Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, pp.201-205.

MATTOSO, José – *Fragmentos de uma Composição Medieval e outros textos*. Obras Completas, vol.6. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000.

MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal.* 8 Volumes. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 1993.

MATTOSO, José - "Monaquismo", in *Dicionário de História Religiosa de Portugal. J-P.* Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, pp.255-258.

MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny.* Obras Completas, vol.12. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002.

MATTOSO, José – "Ordem de São Bento", in *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento. Guia Histórico.* Lisboa: Livros Horizonte, 2006, pp.41-45.

MATTOSO, José – *Portugal Medieval: Novas Interpretações.* Obras Completas, vol.8. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001.

NESMY, Claude-Jean – *S. Bento e a vida monástica.* Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1962.

NIGG, Walter – *Bento de Núrsia. Pai do Monaquismo Ocidental.* Braga/São Paulo: Editorial A.O., 1983.

OLIVEIRA, Miguel de – "O Mosteiro de Cucujães e o seu fundador", in *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Vol. VIII, nº29. Aveiro: Arquivo do Distrito de Aveiro, 1942, pp. 12-15.

OLIVEIRA, Miguel de – *Ourique e Espanha. Nova solução de um velho problema.* Lisboa: Empresa Editora Pro Domo, 1945.

OLIVEIRA, Paulo João da Cunha – *A Congregação Beneditina Portuguesa no Percurso para a Extinção (1800-1834).* Viseu: Palimage Editores, 2005.

OLIVEIRA, Samuel de Basto – *Oliveira de Azeméis e Freguesias entre os Rios Antuã e Ul na Visitação de 1769. Com Demografia das Freguesias do Séc. XVI ao Séc. XX*. Oliveira de Azeméis: s/e, 1992.

PACAUT, M. – *Les ordres monastiques et religieux au moyen âge.* Paris : Fernand Nathan, 1970.

PEREIRA, Paulo (coord.) – *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

PINHO, Isabel Maria Ribeiro Tavares de – *O Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto, 1518/1899. Uma Arquitectura no século XVIII.* 2 Volumes. Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Edição de autor, 2002Porto: Edição de autor, 2000.

RAMOS, Luís de Oliveira – "Os Beneditinos e a Cultura: ressonâncias da Ilustração", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Série II, Volume I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1984, pp.159-186.

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – "O Mosteiro-cidade na Génese e Desenvolvimento Urbano: uma interpretação do espaço", in *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património,* Volume V-VI. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006-2007, pp.527-548.

SANTO AGOSTINHO – *A Cidade de Deus.* 3 Volumes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

SANTOS, Valter – *Cucujães – Antigo e Moderno.* Cucujães: Escola Tipográfica das Missões, 1983.

SCHMITZ, Dom Philibert – "Saint Benoît", in *Dictionnaire de Spiritualité, Ascétique et Mystique. Doctrine et Histoire.* Tome I – AA.-Byzance. Paris: Gabriel Beauchesne et ses fils, 1937, pp.1371-1388.

SCHMITZ, Dom Philibert – *Histoire de l'ordre de Saint-Benoît.* 7 volumes. s/l: Les Editions de Maredsous, 1948.

SEABRA, Eurico de – *Os bens das congregações no direito portuguez e no direito internacional. Commentario ás leis nacionaes.* Lisboa: Typographia "A Editora Limitada", 1915.

SEBASTIÁN, Santiago – *Contrarreforma y Barroco.* Madrid: Alianza, 1981.

SEBASTIÁN, Santiago – *Mensaje Simbólico del Arte Medieval. Arquitectura, Iconografia, Liturgia.* Madrid: Ediciones Encuentro, 1996.

SEBASTIÁN, Santiago – "Iconografia del Claustro Barroco en Portugal, Espanha e Iberoamérica", in *I Congresso Internacional do Barroco: Actas.* II Volume. Porto: Reitoria da Universidade do Porto / Governo Civil do Porto, 1991, pp.403-417.

SERRÃO, Vítor – *História da Arte em Portugal.* Vol. IV – O Barroco. Barcarena: Editorial Presença, 2003.

SEVILHA, Santo Isidoro – *Etimologías.* 2 Volumes. Madrid: La Editorial Catolica, 1983.

SILVA, Amélia Maria Polónia – "Recepção do Concílio de Trento em Portugal: as normas enviadas pelo Cardeal D. Henrique aos bispos do Reino, em 1553", in *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1990, pp.133-143.

SILVA, Joaquim Candeias da – *S. Martinho de Cucujães. De Mosteiro Beneditino a Seminário das Missões (Século XII a XX) – Subsídios históricos.* Cucujães: Escola Tipográfica das Missões, 2005.

SIMÕES, João Miguel dos Santos – *Azulejaria em Portugal no século XVII.* 2 Volumes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

SMITH, Robert C. – *A Talha em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1962.

SMITH, Robert C. – *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. Escultor Beneditino do Século XVIII, 2 vols.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos – *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento.* Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

SOUSA, Gabriel de – "Beneditinos", in *Dicionário de História da Igreja em Portugal*. Vol. II. Lisboa: Editorial Resistência, 1983, pp. 340-407.

SOUSA, Gabriel de – *S. Bento. Patriarca dos Monges e Pai da Europa.* Singeverga: Edições Ora & Labora, 1980.

ZARAGOZA PASCUAL, Ernesto – "Reforma de los benedictinos portugueses (1564-1565)", in *Bracara Augusta.* Vol. XXXV – nº.79-80 (92-93). Braga: Câmara Municipal de Braga, 1981, pp.275-290.

ZARAGOZA PASCUAL, Ernesto – "Reforma de los benedictinos portugueses (1588-1589)", in *Theologica*. II Série, Vol. XVII, Fasc.I-IV. Braga: Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Teologia, 1982, pp.143-218.

## Sítios Consultados

www.igespar.pt
www.ippar.pt
www.monumentos.pt
http://ttonline.iantt.pt

# Índice Geral

Agradecimentos……..…p.7
Sumário……..….p.9
Abreviaturas e Siglas……p.13
**Introdução**……...p.15
**Capítulo I – O Monaquismo**
1.Génese e desenvolvimento do Monaquismo Pré-Beneditino……p.21
1.1. O Monaquismo Eremítico…….p.21
1.2. O Monaquismo Cenobítico……..p.22
2.O Monaquismo Beneditino……p.23
3.A Ordem de São Bento em Portugal: das origens à actualidade……...p.28
3.1.Os Beneditinos na Idade Média……..…p.28
3.2.Da degradação dos costumes à instituição da Congregação de S. Bento…p.32
3.3. A Congregação de S. Bento e o lento processo de declínio……..….p.37
3.4.O ressurgimento da Ordem ……....p.42

**Capítulo II – Arquitectura Monástica**
1. O espaço monástico beneditino……p.45
1.1. Núcleo litúrgico e de oração……..p.48
1.1.1. A igreja……...p.48
1.1.1.1. Capela-mor……..p.49
1.1.1.2. Coro…….p.49
1.1.1.3. Corpo da igreja……p.50
1.1.2. A sacristia……..…….p.50
1.2. Mosteiro…….…p.51
1.2.1. Claustro……...p.51
1.2.1.1. Origem…….p.52
1.2.1.2. Simbologia……...p.53
1.2.1.3. Vivência quotidiana……p. 54
1.2.1.4. Ala do Homem Espiritual……...…p. 55
1.2.1.5. Ala do Homem Anímico ou Psíquico……..p.56

1.2.1.5.1. Biblioteca……..……p.56
1.2.1.5.2. Sala do Capítulo……p.56
1.2.1.5.3. Locutório……..p.57
1.2.1.5.4. *Scriptorium*……...p.58
1.2.1.5.5. Dormitório……p.58
1.2.1.6. Ala do Homem Corporal……p. 59
1.2.1.6.1. Refeitório……..p.59
1.2.1.6.2. Cozinha…….…p.60
1.2.1.7. Ala do Homem Social……..p.60
1.2.1.7.1. Portaria…….……p.61
1.2.1.7.2. Recibo……...p.61
1.2.1.7.3. Auditoria ou Tribunal do Couto……...…p.61
1.3. Cerca……..p.62
1.3.1. Hospedaria……..……....p.62
1.3.2. Enfermaria……..p.63
1.3.3. Botica……..p.63
1.3.4. Noviciado……p.63
1.3.5. Oficinas……...p.64

**Capítulo III - O antigo Mosteiro do Couto de Cucujães**

1. O Mosteiro e o couto: notas históricas…….…p.67
2. O Mosteiro na Época Moderna: um espaço em processo de transformação……p.72
2.1. Núcleo litúrgico e de oração…….……p.73
2.1.1. A igreja……...p.73
2.1.1.1. Exterior……p.73
2.1.1.2. Interior……p.77
a) Artistas…….…p.81
b) Obras……p.82
Retábulo-mor……p.82
Credência…….p. 85
Sanefas da capela-mor……..p.87
Grades do arco cruzeiro……p.87
c) Encomendante……..p.89
aa) Artista…….p.91

bb) Obras……..p.93
Retábulos colaterais……..p.93
Retábulo-mor……p.98
Sanefa do arco cruzeiro……p.99
Sanefas da capela-mor……p.100
Credencia e grades do arco cruzeiro……...p.100
Influências da obra produzida……..…p.100

cc)Encomendante……p.103
2.1.2. Sacristia……p.107
2.2. Núcleo monástico……p.110
2.2.1. Claustro……p.110
Conclusão…….……..p.113
Anexos……p.115
Anexo Documental…….p.117
Carta da Abadessa de S. Bento de Avé Maria……p.119
Quadro 1…….p.120
Quadro 2…….p.129
Quadro 3…….p.144
Quadro 4…….p.146
Quadro 5…….p.150
Quadro 6…….p.152
Quadro 7…….p.154
Quadro 8…….p.156
Quadro 9…….p.157
Quadro 10……...p.160
Quadro 11……...p.163
Gráfico 1…….p.164
Quadro 12……...p.165
Mapa 1……p.183
Mapa 2……p.184
Mapa 3……p.185
Mapa 4……p.186
Mapa 5……p.187

Mapa 6……p.188
Estampas……p.192
Anexo Fotográfico……..p.219
Fontes……..p.311
Índice Geral……....p.332
Suporte Digital……p.336